

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARTA REGINA GARCIA CAFFEO

GUERREIRAS OU MENINAS: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
DAS ATLETAS OLÍMPICAS NA COBERTURA DA “RIO 2016”
REALIZADA PELO JORNAL O GLOBO - RIO

BAURU – SP
2019

MARTA REGINA GARCIA CAPEO

**GUERREIRAS OU MENINAS: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES
DAS ATLETAS OLÍMPICAS NA COBERTURA DA “RIO 2016”
REALIZADA PELO JORNAL *O GLOBO RIO***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, como exigência parcial à obtenção do Título de Doutora em Comunicação, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Marques.

BAURU – SP
2019

Cafeo, Marta Regina Garcia.

Guerreiras ou Meninas: Análise das Representações das atletas Olímpicas na cobertura da *Rio-2016* realizada pelo Jornal *O Globo Rio* / Marta Regina Garcia Cafeo, 2019.

265 f.: il.

Orientador: José Carlos Marques

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019.

1. Representações sociais. 2. Atletas Olímpicas. 3. Gênero. 4. Jornalismo - Esportes. 5. Comunicação. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE MARTA REGINA GARCIA CAFÉO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2019, às 09:00 horas, no(a) Sala A dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Doutor JOSE CARLOS MARQUES - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO do(a) Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Comunicação / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP/Campus de Bauru, Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora ELIZA BACHEGA CASADEI do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo / Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, Professor Doutor ARY JOSÉ ROCCO JÚNIOR do(a) Departamento de Esportes da Escola de Educação Física e Esporte / Universidade de São Paulo, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de MARTA REGINA GARCIA CAFÉO, intitulada **Guerreiras ou Meninas: análise das representações das atletas olímpicas na cobertura da "Rio 2016" realizada pelo Jornal O Globo - Rio**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professor Doutor JOSE CARLOS MARQUES

Professora Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Professora Doutora ELIZA BACHEGA CASADEI

Professor Doutor ARY JOSÉ ROCCO JÚNIOR

MARTA REGINA GARCIA CAFEIO

**GUERREIRAS E MENINAS: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS ATLETAS
OLÍMPICAS NA COBERTURA DA “RIO 2016” REALIZADA PELO JORNAL O
GLOBO - RIO**

Banca Examinadora:

Presidente: Professor Doutor José Carlos Marques
Instituição: FAAC, UNESP – Bauru

Titular: Professora Doutora Eliza Bachega Casadei
Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Titular: Professor Doutor Ary José Rocco Junior
Instituição: Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo
(EEFE/USP)

Titular: Professora Doutora Caroline Kraus Luvizotto
Instituição: FAAC, UNESP – Bauru

Titular: Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente
Instituição: FAAC, UNESP – Bauru

Bauru - SP
2019

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutaram
e lutam, pela igualdade de gênero.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a vida e ser a luz que me guia e fortalece, com saúde e sabedoria para seguir com minhas escolhas, permitindo que eu realize sonhos e possa continuar a trabalhar por aquilo em que acredito.

A minha filha Caroline, um anjo em minha vida, que diariamente faz-me ser uma pessoa melhor. Agradeço por ter sonhado junto comigo e não me permitir desistir, por estar sempre presente me apoiando com o seu amor, carinho e paciência. O seu amor e a sua confiança são os pilares que me sustentam!

A minha mãe Thereza, por compreender minhas ausências, me incentivar e apoiar em todos os momentos, e por ter me ensinado que o amor, a paciência e a gratidão são os valores essenciais nessa vida. Ao meu pai de coração Carlos (in memoriam) que deixou essa vida durante a pesquisa desta tese e uma saudade eterna. Ao meu irmão Marco pelo carinho, bom humor, e pelo suporte para que eu pudesse finalizar a pesquisa. A minha avó Olivia, que me fortalece com sua fé e orações. Obrigada pelo carinho, amor e respeito que sempre me deram.

Ao meu eterno amigo Marcos Cafeo, companheiro de muitos anos, que esteve presente na maior parte dessa trajetória me apoiando e incentivando em diversos momentos de alegrias e de tristezas. Meu muito obrigada!

Ao meu orientador, o Professor Doutor José Carlos Marques, pelas orientações e ensinamentos durante toda minha trajetória na Unesp. Pela confiança no meu trabalho e por me fazer acreditar que era possível.

Às professoras, Doutora Caroline Kraus Luvizotto e Doutora Eliza Bachega Casadei, pelas contribuições durante a banca de qualificação que foram fundamentais para ampliar os caminhos da pesquisa, e por terem aceitado o meu convite para continuarem a partilhar suas experiências na defesa. Aos professores Doutor Maximiliano Martin Vicente e Doutor Ary José Rocco Junior, membros da banca deste trabalho. Obrigada por todos os ensinamentos e pela amizade.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP/FAAC pelos conhecimentos compartilhados, amizade e ajuda no desenvolvimento do trabalho.

Aos Funcionários da secretaria da Pós-graduação, em especial o Silvío e o Helder, sempre muito dedicados e prestativos.

Às e aos colegas de curso, principalmente aos membros do Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol – GECEF, pelas trocas de experiências, em especial, à Noemi Bueno, Neide Carlos e Roberta Brondani pelos anos de convivência, por compartilhar os aprendizados, pela ajuda com pesquisa e pela solidariedade nos momentos difíceis dessa caminhada, mas também por todas as alegrias que vivenciamos juntas. Admiração eterna por essas mulheres!

À Faculdade Anhanguera de Bauru, em especial ao Diretor Fábio Venegas, que me incentivou nos momentos difíceis e generosamente compreendeu minhas ausências. Aos amigos, Coordenadores de curso, agradeço a parceria e por todos os desafios que superamos juntos ao longo de todos esses quatro anos. Aos Professores e Funcionários da Faculdade Anhanguera agradeço a amizade e empenho na busca constante de uma educação transformadora.

À revisora Zélia Mendonça, que com seu trabalho e competência me auxiliou na finalização desta pesquisa.

A todos os meus queridos alunos, desses quinze anos de docência no Ensino Superior que tive o privilégio de compartilhar sonhos e conquistas. Vocês se fazem presente nesse trabalho!

Agradeço a todas as mulheres atletas que, por meio de suas histórias de lutas e conquistas, me permitiram realizar essa pesquisa e compreender melhor os problemas de gênero.

Por fim agradeço a Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, campus de Bauru, por oportunizar mais esta etapa em minha vida profissional e pessoal, que me transformou como mulher, permitindo-me uma nova forma de ver e viver no mundo e de entender os processos da comunicação na sociedade.

Minha eterna Gratidão!

*Que, finalmente, o outro entenda que mesmo
se às vezes me esforço, não sou, nem devo
ser, a mulher-maravilha, mas apenas uma
pessoa: vulnerável e forte, incapaz e gloriosa,
assustada e audaciosa - uma mulher.*

Lya Luft

RESUMO

A tese teve como objetivo analisar as representações sociais das mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras, a partir das capas do jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016*, durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. A participação das mulheres na *Rio 2016* foi um destaque, representando 46% dos atletas inscritos, o maior número de mulheres na história dos jogos, e suscitou vários debates sobre igualdade de gêneros. Vários estudos demonstraram que a cobertura esportiva da mídia tende a privilegiar os homens atletas em detrimento das mulheres, e que as atletas costumam ser muito mais retratadas por sua aparência, roupas e vida pessoal em reportagens sobre esportes, do que pelos seus feitos no esporte. A pesquisa apresenta revisão bibliográfica dos estudos de gênero e representações sociais das mulheres; do jogo como elemento da cultura, da dominação masculina no campo esportivo, história das mulheres nos esportes no Brasil e a trajetória das mulheres nas Olimpíadas. Como metodologia, utiliza-se da Análise Crítica do Discurso, para identificar as construções discursivas e as representações das atletas, nas capas do jornal *O Globo* e do *Caderno Especial Rio 2016*. Considera-se que a mídia tem um papel importante na construção de novas representações, oportunizando espaço para as mulheres atletas apresentarem sua inserção na prática de esportes. Os discursos da mídia ensejam uma análise de representações, significados e de aspectos simbólicos relativos às configurações de gêneros, pois carrega sentidos que expressam relações de poder, posições sociais e ideológicas, que impactam no empoderamento das mulheres. Hoje, apesar de a mulher ter tido várias conquistas na busca de seus espaços e direitos, e muito embora o discurso igualitário entre os gêneros esteja presente em diversas áreas como cultura, educação, legislação e esporte, as mudanças ainda são lentas quando se analisam as representações das mulheres na mídia de forma geral. No ambiente do esporte, não é diferente. Os resultados apontam que o jornal, nas suas capas, evitou o machismo e sexismo, presentes em diversas coberturas jornalísticas do esporte. As imagens das mulheres atletas foram apresentadas no contexto esportivo, sendo momentos de comemoração pela vitória ou medalha, e em outros durante a performance na competição. Por outro lado, foram identificadas diversas representações sociais, por meio das formações discursivas, que ora apresentam as mulheres atletas como guerreiras, ora como meninas. A visão androcêntrica ainda persiste no texto jornalístico, bem como a invisibilidade e a sub-representação de conquistas importantes para as mulheres atletas.

Palavras-chave: Representações sociais; Atletas Olímpicas; Jornalismo - esportes, Gênero, Comunicação.

ABSTRACT

The thesis was aimed at analyzing the social representation of Brazilian and foreign Olympic women from the covers of *O Globo Rio* newspaper and *Rio 2016* Special Section during Rio 2016 Olympic Games. The participation of women in Rio 2016 was a highlight, representing 46% of registered athletes, the largest number of women in the history of games, and has sparked several debates on gender equality. Several studies have shown that sports media coverage tends to favor male athletes rather than female ones, and athletes are often much more portrayed by their appearance, clothing and personal life in sports reports. The research presents bibliographical review related to the studies of gender and social representations of the women; the game as an element of culture; male domination in the sports field, the history of women in sports in Brazil and the trajectory of women in the Olympics. As methodology, it is used the Critical Analysis of Discourse, to identify the discursive constructions and the representations of the athletes, in covers of *O Globo* newspaper and *Rio 2016* Special Section during Rio 2016 Olympic Games. It is considered that the media has an important role in the construction of new representations, giving space for the female athletes to present their insertion in the practice of sports. Media discourses provide an analysis of representations, meanings, and symbolic aspects of gender configurations, since it carries meanings that express power relations, social and ideological positions that impact on the empowerment of women. Today, despite the fact that women have had several achievements in the search for their spaces and rights, and even though the gender egalitarian discourse is present in many areas such as culture, education, legislation and sport, the changes are still slow when analyzing the representations of women in the media in general. In the sport environment, it is no different. The results indicate that the newspaper, in its covers, avoided machismo and sexism, which are present in several journalistic coverage of sports. The images of the women athletes were presented in the sport context, being moments of celebration for the victory or medal, and in others during the performance in the competition. On the other hand, several social representations were identified, through the discursive formations, which now present women athletes either as warriors, or sometimes as girls. The androcentric vision persists in the journalistic text, as well as the invisibility and under-representation of important achievements for female athletes.

KEY WORDS: Social representation; Olympic athletes; Journalism Sports; Gender; Communication.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Direito de participação das mulheres nos esportes olímpicos	122
Quadro 2: Jogos Olímpicos e a participação das atletas brasileiras	125
Quadro 3: Medalhas das Mulheres Olímpicas Brasileiras	126
Quadro 4: Categorias Analíticas	136
Quadro 5: Corpus Análise - Capas do Jornal <i>O Globo Rio</i>	159
Quadro 6: Corpus de Análise – Capas do <i>Caderno Especial – Rio 2016</i>	161
Quadro 7: Imagens das Capas do Jornal <i>O Globo Rio</i>	178
Quadro 8: Corpus de Análise – Capas do <i>Caderno Especial Rio 2016</i>	221
Quadro 9: Capas do Jornal – Representações Sociais/ Formações Discursivas.....	244
Quadro 10: Capas do <i>Caderno Especial Rio 2016</i> - Representações Sociais/ Construções Discursivas	246

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Corpo de Participante da marcha.....	73
Figura 2: O ano do Feminismo na Internet.....	75
Figura 3: Buscas na Internet	77
Figura 4: Atleta Norma Enriqueta Basilio	111
Figura 5: Primeiras medalhistas olímpicas brasileiras	116
Figura 6: Atleta Sandra Pires	118
Figura 7: Marta - jogadora de <i>futebol</i> brasileira	119
Figura 8: Maurren Maggi	120
Figura 9: Time Brasil	124
Figura 10: Concepção tridimensional do discurso.....	134
Figura 11: Campanha Time Brasil – Salto com Vara	169
Figura 12: Campanha Time Brasil - Vôlei	170
Figura 13: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 01/08/2016	183
Figura 14: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 02/08/2016	185
Figura 15: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 04/08/2016	189
Figura 16: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 08/08/2016	194
Figura 17: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 09/08/2016	199
Figura 18: Sai Neymar, entra Marta - Jornal <i>O Globo Rio</i>	201
Figura 19: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 12/08/2016	203
Figura 20: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 13/08/2016	207
Figura 21: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 14/08/2016	209
Figura 22: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 16/08/2016	211
Figura 23: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 19/08/2016	213
Figura 24: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 23/08/2016	216

Figura 25: Capa jornal <i>O Globo Rio</i> – 26/08/2016	218
Figura 26: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 08/08/2016	223
Figura 27: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 09/08/2016	228
Figura 28: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 12/08/2016	232
Figura 29: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 14/08/2016	235
Figura 30: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 18/08/2016.....	238
Figura 31: Capa do <i>Caderno Especial Rio-2016</i> – 19/08/2016.....	241

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. PROBLEMAS DE GÊNERO, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	26
2.1 Estudos de Gênero	27
2.2 Relações de Gênero e Representações Sociais	45
2.3 O Papel da Comunicação na construção e manutenção das Representações	56
2.4 As Representações Sociais das Mulheres na Mídia Brasileira.....	63
2.5 A Primavera das Mulheres – O feminismo no século XXI	72
3. OS JOGOS, AS MULHERES E AS OLÍMPIADAS	81
3.1 O Jogo como elemento da Cultura.....	81
3.2 O Campo Esportivo e a Dominação Masculina.....	88
3.3 As Mulheres e o Esporte no Brasil	95
3.4 As Mulheres e os Jogos Olímpicos da Era Moderna	102
3.5 <i>Rio 2016</i> – As Olimpíadas das Mulheres	123
4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	128
4.1 Análise Crítica do Discurso (ACD).....	129
4.2 Critérios de Noticiabilidade.....	144
4.3 Análise e Interpretação da Fotografia.....	149
4.4 Procedimentos Metodológicos.....	154
4.5 Seleção do Corpus de Análise.....	156
4.5.1 <i>Jornal O Globo</i>	157
4.5.1.1 Corpus de Análise - Capas do <i>Jornal O Globo Rio</i>	158

5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DAS CAPAS DO JORNAL	163
5.1 Um Problema: A Representação das Mulheres Atletas no Discurso Jornalístico.....	164
5.2 Obstáculos a serem superados	167
5.2.1 Aspectos Conjunturais - Jogos Olímpicos – <i>Rio 2016</i>	167
5.2.2 Análise da Prática Particular.....	173
5.2.3 Análise do Discurso.....	177
5.2.3.1 Análise das Capas do Jornal <i>O Globo Rio</i>	177
5.2.3.2 Análise das Capas do Caderno Especial <i>Rio 2016</i>	219
5.3 Reflexões sobre a Análise das capas do Jornal <i>O Globo Rio</i> e do <i>Caderno Especial Rio 2016</i>	242
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	254
 ANEXO	
Anexo 1. Capas do Jornal <i>O Globo Rio</i> _Homens Atletas	262
Anexo 2. Capas do <i>Caderno Especial Rio 2016</i> _Homens Atletas	264

1. INTRODUÇÃO

As questões referentes ao gênero acompanham a humanidade desde a sua origem e contribuíram para naturalizar a superioridade masculina, fazendo com que a mulher estivesse sujeita a diversas proibições, papéis sociais, estereótipos, e valores advindos da sociedade patriarcal. Mas, no início do século XX, os movimentos feministas começaram a se fortalecer, inicialmente tendo como pauta o direito ao voto das mulheres, considerado como uma das grandes conquistas, e que possibilitou posteriormente o surgimento de outras reivindicações em relação às questões de desigualdades e discriminação entre gênero, na luta pela autonomia e emancipação das mulheres.

Na metade do século XX uma fase histórica das mulheres emergiu, surgindo assim uma nova consciência feminina, em que as feministas tiveram como desafio demonstrar que não são características anatômicas e fisiológicas que definem as diferenças utilizadas como justificativa para a desigualdade de gênero, mas sim o modo pelos quais são representadas e valorizadas as características femininas e masculinas. Na busca de uma nova identidade para a mulher, assim como um novo papel na sociedade, foram realizados vários debates, envolvendo: sexismo, machismo, a opressão das relações de trabalho, a educação e as proibições no campo esportivo, tido como um espaço de hegemonia masculina (MEYER, 2003).

Nas últimas décadas, as mulheres obtiveram várias conquistas na busca de seus espaços e direitos, muito embora o discurso igualitário entre gênero esteja presente em diversas áreas como cultura, educação, legislação e esporte, as mudanças ainda são lentas quando se analisam as representações das mulheres na mídia de forma geral, em especial no ambiente esportivo. Por muito tempo, o campo esportivo teve a lógica da dominação masculina, em que a mulher foi considerada como invasora de um espaço consagrado aos homens. Como atividade de lazer ou como uma prática sistemática, o esporte permitiu unificar um conjunto de adjetivos que representam o mundo masculino: força, superioridade, determinação, resistência e busca de limites. Os valores do esporte contribuíram para dificultar o processo de inserção das mulheres, devido aos aspectos culturais que as valorizavam pela fragilidade e maternidade (RUBIO; SIMÕES 1999).

Para conquistar o direito de participação plena nos Jogos Olímpicos, as mulheres enfrentaram diversas dificuldades, em especial nos esportes de alto contato, devido às representações sociais construídas sobre o papel feminino. Somente na década de 1980 os esportes de alto contato começaram a ser liberados para a competição das atletas nas Olimpíadas, o que demonstra a desigualdade de gênero no campo esportivo e a longa trajetória de superação das esportistas para serem aceitas nesse universo de machismo velado. O ambiente esportivo é também um modelo da realidade social, no qual valores culturais e sociais, assim como implicações ideológicas, econômicas e políticas estão presentes, refletindo a sociedade (DEVIDE, 2005).

No Brasil, o processo de apropriação do espaço esportivo pela mulher foi diferente do processo de apropriação de outros espaços. No campo esportivo, a mulher brasileira não enfrentou um confronto com o homem pela redistribuição do espaço, pelo contrário, ela teve um processo de infiltração lento, sutil e progressivo, sem representar perigo à hegemonia masculina e sem o discurso de contestação. Atualmente, a mulher está presente na prática de quase todas as modalidades esportivas, e, simultaneamente, passa por um novo processo de transformação visível das representações sociais face à sua infiltração nessa prática. Mas é importante salientar que no esporte não houve um movimento feminino ou feminista pela equalização de gênero, num contexto em que é o homem, em sua maioria absoluta, que comanda as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro (MOURÃO, 2000).

Ainda hoje a organização hierárquica dos esportes é dominada pelos homens, como consequência a cobertura pela mídia dos esportes praticados por mulheres tem menos visibilidade e divulgação em relação aos esportes masculinos, além dos prêmios recebidos pelas esportistas possuírem menor valor se comparado com os dos homens (KNIJINIK, 2010). A partir do momento em que as mulheres começaram a se destacar no esporte de alto nível tiveram sua identidade feminina questionada, foram criticadas pelo seu porte, corpo e aparência, em detrimento da sua performance. Portanto, as mulheres precisaram também romper com as barreiras de gênero, firmadas em pressupostos biológicos que as posicionam como inferiores aos homens (DEVIDE, 2005).

Destaque-se que as mulheres do esporte ainda vivenciam desafios, tendo em vista o senso comum institucionalizado de invisibilidade das conquistas das atletas. É no universo sociocultural que são produzidas e naturalizadas as representações sociais, um sistema de produção de significados, através das representações mentais, linguagens e signos. Por isso, a representação social da mulher nos esportes ainda está relacionada com a trajetória de discriminação enfrentada ao longo de vários séculos pelas atletas, propagadas através de discursos de sexo frágil, inferioridade, feminilidade etc. Deste modo, embora nos últimos anos a participação e aceitação das mulheres nos espaços esportivos tenha aumentado de forma significativa, há ainda resquícios de um conservadorismo patriarcal, impondo ao gênero feminino determinadas representações sociais.

As mídias sempre contribuíram para disseminar os valores do patriarcado e para fortalecer o culto da objetificação feminina, reproduzindo estereótipos, preconceitos e naturalizando as construções discursivas do que é ser feminina e de qual é o papel da mulher na sociedade. No campo esportivo persiste uma desigualdade na forma de tratamento das conquistas de homens e mulheres no esporte, pois ainda há uma reserva masculina, que acontece em três esferas: na organização esportiva com diferentes números de participação entre homens e mulheres como atletas; na administração em federações clubes e comitês, e nas imagens veiculadas pela mídia, em que as mulheres tendem a ser sub-representadas ou subestimadas (THÉBERGE, 1994 apud DEVIDE, 2005).

Os meios de comunicação têm importante papel a desempenhar quando se analisam as questões de gênero, posto que a responsabilidade social dos veículos de comunicação (rádio, jornal, televisão, mídias digitais etc.) tanto pode destruir como construir uma nova consciência social e o exercício da cidadania perante as questões que, do ponto de vista cultural, são inerentes ao gênero feminino. A reflexão é importante, afinal o esporte representa uma oportunidade de emancipação da mulher e é significativo compreender que as formas de representações sociais possuem desdobramentos relacionados com os estudos de gênero e esportes, uma vez que as reproduções influenciam na disseminação e naturalização do que é ser feminino e masculino (SIMÕES, 2004).

Baseadas nesse contexto, as relações de gênero nos esportes estão cada vez mais presentes nas pesquisas acadêmicas, envolvendo as questões da sociedade, da mídia e do ambiente esportivo como um espaço repleto de representações. Dessa forma, a tese se propõe a estudar as relações de gênero no esporte e as representações sociais das mulheres atletas no discurso jornalístico, buscando elementos que possam contribuir para identificar se com o crescimento da participação das mulheres nos esportes e também das pautas do feminismo no século XXI, houve mudanças em relação à cobertura midiática. Assim, parte-se do pressuposto de que a visibilidade das mulheres nos esportes ainda não possui equidade em comparação com os homens, pois é preciso romper com as representações sociais estabelecidas de uma sociedade patriarcal; uma delas, por exemplo, supõe que as práticas esportivas mais intensas acarretariam a masculinização do corpo feminino. Por outro lado, as conquistas das atletas ainda tendem a ser subvalorizadas pelos meios de comunicação, que confere pouca visibilidade para as atletas e/ou reiteram representações normatizadas de beleza e de feminilidade em detrimento a sua performance esportiva.

O tema da pesquisa se constitui na análise das representações sociais das atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras, através da Análise Crítica do Discurso das Capas do Jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio-2016*, durante os Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro. A participação feminina na *Rio-2016* foi um destaque, visto que dos 11.303 atletas inscritos, 5.185 foram mulheres atletas, totalizando 46% e representando o maior número de mulheres olímpicas na história dos jogos, o que a levou a ser denominada de as *Olimpíadas das Mulheres*.

Considerando esse tema e o objeto, bem como a hipótese, que as representações das mulheres atletas ainda estão baseadas em uma visão androcêntrica, já que envolvem as práticas de construção de significados e implicam as relações de poder no campo esportivo e que às atletas ainda cabem pequenos espaços de visibilidade, objetiva-se nesta tese, através da análise crítica do discurso, analisar quais as representações discursivas (verbal e não verbal) das mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras foram veiculadas pelo discurso jornalístico, verificando permanências e mudanças em relação aos estudos anteriores. Como objetivos específicos busca-se identificar 1) quantificar a

presença feminina e masculina nas capas, comparando se há equidade, 2) verificar quais esportes se tornaram pautas e sua relação com o contexto social, 3) analisar as formações discursivas e as representações sociais, através de textos e imagens nas matérias jornalísticas publicadas das atletas olímpicas; 4) verificar se a mídia impressa contribuiu para a ressignificação de novas representações e identidades ou reafirmou papéis sociais e estereótipos.

Dessa forma, partimos desses objetivos e dos pressupostos de que (1) as atletas não possuem equidade de visibilidade na mídia em comparação com os homens (2) a cobertura esportiva tende a subvalorizar as conquistas das mulheres (3) a mídia pode contribuir para reafirmar e/ou ressignificar as representações sociais das mulheres no campo esportivo. Foram respondidas as seguintes questões:

- A cobertura esportiva durante os Jogos Olímpicos *Rio-2016* contribuiu para dar visibilidade às mulheres atletas, equiparado aos homens atletas?
- Quais discursos jornalísticos (verbal e não verbal) foram utilizados para retratar as vitórias e derrotas das atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras?
- Quais representações e ou formações discursivas a mídia esportiva impressa preconizou sobre as atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras, durante os Jogos Olímpicos *Rio-2016*?

A discussão é importante, uma vez que a partir do momento em que a mulher adentrou no campo esportivo assumindo valores hegemônicos masculinizados e começou a competir de forma profissional em várias modalidades, vários estereótipos foram sendo derrubados, como a ideia de que as mulheres são sexo frágil e que lhes falta um espírito competitivo e coletivo. Assim, o esporte trouxe uma mudança no papel social da mulher ao explorar os limites de força, resistência e destreza do corpo e ao redimensionar características psicológicas, como a competitividade, o trabalho em grupo, o esforço individual, conjunto e o planejamento para o alcance de metas e objetivos. Porém, o ambiente esportivo ainda se mantém como um espaço de hegemonia masculina, que naturaliza representações sobre o que é ser homem e ser mulher. Há muitas barreiras que as atletas precisam superar para que possam permanecer na prática esportiva, que envolvem a igualdade de gênero, representatividade, visibilidade, incentivos e oportunidades. De forma geral, a representação social das mulheres

ainda está relacionada aos papéis sociais patriarcais, pois falta representatividade das atletas nos cargos de direção e administração das entidades esportivas, assim como espaços de visibilidades (SIMÕES, 2003).

Como resultados da pesquisa, explora-se evidências que contribuam para compreender as formações discursivas e representações sociais das atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras nas páginas do Jornal *O Globo-Rio*, pois considerando o novo cenário das mulheres no campo esportivo, em que a presença das atletas vem se tornando cada vez maior em todas as modalidades, busca-se agora refletir sobre de que forma o discursivo jornalístico contribuí para dar (in)visibilidade e credibilidade para as conquistas das atletas, colocando em debate as questões de gênero e se houve mudanças da dominância masculina na cobertura esportiva na mídia impressa.

Para atingir os objetivos, a tese está dividida em seis capítulos que visam se complementar, permitindo uma reflexão sobre os problemas de gênero e as representações das mulheres no campo esportivo e os discursos da mídia. O primeiro capítulo inclui a *Introdução*, que apresenta o projeto de pesquisa desenvolvido, o qual envolve: o tema, os objetivos, problematização, justificativa, hipóteses, objeto, metodologia e a fundamentação teórica utilizada, assim como a estruturação do trabalho e os conteúdos dos capítulos.

No segundo capítulo *Problemas de Gênero, Representações Sociais e os Meios de Comunicação* apresentam-se as teorias relacionadas aos estudos de gênero, representações sociais, o papel da comunicação na construção e manutenção das representações das mulheres, e um breve contexto da utilização da comunicação digital pelos movimentos feministas no século XXI. Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica histórica dos problemas de gênero e das representações sociais, por meio de obras de Heloneida Studart (1990), Dagmar Meyer (2003), Guacira Lopes Louro (1997, 2002), Joan Scott (1995) e Judith Butler (2017).

Com base nos estudos das teóricas, considera-se que há uma problematização em relação aos conceitos de gênero construídos ao longo do tempo por correntes feministas, que criaram uma relação binária entre sexo e gênero, como o sexo sendo dado pela natureza e o gênero como registro da cultura e da sociedade, criando um determinismo biológico, que a princípio serve

para naturalizar a desigualdade entre homens e mulheres. A naturalização do poder esconde como os mecanismos operam, o que dificulta a possibilidade de contestação e de transformação da estrutura social. Em estudos recentes surgiu uma nova proposta referente ao gênero, em que o sexo também é compreendido como uma categoria construída social e culturalmente, enquanto o gênero é uma categoria performativamente produzida, pois não é uma essência nem uma construção social, mas uma produção do poder, assim como o gênero, o sexo, também é produzido discursivamente. Esse conceito de gênero permite compreender que as diferenças sexuais não podem ser determinantes nas diferenças sociais entre homens e mulheres, mas sim, que são significadas e valorizadas culturalmente, produzindo diferenças que são ideologicamente naturalizadas.

Para suporte teórico em relação às representações sociais, o papel da comunicação e representações sociais das mulheres na mídia brasileira, considerou-se os estudos de Serge Moscovici (1978, 2003, 2012) e Denise Jodelet (1989), Dulcília Schroeder Buitoni (1989), Gilles Lipovetsky (2000), Rosa Maria Bueno Fischer (1996). As representações sociais não são apenas opiniões ou imagens sobre algo, mas sim um sistema coletivo, que possui uma lógica e uma linguagem particular, baseado em valores, conceitos e crenças, que são compartilhados pelos grupos. A discussão das representações sociais traz em seus conceitos preocupações importantes, referentes a como a mídia contribui para naturalizar as representações, refletindo sobre as possibilidades de modificação e ou de ressignificar as representações das mulheres em uma sociedade que ainda possui uma visão androcêntrica, em especial no campo esportivo, espaço marcado pela hegemonia masculina.

No terceiro capítulo, *Jogos, Mulheres e as Olimpíadas*, são investigados teóricos que destacam a importância do jogo como elemento da cultura, a dominação masculina no campo esportivo, a história das mulheres e o esporte no Brasil, e a trajetória das mulheres nas Olimpíadas, assim como sua evolução e conquistas no direito de participação, e finalizando com a *Rio-2016* que se destaca pelo número de participação das mulheres, a partir das obras de Johan Huizinga (2010), Roger Caillois (1990), Silvana Goellner (2005, 2009, 2012), Ludmila Mourão (2000, 2003, 2005), Fabiano Pries Devide (2002, 2005), Kátia Rubio (1999, 2011,

2015), Pierre Bourdieu (2014), Jorge Dorfman Knijnik (2004, 2010) e Antonio Carlos Simões (2003, 2004).

É fato que as mulheres realizaram nas últimas décadas progressos em relação à participação feminina nos esportes em nível mundial. No Brasil, foram implementados programas de incentivos às mulheres, focados no aumento de oportunidades, no entanto os projetos de modo geral não se preocuparam com a modificação das estruturas desiguais do contexto das relações de gênero. Na busca da igualdade participativa, as feministas do esporte têm lutado por mudanças legislativas que consideram gênero como um princípio organizador, todavia há poucas discussões que tratem das dimensões simbólicas e ideológicas de opressão de gênero, o que reforça o atual sistema esportivo que tem no homem o seu modelo (DEVIDE, 2005).

Mesmo que o crescimento de participação das esportistas seja significativo nos últimos anos, é preciso ter cautela quando se analisa as condições de igualdade entre homens e mulheres no campo esportivo, afinal ainda há diferenças que podem ser identificadas nos clubes e associações esportivas em relação ao número de participantes homens e mulheres, na presença das mulheres em áreas de lazer, nos estádios e ginásios como espectadoras e também nos espaços de visibilidade como os meios de comunicação (GOELLNER, 2009).

No quarto capítulo, *Fundamentos Teóricos – Metodológicos*, são descritas as metodologias utilizadas para elaboração dessa tese, que englobam: pesquisas bibliográficas, coleta de Jornal e Análise Crítica do Discurso. Para tanto, aborda os conceitos teóricos da Análise Crítica do Discurso, utilizada para análise dos elementos textuais e formações discursivas das capas de jornal, baseadas nos estudos de Norman Fairclough (2001, 2008) e Teun A. Van Dijk (2017). Para análise iconográfica e interpretação iconológica das fotografias foram adotados os conceitos teóricos dos trabalhos de Boris Kossoy (2001, 2002). O capítulo apresenta ainda o corpus de pesquisa – as capas de jornais *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016*, realizadas no período de 01º a 31 de agosto 2016, que serão os objetos de comunicação midiática de análise da tese.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma perspectiva teórica para pesquisa social científica que se propõe a estudar a linguagem como prática social, considerando o contexto como um fator crucial, que influencia na relação entre a

linguagem e o poder. Para a ACD, a linguagem é um meio de dominação e de força social que serve para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente, portanto busca as relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001, 2012).

No quinto capítulo, *Análise Crítica do Discurso das Capas do Jornal* são realizadas as análises das capas do jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016* selecionadas no corpus da pesquisa, a partir da estrutura analítica para Análise Crítica do Discurso de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999). A análise parte da percepção de um problema social que está relacionado com as representações das mulheres atletas no discurso jornalístico e dos obstáculos a serem superados, que englobam o contexto social e aspectos conjunturais das relações de gênero no esporte e nas Olimpíadas, buscando atender aos objetivos traçados e estabelecer uma reflexão com os conceitos teóricos investigados de gênero, representações e de esportes.

Finalizando, o sexto capítulo, *Considerações Finais*, dedica-se às reflexões sobre as análises dos resultados alcançados, bem como as contribuições para o campo da comunicação e do esporte, além de apresentar as limitações e sugestões para novas investigações. O estudo permitiu verificar que embora o discurso jornalístico esteja passando por mudanças em relação às questões de gênero, no campo esportivo ainda há uma desigualdade de visibilidade na cobertura midiática entre homens e mulheres atletas. Os espaços destinados às mulheres atletas confere visibilidade limitada equiparado com os dos homens, além disso, em outros momentos, o discurso jornalístico, ainda que de forma sutil, tende a uma sub-representação das conquistas e/ou infantilizar as atletas. Por outro lado, foi possível identificar que a mídia analisada priorizou em várias capas imagens das atletas em momentos de comemoração, que seria uma forma de ressignificar o papel das mulheres, ao apresentá-las como vitoriosas.

2. PROBLEMAS DE GÊNERO, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

*Para registro, feminismo, por definição, é a crença de que homens e mulheres devem ter oportunidades e direitos iguais. É a teoria da igualdade política, econômica e social entre os sexos.
(Emma Watson)*

O capítulo investiga os problemas de gênero, que são atravessados por discursos e representações das mulheres, buscando compreender a história contemporânea do movimento feminista baseado em estudos de Dagmar Meyer, Guacira Lopes Louro, Heloneida Studart, Céli Pinto, Joan Scott e Judith Butler.

As mulheres, devido ao processo histórico, aos valores culturais da sociedade, por muito tempo tiveram sua liberdade limitada e seus direitos cerceados, que as colocavam como um sujeito inferior em relação aos homens. Com isso, as mulheres foram representadas socialmente, por um longo período, por peculiaridades como fragilidade, paciência, emotividade, passividade, cuidadora, sexualidade e docilidade, caracterizando o *ethos* feminino. Já as qualidades masculinas, nas representações sociais, foram sempre ativas, como força, dinamismo, agressividade, virtuosidade, inteligência e resistência, aspectos que caracterizaram o homem como um ser superior na sociedade. À vista disso, o capítulo busca também compreender as representações sociais, baseados nas pesquisas de Serge Moscovici, Denise Jodelet e Sandra Jovchelovitch e como os seus desdobramentos estão relacionados aos estudos de gênero, já que a reprodução e manutenção das relações de poder influenciam na disseminação e naturalização do que é ser feminino e masculino e a mídia contribui para reafirmar e ou ressignificar as representações.

Desta forma, o capítulo aborda também as representações sociais das mulheres na mídia brasileira, buscando identificar os sentidos e os efeitos produzidos, relacionado com o papel da mulher na sociedade em cada época. E, por último, retrata como as novas tecnologias de comunicação e as mídias sociais, têm contribuído com o crescimento dos movimentos feministas no século XXI, buscando disseminar o empoderamento e o protagonismo das mulheres na sociedade.

2.1 Estudos de Gênero

O conceito de gênero relaciona-se com diversos estudos e está diretamente ligado à história contemporânea do movimento feminista que o identifica aos valores atribuídos a homens e a mulheres, bem como aos padrões de comportamentos culturais estabelecidos na sociedade, portanto não se relaciona diretamente com sexo biológico, mas sim com uma construção social. Segundo Dagmar Meyer (2003), professora e pesquisadora sobre relações de gênero, nos estudos de gênero o foco da investigação está voltado para os modos distintos de se constituírem as características de homens e mulheres na esteira da cultura, atravessados por discursos e representações que foram amplamente propagados e naturalizados também pelas produções culturais.

Mas a desigualdade de direitos baseada nas diferenças sexuais entre homens e mulheres vem de longa data determinando os papéis sociais e comportamentais, e, por muito tempo, contribuiu para a naturalização da superioridade masculina, instituindo aquilo que seria um comportamento feminino apontado como apropriado, por isso o capítulo aborda também as relações de gêneros. Desde a antiga sociedade feudal, as mulheres foram consideradas seres inferiores, conseqüentemente deveriam ser submissas aos homens. O homem detinha o poder e mandava na mulher, a dependência era visível e praticamente irrestrita, desse modo a dominação masculina imperava em todos os aspectos da vida das mulheres. Estas, em todas as fases de sua vida deviam obediência aos homens. Inicialmente, a mulher condicionada pela sociedade patriarcal devia subserviência ao pai, posteriormente, com o casamento, ao marido. As mulheres serviam para satisfazer às pulsões masculinas até nas suas formas mais simples (ELIAS, 1994, p. 78).

Nas sociedades patriarcais, os homens foram destacados como seres superiores, através de uma autoridade imposta institucionalmente que os colocavam acima das mulheres em todos os quesitos. Essa imposição de relação desigual consolidou-se por muito tempo, tornando a mulher, na estrutura feudal, uma propriedade do marido, sendo tratada como parte dos seus bens. A dominação e o poder dos homens na sociedade patriarcal, pode ser considerada como o alicerce da sociedade contemporânea.

A autoridade patriarcal era tão rígida, que o pai (homem) podia condenar à morte filhos ou filhas. Mas o costume, já moldado à concepção da superioridade masculina, modifica a lei; assim todo recém-nascido masculino é preservado. Mas as meninas frequentemente abandonadas para morrer (STUDART, 1990, p. 11).

O poder patriarcal induzia a mulher, além da morte ao nascer, à castidade severa durante muito tempo de sua vida, pois deveria se casar virgem e, na maioria das vezes, não tinha liberdade de escolher o marido. Casava-se com o homem escolhido por seu pai, e a esse segundo senhor deveria servir até à morte.

A Revolução Francesa, em 1789, marcou a ascensão da burguesia ao poder político, colocando fim na estrutura política, econômica e social, com resquícios do feudalismo inaugurou a chamada Idade Contemporânea, porém não trouxe grandes avanços para as mulheres. A mulher participou dos movimentos de rua e manifestações juntos aos homens, no entanto não conseguiu formular pautas sobre suas profundas necessidades, mesmo na França onde o movimento de independência das mulheres estava à frente de outros países. O papel da mulher estava relacionado à concepção iluminista, assim o seu espaço era o doméstico, de mães-educadoras; dessa forma a sua educação era diferenciada, pois tinha como objetivo prepará-las para educar os filhos, para que eles se tornassem bons cidadãos. A Revolução Francesa frustrou sonhos, pois suas conquistas não se reverteram para o povo. O Código napoleônico paralisou as pretensões femininas durante o século XIX, e consolidou a jurisprudência da incapacidade da mulher. Os pensadores iluministas não admitiam a ideia de igualdade de gênero (STUDART, 1990).

Em todos os países, as leis instituídas afirmam o mesmo: a mulher é obrigada à obediência, deve seguir o homem ao domicílio que ele fixa, em caso de adultério está sujeita à reclusão até à morte (a lei é muito benigna para o homem, nesses casos), e não pode assumir obrigações sem autorização do marido (STUDART, 1990, p. 32).

Os papéis das mulheres e dos homens eram bem definidos; a função da mulher era ser uma boa esposa, mãe, educadora dos filhos e cuidadora do lar. Já o homem era responsável por prover o sustento da família, pelo trabalho pesado e envolvimento nos assuntos políticos. Mesmo à sombra dos homens, as mulheres participaram intensamente da Revolução Francesa, buscando transformar a

condição econômica das famílias e os direitos políticos de igualdade com os homens, mas não tiveram êxito. A Revolução Francesa concebeu direitos primordiais para os seres humanos, isto é, o direito à vida, à prosperidade e à liberdade, através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que estabelecia que todos os homens eram iguais perante a lei, porém as mulheres foram excluídas, já que os homens revolucionários vetaram seus direitos de participação política, declarando assim a inferioridade da mulher. A mulher continuou como “a representação do privado, e sua participação ativa, como mulheres em praça pública, era rejeitada por praticamente todos os homens” (HUNT, 2009, p. 23). Assim, as mulheres continuaram excluídas na vida pública:

Os homens eram biologicamente fortes, audaciosos e empreendedores; as mulheres eram fracas, tímidas e apagadas. [...] Cabanis recusava qualquer papel intelectual e político da mulher; uma carreira política destruiria a família, fundamento da sociedade e base da ordem social (HUNT, 2009, p.45).

Porém, mesmo excluídas de representação política, muitas mulheres estiverem à frente de seu tempo, e se fizeram presentes, marcando a atuação feminina na revolução, no início dos trabalhos da Assembleia, nos salões literários, em grupos feministas e em manifestações de ruas. Conforme Hunt (2009, p. 172), durante a Revolução, “entre 1791 e 1793, as mulheres estabeleceram clubes políticos em ao menos cinquenta cidades provincianas e de maior porte, bem como em Paris. Os direitos das mulheres começaram a ser debatidos nos clubes, em jornais em panfletos”. Muitas mulheres se destacaram na luta pelos direitos de igualdade, entre elas, a feminista Olympe de Gouges (1748-1793), que acreditava na capacidade da mulher para salvar a França, e em 1791 escreveu a Declaração dos Direitos da Cidadã, em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que excluía as mulheres dos direitos:

A sua declaração dos Direitos da Mulher insistia que a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. (Artigo 1º) Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos seus [da lei] olhos, devem ser igualmente admissíveis a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo sua capacidade e nenhuma outra distinção que não seja a de sua virtude e talentos (Artigo 6º) (HUNT, 2009, p. 172).

Em 1793, Olympe Gouge foi acusada de revolucionária, e de esquecer-se das virtudes de seu sexo, sendo guilhotinada. No mesmo ano as mulheres foram proibidas de frequentar as Assembleias e foram proibidos os clubes políticos femininos.

Com o passar dos anos e o crescimento da Industrialização, e a servidão feminina contribuíram para a criação da exploração do trabalho feminino por meio de jornadas excessivas de trabalho em condições higiênicas temerosas, e com salários muito inferiores aos dos homens. O sindicato dispunha de um mínimo de mulheres associadas, afinal elas não sabiam defender o valor do próprio trabalho (STUDART, 1990, p. 33).

A construção social dos gêneros está envolvida em um processo mais complexo que compreende as várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes. Portanto o contexto atual das relações de gênero é composto pela relação entre o patriarcado e o capitalismo. Assim, com a intensificação da exploração da classe trabalhadora e o aumento da desigualdade social, aprofundou-se a situação de dominação-exploração sobre a mulher.

No século XIX os movimentos feministas começaram a se formar e ganharam maior visibilidade, inicialmente com a reivindicação do direito de voto às mulheres. Com o crescimento do movimento em diversos países, foram incluindo novas pautas, tais como os problemas do papel das mulheres na sociedade, a opressão e dominação masculina. A partir de ações revolucionárias, as mulheres inauguraram a luta pela igualdade de direitos, a causa feminina cresceu no século XXI. Os movimentos de mulheres e o feminismo construíram trajetórias diferenciadas e são apresentados sob diversas óticas e, de forma mais recente, em um esforço analítico, fazem referência por meio de “ondas”, que são períodos cronológicos que demarcam as reivindicações e auxiliam na compreensão dos movimentos.

A “primeira onda” relaciona-se ao movimento sufragista, movimentos feministas que reivindicam o direito ao voto das mulheres. Foi um importante movimento social que começou a ter visibilidade no final do século XIX. Segundo Meyer (2003), em 1930 as mulheres conquistam o direito ao voto, circunstância esta apontada por vários estudos como uma das primeiras grandes conquistas

femininas. Mas, somente em 1948, com a proclamação das Organizações das Nações Unidas (ONU)¹ da Declaração dos Direitos Humanos, surgiu um espaço para o debate de ideias em relação às questões de desigualdades e discriminação envolvendo gênero, cor, credo, religião e ideologias em vários países.

A desigualdade de direitos entre homens e mulheres indicou aos países a necessidade de implementação de leis e normas, mas também de programas e ações que viabilizassem o alcance desta igualdade. No Brasil, o movimento iniciou-se em 1890 com a Proclamação da República e finalizou em 1934, quando foi estendido o direito ao voto às mulheres. A luta pelo direito ao voto agregou também outras reivindicações como o direito à educação, condições adequadas de trabalho e o exercício da docência, fato este que marcou o feminismo como um acontecimento social significativo na história da humanidade (MEYER, 2003).

O feminismo inicial da “primeira onda”, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. Segundo Meyer (2003), entre as décadas de 1960 e 1970 os movimentos feministas cresceram, marcando a “segunda onda” e a luta pelo fim das desigualdades de direitos, pela autonomia e emancipação das mulheres. Havia um ambiente intenso de debates e questionamentos com os movimentos de contestação europeus, que na França resultaram nas manifestações de maio de 1968. No Brasil, a segunda onda dos movimentos feministas está associada à explosão de movimentos de oposição aos governos de ditadura, e depois aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira, no início dos anos 1980.

Para Meyer (2003, p. 15), desde a segunda metade do século XIX, mulheres das “camadas burguesas europeias e americanas ocupavam espaços nas escolas e nos hospitais, mas suas atividades eram, quase sempre, controladas e dirigidas por homens”. As atividades desenvolvidas pelas mulheres “eram representadas como secundárias, ou de apoio, ligadas à assistência social, ao cuidado de outros ou à educação. Essas ocupações, o modo como elas foram se organizando como ‘trabalho de mulher’ nas diferentes sociedades e países” tornaram-se temas de estudos e investigação, visando discutir os interesses, as

¹ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2018.

necessidades e as dificuldades de inserção das mulheres em diversos espaços públicos.

A partir da “segunda onda” materializou-se uma nova fase na história das mulheres, com uma consciência feminina emergindo em diversos campos, em manifestações culturais, sociais, ideológicas, esportivas, econômicas e políticas, na busca da construção de uma nova identidade e de uma nova representação do papel da mulher na sociedade. Com os estudos realizados, emergiram informações sobre as condições de vida das mulheres, denunciando o sexismo existente na sociedade, o machismo e a opressão nas relações de trabalho e nas práticas educativas (MEYER, 2003).

Merece destaque nesse contexto a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, escritora e feminista. Lançada na França em 1949, rapidamente tornou-se um fenômeno editorial, com grande impacto nos movimentos feministas dos anos 1960 e 1970 e na releitura dos estigmas culturais. A obra rompe com a tradição que mantinha as mulheres submissas e invisíveis na sociedade, colocando a mulher no centro do debate. O livro é considerado como um marco teórico fundamental para a compreensão do feminismo no século XX. Porém, o contexto social pós-guerra vivido na França na época do lançamento dos livros de Simone de Beauvoir fez com que a obra fosse muito criticada, dado que a autora levantou questões importantes sobre as desigualdades entre os sexos e as relações de gênero. Logo após o sucesso, o livro foi retirado das livrarias devido às hostilidades contra a autora e a obra. Em 1956 o livro foi proibido pela igreja católica, além de Portugal e Rússia.

Em sua obra, Beauvoir problematiza o papel da mulher produzido e naturalizado pela cultura, tendo em vista que a sociedade, ao longo de sua história, construiu as representações do que deve ser feminino e masculino, com a ideia da mulher relacionada a um “eterno feminino”. Beauvoir (1970, p. 8) entende o “eterno feminino” como um homólogo da *alma negra*, epítetos que representam o desejo da casta dominadora de manter em ‘seu lugar’, isto é, no lugar de vassalagem que escolheu para eles, mulher e negro”. No seu trabalho, a autora buscou compreender os papéis sociais, ou seja, quais lugares sociais pertenciam aos homens e que lugares eram destinados às mulheres na sociedade. Nesse

contexto, discutiu as questões de opressão nas quais as mulheres viviam, diante das representações e dos papéis impostos.

Para Beauvoir, o século XIX foi marcado pela exclusão das mulheres em determinados ambientes, dado que esses lugares pertenciam aos homens como locais de socialização, de política e de prática de esportes. Mesmo no âmbito da educação, o estudo direcionado para as meninas desde cedo era voltado para atividades em espaço interno, privado da vida social, como: dona de casa, mãe de família; já os meninos tinham atividades voltadas para o espaço público e o domínio das ciências. As mulheres tinham acesso a um ensino limitado e a sua vocação natural era cuidar da sua família (BEAUVOIR, 1967).

Em seus estudos feministas, Beauvoir problematiza sobre as atribuições impostas às mulheres como: a maternidade, a sua aparência frágil, e a obrigatoriedade da organização da casa, isto é, de ser a “cuidadora do lar”, enquanto os homens podiam ocupar seus lugares em reuniões sociais, campos esportivos, espaços políticos, cafés e bibliotecas. Questionando esse papel imposto pela sociedade às mulheres, a autora iniciou o volume dois da sua obra nomeado *O Segundo Sexo: A experiência vivida* com uma frase que se tornou clássica nos estudos de gêneros, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, entendimento utilizado na atualidade para realçar as diferenças entre gênero e sexo.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Para Beauvoir (1967) é a sociedade que estabelece o gênero de cada ser humano e isso não deve ser aceito como algo natural, biológico, mas sim como algo imposto e determinado socialmente por valores e crenças naturalizadas. A mulher não nasce mulher, assim como o homem não nasceu homem. O sexo seria determinado pelos fatores biológicos, já o gênero tem como base as diferenças socialmente e historicamente construídas pelas relações sociais e culturais. Para a autora, era preciso analisar as formas de opressão e dominação a partir de um ponto de vista que articulasse a constituição social dos conceitos de sexo, classe,

raça, etnia e sexualidade, tanto como os modos das representações desses fenômenos nas sociedades.

Para Céli Regina Jardim Pinto, Doutora em Ciência Política Universidade de Essex – Inglaterra, pesquisadora sobre o tema *Feminismo – Teoria e História das Mulheres*, autora da obra *Uma História do Feminismo no Brasil* (2003), a segunda onda feminista começou no início da década de 1960 e ganhou força em 1963 com o lançamento do livro de Betty Friedan *A mística feminina* que se tornou uma espécie de “bíblia” do novo feminismo. O livro aborda o imaginário social construído sobre as norte-americanas no início dos anos 1950, debatendo o papel da mulher na sociedade, que as afastava da sua construção como sujeito, anulando a sua própria personalidade e gerando frustrações e problemas de ordem social e psicológica.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 16).

Assim, a “segunda onda” apontou que existia uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. No Brasil, a “segunda onda” só ganhou impulso em 1964, durante a ditadura militar. Já nos anos setenta, como resistência ao regime militar, os movimentos feministas foram ampliados, e passaram a agregar novas lutas por direitos de grupos específicos, tais como os dos negros e o de homossexuais (PINTO, 2010).

Para Guacira Lopes Louro, historiadora, Doutora em Educação e pesquisadora referência na área de gênero, sexualidade e educação, foi na “segunda onda” que além das preocupações sociais e políticas, irromperam também as construções teóricas sobre os estudos da mulher. O ano de 1968 é considerado um marco da rebeldia e da contestação, uma vez que foi nesse contexto de efervescência social e política que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não somente com grupos de conscientização, marchas e protestos, mas também com publicações de livros,

jornais e revistas, através da participação de diversas militantes feministas presentes no mundo acadêmico (LOURO, 1997).

Segundo Meyer (2003)

Essa trajetória rica e multifacetada do feminismo, também foi, e é, permeada por confrontos e resistências tanto com aqueles e aquelas que continuavam utilizando e reforçando justificativas biológicas e ou teológicas para as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens, quanto com aqueles que, desde perspectivas marxistas, defendiam a centralidade da categoria de classe social para a compreensão das diferenças e desigualdades sociais (MEYER, 2003, p. 15 – 16).

As feministas tiveram que debater muito para mostrar que não são características anatômicas e/ou fisiológicas, e nem as desvantagens socioeconômicas que definem as diferenças apresentadas como justificativas para desigualdades entre os homens e as mulheres. Passaram a apresentar os modos pelos quais as características femininas e masculinas são apresentadas, valorizadas ou subvalorizadas. As formas pelas quais se reconhece o que é ser feminino, ou o que é definido e vivido como feminilidade e masculinidade em determinada cultura, em um dado momento histórico. Um grupo de estudiosas anglo-saxãs começou a utilizar, então, o termo *gender*, que a partir do início da década de 1970 foi traduzido para o português como gênero (MEYER, 2003).

Para Louro (2002, p. 14), os estudos feministas como campo polêmico, plural e desafiante implicam um fazer científico que supõe lidar com a crítica e assumir a subversão. Os estudos de gênero levam em consideração dois pontos importantes; que gênero é um produto social, aprendido e transmitido por gerações, diferentemente de sexo que é baseado no determinismo biológico, e que o poder é distribuído de forma desigual entre os sexos, cabendo à mulher uma submissão ao homem, o que contribui para determinar o seu papel social.

Joan Scott, historiadora norte-americana, autora do artigo *Gender a useful category of historical analysis*, apresentou em 1986 uma leitura pós-estruturalista a respeito de gênero. Para Scott, o termo *gender* foi adotado inicialmente entre as feministas americanas, buscando enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, anteriormente estudadas na academia como “questões de mulher” ou “estudos sobre a mulher”, visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, em que o termo *gênero*

enfativava o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. O termo passou a ser utilizado no seu sentido literal “[...]como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos[...]” (SCOTT, 1995, p.1).

Para Louro (2002), o gênero enquanto uma categoria de análise proporcionou uma “virada epistemológica”. O impacto dessa categoria foi intenso, provocando muitas discussões. A partir dessa categoria, as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas.

Ao utilizar gênero, deixava de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos em meio a relações sociais de poder (LOURO, 2002, p. 15).

Nesse momento, foi criada a dualidade entre sexo e gênero, sendo que o primeiro estaria relacionado à natureza, ao determinismo biológico e o segundo aos fatores culturais que determinam o que é ser masculino e o que é ser feminino de forma temporal, comportamentos esses rejeitados pelas feministas que buscavam há muito tempo por uma igualdade entre os gêneros nos seus direitos e deveres. Baseados nesses conceitos apresentados de gênero, é possível atribuir às mulheres e aos homens muitos valores e comportamentos sociais como algo biologicamente determinado pela sociedade, cultura e tradições, através das representações simbólicas e dos conceitos normativos.

Em seu artigo, Joan Scott (1995, p. 86) apresenta o conceito de gênero em duas partes, já que compreende que a sua própria definição é complexa. Determina: “o núcleo essencial da definição se baseia na conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Dessa maneira, se gênero é uma forma de dar significado às relações de poder, é importante entender como acontecem socialmente essas relações que estão interligadas na construção social do que é ser masculino e feminino. Porém, é preciso entender que o poder social

não é unificado, coerente e centralizado, mas se dá como espaços dispersos de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais.

Esses campos de forças sociais podem ser compreendidos como uma violência simbólica da dominação masculina, conceito proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em suas pesquisas, Bourdieu (2014) descreve a violência simbólica, o *habitus* e o arbitrário cultural que contribuem para reforçar as relações de poder entre o masculino e o feminino. Para o autor, a dominação masculina é uma forma particular de violência simbólica. Esse poder impõe significações de uma tal forma, que legitima as relações de força e as dicotomias na sociedade.

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2014, p. 21).

A diferença biológica entre os sexos, do corpo masculino e do corpo feminino, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. Para Bourdieu (2014, p. 53), a “visão androcêntrica, legitimada pelas próprias práticas que ela determina, resulta da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito”. A visão androcêntrica possui relação direta com o patriarcado, pois coloca o homem no centro de todas as coisas, como centralizador do poder e dominante sexual, por esse motivo a submissão da mulher ao longo da história da humanidade. Para o autor é quase impossível romper com esse campo de força, dado que a ordem social funciona como uma máquina simbólica que ratifica a dominação masculina.

Para Montserrat Moreno, doutora em Psicologia e autora da obra *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*, as representações de gênero presentes na sociedade definem valores, visão e papéis sociais para homens e mulheres. As diferenças biológicas se transformaram em desigualdade e discriminação, que levaram ao androcentrismo, preconceito grave e impregnado no pensamento científico, filosófico, religioso e no político há milênios (MORENO, 1999).

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo (MORENO, 1999, p. 10).

O androcentrismo está muito difundido e consiste em acreditar que a visão androcêntrica do mundo é a que possuem os homens, mas na realidade essa visão é a da maioria dos seres humanos, já que homens e mulheres foram educados nela, e não puderam ou quiseram se desvencilhar. Se a mulher tolera, ela também participa do pensamento androcêntrico e mesmo que de forma inconsciente aceita as suas ideias; e em muitos casos é sua defensora e fiel transmissora, pois nele foi educada. Desta forma as relações de poder entre homens e mulheres, são transmitidas através do sistema de pensamento coletivo, que direcionam o modo de pensar, sentir e atuar de cada sociedade. Portanto, a mulher de forma consciente ou inconsciente participa do pensamento androcêntrico, de tal forma que colabora para transmitir essa visão de mundo e as representações sociais.

Para Louro (1997), os estudos feministas sempre se preocuparam com as relações de poder entre homens e mulheres, um “homem dominante *versus* uma mulher dominada — como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente”.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p.41).

Porém, nos últimos anos, os estudiosos das relações de gênero trouxeram novas contribuições para discussão sobre o poder com a leitura de Michel Foucault, filósofo francês. Para Foucault, o poder está em evidência nas relações entre a sociedade e entre os indivíduos, no entanto uma relação de poder é ação que não age diretamente sobre outro, mas em si mesma. “Não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 40).

De acordo com os estudos de Foucault (2004, p. 175), o poder não pode ser localizado e observado em uma determinada Instituição ou no Estado. O poder é considerado como algo que circula, não está localizado nas mãos dos indivíduos de tal forma que possa ser apropriado, ele circula em rede. O poder é principalmente a reprodução e manutenção das relações de força, e o poder “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”. As relações de poder estão entrelaçadas com o discurso sobre sexualidade e o saber, e sobre as relações dos homens e das mulheres.

O poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação: nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1992, p. 183).

Assim, o poder atua como uma relação de força, está em todos os lugares, envolve-se na estrutura social e nas relações, passa pelos indivíduos e funciona em cadeia. Para Foucault (2004, p. 193), o poder não pode ser visto como “um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”; senão que “o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem”. Portanto, é possível questionar as relações de poder entre os homens e as mulheres, pois o poder envolve relações de forças, como um jogo de estratégias, faz parte do ser humano e se faz presente nas práticas e nas relações humanas. Na perspectiva foucaultiana de poder aplicada às relações de gênero, é possível visualizar o rompimento com a polarização entre o masculino e o feminino, pois o poder é relação e exercício e não lugar ou posse, isto é, existe a possibilidade de resistência, ao contrário dos estados de dominação que são estáticos.

A “terceira onda” do movimento feminista teria iniciado nos anos de 1980 e viria até os dias atuais, marcada por diversas mudanças, buscando desenvolver o próprio conceito da categoria “mulher”, e não mais discutir somente as diferenças entre homens e mulheres. Os problemas de gênero não são vistos mais como algo

isolado, mas ligados fundamentalmente a outras questões como: etnia, raça, nacionalidade, sexualidade, classe e afins, sob a perspectiva de que as desigualdades sociais são oriundas do emaranhamento de relações de poder, existentes da sociedade (PINTO, 2010).

Um marco da terceira onda do movimento feminista é o lançamento do livro *Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade*, de Judith Butler, em 1990, que aborda a exclusão das mulheres dentro do próprio movimento, através de uma crítica ao movimento feminista em relação à identidade. Butler argumenta que a identidade da mulher no movimento feminista, assim como em qualquer outro local, é reducionista e excludente, uma vez que não há características humanas suficientemente estáveis e abrangentes. Por isso, para a autora, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 2017, p. 39).

Os estudos feministas trouxeram para o debate acadêmico questões importantes da sociedade como família, sexualidade, trabalho doméstico, ambiente público e privado, que foram consideradas por muito tempo temas sem relevância na Academia. Porém, para Scott (1995), a importância do conceito de gênero está na medida em que ele apresenta informações sobre as mulheres, mas também sobre os homens. É preciso desconstruir o “caráter permanente da oposição binária” masculino-feminino, não se pode compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado:

(...) “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens (...). Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Scott (1995), ao estudar gênero, é necessário pensar que as mulheres e os homens possuem uma correlação entre si, e que, portanto, não é possível separá-los para estudá-los, já que um implica no estudo do outro. Destarte, o conceito de gênero deve ser compreendido numa categoria relacional,

em uma lógica que abrange o feminino e o masculino e suas relações de dominação-submissão, relações culturais, sociais e históricas.

Inicialmente, os estudos feministas procuraram demonstrar as formas de silenciamento, submissão e opressão das mulheres. Incentivados pelo crescimento dos movimentos feministas, houve uma ampliação do campo dos estudos feministas e pós-estruturalistas, com a criação de institutos, núcleos e grupos de pesquisas. A partir disso, os estudos de gênero começaram também a se desenvolver e a se destacar, buscando compreender as relações de gênero na cultura e sociedade. Dessa forma, a construção do gênero é compreendida como algo histórico e entende-se que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança, o que supõe que a identidade de gênero estão continuamente se transformando.

O gênero pode ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais, para Scott (1995, p. 86-88), fundamentado em quatro elementos inter-relacionados: a) os símbolos culturais que recordam as representações simbólicas, muitas vezes contraditórias; b) os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, os quais tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas (doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas) e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, a qual afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino; c) a concepção de política e referências às instituições e à organização social, para debater a permanência temporal na representação binária do gênero; e d) a identidade subjetiva, o processo pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionadas com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas.

O conceito de gênero engloba uma construção sociocultural e linguística, produto e efeito das relações de poder, englobando todas as formas culturais, sociais e linguísticas que diferenciam mulheres de homens. Para Meyer (2003, p. 16), o gênero não focaliza apenas os papéis e funções das mulheres e homens, mas busca compreender que “as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e masculino, e ao

mesmo tempo produzem e/ou ressignificam essas representações”. Nesse sentido, o conceito de gênero está relacionado aos estudos dos processos de construção das distinções – biológicas, comportamentais ou psíquicas – percebidas entre homens e mulheres. Porém, não em uma lógica dicotômica, pensando homens e mulheres como polos opostos, mas sim analisando ambos, como sujeitos de uma construção social.

O conceito de gênero acentua como ao longo da vida, através das instituições e práticas sociais, são constituídos os homens e as mulheres, não de forma linear, progressiva ou harmônica, mas também em um processo que nunca está finalizado. Para Meyer (2003, p. 18), na contemporaneidade, os processos de forças, assim como as instâncias que envolvem os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música, também contribuem com estratégias para naturalizar o que é ser homem e mulher. Por outro lado, o conceito de gênero destaca que como nascemos e vivemos em tempos, lugares diferentes, “existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade”. Deve-se considerar as relações de poder – entre mulheres e homens - como “sujeitos de gênero”, e devem ser estudados os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos como mulheres e homens.

Conforme Louro (1997, p. 53), “as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação”, portanto há algo mais complexo nas questões de gênero do que a oposição entre dois polos, homem e mulher, as várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, e umas afetam as outras. Assim sendo, o gênero serve para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente determinado. Nenhum indivíduo existe sem relações sociais. Sempre que nos referimos ao sexo, agimos de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. Para a autora, o gênero é algo que está permanentemente em mudança, e todos os atos da sociedade ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino.

Para Butler (2017, p. 69) o gênero é “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma

classe natural de ser". Portanto, gênero consiste em significados culturais - um produto social - assumidos pelo corpo sexuado, por ser representado, transmitido e institucionalizado por gerações.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí, que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2017, p. 27).

Existe um problema na oposição binária entre sexo e gênero vigente no movimento feminista, em que o sexo é dado como algo da natureza e o gênero como registro da cultura e da sociedade. A autora, problematiza a dualidade sexo e gênero, como sendo sexo naturalmente adquirido e gênero culturalmente construído, pois reconhece que o sexo é também uma categoria construída social e culturalmente, e o gênero uma categoria performativamente construída. O que foi designado por gênero, é um efeito do aparato de construção cultural, como um senso comum, em que o discurso gênero popularizou como macho e fêmea (BUTLER, 2017).

A teoria feminista considera que há uma unidade na categoria mulheres, introduzindo uma divisão nesse sujeito feminista, por meio da distinção entre sexo e gênero, por isso busca combater da noção de gênero o conceito de que ele decorre do sexo e discute em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária. Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo", seja culturalmente construído quando gênero. Para tanto, destaca o fato de a teoria feminista não problematizar outro vínculo considerado natural, gênero e desejo, e afirma "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula", assim destaca que o sexo não é natural, mas é também discursivo e cultural como o gênero (BUTLER, 2017, p. 27).

A proposta de que o feminismo deve buscar uma representação mais ampla para mulheres, encontra dificuldades, no contexto de que a questão de gênero não é binária, pois sexo não é uma característica ou atributo de alguém. De

acordo com Butler (2017, p. 27), a tarefa do feminismo deve ser reformulada para abranger as relações de poder que produzem a produção discursiva, pois o próprio sexo é uma construção: “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura”. Isso significa, que é o gênero que assegura a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo. A partir de um discurso que investe na ideia de sexo natural, no contexto das relações de poder, o corpo não assexuado, é determinado como masculino ou feminino, e torna-se sexuado, ou seja, é submetido a um conjunto de regulações sociais, que cria correlações necessárias entre sexo, gênero, prazeres e desejo.

Desse modo, Butler (2017, p. 29) argumenta ainda que “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais”. Nesse sentido, é possível destacar como o corpo é envolvido pelo discurso desde a concepção do feto: no momento do ultrassom, inserindo no bebê o discurso cultural sobre o que é ser menino ou menina. Toda uma expectativa social é mobilizada sobre quais as representações daquele sujeito, decorrendo daí de que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos, portanto o corpo, desde o início, aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais. A autora defende que “[...] o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva.”, o sexo é gênero desde o começo. Neste ponto, propõe um giro que consiste em afirmar que, assim como o gênero, o sexo também é produzido discursivamente. Ou seja, o sexo – tal como o gênero – não é anterior ao discurso: é, em vez disso, um efeito do discurso. Assim, considera que nem mesmo o sexo existe pré-discursivamente. Não é uma substância ou essência, mas uma produção ou efeito discursivo (BUTLER, 2017, p.29).

Assim, não haveria um sentido de estender representação a sujeitos, cuja constituição acontece, a partir da exclusão daqueles que não se adequam às exigências normativas, pois a formação do sujeito se dá no interior de um campo de poder. Para Butler (2017), as estruturas jurídicas e da política constituem o campo contemporâneo do poder; por isso deve-se formular, no interior dessa

estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidades e as representações que engendram, naturalizam e imobilizam. O conceito de “representação” só faz sentido para o feminismo, quando o sujeito “mulheres” não for presumido em nenhuma parte, isto é, não for marcado por significados culturais.

A ideia de heterossexualidade como predisposição natural e prática sexual comum a todos os indivíduos é igualmente produzida como um regime político, um dispositivo, uma instituição. A sexualidade é sempre construída nas redes do discurso e do poder, e na nossa cultura existe uma matriz binária heterossexual, que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino, e uma heterossexualidade compulsória e naturalizada. Assim, a categoria das mulheres como sujeito coerente deve contestar as próprias reificações do gênero e da identidade, levando em consideração a busca de “uma política feminina, que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2017, p. 25).

Para melhor compreender o sexo/gênero como uma construção social, é necessário entender de que forma são criadas as representações que determinam o sujeito como masculino e/ou feminino. As representações sociais articulam-se com a construção do sujeito para compreender o mundo e se comunicar com ele, para tanto aborda a interação e relação entre indivíduo e sociedade. Com essa dupla dimensão, sujeito e sociedade situam-se no limite de uma série de estudos sociológicos e psicológicos. A realidade é socialmente construída, assim como o saber é uma construção do sujeito, baseado no contexto histórico social, portanto não está desligada da sua inscrição social. As relações sociais entre homens e mulheres estabelecidas no cotidiano são fruto de relações de poder e de representações que foram apreendidas, por meio de uma orientação simbólica e baseadas em um repertório de ideias, palavras e significados comuns utilizados para comparações e interpretações.

2.2 Relações de Gênero e Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais foi desenvolvida pelo psicólogo social romeno, naturalizado francês, Serge Moscovici, em 1961, e está relacionada

com a Psicologia Social, além de baseada nos estudos do sociólogo francês Émile Durkheim, primeiro teórico a tratar do tema Representação. Em seus estudos, Durkheim propôs a expressão “representação coletiva” para designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Para Émile Durkheim havia uma separação entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (o domínio da sociologia), baseado em suas crenças pessoais de que as “leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo” (FARR, 1999, p. 35).

Durkheim enfatizou as representações coletivas nas sociedades primitivas abrangendo uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço. O autor abordou as crenças corporificadas nas tradições culturais como instituições sociais fixas, e o cultivo de mitos entre os grupos tribais como responsáveis por constituição de sociedades mais sedimentadas. Essa abordagem em suas pesquisas destacou uma concepção estática das representações coletivas, demonstrando que as ideias permanecem na vida social estagnadas na sociedade (MOSCOVICI, 2003).

Inicialmente, Moscovici (1978, p. 26) conceitua a representação social como uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. É aprendida e composta de figuras e de expressões socializadas, realça e simboliza atos e situações que tornam comuns os sujeitos. São sustentadas pelas influências sociais da comunicação e servem como principal meio para estabelecer as associações com as quais os indivíduos se ligam uns aos outros. Para o autor, a representação social fala, mostra, comunica e exprime, utilizando-se dos símbolos e faz parte do contexto social.

Segundo a psicóloga social Sandra Jovchelovitch (1995, p. 71), não há dúvida de que a Teoria das Representações Sociais se constrói sobre uma teoria dos símbolos, considerada como formas de conhecimento social com duas faces interligadas: o figurativo (lado imageante) e o lado simbólico. Dessa forma, julga-se importante compreender a relação existente entre representações e a relação

indivíduo-sociedade, pois impacta diretamente nas relações de gêneros, assim como enfatizou Simone de Beauvoir “nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres”.

As representações sociais devem ser vistas como uma atmosfera em relação ao indivíduo ou ao grupo e são, sob certos aspectos, específicas de uma sociedade. As representações estão impregnadas nas relações sociais, nos objetos produzidos ou consumidos e, acima de tudo, nas comunicações estabelecidas na sociedade. Dessa forma, as representações sociais são capazes de influenciar o comportamento dos seres humanos na sociedade, baseadas nas representações de produtos de nossas ações e comunicações. Entretanto, as representações sociais não são criadas de forma isolada por indivíduos, mas sim por pessoas e no decurso da comunicação e da cooperação. Após serem criadas, conquistam vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem, dando oportunidade ao nascimento de novas e da morte para outras representações (MOSCOVICI, 2003).

Por representações sociais queremos dizer um conjunto de conceitos, afirmações e explicações criado na vida cotidiana, no decurso da comunicação interindividual. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem até mesmo serem vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Para Moscovici (2003, p. 34-35), as representações apresentam duas importantes funções. Primeira: as representações sociais padronizam os objetos, pessoas ou acontecimentos, isto é, “dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” e; segunda: as representações são prescritivas e se impõem sobre o indivíduo como uma força irresistível, ou seja, “essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”.

Todos estamos sujeitos às representações, pois a função delas é padronizar objetos, pessoas e/ou acontecimentos, e de continuar a propagar e naturalizar as representações sociais que estão inseridas no nosso contexto, pois elas criam um sentimento de pertença. Para Louro (2000), há um treinamento subjetivo nos sentidos da coletividade para que possamos perceber e decodificar

os sujeitos na sociedade, assim como classificá-los pelas formas que se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas que se expressam.

Apesar das representações sociais estarem incorporadas na forma como os sujeitos são vistos na sociedade, quando se reflete sobre as questões de gênero, é possível identificar que as mulheres ao longo do processo histórico-cultural, somente a partir do momento em que começaram a questionar seus papéis, contribuíram para que as representações sociais sofressem alterações. Assim, a cultura, os valores e as crenças foram se modificando e fazendo com que o papel da mulher na sociedade também passasse por diversas transformações, a despeito de ainda enfrentar dificuldades e do machismo permanecer naturalizado em diversas instâncias. A participação da mulher foi ativa em todos os momentos de imposição de seu papel na sociedade.

Para Moscovici (1978, p. 41-45) é preciso compreender a “representação social tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura”. Há um fator social presente nas representações que busca demarcar os padrões culturais. Portanto, as representações sociais são entidades que circulam, cruzam-se e se cristalizam através de uma imagem, um gesto, um encontro em nosso cotidiano. Nessa linha de pensamento, Louro destaca que de modo mais amplo as sociedades realizam esses processos construindo os contornos demarcadores entre aqueles que representam a norma, em consonância com os padrões culturais e aqueles que fiam as margens, isto é fora dos padrões:

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 45).

As representações sociais correspondem por um lado à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que a produz. A sociedade por um longo tempo referiu-se ao homem branco, heterossexual de classe média como a normalidade, e à mulher, como “segundo sexo”, ou seja, o

sujeito fora dos padrões determinados existentes. Essa normalidade de padrão, tendo o homem como referência, deixou as mulheres por muito tempo à margem da sociedade, sem qualquer tipo de direitos, somente com deveres relacionados ao seu papel de cuidadora do lar e da família. Segundo Jovchelovitch, as representações sociais são consideradas como um fenômeno mediador entre o indivíduo e a sociedade:

O sujeito constrói, na sua relação com o mundo, um novo mundo de significados. De um lado, é através de sua atividade e relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói. De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos - pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 78).

A autora defende que o sujeito psíquico não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Isto posto, tem como tarefa elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito. Nesse contexto, é possível identificar as relações de poder existentes na sociedade que fizeram com que a mulher fosse representada com determinadas características de fragilidade e sempre com inferioridade em relação ao homem, mas que, apesar disso, são contestadas, pois são construções baseadas no contexto histórico-cultural. Os questionamentos e debates referentes à inferioridade das mulheres têm provocado mudanças na sociedade, que contribuíram inclusive com a conquista plena do direito de participação nos esportes.

Katia Rubio (2011, p. 96-98), doutora em Educação, considerada como uma das precursoras dos estudos da psicologia do esporte no país, em seus estudos entrevistou duzentas atletas que, em suas discussões, menos de uma dezena se referiu a algum tipo de comentário referente à discriminação por ser mulher, que está relacionado à representação social. O maior destaque se deu em relação ao preconceito pelo fato de muitas atletas serem negras. O fato demonstra que no discurso há uma aceitação imposta como de ordem natural em relação às desigualdades entre os homens e mulheres no campo esportivo. Quando foram questionadas a respeito das diferenças de prêmios, apoio, material, competições etc., as respostas foram baseadas nos argumentos de que os homens começaram

antes, e, portanto, merecem melhores prêmios, e por isso possuem maior destaque na mídia. Levadas a refletir sobre o fato de a situação ser algo construído histórica e socialmente, as atletas concordam com a injustiça, porém não visualizam alternativas de mudanças em curto prazo.

Para Moreno (1999, p. 29), “os modelos de comportamento têm a particularidade de ser considerados em cada sociedade como universais e inerentes ao gênero humano”; vem daí que não se hesite em ligá-los a um determinismo biológico ou, se o assunto se presta a isso, a um mandato divino. Nessa situação, a mulher que por muito tempo foi considerada como propriedade do homem, por ter sido criada a partir de uma de suas costelas, foi enquadrada em um modelo de conduta, uma diretriz que guiou seu comportamento, suas atitudes e sua maneira de julgar os fatos dos acontecimentos que a rodeiam. A discriminação da mulher inicia-se no momento do seu nascimento ou mesmo antes, por consequência meninos e meninas quando chegam à escola já têm interiorizada a maioria dos padrões de conduta discriminatória. Mesmo nas escolas mistas, na hora do intervalo os meninos jogam com os meninos e as meninas com as meninas. É nos momentos de “liberdade” que cada indivíduo se encontra mais intensamente limitado pelas normas estabelecidas. Para a autora:

As meninas têm liberdade para serem cozinheiras, cabeleireiras, fadas madrinhas, mães que limpam seus filhos, enfermeiras, etc., e os meninos são livres para serem índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, “super-homens”, tigres ferozes ou qualquer outro elemento da fauna agressiva (MORENO, 1999, p. 32).

Nessas circunstâncias, as representações sociais foram construídas através de imagens que não foram fabricadas pelas meninas e meninos, contudo foram construídas a partir dos modelos que a sociedade ofereceu. Não é a biologia ou os genes que determinam como meninas e meninos devem se comportar, mas sim a sociedade que impõe quais são as possibilidades e os limites (MORENO, 1999).

Para Louro (2002), toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos, buscando classificar o sujeito, pois pretende forjar a identidade e as identidades dos outros grupos, que podem separar, distinguir e discriminar de forma sutil ou violenta as representações sociais:

Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder (SILVA, 1998, apud LOURO, 2002, p. 9).

Os grupos sociais utilizam as representações e travam batalhas no sentido de impor identidades e significações, influenciados por relações de poder. As representações sociais são complexas e utilizam-se de um referencial de pensamento preexistente, sempre dependentes de um sistema de crença ancorado em valores, tradições e imagens do mundo. Desde a sociedade feudal a mulher foi julgada em muitos momentos como um “objeto” do homem. Já na sociedade patriarcal, as mulheres tinham como função a maternidade, o cuidado com o lar, representações que ainda estão presentes no século XXI.

Justifica-se assim a grande luta dos movimentos feministas e estudos de gênero ao argumentar que as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens ao longo da história não estavam relacionadas ao sexo e/ou determinismo biológico, mas foram edificadas socialmente e culturalmente, com um histórico de subordinação social e de invisibilidade política, em que as mulheres permaneceram historicamente submetidas. Nessa linha argumentativa, o autor relata que as formas de representações sociais têm como origem dois mecanismos de um sistema baseado na memória e em conclusões passadas: a *ancoragem* e a *objetivação*. A ancoragem tem a função de transformar algo estranho e perturbador em algo comum, para tanto busca comparar. É uma forma de classificar e dar nome ao desconhecido.

Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido (MOSCOVICI, 2003, p. 61-62).

A representação pode ser compreendida como um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes, utilizado para superar a resistência do desconhecimento, tornando possível colocar o objeto ou a pessoa em uma determinada categoria, criando rótulos. “Classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe”. Não há neutralidade, cada objeto e ou “indivíduo” possui um valor positivo ou negativo, assumindo um determinado lugar em uma escala hierárquica, dentro da sociedade (MOSCOVICI, 2003, p. 62-63).

Segundo Meyer (2003), os estudos de gênero foram utilizados sobretudo pelas feministas pós-estruturalistas para destacar que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, bem como as maneiras como o corpo se mostra; e são representados os modos “de ser e de se sentir”, levando em consideração as mulheres e os homens. Para Moscovici (2003) a sociedade cria classes, categorias a partir dos indivíduos de duas maneiras: generalizando ou particularizando. Em determinados momentos, a opinião já vem pronta à mente e tenta-se descobrir a informação ou o particular que se encaixe nela. Generalizando, reduz-se as distâncias.

Quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição. Particularizando, nós mantemos a distância e mantemos o objeto sob análise, como algo divergente do protótipo. Ao mesmo tempo, tentamos descobrir que característica, motivação ou atitude o torna distinto (MOSCOVICI, 2003, p. 64-65).

Ao generalizar, estende-se a imagem simbólica a todos os membros, ou seja, dá-se um sentido comum a todos, baseada no representante da classe. Particularizando, cria-se a individualidade, algo como divergente do protótipo comum, que leva à busca da compreensão das características diferenciadoras. Portanto, as representações sociais estão diretamente relacionadas às trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais, nas relações interpessoais, intervindo na construção do conhecimento que é compartilhado e nas relações de gêneros.

Para a psicanalista Maria Rita Kehl, autora da obra *Em Deslocamentos do Feminino*, foram os discursos que historicamente definiram ao longo da história da

sociedade uma “natureza feminina” eterna e universal. Para a autora, as formações de linguagem precedem os indivíduos e os inscrevem com determinadas posições na ordem simbólica; “homem” e “mulher”. Para Kehl são os primeiros significantes que nos designam assim que chegamos ao mundo:

Somos desde o início e para sempre "homens" ou "mulheres" porque a cultura assim nos designou e nossos pais assim nos acolheram a partir da mínima diferença inscrita em nossos corpos, com a qual teremos de nos haver para constituir, isto sim, o desejo, a posição a partir da qual desejamos, o objeto que haveremos de privilegiar e o discurso a partir do qual enunciaremos nossa presença no mundo (KEHL, 1998, p. 9).

Dessa maneira, a representação parte de um sistema de classificações, realizados em comparação, cotejando-se pessoas a um protótipo normalmente aceito como o representante de uma classe. Esse cenário nos remete novamente ao binômio homem e mulher e às relações de gênero. As representações podem circular e produzir efeitos sociais, ganhando força e visibilidade. Assim, deixam de ser percebidas como representações e são vistas como sendo a própria realidade, portanto “os grupos sociais que ocupam as posições centrais, ‘normais’ (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros” (LOURO, 2002, p. 9).

Seguindo essa linha de pensamento, para a professora filósofa Denise Jodelet (2001, p. 22) as representações sociais são reconhecidas como um sistema de interpretação que determina a relação do indivíduo com o mundo e com os outros – orientam, influenciam nas condutas e nas comunicações sociais. Nesse ponto, as questões de gênero ainda hoje se destacam como um campo que necessita de avanços e rupturas, para superar a longa trajetória de invisibilidade e de sub-representação da mulher.

A teoria da representação social apresenta duas consequências: em primeiro lugar exclui a ideia de pensamento ou percepção que não possua ancoragem. O sistema de classificações e relações entre sistemas pressupõe um ponto de vista baseado no senso comum, ou seja, possuem vieses, não há neutralidade. Em segundo lugar, os sistemas de classificação e nomeação têm como objetivo principal facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, ou seja, formar

opiniões. A objetivação é outro recurso que origina a representação social, considerada mais atuante que a ancoragem, uma vez que transforma ideias e noções em algo quase concreto, em alguma coisa que exista no mundo físico, unificando a ideia de não familiaridade com a de realidade (MOSCOVICI, 2003).

[...] o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte. Isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou dos costumes, embora ambos sejam provavelmente necessários. Essa domesticação é o resultado da objetivação, que é um processo muito mais atuante que a ancoragem (MOSCOVICI, 2003, p. 71).

A objetivação é um processo através do qual o não familiar passa a ocupar um lugar dentro de nosso mundo familiar. Ela une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Por conseguinte, as representações sociais não devem ser reduzidas apenas a um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, isto é um valor simbólico.

O processo de fabricação dos sujeitos é continuado e sutil, disseminado pelas práticas cotidianas rotineiras, gestos e palavras, que muitas vezes são tomados como “naturais”. Dentre os múltiplos espaços das desigualdades, a linguagem é um campo eficaz e persistente, pois atravessa e se constitui como grande prática social, porque sempre parece muito “natural”. Nesse sentido, as identidades de gênero, de modo semelhante, estão continuamente se construindo e se transformando, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas. Dessa forma os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos (LOURO, 1997, p. 32).

Para Jodelet (2001, apud SÁ, 1995, p. 41) o mecanismo de objetivação, enquanto apropriação popular da representação social, ocorre em três fases distintas: primeiro, a seleção e descontextualização de elementos: os indivíduos em função dos critérios culturais e normativos se apropriam do conhecimento a partir de experiências e aprendizados que o grupo já possui, ocorrendo assim uma construção seletiva da realidade; em segundo, a formação de um “núcleo figurativo”: o indivíduo, a partir dos elementos selecionados, recorre a informações, como uma estrutura imaginante que reproduz a estrutura conceitual, visando

compreender aquilo que é novo. Nesse momento surgem fórmulas e clichês que o sintetizam, e imagens que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor e, por último, a naturalização dos elementos do núcleo figurativo: as figuras, elementos do pensamento, tornam-se elementos da realidade e são aceitas como paradigmas. A partir desse momento, a imagem é assimilada, e o que é percebido toma o lugar do que é concebido.

As fases demonstram o processo de objetivação, responsável para que as representações sejam corporificadas e ou reificadas, tornando-se algo concreto. A construção de representações sociais faz com que elas sejam, por vezes, mecanismos poderosos de ideologias dominantes. Para Moscovici (1978, p. 46) as representações sociais não são somente “opiniões sobre” ou “imagens de”, “mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias compartilhadas”. Dessa forma, os valores e as ideias são compartilhados pelos grupos e determinam as condutas desejáveis ou admitidas para os participantes.

Os meios de comunicação são determinantes para a construção de representações sociais, pois é necessário considerar a dinâmica social, suas linguagens e as formas de comunicar um pensamento, assim como o seu teor subjetivo e identitário. Conforme Louro (1997, p. 69), “a linguagem não apenas expressa relações de poderes, e lugares, ela os institui, ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças”. Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, aqueles que não compartilham desses atributos são nomeados como diferentes. Porém, a diferença está sempre historicamente dependente de situações e momentos particulares. Assim, ao analisar as capas do Jornal *O Globo*, que retrataram as atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras, durante a *Rio 2016*, através das manchetes, do lead e das legendas das fotografias jornalísticas, busca-se compreender se o jornal apresentou uma construção discursiva diferente das estereotipadas, que possam contribuir para ressignificar as representações sociais das mulheres.

Em seus estudos, Moscovici (2007) relata que o ambiente social é composto de muitas imagens, mas continuamente o indivíduo acrescenta, modifica e as descarta e adota outras. Nesse processo, as imagens não ocupam mais

aquela posição específica em algum lugar entre palavras, que supostamente tenham um sentido e objetos reais, mas passam a existir como objetos. São o que significam. Ao serem apropriadas, as representações se reificam, se tornam discurso estruturado e estruturante, impondo uma ordem estabelecida como natural. Essas constatações corroboram estudos que apontam que as representações sociais incluem uma dimensão ideológica.

Diariamente somos impactados por uma infinidade de discursos, de imagens, de canções que, de múltiplas formas, acabam por nos constituir como sujeitos pertencentes a uma determinada identidade de gênero, de sexualidade, de classe, de etnia, entre outros. Desde que nascemos vamos aprendendo a ser sujeitos generificados através de uma aprendizagem que ocorre não somente nas instituições sociais formais como a família e a escola, bem como através da mídia, dos brinquedos, das músicas etc. (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013).

Para Knijnik (2010, p. 50), “o gênero comporta os símbolos, valores, e significações de masculino e feminino, formulados a partir das diferenças percebidas entre os sexos”, por esse motivo a necessidade de compreender as relações de poder, o modo como são construídas e articuladas internamente nas sociedades e nas instituições sociais, tendo em vista que esse poder influi nas representações sociais, que são ancoradas por um sistema de classificação e nomeação. Para ampliar as discussões sobre gênero e representações sociais é importante compreender como os meios de comunicação contribuem na construção e manutenção das representações e identidades dos sujeitos.

2.3 O Papel da Comunicação na construção e manutenção das Representações

O termo comunicação deriva do latim *communicatio*, com o sentido de estabelecer uma relação com alguém, mas também com um objeto cultural. A comunicação é um processo de troca de experiências, realiza-se no plano da interação entre duas pessoas, nos diálogos coletivos, modifica a disposição mental das partes envolvidas e inclui todos os procedimentos por meio dos quais uma mente pode afetar outra, envolvendo não somente as linguagens oral e escrita,

mas também a música, as artes plásticas e cênicas, isto é, todo comportamento humano (MARCONDES FILHO, 2009).

Serge Moscovici (2003, p. 371) procurou compreender como os sistemas de comunicação intervêm nas condutas e nos comportamentos dos sujeitos, por isso empenhou-se desde o início em estabelecer uma relação entre a comunicação e as representações sociais, dado que “uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação”. Assim as representações sociais são definidas em relação a uma estrutura mental abstrata, relacionada com os valores e a cultura partilhadas através da memória e da comunicação, como patriarcalismo. A sociedade atual ainda é regida pelas estruturas do patriarcado no que tange às relações de gênero, que hoje não se restringe apenas ao poder do pai, mas ao poder masculino, enquanto categoria social. Assim, um dos grandes problemas em relação às representações das mulheres nos meios de comunicação está na imagem e nos discursos que contribuem para perpetuar a reificação da mulher.

Para Jodelet (1989, p.36), representações sociais são como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Nessa conjuntura, a comunicação possui um papel importante na disseminação e manutenção das representações sociais, assim como de produzir novas representações.

A função das representações sociais na sociedade é tornar a comunicação, dentro de um grupo, “não problemática” e reduzir o “vago”, através de um grau de consenso entre seus membros. As representações sociais visam criar um universo comum para a comunicação através de valores, crenças e tradições partilhadas, através de discursos e imagens. Para qualificar uma representação social não é mais suficiente definir o agente que a produz, é preciso compreender “por quê” foram produzidos, para aprender o sentido “social”, e destacar a que função corresponde e as entidades que a refletem (MOSCOVICI, 2003, p. 71).

Portanto, a construção social da identidade feminina passa pela comunicação e pelos discursos da mídia, pois as representações apontam para um

desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. A mídia sempre contribuiu para fomentar um consenso público sobre o que era considerado masculino e feminino, baseada em definições tradicionais, disseminando e reafirmando os valores do patriarcado. Para Scott (1995), como consequência, as atividades masculinas têm maior valor que as femininas; a sexualidade, o corpo e a autonomia femininos estão legitimamente controlados pelos homens. O ser homem e o ser mulher foi construído culturalmente por meio de práticas sociais, nas quais emerge o poder de um sexo sobre o outro, e a mídia possui um papel importante na divulgação desses discursos e na manutenção dessa hegemonia, que na maioria das vezes desumaniza a mulher e produz uma visão utilitária sobre ela.

Moscovici (2003, p. 100) analisou o papel da comunicação na formação das representações sociais, baseado em três enfoques fundamentais: os fenômenos cognitivos, a criação de um universo consensual, a influência social e o sentimento de pertença. Os fenômenos cognitivos estão relacionados com as representações que determinam nossas reações e suas significações. Nesse caso, as representações sociais “determinam tanto o caráter do estímulo, como a resposta que ele incita, assim como, em uma situação particular, eles determinam quem é quem”, assim as emoções e os afetos são estimulados pelos símbolos inscritos na tradição. Desse modo, as reações emocionais, percepções e racionalizações não são somente respostas a um estímulo exterior, mas à categoria na qual foram classificadas as imagens e os nomes dados a elas.

Corroborando essa ideia, as representações sociais para Jodelet (1989, p. 37), devem ser estudadas “articulando elementos *afetivos, mentais e sociais* e integrando ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas intervirão”. Assim ao estudar as representações sociais, o pesquisador deve preocupar-se também com os aspectos da sensibilidade, sentimentos sociais etc., pois estes são importantes para mobilizar as pessoas.

Em relação à questão dos estudos de gênero, a linguagem hegemônica dos aparatos culturais e dos meios de comunicação também colaboraram para normatizar o tratamento masculino como forma genérica, para se referir a homens e mulheres, meninos e meninas, como uma forma instituída, que proporciona invisibilidade para a menina, garota, mulher e a idosa. Por outro lado, a escolha

das palavras e os discursos, isto é, a linguagem é responsável também por demarcar não somente os lugares de gênero, pelo ocultamento feminino, mas pelas diferenciadas adjetivações atribuídas aos “sujeitos”: homens e mulheres, já que na maioria das vezes a menina é carinhosa, delicada, meiga e o menino é durão, forte, corajoso (LOURO, 1997). Assim as representações das mulheres estão baseadas em diversos aspectos culturais, linguísticos e de relações de poder existentes na sociedade, e naturalizados também pelos meios de comunicação.

Da criação de um universo consensual, Moscovici (2003, p. 105) destaca que “toda “cognição”, toda “motivação” e todo “comportamento” somente existem e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem uma linguagem comum, valores comuns e memórias comuns”. Ao dizer que as representações são sociais, estamos afirmando que elas são simbólicas, e possuem elementos de percepção. Assim as representações restauram a consciência coletiva, dando forma e explicando objetos e acontecimentos, tornando-os acessíveis a todos.

Portanto, a linguagem dos meios de comunicação promove diversas associações e analogias entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos aos gêneros. Para Louro (1997), uma outra forma também utilizada pela linguagem para demarcar diferenças entre os gêneros está relacionada ao uso do diminutivo para meninas (menininha, bonequinha, princesinha) e o aumentativos para os meninos (garotão, meninão, filhão). Assim, os processos linguísticos e discursivos, com as suas diferenças, hierarquizam os sujeitos, com os valores produzidos no meio social, que estão implicados de relações de poder.

Na influência social e no sentimento de pertença, Moscovici (2003, p. 154) levanta questões sobre os meios de comunicação de massa, buscando compreender o porquê e qual retórica é utilizada para comunicar e sobre como a motivação reflete nos modos de quem comunica, porém destaque “os meios de comunicação, cujo objetivo é persuadir, são uma parte secundária da rede total de comunicações”.

A atuação dos meios de comunicações, através de reportagens, informações, publicidade etc., também colabora para fomentar o uso da linguagem e do discurso, a um comportamento num sentido determinado e preestabelecido,

como por exemplo em relação ao corpo dos sujeitos. As representações do corpo feminino, veiculados pela mídia, corroboram para a construção de posições de sujeitos, diferenças e identidades, pois produzem significados culturais e estão implicados nas relações de poder. As representações envolvem as práticas de construção e o partilhamento de sentidos na cultura, pela operação de diferentes e variados sistemas de classificação, buscando através dos sistemas simbólicos, moldar nossas experiências e aquilo que nós somos. (MEYER, 2003). A construção e a negociação das diferentes identidades passam hoje pelo corpo, que está em uma continua construção, no interior da representação.

Nos estudos das Representações Sociais da Psicanálise, Moscovici (1978) analisou a relação entre sistemas de comunicação e as representações sociais a partir de três veículos da imprensa francesa: a revista *Elle*, um jornal cristão – *La Croix* – e um jornal comunista, *L'Humanité*. O autor diferencia três sistemas de comunicação: difusão, propagação e propaganda - de acordo com a fonte, o objetivo e a lógica das mensagens. A conversação foi sugerida como o primeiro gênero de comunicação em que o conhecimento do senso comum é formado, já os outros três sistemas difusão, propagação e propaganda são gêneros secundários de comunicação, ou seja, englobam os meios de comunicação de massa.

A “Difusão” seria o primeiro sistema de comunicação e relaciona-se com a imprensa de grande circulação, não é dirigida a um público específico, mas sim a um público amplo e heterogêneo. Tem como objetivo criar um interesse comum a partir de determinados assuntos, além de atender às necessidades e os interesses dos receptores, ignorando as diferenças sociais. Na Difusão, o esforço do emissor visa estabelecer uma relação de igualdade, de equivalências entre ele e seu público, e, por consequência, de se adaptar a ela, procurando formar uma espécie de unidade entre a publicação e o leitor. As mensagens, por serem pouco estruturadas, facilitam aos receptores a ordenação em função de suas próprias perspectivas e atitudes. Na difusão há um modelo, isto é, um conjunto de temas e relações constituídos por elementos autônomos e móveis. “A reunião regular deles acaba por torná-los solidários, sem que tenham contornos definidos e, sobretudo, explicitamente indicados”. A fluidez da difusão e a das opiniões conversam, pois, a difusão utiliza os temas ordenados de maneira fluida, e a descontinuidade dos

temas, as contradições e as variações utilizadas na publicação geram certa instabilidade na mensagem (MOSCOVICI, 2012, p. 443-445).

O segundo sistema de comunicação, a “Propagação” “é hierarquizada e autoritária”, possui mensagem estruturada, que tem por função “por um lado atingir concepção e atitudes comuns e, por outro lado orientar”. O objetivo é transformar uma teoria em um conjunto de princípios, compatíveis com a unidade do grupo social. O emissor possui autoridade e autonomia para a propagação das mensagens, não existe uma relação entre a fonte e os receptores (MOSCOVICI, 2012, p. 354).

Na Propagação, a transmissão das informações leva em consideração o contexto, com normas cognitivas e sociais comuns, e “se dirige a um grupo que já possui certa unidade, uma linguagem definida e um sistema de valores particular”. A comunicação, nesse sentido, não é mais uma atividade isolada, mas faz parte do comportamento, da atitude global do grupo. A ligação entre a propagação e as atitudes possui diferentes aspectos. “A atitude é uma organização psíquica com orientação negativa ou positiva em relação a um objeto, revelada por um comportamento global ou por uma série de reações cuja significação é comum”. A atitude pode ser considerada como um agenciamento ordenado de opiniões, respostas particulares e heterônomas, e sua função é regular; possui efeito seletivo sobre o conjunto de manifestações do sujeito (MOSCOVICI, 2012, p. 443).

O terceiro e último gênero é a Propaganda, que para Moscovici (2012, p. 444) busca atuar no comportamento do receptor, através de mensagens estruturadas em dicotomias (certo/errado, bom/ruim, falso/verdadeiro), cujo objetivo é persuadir o público com conteúdo condicionado pela ideologia e pelas relações que este estabelece com outros grupos, ou seja, “os objetivos da propaganda consistem em uma conduta específica e rápida e a prontidão das intervenções do grupo num contexto determinado”. Para tanto, a propaganda busca diminuir as significações para, assim, minimizar o risco da livre interpretação e da subjetividade dos receptores. Para o autor, propaganda é a forma de comunicação mais próxima da propagação, porém ela é mais concreta, não se contenta em renovar a significação de um comportamento, ela tende a criá-lo ou reforçá-lo.

É a influência dos meios de comunicação na propagação de opiniões, atitudes e de estereótipos que contribui na formação das representações sociais. A

percepção pública é baseada nas informações veiculadas pela mídia, que são apropriadas e reconstruídas pelos indivíduos ou grupos, moldando comportamentos para o sentimento de pertença. O desenvolvimento dessa conduta seria o mesmo no caso de propaganda, da difusão ou da propagação, pois “entre um sistema de comunicação e um modelo de edificação de conduta existe uma correspondência” (MOSCOVICI, 2012, p. 445).

Para Jodelet (2001, p. 32), a comunicação social, com seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, influi na determinação das representações e do pensamento social. Por isso a comunicação é muito importante nos fenômenos representativos, baseada em três pontos: 1) a comunicação é o vetor de transmissão da linguagem, e ao mesmo tempo portadora em si das representações; 2) a comunicação recai sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, pois engaja os processos de interação social, exerce influência, consenso ou dissenso e/ou polemiza; 3) a comunicação contribui para construir representações apoiadas em uma estrutura social, isto é, baseadas no poder das palavras e dos discursos, as representações implantam versões da realidade, comuns e partilhadas. Assim, por muito tempo, os meios de comunicação reforçaram representações estereotipadas sobre as mulheres e corroboraram para naturalizar as relações de poder exercidas entre homens e mulheres em diversas instâncias sociais.

Porém, atualmente, com o crescimento das mídias digitais, o feminismo cresceu entre as jovens e ganhou apoio de muitas mulheres, pois a internet possibilitou uma maior visualização dos casos de machismo, opressão e de representações sexistas, permitindo que esses casos fossem denunciados, debatidos, o que gerou uma aproximação das causas feministas para muitas mulheres. O crescimento do interesse pelo tema trouxe para a sociedade um novo momento do feminismo no Brasil, denominado de Primavera das Mulheres, marcado pela luta dos direitos iguais, do debate sobre o direito do aborto, questões salariais e denúncias de diversos casos de assédio e de machismo propagados pelas mídias.

2.4 As Representações Sociais das Mulheres na Mídia Brasileira

Conforme estudos revelados nos tópicos anteriores, as representações sociais são construções coletivas, formas culturais de mostrar ou nomear um grupo ou um sujeito. As representações sociais partem do coletivo, para se naturalizarem e legitimarem o discurso. Patrick Charaudeau (2018, p. 47), na obra *Discurso das Mídias*, afirma que as “representações, se constituem como uma organização real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real”. Assim, é possível estabelecer conexões dos estudos da notícia e a teoria das representações, compreendendo o campo jornalístico com uma importante função, pois considera-se que os jornalistas, nas suas atividades diárias, podem contribuir com o fomento de representações da cultura, das mulheres e das relações de gêneros, que cooperam com a construção e naturalização dos valores da sociedade

Nessa conjuntura, é possível refletir sobre os valores androcêntricos introjetados em nossa sociedade, os quais fizeram com que as diferenças biológicas e anatômicas entre homens e mulheres fossem culturalmente representadas e associadas às ideias de fragilidade física feminina e da força e poder físico do homem. As mulheres ao longo de toda sua história de luta, persistência e transgressões, como todo grupo social, foram e são objeto de diversas representações sociais

Para Dulcília Schroeder Buitoni, pesquisadora e autora do livro *Mulher de papel* (2009), no século XIX é possível encontrar duas representações na imprensa feminina: a tradicional, não permitindo à mulher a liberdade de ação fora do lar, que exaltava as virtudes domésticas e as qualidades femininas, e a progressista, defendendo os direitos das mulheres, com ênfase à educação.

O papel da mulher na sociedade ou sua participação política está diretamente relacionado às representações sociais. Para Louro (1997) não é importante perguntar se uma representação “corresponde ou não ao real”, mas ao invés disso é preciso entender como as representações produzem sentidos, e quais os seus efeitos sobre os sujeitos. As mulheres receberam diversas representações sociais, porém a maioria dessas versavam sobre o mito do eterno

feminino. Beauvoir (1967, p. 21), em sua pesquisa, mostrou que ao longo dos séculos a imagem da mulher foi construída como símbolo de passividade, beleza, pureza, perfeição, fragilidade, virtude, amor maternal e na “natureza” acolhedora, visando transformar a mulher em algo diferente do homem humano, buscando manter a posição de aprisionamento, ao mesmo tempo em que reforça o poder do macho, que de acordo com a autora é “um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade”.

Para Freitas,

Os meios de comunicação têm um importante papel a desempenhar quando se analisam as relações de gênero, posto que a responsabilidade social dos veículos de comunicação (rádio, jornal, televisão, mídias digitais, etc) que tanto pode destruir como construir a consciência social e o exercício da cidadania, perante as questões que, do ponto de vista cultural, são inerentes ao gênero feminino (FREITAS, 2003, p. 60).

Os meninos possuem várias possibilidades desde os primeiros anos de vida que os encorajam a ser livres, a rivalizar, que os impulsionam a dominar a natureza e orgulhar-se de seu sexo e de seus músculos, pois são incentivados à prática de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, buscando um equilíbrio para suas forças, ao mesmo tempo em que aprendem várias lições de superação e dor, aprendem a recusar as lágrimas.

Para Beauvoir (1967, p 22), as representações do homem e da mulher têm um ponto crucial, já que na construção dos meninos, dos homens, não há oposição fundamental entre a figura que ele busca, da sua vontade de se afirmar “(...) é fazendo que ele se faz ser, num só movimento. Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu ‘ser-outro’; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia”. Consequentemente, a mulher é tratada como uma boneca e abre mão da sua liberdade, de apreender e descobrir o mundo, de ousar e se afirmar como sujeito. Para Freitas (2003), a opressão das mulheres se origina na própria educação, pois as meninas são educadas para um papel mais dócil, mais passivo, o que facilita a subordinação e a continuidade das representações.

Com as conquistas do feminismo a mulher tem sido cada vez mais encorajada a estudar, praticar esportes e buscar sua emancipação, mas exigem

dela ainda outro tipo de realização: “querem, pelo menos, que ela seja também uma mulher que não perca sua feminilidade”. Assim, a busca de novos espaços e de sua independência, ainda é uma tarefa penosa para as mulheres, que carrega o mito da feminilidade como construção de sua identidade, e como representação da submissão da mulher.

De acordo com Buitoni (2009), no século XX as formas da representação da mulher pela imprensa feminina no Brasil foram variadas. No início do século, com o crescimento e popularização das revistas ilustradas, a mulher foi representada como a “mulher – oásis”. A mulher era comparada ao que há de melhor na natureza, na pintura, na música etc., com qualidades belas e agradáveis, porém é vista como um ser abstrato, incorpóreo, não personificado, quase como uma metade ideal do gênero humano, isto é, do “homem”.

O contexto da década de 1910 remete à mulher como “mãe sofredora”, relacionando com o término da guerra, com a emoção e alegrias, associado a um sofrimento, tipicamente feminino, da mãe que luta pela justiça e sofre para manter a memória do filho. Na década de 1920, a mulher foi representada como a “sacerdotisa da beleza”, em que o culto à beleza, qualidade física e principalmente espiritual, é um dos objetivos a se atingir (BUITONI, 2009).

No cenário da década de 1930 finalmente as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, em 1932, mas a sua representação na imprensa feminina era como “Iracema de lábios grossos”, de José de Alencar. O jornalismo feminino não era investigativo, limitava-se a assuntos tradicionais: moda, beleza, crianças etc., escritos numa linguagem formal, pretensamente literária. “Reportagens e entrevistas quase não apareciam. Por isso a relação da imprensa feminina como fato da atualidade era e ainda é hoje – pouco frequente”. Uma determinada mulher se tornou personagem, e teve um tratamento jornalístico, Iracema “a virgem dos lábios de mel” (BUITONI, 2009, p. 85).

Para Buitoni, na década de 1940, a mulher foi representada como a “mulher-celulose”. Durante essa época, o jornalismo americano cresceu e se expandiu, e as agências mandavam material para o Brasil, que era traduzido, porém raramente adaptado. O padrão de *Hollywood* difundia o otimismo, apesar da guerra. O padrão era o das artistas estrangeiras de cinema, que ditavam a moda e a beleza para as mulheres. As mulheres eram retratadas levando em consideração

o padrão de beleza, aparência física, o temperamento, a personalidade e conduta. A imagem feminina foi retratada como amorosa, esposa, mulher-criança e materna. Não há nenhuma profissão destacada para a mulher fora do lar.

Para Kehl (1998) é ingênuo também pensar que as mulheres aceitaram a feminilidade e a maternidade impostas de forma passiva apenas porque a educação as acostumara à submissão.

Muito pelo contrário: o casamento fundado nos ideais do amor romântico, a posição de rainha do lar responsável pela felicidade de um grande grupo familiar, a posse quase absoluta sobre os filhos, tudo isto representou para a maioria das mulheres do século XIX um destino intensamente desejado, e para muitas um caminho de verdadeira realização pessoal (KEHL, 1998, p. 75).

Para o filósofo francês teórico da Hipermodernidade, Giles Lipovetsky (2000, p. 236), as mulheres com a influência tradicional exercida pelos homens já tiveram várias significações no imaginário social. A mulher já foi diabolizada e desprezada e, com o passar do tempo, foi adulada, idealizada e instalada num trono. Mas sempre subordinada ao homem, pensada por ele, definida em relação a ele, em uma lógica de dependência total, fatores esses que permitiram a naturalização da visão androcêntrica. Portanto, apesar das diferentes formas de representações sociais, as mulheres em muitos momentos idealizaram essas representações como o caminho da felicidade e da realização pessoal.

A década de 1950 marcou um crescimento na industrialização da imprensa brasileira, refletido nas revistas, principalmente as femininas e as chamadas ilustradas. A mulher foi representada como “a garota moderna”. Nessa época as revistas femininas foram adquirindo uma gestão mais profissional, e em 1954 foi lançada a “Capricho”, que se apresentava como uma “revista quinzenal feminina”. De forma geral, na imprensa, a mulher começa a aparecer como trabalhadora, mas havia sempre a ideia de que a felicidade suprema se realizava no lar, com o marido e os filhos (BUITONI, 2009, p. 97-103).

A década de 1960 marca a “Segunda Onda Feminista”, movimento que buscava o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos. A mulher já tinha sido introduzida na sociedade de consumo e as revistas femininas traziam cada vez mais anúncios de moda e eletrodomésticos. Para Buitoni (2009), a mulher foi representada como “a dona de casa insatisfeita”, pois o retrato da mulher da

classe média passava pelo momento sócio-histórico de dizer-se feliz, mas ser uma senhora frustrada, com problemas de saúde, conservadora e uma amarga ilusão não concretizada. Nesse momento a mulher passa a questionar os rótulos e seus papéis sociais na sociedade, sempre relacionados ao sentimento de viver em função de algo externo: o homem, o marido, os filhos. A mulher (mãe, esposa, dona de casa) não se sente mais como a “rainha do lar”, mas sim em uma antítese rainha/escrava, o que acentua a dominação sobre o seu comportamento.

A década de 1970 foi marcada por grandes avanços na sociedade, crescimento da informação, chegada do homem à lua e a pílula anticoncepcional que revolucionou os costumes e o sexo, movimentos culturais de vanguarda, questionando os modelos estéticos e a aceleração da industrialização. Para Buitoni (2009), a década de 1970 marca o auge do consumo das revistas brasileiras, uma vez que passaram a ser um produto industrial e não cultural, atendendo dessa forma às necessidades criadas pelos meios de comunicação. O produto mais veiculado nas revistas gerais e nas femininas ou masculinas foi o sexo. A nova representação da mulher é mostrá-la como “a liberada e a marginal”. Nas revistas femininas o foco era a insatisfação sexual das mulheres casadas. A mulher é apresentada bonita, bem vestida, com luxo, mas com certo desleixo, tudo muito à vontade e principalmente com o homem, figura que agora se mostra presente nas revistas femininas. A dimensão social desse novo papel da mulher identifica-se com o casamento e o consumo, como solução para a felicidade. Uma nova mulher se apresenta. Essa década foi um período de grandes reivindicações feministas, inclusive com o aparecimento dos estudos e das pesquisas sobre relações de gênero dentro das universidades.

A década de 1980 marca um tempo de luta e conquista da democracia, em que havia um sentimento de libertação das amarras autoritárias. As fotonovelas terminam, e a segmentação editorial começa a crescer, a beleza se direciona para a estética do corpo, a mulher é representada como “a gatinha e a beleza fundamental”. O mercado de trabalho estava cada vez mais aberto para a mão de obra feminina, as mulheres avançaram nos bancos universitários. As atrizes de novelas são referências de padrão de beleza, e a beleza da mulher depende do olhar masculino. Há uma excessiva cobrança pelo corpo ideal, através do culto à beleza incentivado pelo consumo e pelos padrões que exigem que o corpo de

todas as mulheres se enquadre em um contorno, daí o crescimento dos regimes, das operações plásticas e tratamentos estéticos (BUITONI, 2009, p. 128-141).

No Brasil, a partir de 1980, com a redemocratização do país, o Feminismo entrou em uma fase de crescimento na luta pelos direitos das mulheres, com diversos temas como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde, luta contra o racismo e à homofobia, a liberdade das opções sexuais etc. Com o surgimento de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) e inúmeros grupos, Projetos e Coletivos em todas as regiões do país, o debate foi se ampliando. A Constituição Brasileira de 1988 trouxe conquistas importantes no campo dos direitos das mulheres, em especial com o Art. 5.º, 1 “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

No contexto da década de 1990, as revistas brasileiras de grande circulação estavam voltadas para o consumo e o culto às celebridades, principalmente televisivas. As revistas femininas contribuíram de forma significativa para a concretização da sociedade de consumo, tendo o corpo como elemento essencial na construção da imagem das pessoas. As imagens idealizadas de um “corpo perfeito” aprisionaram as mulheres em busca desse ideal. Conforme Buitoni:

A produção de imagens cresceu exponencialmente: vídeo, televisão, circuitos internos, câmeras de segurança outdoors e *indoors* impressos e eletrônicos, imagens nas telas dos computadores povoam ininterruptamente o espaço visual das pessoas. (...) A pressão que essas imagens de mulher – e de homem – exercem é inescapável, embora muitas vezes pareçam apenas fazer parte do consumo (BUITONI, 2009, p. 143).

As imagens contribuíram para naturalizar os padrões de beleza estabelecidos na época relacionados com o corpo, que foram amplamente difundidos pelos meios de comunicação. Conforme Buitoni (2009), nos anos 1990 a mulher foi representada como “sexy e segura”. Por outro lado, nessa circunstância, a revista *Capricho*, em 1993, trouxe na capa uma garota jovem, segurando uma camisinha na mão, sendo a primeira vez na imprensa brasileira que se praticava tal estratégia em um veículo de comunicação como uma revista. Nessa edição, a capa trouxe ainda a seguinte chamada: “Camisinha: tem que usar! /Tem que conhecer, tem que desgrilar. Tudo o que você sempre quis saber sobre a camisinha e nunca teve coragem de perguntar”. O discurso apresentado mostra que a menina tem que

se proteger, e a mulher sexy sabe sugerir o uso da camisinha para o parceiro. Para a autora, as revistas femininas sempre foram poderosos elementos na construção da identidade da mulher.

Em seus estudos, a professora Rosa Maria Bueno Fischer, doutora em Educação e pesquisadora sobre cinema, mídia, juventude e processos de subjetivação, apontou enunciados sobre os modos de construção da subjetividade feminina adolescente durante a elaboração da sua tese intitulada: *Adolescência em Discurso: Mídia e produção de subjetividade*, em 1996. Nas suas análises, procurou compreender como se dá a construção de uma adolescência feminina nos textos e imagens da mídia, levando em consideração programas *teen*: dois programas de televisão, o seriado *Confissões de Adolescente* e o *Programa Livre*, uma revista feminina, *Capricho*, e um jornal, o caderno *Folhateen*, da Folha de São Paulo, fundamentada nas teorias de Michel Foucault, e discutiu os conceitos de discurso, poder, saber e sujeito.

Quanto à relação da menina com seu corpo, afirma-se a indissociável ligação entre o fato biológico e a condição de ser mulher, naturalizando-se uma feminilidade dada por um conjunto de características como o “mistério” e justificando a disponibilidade desse corpo a técnicas disciplinares, cuidados e tratamentos que marcariam esse corpo-mulher, e que seriam indispensáveis à conquista amorosa. A memória contida nesse discurso harmoniza-se com a atenção ao “moderno”: a mulher-menina, hoje, nem sempre abre mão de sua liderança, de suas atividades intelectuais a até esportivas, mesmo que isso a coloque em competição com os meninos. Da mesma forma, propõe-se que ela busque a beleza e o aperfeiçoamento do corpo, sem jamais deixar de afirmar – mesmo que seja só por afirmar que a verdadeira beleza é a interior (FISCHER, 1996, p. 170).

A “mulher-menina” continuava envolta em um discurso da sua condição de mulher com os fatores biológicos, reforçando as características de feminilidade como algo natural, um “mistério”, ao mesmo tempo em que era cobrada por um padrão de beleza corporal indispensável à conquista amorosa. Por outro lado, a menina-mulher já começava a se destacar, com atividades intelectuais e esportivas, mesmo que tivesse que competir com os meninos. Segundo Fischer (1996, p. 170), havia ainda no discurso adolescente o medo da AIDS, que retoma temas conservadores como virgindade e comportamento de “boa-moça”, e também tabus como o do aborto, em uma discussão tímida, jamais colocada em relação ao

direito da mulher sobre seu corpo, mas sim dos conflitos de ser mãe, com a família e com o namorado.

Ao longo do século XIX, a imprensa feminina adquiriu um imenso poder de influência sobre as mulheres, pois “generalizou a paixão pela moda, favoreceu a expansão social dos produtos de beleza, contribuiu para fazer da aparência uma dimensão essencial da identidade feminina para o maior número de mulheres”. Para Lipovetsky (2000), apesar de ser inegável o poder de normalização da imprensa feminina causando uma homogeneização das aparências, ainda assim a “mídia feminina caracteriza-se igualmente por uma obra de valorização da individualidade e da personalidade”, pois também preconizava valores de fantasia, de liberdade e de atividade.

De um lado, a mídia feminina “condena” as mulheres a se verem como “objetos decorativos”; do outro difunde uma cultura que favorece a responsabilização individual pelo corpo e o princípio de autoconstrução de si. O fato dela intensificar as angústias femininas no que se refere à aparência física não significa que se reduza a uma empresa de nivelamento e de negação de si mesma (LIPOVETSKY, 2000, p. 166).

O mesmo direito dado aos homens ao exercer seu inteiro poder sobre a sociedade correspondeu ao direito das mulheres à transformação e ao controle da aparência, à legitimação do artificialismo estético, o reconhecimento do poder de autoconstrução da beleza “são transformações ideológicas que atendem não somente aos interesses comerciais das indústrias cosméticas, mas também aos referenciais da era democrático-individualista”. Assim, como a mulher não era considerada um indivíduo autônomo “verdadeiro”, a ideologia da beleza destinada ao segundo sexo propiciou uma soberania individual (LIPOVETSKY, 2000, p. 163).

Apesar da imprensa feminina ser um dos agentes eficazes na propagação social das normas do corpo esbelto, deixando muitas mulheres insatisfeitas, ansiosas ou deprimidas quando olham seu corpo no espelho, a mídia também levou as mulheres a “tomar as próprias rédeas”, lutar contra a negligência física, afirmando-se como sujeitos perante o corpo. Com isso, cada vez mais há um processo de abertura e de multiplicação dos critérios estéticos, abandonando a “celebração dos padrões brancos, dos cabelos macios, dos olhos claros, dos narizes finos e regulares, um modelo etnocêntrico de beleza”. O pluralismo estético

representa mais o futuro da imprensa feminina do que a erradicação das diferenças e a homogeneização da beleza (LIPOVETSKY, 2000, p. 166-167).

Para Rachel Moreno, psicóloga e autora da obra *A imagem da Mulher na Mídia - Controle Social Comparado* (2012) a mídia cria estereótipos, utilizando-se de padrões europeus, e por meio deles manipula homens e mulheres para o consumo.

A mídia atinge a população, contribuindo (como já vimos inclusive em artigos publicados no Brasil) para a formação da subjetividade de homens, mulheres e crianças, ajudando a compor a imagem introjetada dos papéis sociais, da aparência, dos sonhos e desejos, da posição a tomar em caso de alguma informação política etc. A mídia representa, muitas vezes, a única ou principal fonte de informação – e de formação da opinião – da sociedade (MORENO, 2012, p.65).

Para a autora, a forma atual de representação da mulher é estreita, falta diversidade e pluralidade, pois na maioria das vezes a mulher é representada sempre como branca, jovem, magra, e com cabelos lisos, quando, na verdade, a mulher brasileira é branca, negra, jovem, velha, magra, gorda e faz parte de uma diversidade, desta forma as mulheres não se veem representadas, gerando uma baixa estima por não corresponderem ao padrão exposto como o ideal. As mídias têm um papel importante no processo de naturalização das relações de poder e dominação que envolve as questões de gênero, por meio do uso de representações que reafirmam as identidades hegemônicas, família composta por pai, mãe, filho e filha, e, além disso, também corroboram para naturalizar os papéis sociais de homens e mulheres (MORENO, 2012).

De acordo com os estudos de Sandra dos Santos Andrade, Doutora em Educação, os discursos das revistas femininas estão envoltos em relações de poder, poder de regular as condutas, de dizer como agir, o que comer, que atividades praticar, em que horário e local, que roupas estão na moda etc. Para a pesquisadora os aparatos culturais (cinema, TV, música, revista etc.) são considerados instâncias de produção do corpo, que se preocupam em ensinar modos mais “adequados de viver a vida, na busca de um corpo tido como o ideal”. Portanto, as pessoas passam a vida buscando esse corpo ideal que nunca é alcançado, já que as representações ao entorno dele estão sempre sendo modificadas de acordo com referenciais históricas e culturais. Assim, o

conhecimento que a mídia apresenta como verdadeiro em determinado momento, também se modifica, de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais (ANDRADE, 2003, p. 120-121).

2.5 A Primavera das Mulheres – O Feminismo no Século XXI

A comunicação digital tem sido utilizada no século XXI pelos movimentos feministas como uma ferramenta de fomento e de debate dos temas atuais que envolvem as questões de gêneros, representações das mulheres e na luta pela igualdade de direitos. Com o advento das novas tecnologias de comunicação e as mídias sociais houve maior divulgação dos movimentos feministas na internet, trazendo visibilidade para os assuntos que afetam a sociedade como o machismo, racismo e a misoginia. O debate dessas questões da sociedade, conquistaram também maior cobertura pelos meios de comunicação no mundo inteiro, permitindo um novo despertar social.

Nesse contexto a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010, criou a *ONU Mulheres*, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Com sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e escritórios regionais em países da África, América, Ásia e Europa, e também nas Américas e Caribe, no Panamá e no Brasil, a ONU Mulheres possui seis áreas prioritárias de atuação: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; e normas globais e regionais. A ONU Mulheres, por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, universidades e empresas, visa defender os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU, como os direitos humanos das mulheres (ONU MULHERES, 2017).

Desde 2010, a ONU Mulheres (2017) vem realizando mobilizações *on-line* e *off-line* para sensibilizar, informar e engajar a sociedade para extinção da violência contra as mulheres, com ações preventivas. Diversas ações especiais são também realizadas para atingir novos públicos, como no carnaval, volta às aulas, e

eventos esportivos, entre eles por exemplo Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Em 2011, na cidade de Toronto, no Canadá, surgiu o *Slut Walks*, traduzido no Brasil como a “Marcha das Vadias”, apontado como o grande movimento social na luta feminista contemporânea. O movimento surgiu como resposta a um policial que durante sua palestra sobre segurança no campus universitário, na Universidade de York, afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque”. A indignação à mensagem do policial, que transfere para a vítima a culpa da agressão sexual, percorreu o mundo, com diversas manifestações nas ruas, além das redes sociais. O objetivo do movimento feminista foi mostrar que nenhuma mulher provoca a violência sexual e que não deve ser julgada pelas roupas que veste. No Brasil, várias cidades aderiram, e a partir de 2012, mais de 20 cidades organizaram a primeira “Marcha Nacional das Vadias” (Figura 1).

Figura 1: Corpo de Participante da marcha



Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/marcha-das-vadias-reune-mil-nas-praias-do-rio-e-vira-hit-em-rede-social.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

A Marcha das Vadias procurou ressignificar o termo “vadia” como sinônimo de empoderamento feminino, e para tanto o corpo de mulheres e de homens foram utilizados como ferramenta de protesto e de comunicação de suas reivindicações. O slogan “*Meu corpo, minhas regras*” esteve presente nos cartazes, nas redes sociais e, principalmente, escrito nos corpos das manifestantes nas Marchas.

O movimento, utilizando a internet como meio de engajamento das mulheres e de propagação das reivindicações, com *blogs* e redes sociais como o *Facebook*, *Twitter* e o *Youtube*, cresceu e se disseminou no mundo e no Brasil, tornando-se palco de várias reivindicações pela igualdade de direitos e pelo fim da cultura machista.

A irreverência é destacada como uma marca de expressão de rebeldia das jovens feministas, que se autodenominam “vadias”, com músicas, sons e outros artefatos, trazendo uma nova maneira de lidar com os problemas, e uma nova forma de expressar os “feminismos”. Para Margareth Rago, professora doutora, historiadora da Unicamp, e autora da obra *A aventura de contar-se: Feminismos, Escrita de Si e Invenções da Subjetividade* (2013), a Marcha das Vadias trouxe novidades no modo de expressão da rebeldia e da contestação, caracterizando-se pela irreverência, pelo deboche e pela ironia:

Se a caricatura da antiga feminista construía uma figura séria, sisuda e nada erotizada, essas jovens entram com outras cores, outros sons e outros artefatos, teatralizando e carnavalizando o mundo público. Autodenominando-se “vadias”, ironizam a cultura dominante, conservadora e asséptica e, nesse sentido, arejam os feminismos, trazendo leveza na maneira de lidar com certos problemas, mas estabelecendo continuidades com as experiências passadas, mesmo que não explicitem esses vínculos nem reflitam sobre eles (RAGO, 2013, p. 314).

Para a autora, é preciso utilizar “feminismos” no plural, pois hoje coexistem muitas correntes e interpretações das lutas no interior do movimento e os sujeitos que lutam são de classes diferentes, de etnias diferentes, de raças diferentes, de idades diferentes, de gerações diferentes no qual há multiplicidade de interesses envolvidos no interior do movimento. Apesar de já se fazer sete anos da realização da primeira “Marcha das Vadias” como luta para ressignificar a expressão “vadia” utilizada para agredir as mulheres na sociedade, e demonstrar que a mulher nunca

é culpada pela violência, ainda assim, no Brasil, a palavra vadia continua sendo utilizada de forma machista.

Com a chegada da internet a milhares de casas do Brasil houve um crescimento do debate da cultura machista enraizada na sociedade, pois através da nova forma de comunicação as pessoas ficaram mais conectadas e possibilitou o surgimento de diversos projetos, ONGs, *blogs* e portais de notícias. Diversas revistas feministas on-line foram criadas entre os anos de 2013 e 2015, como Capitolina, AZmina, Lado M e Think Olga, e movimentos como o Empodere Duas Mulheres, Todas Frida, Marias Marias, Me Kahlo e Força Meninas, com o objetivo de empoderar as mulheres por meio de informação, abordando temas importantes sobre o feminismo de forma acessível, visando disseminar o protagonismo feminino.

O Projeto Feminista Olga², em parceria com a Agência Ideal, apresentou dados em 2015 que demonstraram o crescimento do feminismo na internet. (Figura 2).

Figura 2: O ano do Feminismo na Internet



Fonte: <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>.
Acesso em: 10 fev. 2018.

² A OLGA é um projeto feminista criado em abril de 2013 pela jornalista Juliana de Faria. Disponível em: <http://thinkolga.com/a-olga/>. Acesso em: 03 Jan 2016.

Em grande parte, o sucesso no fomento dos temas está relacionado ao maior acesso às tecnologias de comunicação e às novas mídias e redes sociais, como: *Facebook*, *Blog*, *Twitter*, *Instagram*, que empoderaram e deram vozes às mulheres. Várias campanhas com *hashtags* como *#agoraéquesaoelas*; *#ChegaDeFiuFiu*; *#primeiroassédio*; *#ChegaDeSilêncio*; *#meuamigosecreto* foram realizadas, incentivando as mulheres a contarem suas histórias de opressão para encorajar outras a fazerem o mesmo, numa demonstração clara de que não estão sozinhas, ajudando o crescimento do movimento nas redes sociais ao longo do ano de 2015.

A revista feminista *AZmina*, que se propôs a respeitar e valorizar as mulheres em toda a sua diversidade e feminismo, vem desde 2015 lançando diversas campanhas de conscientização e de luta contra o machismo, como o *#MachismoNãoÉBrincadeira*, *#Carnaval Sem Assédio*, *#VamosMudarOsNúmeros*, *#PrecisamosFalarSobreAborto*, *#MaisQue70* – entre outras. O objetivo é debater sobre os temas como a violência contra a mulher, abuso sexual de crianças e equidade de gênero no mercado de trabalho, buscando contribuir para a mudança do país em relação ao machismo.

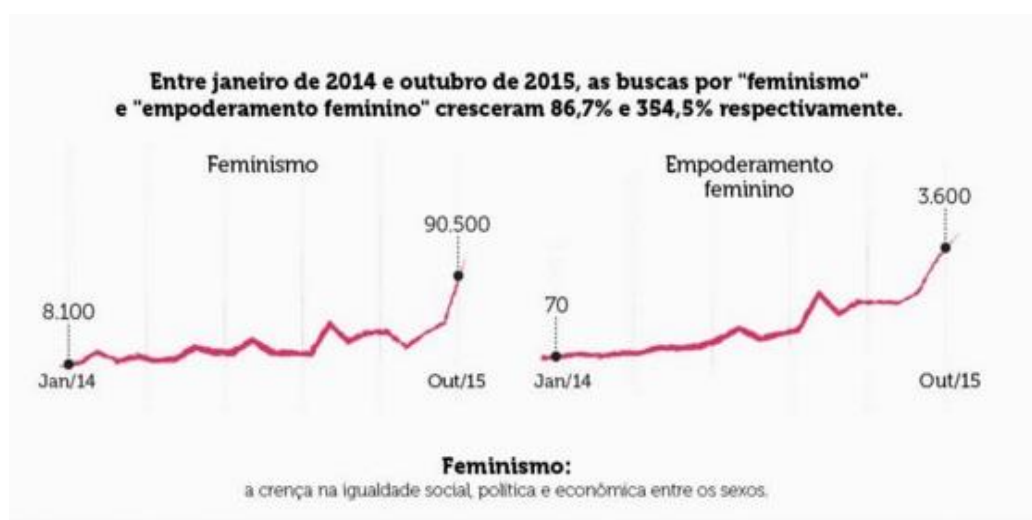
É fato que o debate referente às questões de gênero já vem de longa data, porém nos tempos atuais uma nova consciência tem modificado o pensamento em relação à divisão de papéis entre o masculino e feminino, assim como a representação das mulheres na sociedade. As mídias têm papel essencial para ampliar o debate sobre as formas de opressão e de machismo naturalizados na sociedade. A visibilidade e a força das campanhas, assim como as repercussões, contribuíram para elevar o número de denúncias de violência pelas mulheres registrados pelo Disque denúncia 180, com acesso gratuito e nacional. De acordo com o site do UOL,³ entre os meses de janeiro e outubro de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, houve um crescimento de 40% das denúncias, o que demonstra o alto índice de engajamento da campanha.

No Brasil, as mulheres também estão aprendendo a usar o poder coletivo e as mídias digitais para avançar no debate dos direitos, denunciar o machismo, a violência contra as mulheres e para elevar o número de engajados no feminismo. As novas e antigas mídias, assim como outros provedores de informação, têm

³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/12/04/denuncias-de-violencia-contramulher-pelo-disque-180-aumentam-40-este-ano.htm>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

contribuído para o crescimento de informações, relatos e estudos referentes às questões de gênero e do feminismo que buscam a igualdade social, política e econômica entre os sexos. As novas mídias digitais, pela interatividade e facilidade de uso, proporcionam maior visibilidade para o debate. De acordo com o Projeto Olga, em 2015, houve um crescimento nas buscas na internet por termos como “feminismo” e “empoderamento feminino” em comparação com o mesmo período em 2014 (Figura 3).

Figura 3: Buscas na Internet



Fonte: <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>.
Acesso em: 10 fev. 2018.

Em março de 2015 foi sancionada, pela Presidenta Dilma Rousseff, a Lei do Feminicídio, considerada como um marco importante na luta pela igualdade de gêneros e da intolerância da lei para crimes baseados em sexo no Brasil. A Lei 13.104/2015 alterou o Código Penal Brasileiro para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado (crime hediondo), o feminicídio, quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. A nova geração de ativistas do Brasil tem lutado por salários iguais, por paridade nos conselhos de administração e na política, por leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar, pelo direito de poder ir à rua (ônibus ou metrô) sem ser assediada ou insultada, pelo fim da cultura do assédio e do estupro, entre outros.

O ano de 2015 no Brasil ficou marcado como a “Primavera das Mulheres”, forma que ficaram conhecidos os protestos iniciados no Rio de Janeiro, contra o

Projeto de Lei 5069/2013 da Câmara dos Deputados que sugeria alterações à lei original que criminaliza o aborto. Através de convocações realizadas pela internet, mulheres nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se mobilizaram contra o projeto de lei, considerado como um momento em que a solidariedade entre as mulheres cresceu, fazendo com que as campanhas contra o silenciamento ganhassem espaço, e demonstrando a força das redes sociais para organizar ações feministas. Com os protestos, o movimento ganhou cobertura, abrindo mais espaço na mídia para as reivindicações contra a opressão machista naturalizada.

De acordo com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, com base em séries históricas de 1995 a 2015, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, a desigualdade de gênero ainda se faz presente na sociedade brasileira. O estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação das mulheres, homens, negros e brancos no Brasil, em doze blocos temáticos: População; Chefia de Família; Educação; Saúde; Previdência e Assistência Social; Mercado de trabalho; Trabalho Doméstico Remunerado; Habitação e Saneamento; Acesso a Bens Duráveis e Exclusão Digital; Pobreza, Distribuição e Desigualdade de Renda; Uso do Tempo e Vitimização. O projeto tem parceria com o IPEA, ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania (IPEA, 2018).*

No relatório do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* divulgado em março de 2017 foi descrito que as mulheres trabalham em média 7,5 horas semanais a mais que os homens, já em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, enquanto os homens em torno de 50%. Em relação à escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica de 20 anos: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Na sequência retratam que 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, e o tipo tradicional de família formado por um casal com filhos respondia por cerca de 58% das famílias, apesar de que em 2015 esse percentual caiu para 42%, tendo aumentado de maneira significativa o número de

domicílios com somente uma pessoa, e o percentual de casais sem filhos. O último estudo também apresentou que há menos mulheres jovens como trabalhadoras domésticas. Os dados evidenciam que ainda persiste uma desigualdade de gênero e raça em 20 anos no Brasil (IPEA, 2018).

Para Lipovetsky (2000, p. 232), um princípio universal organiza a divisão social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher. Apesar de o conteúdo dessas distribuições de funções serem diferenciados de uma sociedade a outra, as posições e as atividades de um sexo sempre se distinguem do outro. Para o autor, a única função que escapa dessa desvalorização sistêmica é a maternidade. “Mas nem por isso a mulher deixa de ser uma ‘outra’ inferior e subordinada, só tendo valor a descendência que ela gera”. Mas, por toda parte as atividades exercidas pelos homens são valorizadas, e ainda os mitos e discursos evocam sempre a natureza inferior das mulheres

Os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM 2014 - mostram que muitos obstáculos ainda permanecem para o alcance da plena autonomia econômica das mulheres brasileiras. A taxa de atividade econômica das mulheres bastante inferior à dos homens, a divisão sexual do trabalho sobrecarrega as mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado, dificultando seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como sua ascensão profissional.

No ensino profissional, as mulheres eram maioria entre as/os matriculadas/os (53,8%) e ainda mais numerosas entre as/os concluintes (54,5%) dos cursos profissionalizantes. Entretanto, elas tendiam a se concentrar em algumas áreas consideradas tipicamente femininas de acordo com a divisão sexual do trabalho, associadas a tarefas de cuidado e de reprodução, como as áreas de educação e da saúde. Isso é particularmente visível quando se considera os 10 cursos profissionalizantes com maior número de matrículas no país (RASEAM 2014).

Apesar da relativa vantagem no que se refere ao nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, as áreas de estudo da mulher tendem a estar associadas a tarefas de cuidado e de reprodução, como as áreas de educação e da saúde, assim a sua presença nos espaços de poder e decisão refletem uma importante desigualdade de gênero e de oportunidades vivenciadas por elas na sociedade brasileira. A mulher, por muito tempo, teve sua identidade relacionada à

família, com o cuidado do lar, o que se reflete ainda no século XXI, em relação às profissões. Além disso, há também uma participação minoritária das mulheres em cargos de liderança no âmbito dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional. As mulheres encontram-se igualmente em número reduzido no que tange à ocupação de cargos diretivos em diferentes ramos de atividade econômica, apesar de possuírem representatividade significativa à frente dos cargos diretivos nas áreas de educação, saúde e serviços sociais (RASEAM 2014).

Todas as reflexões sobre os problemas de gênero, até o momento, foram importantes para entender o contexto da emancipação feminina, buscando compreender os fatos históricos que possibilitaram diversos avanços e rupturas. Pesquisar sobre as representações sociais e o papel da mídia na naturalização das formas de representar as mulheres teve como proposta aprofundar o conhecimento teórico, para que esse seja utilizado na análise crítica do discurso, especialmente na análise das práticas sociais. No próximo capítulo estudaremos a importância dos jogos, o significado do esporte e sua relação com a sociedade, assim como a inserção da mulher neste ambiente de dominação masculina, visando compreender a longa história de lutas e de conquistas da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

3. OS JOGOS, AS MULHERES E AS OLÍMPIADAS

Este capítulo investiga o jogo como elemento da cultura, suas características, sua relação como função significativa na sociedade e sobre a importância do esporte na sociedade. Em seguida, reflete sobre a dominação masculina no campo esportivo, destacando como o fato possui uma ligação com um conjunto de papéis e funções que foram historicamente impostas às mulheres e sobre o contexto da trajetória das mulheres nos esportes no Brasil, com os desafios e as suas conquistas.

Na sequência apresenta a história das mulheres nos Jogos Olímpicos da era moderna, descrevendo toda a trajetória de lutas pelos direitos de participação plena nas diversas modalidades olímpicas, detalhando as participações e conquistas das atletas brasileiras ao longo de todas as Olimpíadas da era moderna, finalizando com os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

3.1 O Jogo como Elemento da Cultura

Na obra *Homo Ludens: o jogo como um elemento da cultura* (1935), o historiador holandês Johan Huizinga aborda o jogo como um dos elementos mais antigos da cultura, visto que esteve sempre presente na sociedade humana. Na concepção do autor, os animais se anteciparam e criaram a atividade lúdica antes do ser humano, que depois se apropriou desses princípios do jogo constatados no comportamento dos animais e criaram o jogo humano. Para Huizinga (2010, p.3-4) a “civilização humana não acrescentou característica essencial alguma à ideia geral de jogo”. O autor, em seus estudos, abordou o jogo como uma “forma significativa”, isto é, como um elemento da cultura que possui uma função social, apesar do jogo aqui ser visto como uma atividade de divertimento, lazer e entretenimento.

Já o sociólogo francês Roger Caillois (1979), na obra *Os jogos e os homens*, faz uma análise histórica dos jogos, demonstrando que um grande número de jogos sempre esteve presente na sociedade, que estabeleceu de certa forma uma oposição entre o jogo e a vida real, contribuindo para que o jogo fosse

visto por muitos anos somente como uma atividade de lazer e/ou diversão e não algo sério dentro do contexto social.

Todo o jogo é um sistema de regras que definem o que é e o que não é do jogo, ou seja, o permitido e o proibido. Estas convenções são simultaneamente arbitrárias, imperativas e inapeláveis. Não podem ser violadas sob nenhum pretexto, pois se assim for, o jogo acaba imediatamente e é destruído por esse fato (CAILLOIS, 1990, p. 11).

Para Caillois (1990), a civilização humana estabeleceu um sistema de regras no jogo, funcionando como um agente disciplinador que contribui com a sociedade. Essa ideia cria uma dicotomia com os estudos de Johan Huizinga (2010) de que o homem não teria acrescentado elementos novos e significativos para os jogos. Segundo Caillois (1990), o sistema disciplinador, elemento criado e estabelecido pelos seres humanos faz a diferença, independentemente do tipo de jogo praticado, ou seja, se é lazer, recreação ou jogo profissional. Acredita-se que os seres humanos criaram sim “as normas e as regras”, com o objetivo de padronizar o jogo, para que este pudesse ser jogado de forma universal.

De acordo com Huizinga (2010, p. 3-4), o jogo ultrapassa os limites da atividade física ou biológica, “é uma função significativa, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa ‘em jogo’ que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa”. O jogo foi estudado pelo historiador como uma forma específica de atividade, como função social, como fator cultural da vida, oposto à seriedade e como uma atividade voluntária, que possui uma função social.

Jogo “é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana” (HUIZINGA, 2010, p. 33).

O autor descreveu as características fundamentais do jogo, sendo a primeira “o fato do jogo ser livre, de ser ele próprio liberdade”, isto é uma atividade voluntária; a segunda característica, está relacionada com a primeira, “é que o jogo não é vida ‘corrente’ pode ser considerado como uma evasão da vida ‘real’, uma

atividade temporária, livre, que tem uma finalidade autônoma, conscientemente tomada como uma atividade “não séria”, “um intervalo em nossa vida cotidiana”. A terceira característica está relacionada com o isolamento, a imitação, pois “o jogo distingue-se da vida ‘comum’ tanto pelo lugar quanto pela duração que ocupa”, ele tem em si limite de tempo e de espaço, possui caminho e sentidos próprios, ou seja, o jogo tem delimitados o tempo de iniciar e de terminar. A outra característica está relacionada com a ordem, o jogo cria ordem, e é a ordem que supõe a existência de regras. As normas e regras devem ser conhecidas por todos os participantes, pois delimitam o que é certo e errado. O último elemento está vinculado com o divertimento do jogo. O jogo dispõe de um importante papel social, afinal pode ser compreendido como fator cultural, com grande significação na sociedade, pois possui uma beleza estética e lança sobre o indivíduo um “feitiço” que cativa, por ser uma evasão da vida real, ou seja, um momento que permite um intervalo na vida cotidiana (HUIZINGA, 2010 p. 12-16).

Para Huizinga, o jogo ainda:

Ornamenta vida, ampliando-a, e nessa medida torna-se uma necessidade tanto para o indivíduo, como função vital, quanto para a sociedade, devido ao sentido que encerra, à sua significação, o seu valor expressivo, as suas associações espirituais e sociais, em resumo, como função cultural. Dá satisfação a todo tipo de ideais comunitários (HUIZINGA, 2010, p. 12).

O jogo expressa papel e importância na sociedade desde as mais antigas civilizações, pois está impregnado de sentidos, de significados e de valores de expressão, e, portanto, revela-se como uma “função vital da vida”. O jogo “promove a formação de grupos sociais” e tem como função dois aspectos fundamentais que são encontrados: “uma luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa”. Estas duas funções em algum momento podem se misturar, de modo que “o jogo passe a ‘representar’ uma luta, ou, então ser uma luta para melhor representação de alguma coisa”, isto é, uma exibição perante um público (HUIZINGA, 2010, p. 16).

Norbert Elias, em *O Processo Civilizador* de 1939, destaca a existência na história do Ocidente de um processo civilizador, caracterizado por uma redução do limiar de aceitação da violência física, que poderia incidir na redução dos atos de violência e por um crescente autocontrole dos impulsos vinculados às

necessidades humanas básicas. Na sua vasta obra faz diversas reflexões sobre o processo civilizador, envolvendo as questões da violência, medo, hábitos, e também da sociologia do desporto, tema que o autor destaca que recebia pouca atenção dos sociólogos contemporâneos, já que o esporte era considerado como atividade de lazer, voltado para o prazer, envolvendo mais o corpo que a mente e sem nenhum valor econômico, ao contrário do trabalho (ELIAS, 1994).

Norbert Elias e Eric Dunning na obra *A busca pela excitação* (1992) buscaram através das investigações sociológicas acerca do esporte resgatar os aspectos que eram pouco conhecidos, pois destacaram que os desportos contribuem para o entendimento das sociedades. Para os autores, o processo de desconstrução/reconstrução de uma nova dinâmica social, é caracterizado pela relação trabalho e lazer. As atividades esportivas eram vistas como lazer e configuram-se como estratégias em que se opera uma substituição mimética da violência, ocasionando algum grau de liberação do autocontrole imposto pelo processo civilizador, assim “o desporto é sempre, em todas as suas variedades, uma luta controlada, num quadro imaginário, quer o adversário seja a montanha, o mar, a raposa ou outros seres humanos” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 84).

Mas conforme Elias; Dunning (1992), as estruturas e as funções do lazer para serem compreendidas devem ser consideradas como um fenômeno social, interdependentes de atividades de não lazer, isso é, com o mesmo grau de importância. O desporto pode ser compreendido com uma atividade de disputa, que ocorre individualmente ou em equipes, praticado em diversas modalidades esportivas, buscando a superação. Já no caso do lazer, as pessoas buscam a excitação agradável, tão importante quanto a superação. Na sociedade atual, assim como em muitas outras, as pessoas sentem necessidade de motivação e de fortes emoções, assim o lazer e o trabalho se complementam.

Caillois (1990, p. 32-45), em seus estudos, elencou quatro categorias fundamentais para a classificação da natureza social dos jogos, que permite uma melhor compreensão da função dos jogos na vida em sociedade. As categorias estão classificadas de acordo com os tipos e características dos jogos: *Agôn* (jogos de disputa) - todos os jogos que aparecem na forma de competição, em que há um combate e que a igualdade de oportunidade é criada artificialmente. A finalidade dos antagonistas é demonstrar a sua própria superioridade, está presente nas

competições esportivas que mostram que o vencedor é o melhor preparado; *Alea* (jogos de azar) – é oposto ao *Agôn*, não é a habilidade e a qualificação que determinam a vitória no jogo, o que predomina é o destino, a sorte, como nos jogos de dominó, cartas e gamão. O jogador limita-se a aguardar as imposições da sorte. Ressalta-se que esse elemento é próprio dos seres humanos, pois os animais jamais imaginariam a força do acaso, mas sim dos seus próprios impulsos. *Mimicry* (jogos de simulacro) – a mímica e o disfarce são aspectos fundamentais desta classe de jogos, tidos como fictícios que se apropriam de outra realidade e os participantes agem com papéis determinados e de personagens, a representação teatral e dramática faz parte desse grupo. Por último *Ilinx* (jogos de vertigem) – jogos associados que buscam uma perturbação, lidam com o medo, separam a consciência da realidade com situações de instabilidade da percepção e falta de controle, portanto tiram o corpo humano da estabilidade na busca de vertigem.

Segundo Caillois (1990), pelo menos uma das quatro características fundamentais está sempre presente nos jogos, independente da cultura e da sociedade. O autor destaca, ainda, a capacidade das sociedades de desenvolverem a alienação dos indivíduos, em qualquer uma das categorias de jogos; de forma crítica salienta que o jogo não é uma atividade banal, desvinculada da sociedade, está inserido no contexto social, exercendo uma grande influência no modo de vida das pessoas.

Conforme Huizinga (2010, p. 218), “as competições em habilidade, força e perseverança sempre ocuparam um lugar dos mais importantes em todas as culturas, quer em relação ao ritual ou simplesmente como divertimento”. A sociedade feudal se interessava pelo jogo e por seu papel lúdico, isto é o divertimento. Segundo o autor, somente após os jogos assumirem uma forma organizada, sujeitos a um sistema de regras, tornaram-se “esportes”.

O esporte ocupa, na vida social moderna, um lugar que ao mesmo tempo acompanha o processo cultural e dele está separado, ao passo que nas civilizações arcaicas as grandes competições sempre fizeram parte das grandes festas, sendo indispensáveis para a saúde e a felicidade dos que nelas participavam. Esta ligação com o ritual foi completamente eliminada, o esporte se tornou profano, foi “dessacralizado” sob todos os aspectos e deixou de possuir ligação orgânica com a estrutura da sociedade, sobretudo quando é de iniciativa governamental (HUIZINGA, 2010, p. 220).

Para Huizinga (2010), o processo de Institucionalização do esporte foi iniciado na Inglaterra no século XIX, nas organizações escolares, e com o passar do tempo, os jogos sob a forma de esportes foram tornados cada vez sérios, com regras rigorosas e complexas. Assim a Inglaterra tornou-se o berço da moderna vida esportiva. A sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte implicou na perda de uma das características fundamentais dos jogos, o elemento lúdico. Para o autor, os jogos conservavam uma ligação orgânica com as sociedades, com os rituais sagrados, mas a partir da sua regulamentação perderam suas características lúdicas, criando-se uma distinção oficial entre amadores e profissionais. O espírito profissional não é mais lúdico, falta a espontaneidade e a despreocupação, afetando também os amadores, que sofrem com um complexo de inferioridade.

Roland Barthes, em 1961 escreveu um texto sobre as competições esportivas para o documentário *O esporte e os homens*, do canadense Hubert Aquin. Nesse texto apresentou um novo olhar sobre as competições esportivas:

O que é o esporte? O esporte responde com outra pergunta: quem é melhor? Mas o esporte dá um novo sentido à questão dos antigos duelos: pois a excelência do homem só é buscada aqui em referência às coisas. Quem é melhor para vencer a resistência das coisas, a imobilidade da natureza? Quem é o melhor para trabalhar o mundo e oferecê-lo aos homens... a todos os homens? Eis que diz o esporte. Às vezes, queremos fazê-lo dizer outra coisa. Mas o esporte não foi feito para isso. Que necessidade têm os homens de atacar? Por que ficam perturbados diante desse espetáculo? Por que dão tudo de si? Por que esse combate inútil? O que é o esporte? O que então, os homens colocam no esporte? Eles mesmos, seu universo de homem. O esporte é feito para relatar o contrato humano (BARTHES, 2009, p. 105).

Barthes (1961) destacou que o esporte nacional é aquele que brota da própria matéria da nação, isto é, de seu solo e de seu clima. Nesse ponto corroborou com a ideia de Huizinga (2010), que os jogos inicialmente possuíam uma ligação com a estrutura das sociedades, e que após serem transformados em esportes essa ligação se perdeu. Mas é importante ressaltar que muitos esportes olímpicos tiveram como origem as experiências dos homens, como a caça e a guerra, e foram construídos trazendo significados relacionados à masculinidade. Já para Huizinga (2010, p. 218), muitas formas de competições se tornaram

“esportes”, sujeitas a um sistema de regras, como é o caso dos jogos de bola. Com esta sistematização e regulamentação, perdeu-se uma parte da característica lúdica dos jogos.

Conforme Rubio (2011, p. 53-54), o esporte moderno surgiu dentro das *public-schools* na Inglaterra, como parte do projeto hegemônico firmado pelos ingleses visando à formação do caráter de suas elites. Nas *public-schools*, redutos de jovens burgueses e aristocratas eram promovidos jogos visando à normatização de condutas e a formação dos estudantes que ocupariam postos de lideranças, surgindo assim o modelo esportivo inglês que inspirou as diretrizes do esporte contemporâneo. Os fenômenos da industrialização e a prática de esportes possuem uma similaridade, pois ambos idealizavam a igualdade de oportunidades, o estímulo à competição, à produtividade e à quantificação de resultados, visando reverenciar o que se mostrar mais hábil, destacando-se como o primeiro, o melhor, o vencedor. Assim, “o esporte passou então a ser uma metáfora do jogo capitalista”, pois o modelo esportivo passou a servir como norteador da educação inglesa, para a prática pedagógica que visava desenvolver homens solidários, com iniciativa, mas dentro das regras impostas.

De acordo com os estudos de Valdir Barbanti (1994, p. 109) o “esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos”. Para uma definição de esporte, é preciso considerar três fatores: o primeiro, que o esporte se refere a tipos específicos de atividades; segundo, o esporte depende das condições sob as quais as atividades acontecem; e terceiro, o esporte depende da orientação subjetiva dos participantes envolvidos nas atividades.

Antonio Carlos Simões (2003), professor Doutor em Ciência da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da USP, pesquisador renomado no campo do esporte, destaca que o esporte moderno evoluiu significativamente nos últimos tempos, como um fenômeno cuja dimensão social, se mescla com os valores sociais, culturais, morais, ideológicos, econômicos e políticos, em todos os tipos de sociedade, mas ainda é um modelo de realidade social de domínio masculino.

3.2 O Campo Esportivo e a Dominação Masculina

As mulheres estiveram ao longo do século XIX proibidas da prática de várias modalidades esportivas e a trajetória das esportistas reforça as representações sociais naturalizadas e a dominação masculina nos espaços públicos onde a mulher deveria ser apenas espectadora. Para Simões (2004), o processo de inclusão das mulheres na prática esportiva não pode ser compreendido somente como uma realidade simples e homogênea, mas como um entrecruzamento de múltiplos elementos culturais, sociais, orgânicos e psicológicos.

Os obstáculos em relação a gênero, estereótipos, sexo, cor e as próprias barreiras que foram sendo superadas no processo de integração e de ajustamento às exigências estabelecidas pela sociedade do esporte são aspectos que atribuem às mulheres aquilo que elas próprias vivenciam nos diferentes segmentos sociais e esportivos (SIMÕES, 2004, p. 27).

Para o autor, o universo das mulheres nas práticas sociais e esportivas possui uma relação direta com um conjunto de papéis e funções que foram historicamente impostas à mulher. Mas ainda assim, as práticas socioesportivas e esportivas competitivas são meios e fins na busca da mulher por novos ideais e mudanças de paradigmas. As movimentações feministas, tidas como a principal revolução ocorrida no século XX, com reivindicação para que as mulheres pudessem (re)ocupar o espaço público, ganharam força nos anos de 1960, com repercussão em diversas áreas da sociedade, possibilitando avanços e rupturas. Porém, o campo esportivo, instituído como um espaço de poder dos homens, se fortaleceu com a dominância masculina. “Somente na metade do século XX, as mulheres começaram a participar de atividades no universo masculino do esporte, apesar dos obstáculos e preconceitos” (SIMÕES, 2004, p. 26).

Para Théberge (1994, apud DEVIDE, 2005, p. 39) “no campo esportivo a hegemonia masculina talvez seja mais resistente à mudança do que em outras áreas da cultura, não representando somente a desigualdade de gênero, mas também a sua manutenção em contextos que transcendem a prática do esporte”. Ainda hoje, apesar de as mulheres terem conquistado o direito pleno de participação nos esportes, elas enfrentam outros desafios, como o sexismo

enraizado na cultura popular e o estigma de que as práticas esportivas de alto contato e de força levam as mulheres à masculinização do corpo.

As representações polarizadas de gênero sempre encontraram no esporte um campo vasto para se manifestarem, já que a esfera se mostra como um espaço ideal para reafirmar normas e tradições a “respeito de como se comportar o corpo, bem como as formas corporais e comportamentais adequadas de ser homem, ou mulher”. Os programas de esportes possuem um enorme potencial de reverberar nas mídias, e os programas de maior audiência na TV mundial são os esportivos: os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol e as finais do *SuperBowl* Norte Americano, portanto contribuíram para naturalizar as representações sociais de homens e mulheres atletas (KNIJNIK; SOUZA, 2004, p. 194).

A mídia teve um grande impacto em normatizar o que foi estabelecido pela sociedade em relação às questões de gênero e as representações sociais das mulheres. Desde a infância as meninas são incentivadas pela sociedade a gostarem de esportes em que a prática dê ênfase à beleza do corpo feminino; por outro lado, a prática dos esportes que envolvem contato físico ainda enfrenta muitos preconceitos. Para a Professora Dra. Luiza Klein Alonso, Socióloga e pesquisadora da FIOCRUZ:

Na relação entre esporte, imagem corporal e exploração da mídia, o produto final tem sido a exaltação da juventude eterna associada ao desempenho que quebra contínuos recordes. Como mercadorias, atletas são elogiados ou depreciados em função da performance que seus corpos conseguem em fina sintonia com um movimento social que deprecia trabalhadores braçais e intelectuais no envelhecimento (ALONSO, 2004, p. 97).

Os estudos feministas empenharam-se desde o início para a integração das mulheres como um sujeito político e social. A cultura da mídia contribui, por sua vez, para criar formas de dominação ideológica que colaboram para reiterar as relações de poder e dominação vigentes. Porém, ao mesmo tempo, fornecem também um instrumental para a construção e o fortalecimento de identidades, lutas e resistência.

Para Michael Alan Messner (2002), sociólogo americano, pesquisador da área de gênero e sociologia do esporte e autor de vários livros, a mídia contemporânea tende a abordar em suas notícias sobre atletas do sexo feminino normalmente de quatro formas; primeiro, quando os esportes coletivos são

televisionados, falando pouco sobre a presença das mulheres nos esportes individuais; segundo, a mídia retrata atletas do sexo feminino como mais atrativas quando são heterossexuais e destacam sua feminilidade. Em terceiro, a mídia reafirma o domínio dos homens no esporte por meio de ataques verbais contra mulheres atletas, bem-sucedidas. E, por último, incorpora a cobertura de alguns atletas excepcionais, a fim de disfarçar as desigualdades existentes na cobertura midiática das mulheres atletas.

A mídia ao manter os homens atletas como o centro do discurso midiático, reafirma as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no campo esportivo. No Brasil, de uma forma geral, há pouco espaço para o esporte feminino na televisão aberta e na mídia impressa. Há quase uma monocultura esportiva, em que o futebol masculino é o grande destaque das transmissões televisivas. Apenas os canais por assinatura oferecem outras opções além do futebol, como esportes radicais, tênis, vôlei, basquete etc. Já nos portais de notícias e na mídia impressa é muito comum vermos atletas representadas como “musas” do esporte, destacando-se sua beleza e sensualidade. Além disso, em muitas matérias referentes aos esportes praticados por mulheres, o conteúdo acaba focado nas questões estéticas, de beleza e vaidade, não se valorizando o esforço e o treinamento realizado pelas atletas para o seu desempenho na modalidade.

De acordo com Simões (2003, p. 35) “somente a partir do questionamento dos papéis sociais provocados pelo movimento feminista que as mulheres, mesmo aquelas que rejeitavam o feminismo, passaram a participar de atividades esportivas”. Portanto, as representações sociais ao longo do tempo estão sendo combatidas, mas ainda, em muitos momentos, são reforçadas pelas mídias. Adjetivos como graça, simpatia, harmonia, musa e beleza são palavras que comumente figuram em reportagens que destacam as atletas. Com esse tipo de matéria, muitas representações sociais e estereótipos equivocados das mulheres e atletas continuam sendo reforçados e naturalizados na sociedade.

Segundo Bourdieu (2014), a dominação masculina determina como as masculinidades e as feminilidades são construídas simultaneamente em dois campos relativos às relações de poder, nas relações de homem com mulheres, desigualdade de gênero, gerando a violência simbólica.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é um ser-percebido, tem por efeito colocá-la em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2014, p. 41).

Tal violência está na falta de oportunidades e de espaços para as mulheres, já que todas essas barreiras levam muitas atletas a desistirem da carreira esportiva. Vale ressaltar que a falta de divulgação e de cobertura da mídia jornalística nos esportes praticados por mulheres reflete-se nas dificuldades enfrentadas, nos baixos salários, falta de patrocínios, submetendo-as a outro trabalho para o próprio sustento, não podendo se dedicar exclusivamente à carreira de atleta.

Para Silvana Vilodre Goellner, professora, doutora em Educação pela UNICAMP e pesquisadora da temática Gênero e Ciências do Esporte, no discurso sobre o esporte feminino ainda predomina uma “representação essencialista de gênero”.

A espetacularização do corpo feminino é aceita e incentivada em determinados locais sociais, em especial, aqueles que valorizam uma representação de feminilidade construída e ancorada na exacerbação, por exemplo, da beleza e da sensualidade. Noutros, como o campo de futebol ou as arenas de lutas, essa espetacularização direciona-se para o estranhamento a estes corpos femininos performantes, fundamentalmente, porque às mulheres, cuja aparência corporal é excessivamente transformada pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, são atribuídas características viris que não apenas questionam sua feminilidade, mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo (GOELLNER, 2005, p. 148).

As imagens que dominam o cenário esportivo retratam como as mulheres atletas vivenciam o caráter qualitativo, quantitativo e heterogêneo das diferentes práticas, reforçando através de estereótipos culturais e sociais o comportamento e a feminilidade que contribuem para o conhecimento do esporte, relacionando como potencialmente associado ao masculino. Segundo Simões (2005, p. 28) “as mulheres abrem mão da chamada passividade, ternura e obediência em troca de assertividade, agressividade e ambição” o que resulta muitas vezes em assumir um comportamento que incorpora quaisquer tipos de estereótipos sexuais. Dessa

forma, as mulheres sofrem pressões acerca das imagens do feminino e do masculino, em especial, na interpretação dos valores que norteiam o cenário das práticas socioesportivas e esportivas competitivas.

Para Alonso (2004, p. 96), por sua vez,

no mundo dos esportes os ideais de beleza são mais claramente assumidos e ainda que um corpo bonito por si só não garanta bons resultados e desempenhos extraordinários, eles recebem da mídia atenção redobrada, como são as musas do vôlei brasileiro e algumas tenistas internacionais. Ao lado do reconhecimento da beleza do corpo em si, a vaidade é assumida por homens e mulheres.

A mulher desportiva enfrenta ainda hoje problemas com a mídia e com a organização hierárquica esportiva, com as normas de conduta, regras e regulamentos que influenciam o comportamento feminino e sobre aos quais elas não têm controle pessoal, como a “incapacidade menstrual” atribuída às mulheres pelo cientista e médico do século XIX Herbert Spencer, que as impedia de modalidades esportivas extenuantes. Há diversos juízos de valores sociais presentes na sociedade relacionados às exigências que o esporte apresenta desde a Antiguidade, assim como os fatores relacionados com os treinamentos das mulheres que precisam se reportar aos dirigentes, técnicos, entre outros profissionais. Os dirigentes, que administram e comandam as instituições esportivas, na sua grande maioria são homens, e podem não compreender os mitos e as verdades das desportistas, entre uma infinidade de valores sociais e culturais importantes, quase sempre conflitantes (SIMÕES, 2005).

De forma geral, no campo esportivo, a situação das mulheres ainda é desigual se comparada aos homens. Há muitas dificuldades, conforme destaca Goellner:

No esporte de rendimento, são bem menores os recursos destinados para patrocínios, incentivos, premiações e salários; em algumas modalidades, a realização de campeonatos é bastante restrita e, por vezes, inexistente; há pouca visibilidade nos diferentes meios midiáticos; a participação de mulheres em órgãos dirigentes e de gestão do esporte é ínfima; a inserção em funções técnicas, como treinadoras e árbitras, ainda é diminuta; federações, confederações, clubes e associações esportivas mantêm registros precários sobre a participação das mulheres em seus dados oficiais, especialmente no que se refere a aspectos históricos (GOELLNER, 2012, p. 73).

No caso do futebol, por exemplo, que é considerado uma paixão nacional, tal prestígio não é transferido ao futebol praticado por mulheres. O preconceito de que futebol é esporte para homem, e ginástica rítmica é “coisa de menina” ainda se manifesta na sociedade. Segundo Bourdieu (2014, p. 42), a prática de esportes pelas mulheres determina uma profunda transformação da experiência subjetiva e objetiva do corpo; ela deixa de existir para o outro e passa a existir para si mesma, muda de corpo passivo e conduzido para corpo ativo e agente. Porém os homens se reapropriam da nova imagem corporal, e, no mesmo ato de seus corpos, as mulheres foram vistas por muito tempo como “não femininas”, despertando diversos tabus e estigmas sobre sua sexualidade. De acordo com Alonso (2004, p.96), “os corpos femininos de atletas foram por décadas desconsiderados quanto a sua possível beleza, seus músculos estavam apenas a serviço da quebra de recordes”. A beleza atlética era vista como consequência do movimento e da performance, mas não era reconhecida como um ideal.

Mas na visão de Kolnes (1995), o público e a mídia, apesar de esperarem por performances esportivas talentosas, rápidas (que exigem mais força e destreza), identificariam as mulheres que as obtêm como “não femininas”, forçando-as a realçarem seus aspectos femininos antes, durante e depois da competição, deixando de lado muitas vezes os aspectos relacionados ao desempenho esportivo. A seleção brasileira de futebol feminino já foi cinco vezes campeã do mundo, campeã dos Jogos Pan-Americanos de Toronto (2015), Medalha de Prata nas Olimpíadas de Atenas (2004) e de Pequim (2008), e ainda assim as jogadoras enfrentam preconceitos e discriminações, além da falta de estrutura, de incentivos, de profissionalização e recursos financeiros, e, em especial, de valorização das conquistas realizadas. Já o futebol praticado por homens tem um grande apelo publicitário no Brasil, com uma estrutura totalmente profissional, ocupando os maiores espaços no jornalismo esportivo.

De acordo com Fabiano Pries Deive, doutor em Educação Física e Cultura, autor da obra *Gênero e Mulheres no Esporte*, mesmo com a crescente participação feminina no esporte em nível mundial nas últimas décadas, o processo de inclusão das mulheres no ambiente esportivo deve ser analisado considerando-se vários aspectos, como a participação plena, os espaços de visibilidade, os discursos etc. Apesar da aparente igualdade na participação de ambos os sexos, é

necessário refletir sobre as diferenças no que tange à inclusão das mulheres no esporte, e das suas oportunidades e visibilidades. O determinismo biológico que justificou as desigualdades de gênero a partir das diferenças biológicas “naturais” entre homens e mulheres, assim como a legitimação das relações de dominação, são alguns dos motivos que levaram as mulheres a terem menos acesso e oportunidades sociais e também no campo esportivo em comparação com os homens (DEVIDE, 2005).

Conforme Young (1988, apud DEVIDE, 2005, p. 50), baseados em conceitos da fenomenologia, a exclusão feminina do esporte deve levar em consideração que a nossa cultura objetifica o corpo da mulher. A mulher foi vista por muito tempo como um corpo-objeto ao invés de um corpo-sujeito; “um corpo inativo no qual o esporte, baseando-se nas suas capacidades e habilidades corporais, torna-se incompatível com a natureza feminina, fazendo com que a mulher, ao se envolver com a prática esportiva, não seja vista como realmente uma ‘mulher’”. Assim, a exclusão das meninas do esporte desde a infância, contribui para uma concepção de sedentarismo, fragilidade e de incompetência para o esporte. A autoimagem é difícil de ser desconstruída na sociedade que trata o corpo feminino como um objeto, e desperta nas adolescentes um desejo de manutenção da “beleza feminina”, tratando o corpo como um objeto que precisa ser vestido, modelado e pintado para atrair o olhar masculino e das demais mulheres.

Apesar das mulheres atletas não possuírem ainda as mesmas oportunidades e visibilidade que os homens, mas ainda assim, as conquistas das atletas no esporte feminino, mesmo que lentamente, possibilitaram às mulheres que demonstrassem a compatibilidade do esporte com a feminilidade, podendo representar uma mudança nas bases desse campo de dominação masculina.

Se o esporte, apesar de historicamente dominado pelo homem, for interpretado como via de conquistas femininas em relação à autoestima, segurança, saúde, performance, autonomia, reconhecimento público e histórico poderá produzir novas oportunidades e significados, combatendo os preconceitos, mitos e a opressão feminina nessa área (DEVIDE, 2005, p. 21).

Mesmo que esporte tenha sido por muito tempo um campo de dominação masculina, é possível hoje utilizá-lo para demonstrar as conquistas femininas e construir novas representações sociais das mulheres atletas. O esporte é um dos

instrumentos para que as mulheres desenvolvam um novo sentido para si mesmas, com oportunidades para que se tornem mais seguras e confiantes em relação ao seu corpo, feminilidade e habilidades.

3.3 As Mulheres e o Esporte no Brasil

A história das mulheres nos esportes é também consequência de um longo percurso em busca dos seus direitos e de cidadania. As mulheres ficaram por muito tempo à margem das decisões na sociedade e, principalmente, do ambiente esportivo, tendo em vista que esse, historicamente, foi sempre dominado pelo homem. Os valores do esporte moderno tiveram sua origem no cavalheirismo, um comportamento social europeu existente no século XIX. Significava o homem nobre, honrado e honesto (*ethos cavalheiresco*), provenientes dos valores cristãos ocidentais e dos valores humanistas relacionados ao Renascimento. O esporte, como uma construção social, teve seus valores atribuídos como agressividade, competição, vitória, força e domínio, sempre vistos como méritos masculinos (DEVIDE, 2002, 2005).

Segundo Goellner (2009, p. 271), “a história das mulheres no universo cultural brasileiro é marcada por rupturas, persistências, transgressões, avanços e recuos”. É uma história plural de várias mulheres, e de diversas formas de participação nos esportes, como atletas, jornalistas, árbitras, praticantes, espectadoras, dirigentes, treinadoras, admiradoras, entre outras. Nesse contexto, as mulheres da elite tiveram um maior acesso aos bens culturais, à escolarização e as novidades advindas do continente europeu, entre as quais algumas modalidades esportivas.

De acordo com os estudos de Mourão (2003), até a primeira metade do século XX o Brasil não possuía um número significativo de mulheres que participavam de atividades físicas e esportivas, não só nas Olimpíadas como também nas instituições e espaços públicos. O uso do espartilho, que caiu em desuso nos anos 1920, como uma peça do vestuário feminino fundamental para atingir o padrão de beleza da época, restringia a mobilidade do corpo das mulheres,

além de trazer prejuízos à saúde e bem-estar. Assim, somente na década de 1930 houve um movimento de esportivização feminina da sociedade brasileira, em especial nos grandes centros urbanos do país, que no início foi tímido, mas favoreceu para que um número maior de mulheres se envolvesse nas atividades esportivas.

No Brasil o feminismo se organizou de forma singular, quando comparado aos movimentos norte-americano e europeu. A estrutura social rural, conservadora e patriarcal dos governos e de uma esquerda também conservadora em relação à participação feminina na sociedade, fez com que as mulheres tivessem que buscar um caminho de libertação por meio de uma postura não marcada pelo confronto, mas de combate, porém com cordialidade. Nesse mesmo cenário estavam as mulheres atletas, enfrentando as mesmas dificuldades existentes em outras esferas sociais (RUBIO, 2011).

As mulheres conquistaram o direito ao voto, adotado no Brasil em 1932, através do Decreto n.º 21.076 de Getúlio Vargas, que instituí no novo Código Eleitoral Brasileiro a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada; apesar disso, as mulheres ficaram à margem de decisões políticas e sociais por mais um longo período na sociedade, devido aos valores e à cultura da família patriarcal. Nesse mesmo ano, a nadadora Maria Lenk se tornou a primeira mulher a representar o Brasil no Jogos Olímpicos de Los Angeles. Maria Lenk, filha de imigrantes alemães, teve uma carreira brilhante como atleta e como professora de educação física, envolvendo-se também na organização dos esportes em âmbito nacional (MOURÃO, 2003).

Na década de 1930, a maioria das atletas brasileiras treinavam em clubes e associações esportivas particulares, frequentados por imigrantes ou descendentes advindos de países onde a prática esportiva era vista como necessária à educação e à saúde. Portanto, inicialmente foram as mulheres da elite que tiveram acesso às práticas competitivas. As modalidades amplamente recomendadas para as mulheres por médicos e instrutores de educação física no período, devido à compatibilidade de suas características com a alma e a estrutura física feminina, eram a natação e a esgrima (RUBIO, 2011).

Em 1941 o general Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho Nacional de Desportos as instruções para a regulamentação da prática dos esportes

femininos que serviram de base para a elaboração do documento que determinava quais esportes as mulheres poderiam praticar. Em 1941 foi promulgado no Brasil o Decreto-Lei n.º 3.199 que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país até o ano de 1975. O decreto instituiu em seu Artigo 54 as referências à prática do esporte pelas mulheres: “às mulheres não se permitirá a prática de esportes incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito, o Conselho Nacional dos Desportos, baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (MOURÃO; MOREL, 2005).

Nesse cenário, o Brasil naturalizou por muito tempo o sexismo no esporte, legitimando fatores enraizados na sociedade brasileira das desigualdades dos papéis sociais entre ambos os sexos, colocando o homem sempre com superioridade em relação às mulheres. O Decreto-Lei n.º 3.199 foi regulamentado somente em 1965, mas por muitos anos oficializou a interdição das mulheres nas práticas esportivas, como: nas lutas, no boxe, na prática de futebol, rúgbi, polo, *water-polo*, por constituírem desportos considerados como violentos e não adaptáveis ao sexo feminino. Dessa forma, o futebol passou a ser uma prática vedada às mulheres e estigmatizado pela norma, ficando desaparecido da cena esportiva feminina brasileira por muitos anos (MOURÃO; MOREL, 2005).

Simões (2003, p. 14) destaca que “o ambiente social parece cultivar determinados valores para definir o homem ativo, forte e agressivo”. Essas características, aos olhos da sociedade, nos homens foram e ainda são valorizadas, já a mulher, quanto mais frágil, mais feminina parecerá. A dicotomia homem forte/mulher fraca funcionou como uma lei da natureza, determinando as expectativas de conduta das mulheres em todos os segmentos sociais, mas com grande relevância no contexto esportivo. Os fatores culturais roubaram das mulheres por um longo período o direito de alcançar o máximo do seu desenvolvimento físico, criando representações, estereótipos do tal desenvolvimento como não feminino.

No esporte, a categoria sexo sempre foi dominante sobre o gênero em relação às discussões sobre desigualdades entre homens e mulheres. Conforme Devide (2005, p. 35-36), as diferenças de gênero não podem se reduzir as diferenças biológicas entre os sexos, no entanto foram utilizadas como argumentos, difundidas como discurso médico, para que as mulheres não

praticassem esportes, pois poderia comprometer sua capacidade de gerar filhos saudáveis. Dessa forma, “casos de amamentação, maternidade, menstruação, aspectos biológicos, foram historicamente usados para explicar e justificar os cuidados, prevenções e barreiras da participação feminina nos esportes”. Por outro lado, no esporte, as características como força, vigor, potência, velocidade são apontadas como o que diferenciam o desempenho de homens e mulheres em termos quantitativos. Mas todos esses argumentos estão reduzidos aos fatores biológicos, ignorando por completo o componente social e histórico que envolve os homens e as mulheres.

Para Goellner (2005), a inserção feminina no mundo dos esportes teve início em meados do século XIX, considerando-se que até então a sociedade conservadora não permitia a participação das mulheres em ambientes esportivos por julgar que elas eram criadas para serem apenas esposas e mães, valores da sociedade patriarcal. A diferença entre os papéis sociais masculinos e femininos está associada, em grande parte, à natureza mais agressiva dos homens e à natureza passiva, submissa e frágil das mulheres, que por muito tempo foi incentivada pelas relações de gênero.

O Decreto lei n.º 3.199 ficou vigente por mais de três décadas no Brasil, e prestou um desserviço à história das atletas brasileiras de lutas e de conquistas, pois reafirmou o machismo da classe média que reprovava o treinamento atlético da mulher para preservação do organismo para a gestação, o nascimento e a amamentação dos filhos. Nesse período, os Jogos Olímpicos já contavam com a participação de mulheres em diversas modalidades esportivas. Assim mesmo, com a regulamentação do Decreto-Lei n.º 3.199, muitas mulheres brasileiras foram seduzidas pelas práticas esportivas e aderiram à sua prática, contrariando as convenções normativas, morais e sociais da época (MOURÃO; MOREL, 2005).

Somente em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), começou-se a abrir um espaço para o debate de ideias em relação às questões de discriminação envolvendo gênero, cor, credo, religião e ideologias. Esse processo permitiu o surgimento de uma nova consciência feminina tanto no campo das manifestações culturais, sociais, ideológicas, econômicas e políticas como no campo

dos diferentes tipos de esportes individuais e coletivos, buscando uma nova imagem e representação da mulher na sociedade (SIMÕES, 2003).

Apesar da proibição do Decreto-Lei n.º 3.199 de participação das mulheres brasileiras em determinadas modalidades esportivas, o engajamento de muitas delas em práticas corporais e esportivas, visando uma maior inserção na vida social, possibilitou a criação de vários eventos e competições que contribuíram para mudar a imagem das mulheres como seres passivos, desconstruindo o mito do sexo frágil, e possibilitando a conquista de novo espaço social. Em 1935 foi criado em São Paulo *Os Jogos Femininos do Estado de São Paulo*, que reuniu 150 mulheres competindo em diversas atividades poliesportivas. Em 1949 foi realizado os *Jogos da Primavera* ou as *Olimpíadas Femininas*, envolvendo clubes, escolas e associações, idealizado pelo jornalista Mario Filho, um apaixonado pelos esportes que custeava as competições e dava visibilidade às mulheres nas práticas dos esportes através das páginas de seu jornal (MOURÃO; MOREL, 2005).

A Ditadura Militar, instalada no Brasil a partir de 1964, adotou o esporte como uma forma de divulgar e legitimar suas ações, contribuindo para uma nova dimensão no campo esportivo, isto é, o “esporte-espetáculo”, valorizando as imagens femininas e dando relevância à imagem da mulher atleta. Por isso, em 1975 houve um grande investimento do Estado Brasileiro, incentivando a participação das mulheres no esporte. Somente a partir do momento em que as mulheres começaram a competir de forma profissional em várias modalidades, começa-se a derrubar a ideia de que a mulher é o sexo frágil e que lhes falta um espírito competitivo e coletivo (GOELLNER, 2009).

Mesmo vislumbrando traços de abertura para a prática de esportes pelas mulheres, em 1975 o Conselho Nacional de Desportos estabeleceu regras para a participação feminina nos esportes visando criar normas que restringiram as modalidades esportivas, na maioria coletiva e, através da Deliberação 7 determinou:

Não é permitida a prática feminina de lutas, de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e baseball, ainda ratificando crenças sustentadas pelo mito do sexo frágil e pelas argumentações cientificistas calcadas na necessidade de proteção à reprodutora (MOURÃO, 2003, p. 128).

A proibição da participação da mulher nesses esportes gerou diversos conflitos e foi tema de muitos debates e discussões, baseados nos discursos médicos da fragilidade das mulheres e da necessidade de proteção à sua função principal na sociedade, de geração de filhos saudáveis. Somente na década de 1980, quando então uma equipe brasileira feminina de judô se inscreveu com nomes de homens e participou de um Campeonato na América do Sul, na Argentina, e sagrou-se campeã, o Decreto Lei 3.199 foi revogado, possibilitando ampla participação de mulheres atletas nas diversas modalidades esportivas (MOURÃO, 2003).

Até os anos de 1980, as mulheres brasileiras permaneceram como figurantes nas delegações brasileiras que disputaram os Jogos Olímpicos, apesar de atletas como Aída dos Santos ter se aproximado do pódio com a quarta colocação, mas sem ter nenhum reconhecimento sobre sua atuação. A mulher foi percebida por muito tempo como invasora de um espaço masculino, principalmente aquelas que praticavam esportes coletivos, considerados masculinos, por isso as mulheres foram alvo de ataques, tendo em vista que essa prática ameaçava a estrutura patriarcal (RUBIO, 2011).

A partir dos anos de 1980, com a redemocratização do Brasil, o feminismo entrou em uma nova fase de crescimento na luta pelos direitos das mulheres, com diversos temas como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde, luta contra o racismo e a homofobia, a liberdade das opções sexuais etc. Surgiram novos discursos com o culto ao corpo, denominado “cultura fitness”, em que os esportes ganham destaque, e as mulheres são incentivadas à sua prática para beneficiar a saúde e melhorar a aparência. O movimento incluiu a mulher em uma variedade de atividades corporais e esportivas como: academias, corridas de rua, caminhadas, esportes radicais, esportes de natureza, entre outros. Fez também do seu corpo “um objeto de espetacularização e mercadoria”, multiplicando as imagens das mulheres no esporte (GOELLNER, 2009).

Foi somente em 1988, com a publicação da Carta Magna, a Constituição Federal⁴, que se estabeleceu uma lei maior no âmbito desportivo que acompanhou

⁴ Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 abr. 2018.

e integrou-se ao ambiente e ao meio social com as mudanças culturais e sociológicas do país. A Constituição Federal trouxe avanços ao reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres. Em seu artigo 5.º, título II, estabeleceu a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações, sem distinção de qualquer natureza:

Artigo 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;

Mesmo com a legislação garantindo a igualdade entre homens e mulheres, no Brasil, a falta de suporte e de patrocínio, assim como a pequena visibilidade dada pela mídia às atletas femininas, ainda reforçam o preconceito contra a mulher nos campos esportivos. Segundo Mourão (2003), baseados na lei, todos os esportes são permitidos para as mulheres, no entanto persistem preconceitos associados ao gênero e aos estereótipos do sexo frágil em modalidade de força e de alto contato. Por outro lado, é comum o rótulo de “masculinizada” às mulheres que praticam essas modalidades esportivas. As mulheres enfrentam, ainda, diversos obstáculos para sua entrada e participação efetiva no espaço esportivo. Os fatores sociais como: idade, etnia, nível socioeconômico e status marital influenciam nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no campo esportivo.

Elas normalmente abandonam ou reduzem sua participação no esporte no momento em que se casam; outra situação para mulheres envolvidas em esportes de alta performance é retardar o casamento. Às vezes muitas decidem não ter filhos por causa da pressão do contexto esportivo, especialmente nas carreiras profissionais (MOURÃO, 2003, p. 137).

De um modo geral as mulheres têm muitas dificuldades de acesso e de permanência no espaço esportivo. Na maioria das vezes, as atletas que se destacam tiveram que superar preconceitos e a partir de decisões individuais, com muito esforço, conseguiram traçar uma história vitoriosa no esporte brasileiro. Por outro lado, as mulheres atletas vivem ainda hoje em um momento contraditório, pois se no passado os preconceitos versavam sobre a fragilidade e a incapacidade

do corpo feminino em praticar diversas modalidades esportivas, atualmente as dificuldades estão relacionadas em lidar com o próprio corpo atlético, que na maioria das vezes não corresponde aos padrões de beleza impostos pela sociedade. Um corpo forte e musculoso, o qual remete à imagem de um corpo masculinizado, que não atende ao ideal feminino que a sociedade almeja.

O esporte é um importante instrumento para a promoção de uma maior visibilidade das mulheres no espaço público. Para Goellner (2005), ainda é necessária a elaboração e implementação de políticas públicas capazes de incentivar, promover e fortalecer a participação feminina nesse fenômeno de grande significação social. Dessa forma será possível ver muitas mulheres exercendo seus direitos de participar de diferentes práticas corporais e esportivas, em campeonatos nacionais e internacionais, em escolas, associações, parques, praças, academias, clubes, praias, comunidades etc.

Apesar de todos os desafios, o esporte trouxe uma mudança no papel social da mulher ao explorar os limites de força, resistência e destreza do corpo e ao redimensionar características psicológicas como a competitividade, o trabalho em grupo, o esforço individual, o conjunto e planejamento para o alcance de metas e objetivos. Assim, somente no século XX a participação das mulheres foi ampliada e se destacou com o esporte moderno, mas ainda enfrenta grandes desafios (SIMÕES, 2003).

3.4 As Mulheres e os Jogos Olímpicos da Era Moderna

Os Jogos Olímpicos da Era moderna surgiram ao final do século XIX, momento em que a Inglaterra se utilizou dos jogos esportivos para fundamentar uma base pedagógica na educação de seus jovens. O Barão Pierre de Coubertin foi o fundador do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, órgão dirigente do Movimento Olímpico, pois acreditava no poder educador e integrador dos povos, as bases do esporte moderno.

De acordo com o contexto cultural da época, Coubertin não concordava com a participação das mulheres nos Jogos, exceto como espectadoras. Na sua concepção, os Jogos serviam para celebrar a masculinidade através da prática

atlética da força, virilidade e coragem, cabendo às mulheres coroar os vencedores. Durante todo o tempo em que esteve na presidência do COI trabalhou para desencorajar os esportes femininos de forma pública, apesar de reconhecer o direito das mulheres a uma educação esportiva. Buscava reproduzir de forma fiel a estrutura Grega em seus valores e costumes na sociedade antiga, por isso sofreu resistências de outros membros do Comitê, que defendiam o direito de participação das mulheres (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINHO, 2008).

Os Jogos Olímpicos, para o seu idealizador, não eram campo propício para que mulheres se expusessem, ele só aceitava a Educação Física feminina. Coubertin, em especial, no início de sua carreira era fortemente contra a competição pública das mulheres, pois acreditava ser indecente um espetáculo de mulheres com menos roupas, com homens na plateia. Assim, os homens conseguiram por algum tempo preservar o poder em seu domínio por meio da disputa de competições esportivas e celebrações públicas de suas virtudes físicas (RUBIO, 2011).

A exclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos se baseava nos ideais vitorianos sobre papéis sociais; ao homem associavam-se os conceitos de vigor, moralidade, combatividade e a visibilidade pública e à mulher, a maternidade, o cuidado da casa e a clausura do lar. No início dos jogos modernos não houve a participação feminina, tendo em vista que alguns idealizadores eram defensores da não inclusão da mulher por achar que essas “poderiam vulgarizar um ambiente cheio de honras e conquistas” (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINHO, 2008).

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna na Grécia (1896) não foi permitida a participação de mulheres na competição como atletas, somente como espectadoras, mas uma mulher grega - Stamatí Revíthi - correu o percurso da maratona extraoficialmente separada dos homens, mesmo com a desaprovação do COI. O momento é reconhecido internacionalmente como o início da luta e das transgressões das mulheres na conquista do direito de participação nas Olimpíadas. É fato que o predomínio da lógica de dominação masculina no esporte estava presente. Das mulheres, esperava-se que se exercitassem para a manutenção da saúde e da forma, já os homens tinham uma parte de sua identidade social relacionada com o mundo dos esportes, por isso às mulheres era

reservado o espaço das arquibancadas, validando a condição de espectadoras do espetáculo viril (GOELLNER, 2003, 2005).

A participação dos homens nos Jogos passou a ser um fenômeno natural, bastando apresentar habilidades suficientes para a competição, “enquanto que a participação feminina nessa arena androcêntrica era vista como anômala”. Os argumentos utilizados para exclusão feminina referiam-se à delicadeza dos nervos e a constituição física menos favorecida, e levou o esporte praticado por mulheres a ser considerado indecente, feio e impróprio em relação à sua resistência física (RUBIO, 2011, p. 90).

Diante desse cenário, a participação da mulher nos II Jogos Olímpicos de 1900, em Paris – França, começou de forma tímida, sendo permitido somente em cinco esportes: tênis, vela, *croquet*, equitação e golfe, modalidades consideradas belas esteticamente, e que não ofereciam contato físico entre as participantes. Mas foi o início, provavelmente, pelo fato de os jogos serem sediados na França, considerado o berço do movimento feminista. Segundo o Comitê Olímpico Internacional (COI), o evento contou com a participação de 997 atletas de 24 nacionalidades, sendo que somente 22 eram mulheres. A escolha das modalidades esportivas ficou sob a responsabilidade de um grupo majoritariamente masculino e restrito de decisão, que dificultou a participação feminina nas olimpíadas. A tenista inglesa Charlotte Cooper foi a primeira mulher a conquistar o título de campeã olímpica no Jogos de Paris de 1900 (RUBIO, 2011, p. 86).

Em Saint Louis – Estados Unidos, houve a exibição do arco e flecha femininos. Mas somente nos III Jogos Olímpicos, em Londres, foram permitidas pelo Comitê Organizador a exibição de competições femininas de patinação, tênis, arco e flecha, ginástica e iatismo, tendo a participação de 36 mulheres de quatro países. Já em 1912, em Luxemburgo, o Comitê Organizador, após uma discussão sobre o esporte feminino, propôs inserir oficialmente a natação feminina nos IV Jogos Olímpicos em Estocolmo, incentivando a Federação Internacional de Natação Amadora a ser a primeira entidade a promover ativamente a participação feminina, abrindo caminhos para outras representações internacionais. Os Jogos de Estocolmo contaram com a participação de 57 mulheres disputando o torneio de tênis e natação, representado onze países (DEVIDE, 2002).

Na 17ª Sessão do COI, realizada em Paris em 1914, foram acordadas em quais modalidades as mulheres poderiam participar nos próximos Jogos, que posteriormente foram canceladas devido à I Guerra Mundial. Nesse cenário, buscando garantir o direito de participação das mulheres, Alice Milliat, esportista e militante feminista fundou em 1917 a Federação Esportiva Francesa (FEFF), e em 1921 ocorreu a fundação da Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI) com apoio de outros países, após a recusa da Federação Internacional de Atletismo Amador de apoiar a inserção do atletismo feminino nos Jogos Olímpicos. De acordo com Pfister (1996, apud DEVIDE, 2005, p. 97), a FEFI tinha como objetivo “promover a saúde e o equilíbrio entre corpo e espírito das mulheres, para que tivessem uma vida saudável e robusta, contribuindo para a paz mundial”.

Somente em 1919 o COI retornou as atividades, após o fim da primeira guerra, publicando as decisões entre as quais as mulheres são admitidas nos Jogos, porém com um programa restrito à natação e ao tênis, excluindo-as do atletismo, considerado como esporte símbolo dos Jogos. Segundo Marangopoulos (1990, apud DEVIDE, 2005, p. 96), apesar da atmosfera pós-guerra se mostrar mais favorável às mulheres, permanecia ainda a divisão dos papéis de gênero “o homem continuava a ser a primeira classe, chefe da família, que toma as decisões na esfera privada e pública; a mulher, uma pessoa de segunda classe, um instrumento a favor da reprodução” e do prazer masculino, e a crença de que as mulheres que se envolviam nas atividades físicas destruíam sua feminilidade. Coubertin, presidente do COI, ainda utilizava a divisão na ordem social de gênero, para manter o formato dos Jogos Gregos Antigos. Para tanto, ressaltava que a emancipação das mulheres na França estava mais avançada do que em outras partes da Europa, o que ocasionava uma pequena participação das mulheres nos esportes, e o discurso de que as mulheres que se envolviam com atividade física de força destruíam a sua feminilidade.

Os VII Jogos Olímpicos, realizados na Antuérpia - Bélgica (1920), marcaram o ponto de retorno após dezoito meses do término da I Guerra Mundial, com a participação de 77 mulheres, de 13 países, representando 2,9% dos inscritos, com destaque para a tenista francesa Suzanne Lenglen, nas modalidades de natação e saltos. Como houve uma grande resistência para inserção do atletismo feminino no programa olímpico, foi organizado em Paris (1922) o I Jogos

Olímpicos Femininos que atraiu mais de vinte mil espectadores e atletas de trinta países, sendo reeditado a cada quatro anos, até 1934, no mesmo formato dos Jogos Olímpicos (DEVIDE, 2005, p. 98).

O I Jogos Olímpicos Femininos realizado em Paris foi considerado abusivo e excessivo pelo Comitê Olímpico Internacional. De acordo com Rubio; Simões (1999), no esporte a mulher sempre foi considerada como usurpadora ou profanadora de um espaço consagrado ao usufruto masculino, por isso enfrentou grandes dificuldades para ampliar a sua participação nos Jogos Olímpicos. A Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA), em seu congresso em Paris (1924), ressaltou o sucesso dos Jogos Femininos, mas ainda assim rejeitou a inclusão das mulheres no programa olímpico de atletismo. Mas, a partir desse momento, Alice Milliat liderou as negociações para inclusão do atletismo feminino nas Olimpíadas, juntamente com Henri de Baillet Latour, terceiro presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Em 1926 ocorreram os VIII Jogos Olímpicos de Paris e ficou decidido que a Federação Esportiva Feminina Internacional deveria continuar responsável pelo esporte feminino, porém submissa às regras técnicas da Federação Internacional de Atletismo Amador, com o propósito de modificar o nome dos “II Jogos Olímpicos Femininos” para “II Jogos Internacionais Femininos”, e em contrapartida se comprometeram a utilizar a influência para inserir o atletismo feminino no programa dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928. A Federação Esportiva Feminina Internacional e Alice Milliat não foram favoráveis a aprovação pelo COI do programa feminino, pois estava restrito a cinco provas e não havia garantias da permanência das mulheres nos próximos Jogos Olímpicos (DEVIDE, 2002).

Os IX Jogos de Amsterdã – Holanda, realizados em 1928, marcaram a trajetória das mulheres em decorrência da polêmica criada pela mídia impressa, referente à corrida dos 800 metros rasos femininos, quando relataram que das onze competidoras, cinco haviam desistido da prova no transcorrer da realização e outras cinco tiveram um colapso após atingirem a fita de chegada. O fato gerou nova discussão no COI em 1929, posicionando o atletismo no topo dos esportes denominados “desgraçados” para as mulheres por muito tempo. O cansaço das corredoras foi amplamente explorado pela imprensa, que juntamente com argumentações médicas da época, custou a abolição por 32 anos das provas

olímpicas femininas maiores que 200 metros. A elas, defendia-se apenas a participação nos esportes com beleza estética, como a ginástica, a natação e a patinação artística (DEVIDE, 2005).

Os III Jogos Mundiais Femininos foram realizados em 1930, na cidade de Praga, na República tcheca, com a participação de vinte países, marcando o retorno das atletas inglesas às competições e a primeira participação das alemãs. Em 1931, na 30ª sessão do COI, foi permitido que as mulheres continuassem participando dos Jogos Olímpicos e Alice Milliat demonstrou o desejo de ampliar a participação das mulheres nas modalidades esportivas olímpicas (DEVIDE, 2005).

Nos X Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1932, devido à crise econômica mundial houve uma redução do número de participantes, mas foi oferecido às mulheres um programa de atletismo com seis provas, excluindo a prova dos 800 metros. Nessa edição dos Jogos o destaque foi para a americana Mildred “Babe” Didriksen que venceu os 80 metros com barreiras, o lançamento de dardo e foi medalhista de prata no salto em altura, quebrando os tabus sobre a feminilidade, adotando em seu estilo de vida atividades que na época eram reservadas somente aos homens (DEVIDE, 2005).

Conforme dados do Comitê Olímpico Brasileiro, o Brasil participou com uma delegação de 67 atletas em 5 modalidades, marcando o início da participação feminina, com a nadadora Maria Lenk, a primeira mulher a representar o país e a América do Sul nos Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1932. Ela foi o primeiro nome da natação brasileira a bater recordes mundiais, e em 1939 foi recordista nos 200m e 400m peito. A maioria das atletas na década de 1930 treinavam em clubes e associações esportivas particulares, fundados e frequentados por imigrantes ou descendentes de imigrantes. É importante ressaltar que as atletas competiam em modalidades individuais, demonstrando que a participação feminina no esporte brasileiro teve início com esforços mais individuais que coletivos, perdurando essa condição por várias décadas ao longo do século XX (MASSI, 2015; RUBIO, 2011).

Em 1934, em Atenas, o COI liberou a participação das mulheres por unanimidade para modalidades de esgrima, natação, saltos e atletismo. No mesmo ano ocorreram os IV Jogos Mundiais Femininos em Londres, demonstrando que a extensão do programa olímpico se justificava, porém foi proposto que o evento deveria acabar em detrimento da existência de competições femininas no programa

olímpico. Apesar da resistência de Alice Milliat, a Federação Esportiva Feminina Internacional aceitou a proposta, com a condição de que as solicitações realizadas pela entidade acerca da ampliação do programa olímpico de atletismo fossem implementadas, fato que a Federação Internacional de Atletismo Amador cumpriu lentamente. Dessa forma, a Federação Internacional de Atletismo Amador, em 1936, assumiu toda a responsabilidade pelo esporte feminino, agradecendo o trabalho realizado pela Federação Esportiva Feminina Internacional, mantendo todos os recordes homologados pela Federação, mas impondo que as atletas que participassem em competições extraoficiais seriam banidas do esporte olímpico (DEVIDE, 2005).

Os XI Jogos Olímpicos foram realizados em Berlim, em 1936, sob o regime nazista de Hitler na Alemanha, que se utilizou dos jogos para demonstrar o nacionalismo e a política da superioridade ariana da raça alemã, que foi derrubada pela velocidade do atleta americano Jesse Owens, ganhador de quatro medalhas de ouro. O programa de atletismo feminino não foi alterado e as mulheres competiram com 328 participantes de 26 países em esgrima, ginástica, iatismo, natação e saltos. A delegação brasileira foi composta por 94 atletas, sendo 88 homens e 6 mulheres, que competiram em duas modalidades; natação e esgrima. Vale destacar que as duas modalidades faziam parte das práticas esportivas recomendadas por médicos e instrutores de educação física, devido à identificação de suas características com a “alma” e a estrutura física feminina. Após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Berlim teve início a II Guerra Mundial com mudanças para a vida de muitas mulheres, que precisaram sair do ambiente privado e trabalhar de forma remunerada, possibilitando o desenvolvimento de ações sociais e de participação na vida política, mostrando que podiam assumir atividades profissionais na esfera pública. Porém a classe média ainda reprovava o treinamento atlético da mulher, com o discurso de preservação do organismo para a gestação, o nascimento e amamentação dos filhos (DEVIDE, 2005; RUBIO, 2011).

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1948, foi proclamada no dia 10 dezembro, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos que condenava qualquer tipo de discriminação, com referência explícita à de gênero.

Artigo II. 1- Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (ONU, 2018).

Nesse período houve grande pressão em favor da igualdade de direitos pelas organizações não governamentais de mulheres. Foram encorajadas a adotarem um ideal de existência ancorado em três palavras-chave: feminilidade, casamento e família. Essa época foi conhecida como era da “Mística Feminina”, mas nem todas abandonaram o esporte em detrimento dos argumentos médicos ou das exigências sociais sobre os seus papéis de gênero (DEVIDE, 2005, p. 106).

Mesmo com o avanço do esporte feminino pós-guerra, ainda assim havia uma associação entre os esportes de equipe coletivos, como uma prática para os homens, e as atividades *fitness* para as mulheres. O esporte possibilitou unificar, desde o início, um conjunto de adjetivos que representavam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca de limites, características essas até então exaltadas nos homens. As mulheres lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos na sociedade e no ambiente esportivo, porém a mudança de atitudes e mentalidade da sociedade, enraizada nas representações sociais sobre os papéis de gêneros, dificultaram os avanços (RUBIO, SIMÕES, 1999).

Os XIV Jogos Olímpicos ocorreram em Londres (1948) e o programa olímpico feminino teve um aumento nas modalidades, com a participação de 385 atletas de 33 países, competindo no atletismo, esgrima, ginástica, natação, saltos e canoagem. A delegação olímpica feminina do Brasil, foi composta por 6 mulheres do atletismo e 5 da natação, totalizando 11 atletas, dentre as quais se destacava a segunda participação de Piedade Coutinho que em 1936, nas Olimpíadas de Berlim, obteve o 5.º lugar na final dos 100m livre aos 15 anos (MASSI, 2015).

A XVI edição dos Jogos, realizados em Helsinque, na Finlândia (1952), contou com a participação de 69 países, em 17 modalidades. No geral, contou com 4.955 atletas, sendo 519 mulheres, que representaram 10,5% do total de inscritos. As mulheres competiram em sete modalidades: atletismo, canoagem, esgrima, ginástica, iatismo, natação e saltos. O Brasil levou uma equipe com 108 atletas, sendo 103 homens e cinco mulheres, que competiram em 15 modalidades, conquistando uma medalha de ouro com Adhemar Ferreira da Silva (salto triplo); e

duas medalhas de bronze com José Telles da Conceição (salto em altura); Tetsuo Okamoto (natação, 1.500 m livres) (MASSI, 2015).

Nos Jogos Olímpicos de Melbourne (1956), a Guerra Fria e questões políticas mundiais agitaram os Jogos, com a participação de 72 países em 17 modalidades, atingindo 3.314 atletas inscritos. As mulheres tiveram sua maior representação em termos de proporção desde a reinauguração do Jogos, representando 16,1% dos inscritos. Nesses jogos, a feminilidade ocidental retornou ao debate no fórum olímpico com as performances da australiana Dawn Fraser que se tornou campeã olímpica nos 100 metros nado livre e foi criticada por seu físico masculinizado. O Brasil foi representado por uma delegação com 48 atletas, sendo 47 homens e uma mulher, Mary Dalva Proença que competiu nos saltos ornamentais (plataforma) e se classificou em 16.º lugar. O país competiu em 12 modalidades e conquistou uma única medalha de ouro no atletismo com Adhemar Ferreira da Silva, que se tornou o primeiro bicampeão olímpico brasileiro (DEVIDE, 2005; MASSI, 2015).

Os XVII Jogos de Roma de 1960 contaram com a participação de 83 países, competindo em 17 esportes, com 5.338 atletas. A proposta de inclusão das mulheres de acordo com as regras das federações internacionais nas modalidades de atletismo, arco e flecha, basquete, canoagem, ciclismo, esportes equestres, esgrima, ginástica, *handball*, remo, tiro, natação e saltos, voleibol e iatismo foi rejeitada. Foram os primeiros Jogos Olímpicos a serem transmitidos pela televisão, ao vivo, para 20 países. O Brasil participou com uma delegação composta por 81 atletas, sendo 80 homens e uma mulher, Wanda dos Santos, que competiu no atletismo, na prova de 80m com barreiras. O Brasil competiu em 14 modalidades, conquistando duas medalhas de bronze, uma com o basquete e outra na natação, nos 100m livre, com Manuel dos Santos Júnior (MASSI, 2015).

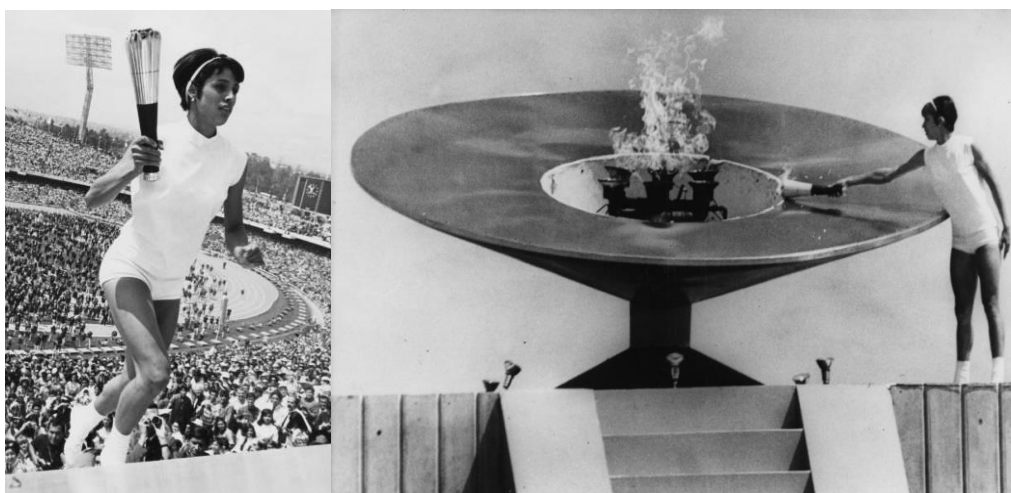
Segundo Rail (1990, apud DEVIDE, 2005, p. 111), o início dos anos 1960 marcam o crescimento dos movimentos feministas que criticavam a “mística feminina” imposta pela sociedade patriarcal, buscando uma nova consciência em relação ao papel da mulher na sociedade em geral e no esporte. Mas “médicos e outros profissionais ainda reforçavam a ideologia da reserva masculina no esporte”, buscando definir rótulos de desvios morais e sexuais. Já os psicólogos se preocupavam com a identidade sexual das atletas, devido ao conflito de papéis

entre as atletas, e das ideias de incompatibilidade entre esporte e feminilidade. Mas, nessa época, o crescimento no número de ginecologistas e a introdução do contraceptivo oral foram importantes no debate relacionado à mulher e esporte.

Em 1964, os XVIII Jogos Olímpicos de Tóquio tiveram a participação de setecentas mulheres atletas, sendo que a prova dos 400 metros rasos foi incluída no programa feminino de atletismo. O voleibol feminino também ganhou o espaço experimental e depois definitivo no programa olímpico. A delegação brasileira foi composta por 69 atletas, sendo 68 homens e uma mulher, que competiram em 11 modalidades, conquistando uma medalha de bronze. A atleta Aída dos Santos não tinha técnico, material esportivo, uniforme, tênis, domínio da técnica, mas foi a primeira mulher atleta do país a chegar a uma final olímpica, entrando para a história com o quarto lugar do salto em altura em Tóquio. Nesta edição, o COB, como estratégia, priorizou o envio de atletas para as provas de equipes: basquete, futebol, polo aquático e vôlei (DEVIDE, 2005; MASSI, 2015).

Nos Jogos de Tóquio, a prova de 400 metros do atletismo foi incluída no programa feminino. Na 64ª sessão do COI, em Madri, o voleibol passou a fazer parte do programa olímpico, inicialmente de forma experimental e depois definitiva. Mas os XIX Jogos Olímpicos do México (1968) marcaram a história como a primeira cidade da América Latina a receber os Jogos, e foi também a primeira vez que uma mulher, a mexicana Norma Enriqueta Basilio (Figura 4) acendeu a pira olímpica na Cerimônia de Abertura (MASSI, 2015).

Figura 4: Atleta Norma Enriqueta Basilio



Fonte: <https://www.olympic.org/mexico-1968>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Os Jogos Olímpicos do México se beneficiaram da participação de 112 países com 5.530 atletas, sendo 781 mulheres, representando 54 países e 14,2% do total de inscritos, competindo em 39 provas, com destaque para a tcheca Vera Caslavská, ginasta que ganhou quatro medalhas de ouro e duas de prata. Na cidade do México, o Comitê Olímpico realizou o teste cromossomial e visual pela primeira vez no exame de aproximadamente 800 atletas. Para Anne Fausto-Sterling (2001/02), bióloga americana e especialista em gênero, até 1968 o COI policiava o sexo das competidoras; as mulheres que competiam nas Olimpíadas eram obrigadas a ficarem nuas e desfilarem diante de uma banca de examinadores, que atestavam se de fato eram “mulheres”, verificando seios e vagina, para poderem competir.

Se as mulheres não eram por natureza competidoras atléticas, então o que dizer das esportistas que chegavam à cena olímpica? Os funcionários das olimpíadas se apressavam a certificar a feminilidade das mulheres cuja participação permitiam, porque o ato mesmo de competir parecia implicar que elas não podiam ser mulheres de verdade (FAUSTO-STERLING, 2001/02. p. 24).

As competidoras sofreram muitas humilhações e reclamavam que o processo era degradante. Com o aumento das reclamações, o COI decidiu fazer uso do moderno teste “científico” de cromossomo. Tudo isso justificado para que não houvesse homens infiltrados, os quais, em tese, poderiam ganhar com maior facilidade das mulheres (FAUSTO-STERLING, 2001/02).

Nos Jogos Olímpicos do México, em uma coletiva de imprensa, o chefe da equipe responsável pelos testes contou aos jornalistas que o esporte deixava as mulheres feias, com corpos rígidos e fortes. Os repórteres norte-americanos rotularam as campeãs olímpicas russas Irina e Tâmará Press de “Irmãos Press”, demonstrando que a inclusão das mulheres nos esportes de alto rendimento e no mundo dos músculos incomodava também a imprensa e os médicos (DEVIDE, 2005).

A delegação brasileira foi composta de 84 atletas, sendo 81 homens e 3 mulheres, que competiram em 13 modalidades e conquistaram 1 medalha de prata, com o atleta Nelson Prudência, no Salto Triplo, e duas medalhas de bronze, no Boxe com Servílio de Oliveira, e na vela com Reinaldo Conrad e Bukhard Cordes, que conquistaram o bronze na classe *Flying Dutchman* (MASSI, 2015).

Para Rail (1990, apud DEVIDE, 2005, p. 113), a década de 1970 marca um momento em que as mulheres estão começando a redefinir os papéis sociais e de gênero na sociedade e também no esporte. Segundo Devidé (2005, p. 107) “mulheres atletas, musculosas, fortes, suadas e sujas, ainda eram vistas como ofensivas e pouco femininas pela imprensa e pela sociedade”, pois não atendiam ao padrão feminino até então presente na sociedade. Por outro lado, o movimento norte-americano tornou a força e os músculos femininos mais aceitáveis, com o culto ao corpo e a juventude do corpo feminino. No entanto, os esportes de contato e de equipes coletivas foram associados à masculinidade e portanto não eram aceitáveis para as mulheres, já que contribuíam para devios de gênero, e possíveis preditores do lesbianismo entre as participantes.

Em Amsterdã, na 70.^a sessão do COI, foi autorizado às atletas a competirem em qualquer esporte praticado por elas, na condição de que a modalidade fosse praticada por mulheres em no mínimo 25 países e em dois continentes. Assim, nos XX Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, houve participação recorde de 121 nações com 7.134 atletas, e pela primeira vez reuniram-se mais de mil atletas mulheres, representantes de 65 países, disputando 43 eventos em oito modalidades. A representação brasileira foi formada por 89 atletas inscritos em 13 modalidades, sendo 84 homens e 5 mulheres, conquistando duas medalhas de bronze no atletismo com Nelson Prudência (Salto Triplo) e no Judô com Chiaki Ishii (meio pesado – até 93kg). Foi a primeira vez que os Jogos Olímpicos foram transmitidos ao vivo para o Brasil (DEVIDE, 2005; MASSI, 2015).

Nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal (1976) obteve-se a participação de 6.804 atletas, de 92 nações, competindo em 21 esportes. O número de mulheres não demonstrou muita alteração em comparação com Munique, porém passaram a representar 20,7% dos atletas dos Jogos, participando de esportes coletivos como basquete, handebol e ingressando no remo. O Brasil se apresentou com uma delegação composta por 93 atletas, sendo 86 homens e 7 mulheres, competindo em 12 modalidades, e conquistando 2 medalhas de bronze. Em 1980, no Jogos Olímpicos de Moscou, o Brasil participou com a maior delegação olímpica desde 1920, com 109 atletas, sendo 94 homens e 15 mulheres, participando de 14 modalidades e conquistou o maior número de medalhas de sua história até o

momento; duas medalhas de ouro e duas de bronze (DEVIDE, 2005; MASSI, 2015).

Os XXII Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, foram marcados pelo boicote de 63 países entre eles os Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Canadá contra o regime opressivo. Com o boicote, o número de participantes diminuiu, mas a participação feminina continuou a subir, representando 21,5% do total de participantes (DEVIDE, 2005).

A década de 1970 foi um marco importante para o crescimento da participação feminina nos jogos olímpicos, que se consolidaram na década de 1980 com as mudanças propostas nas políticas interna do COI para o esporte feminino e com divulgação do Colégio Americano de Medicina esportiva favorável à participação feminina em modalidades esportivas de longa duração, autorizando a participação das mulheres na maratona. Mesmo com o crescimento das mulheres atletas nas competições de alto nível, o número de eventos para participação, os prêmios recebidos eram menores do que os masculinos. Somente em 1981, com Juan Antonio Samaranch na presidência do COI teve início uma nova fase. Após 75 anos de fundação da entidade duas mulheres tornaram-se membros do Comitê: a finlandesa Pirjo Haggman e a venezuelana Flor Isava Fonseca, contribuindo para a evolução feminina no esporte de alto rendimento (DEVIDE, 2005).

Nos XXIII Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, a União Soviética, Cuba e mais dezesseis países retribuíram o boicote anterior e não participaram dos jogos. As mulheres representaram 23% do total de participantes, advindas de 94 países, somando 1.567 atletas, competindo em quatorze modalidades esportivas. Nesses Jogos, a nova política do COI em relação às mulheres resultou na permissão de participação das provas longas; 400 metros com barreiras, a maratona e as 49 milhas no ciclismo (DEVIDE, 2005).

Os Jogos Olímpicos de Seul (1988) marcaram o fim do boicote, com o retorno dos Estados Unidos e dos países do bloco oriental. O aumento no número de mulheres participantes foi de mais de 100%, com 2.186 mulheres, representando 25,8% do total de inscritos, que competiram em 86 eventos e 17 modalidades. O Brasil participou com 170 atletas, sendo 135 homens e 35 mulheres, em 19 modalidades, conquistando 6 medalhas; ouro no Judô com Aurélio Miguel. Duas medalhas de prata, sendo uma com a Seleção Brasileira de

Futebol e outra com o velocista Joaquim Cruz – que competiu na prova dos 800 metros rasos. As medalhas de bronze foram ganhas com o iatismo, nas categorias Star e Tornado, e com Robson Caetano nos 200 metros rasos (MASSI, 2015).

Mesmo com a duplicação do número de eventos e de modalidades de participação de mulheres, havia ainda sete esportes que eram proibidos: boxe, judô, pentatlo moderno, futebol, polo aquático, levantamento de peso e luta. Todos esses esportes são modalidades que enfatizam o combate corpo-a-corpo, a agressividade, com características apontadas como contrárias aos estereótipos do “feminino”, apesar do polo, futebol e judô já serem praticados desde o início da década de 1990, com campeonatos mundiais, demonstrando o grau de conservadorismo ainda existente no Comitê Olímpico Internacional. Os homens só não participavam do nado sincronizado, marcado por característica de graça, beleza, leveza e precisão, reforçando a visão estereotipada do corpo feminino. Na ginástica, as provas eram diferenciadas para ambos os sexos, com a mulheres competindo em atividades decorativas e graciosas, como a ginástica rítmica desportiva, que reforçam e reproduzem as imagens de gênero no esporte (DEVIDE, 2005, p.118).

Nos XXV Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) foi autorizada a participação das mulheres no Badminton e no Judô, quase três mil atletas estiveram presentes, representando 136 países, competindo em dezenove modalidades. A americana Jenny Thompson ganhou duas medalhas de ouro (revezamentos 4x100m livre e 4x100m medley) e uma de prata (100m livre) na Natação (IOC, 2017). O Brasil conquistou três medalhas, duas de ouro e uma de prata, com uma delegação composta de 197 atletas, sendo 146 homens e 51 mulheres, que competiram em 25 modalidades (MASSI, 2015).

O grande avanço em relação à participação da mulher no esporte aconteceu no Congresso Olímpico Centenário, realizado em Paris (1994) em comemoração aos 100 anos da reedição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. O COI assumiu compromisso de promover a participação da mulher em todos os níveis e garantir as bases de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres visando proporcionar às mulheres um papel significativo no Movimento Olímpico, desempenhando funções nos Comitês Olímpicos Nacionais (CON's), Federações Internacionais (FI's), na administração e no treinamento esportivo (IOC, 2017).

Em 1995, após o Congresso Centenário, foi criado o Grupo de trabalho “Mulher e esporte” para fornecer ao Conselho Executivo do COI informações sobre políticas a serem implementadas no campo das mulheres no esporte. Nos XXVI Jogos Olímpicos Centenários em Atlanta – EUA (1996), com a crescente discussão da temática das mulheres no esporte e com a nova política do COI, houve um aumento nos números de participação feminina nos Jogos. As mulheres representaram 34,2% do total de atletas inscritos, representando um em cada três atletas na vila olímpica. Pela primeira vez as mulheres participaram do futebol e softbol, fazendo com que Atlanta ficasse conhecida como os “Jogos das Mulheres” (DEVIDE, 2005, p. 124).

Para competir nos Jogos em Atlanta, o Brasil realizou um planejamento com quinze meses de antecedência. A delegação brasileira contou com 225 atletas, sendo 159 homens e 66 mulheres que participaram de 21 modalidades, conquistando 15 medalhas, sendo três de ouro, três de prata e nove de bronze. Para o Brasil, os Jogos em Atlanta (1996) marcaram uma data histórica, pois as mulheres conquistaram as suas primeiras medalhas, com as atletas Jacqueline Silva e Sandra Pires com ouro, e Adriana Samuel e Mônica Rodrigues com prata no vôlei de praia (Figura 5). Nas quadras, a seleção de basquete ganhou medalha de prata e a seleção de vôlei a medalha de bronze (MASSI, 2015).

Figura 5: Primeiras medalhistas olímpicas brasileiras.



Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/volei-de-praia-do-brasil-nos-jogos-19628389>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Conforme Rubio (2015), apesar de as mulheres brasileiras participarem dos Jogos Olímpicos desde 1932, passaram-se muitos anos para conquistarem uma medalha. Somente em 1996, após 64 anos, conquistaram as primeiras medalhas, o que evidencia a falta de apoio, de estrutura e de recursos e o longo caminho de superação vivenciado pelas medalhistas olímpicas brasileiras.

Não menos heroicas que os medalhistas, as mulheres olímpicas mostraram o que é superar barreiras pessoais e sociais para chegar próximo das melhores do mundo e se certificar, na maioria dos casos, de que alcançar os três lugares possíveis no pódio é uma tarefa quase mágica para quem vive em um país onde o esporte foi tratado historicamente como atividade de elite ou de vagabundos (RUBIO, 2015, p. 18).

Faz parte das narrativas das atletas brasileiras a falta de visibilidade, a exclusão velada não somente nas situações de treinamento, mas na direção e organização institucional do esporte, nas posições de técnicas de esportes de alto rendimento, o que demonstra a relação do desenvolvimento do esporte feminino no país, estreitando as conexões com o movimento feminista brasileiro que ocorreu ao longo do século passado (RUBIO, 2015).

A partir dos Jogos de Atlanta, o COI estabeleceu um programa de seminários regionais para mulheres administradoras, técnicas, oficiais e jornalistas de movimentos feministas nacionais e internacionais. Organizou em 1996 a I Conferência Internacional sobre Mulher e Esporte, que contou com a presença de “representantes da família olímpica, de organizações governamentais e não governamentais” que discutiram como promover o papel das mulheres nos movimentos olímpicos e no mundo do esporte em geral, elaborando uma lista de recomendações (DEVIDE, 2005, p. 125).

Nos Jogos Olímpicos de Sidney (2000), as mulheres representaram 38% dos atletas e participaram de 25 modalidades, entre elas levantamento de peso, o pentatlo moderno, o *taekwondo*, o judô, e o futebol, esportes antes reservados aos homens (IOC, 2017). Nesse mesmo ano aconteceu em Paris a II Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte, em cooperação com o Comitê Olímpico Francês. No evento foi celebrado o centenário da participação feminina oficial no Jogos Olímpicos, iniciada nos Jogos Olímpicos de Paris, em 1900. O Presidente do COI, Juan Antonio Samaranch, em seu discurso, realizou um retrospecto dos avanços

femininos no movimento olímpico e afirmou que o século XXI será o promotor do esporte para as mulheres, destacando os esforços do Comitê em promover o esporte feminino, com uma representação melhor na administração esportiva e uma paridade no programa olímpico (DEVIDE, 2005 p. 126).

De acordo com o Comitê Olímpico do Brasil (2014), em Sidney 2000, o Brasil competiu com 205 atletas, 111 homens e 94 mulheres, em 20 esportes, conquistando 12 medalhas, 6 de prata e 6 de bronze. As atletas brasileiras Adriana Behar e Shelda conquistaram a prata no vôlei de praia. Já as medalhas de bronze, foram conquistadas no basquete e no vôlei de praia com Adriana Samuel e Sandra Pires, campeã olímpica na edição anterior, que se tornou a primeira mulher a carregar a bandeira do país na cerimônia de abertura dos Jogos (Figura 6). De forma geral, nas Olimpíadas de Sidney, apesar do Brasil ter conquistado doze pódios, os Jogos quebraram expectativas geradas pela boa atuação em Atlanta, pois foi a primeira vez desde 1980 que o país voltou para casa sem uma medalha de ouro (RUBIO, 2015).

Figura 6: Atleta Sandra Pires



Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/incoming/porta-bandeiras-do-brasil-nos-jogos-19855720>. Acesso em: 18 mar. 2018.

A XXVIII Olimpíada foi realizada na Grécia, em Atenas, em 2004. Nos Jogos Olímpicos de Atenas as mulheres estiverem presentes com 4.412 atletas, isto é 40,6% do total de participantes, competindo em 26 modalidades, “ancorando valores como força, competitividade e desafios, quebrando recordes e se aproximando cada vez mais das marcas masculinas”. Assim, ao longo do tempo, as mulheres avançaram em diversas conquistas, com resultados visíveis da participação feminina no ambiente esportivo, em um processo que envolve ideologia, políticas públicas e representações sociais (DEVIDE, 2005, p. 127).

Em Atenas, a delegação brasileira foi a maior até esse momento, contou com 247 atletas (123 homens e 120 mulheres). Incluindo a equipe técnica, o número total da delegação foi de 408 membros. Pela primeira vez na história das Olimpíadas os atletas brasileiros contaram com o apoio de verbas do governo, provenientes da Lei n.º 10.264/2001, denominada como Lei Piva, que tinha entrado em vigor dois anos antes dos Jogos de Atenas. Esse apoio do governo é tido como um divisor de tempo no esporte brasileiro, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento dos atletas no país. (MASSI, 2015).

O Brasil conquistou duas medalhas de prata com suas atletas, sendo uma com o futebol e a outra com o vôlei de praia, com as atletas Adriana Behar e Shelda. Destaca-se o fato de o futebol ser um esporte que só foi liberado para participação das mulheres nos Jogos Olímpicos de 1996, e que em poucos anos conquistou para o Brasil uma medalha de prata (Figura 7).

Figura 7: Marta - jogadora de *futebol* brasileira



Fonte: <https://olimpiadas.uol.com.br/historia-das-olimpiadas/atenas-2004/>.
Acesso em: 10 abr. 2018.

A conquista da medalha de prata pelo futebol feminino, sob o comando de Renê Simões, com a equipe liderada em campo pelas futebolistas Marta, Cristiane, Formiga, Pretinha, etc., demonstra que apesar das condições adversas vivenciadas por essas atletas, como a falta de patrocínios, de infraestrutura e de um campeonato nacional no Brasil para as atletas de futebol, as mulheres superaram as dificuldades e saíram vitoriosas de Atenas em 2004.

Os XXIX Jogos Olímpicos de Pequim (2008), realizados na China, tiveram a participação de 10.942 atletas competindo nos 302 eventos em 28 modalidades esportivas, com 4.637 mulheres, representando 42,3% do total de inscritos. O ano de 2008 foi marcado por uma grande crise econômica, com a quebra de Bancos dos Estados Unidos da América, chegando posteriormente à Europa. Porém os Jogos de Pequim 2008 foram marcados pelo grande investimento do governo chinês na infraestrutura, que deixou como legado o estádio olímpico Ninho de Pássaro e o centro aquático Cubo D'Água (IOC, 2017).

Nos Jogos de Pequim, a delegação brasileira estava formada por 469 pessoas; 193 eram técnicos e dirigentes e 276 atletas, sendo 143 homens e 133 mulheres. O destaque brasileiro ficou para a conquista inédita de Maurren Maggi na prova de salto em extensão, medalha de ouro, após cravar a marca 7,04 metros, tornando-se a primeira mulher brasileira a subir no topo do pódio olímpico, em modalidade individual (Figura 8).

Figura 8: Maurren Maggi



Fonte: <http://www.esporteessencial.com.br/noticias/maurren-maggi-ouro-historico-em-pequim-2008>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Em Pequim (2008), o nadador César Cielo conquistou o ouro na prova dos 50 metros de nado livre. Nas modalidades coletivas femininas o Brasil conquistou o ouro no vôlei e a prata no futebol, e o bronze no iatismo (Classe 470 – feminino) com Fernanda Oliveira, Isabel Swan no judô com Ketleyn Quadros, e no Taekwondo com Natália Falavigna (MASSI, 2015).

Somente a partir do XXX Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, as mulheres conquistaram o direito de participarem de forma plena em todas modalidades do programa olímpico, e representaram 44,2% do total de atletas participantes. Todos os 204 países participantes tinham em suas delegações atletas de ambos os sexos, e o número de medalhas conquistadas pelas mulheres contribuiu para impulsionar a posição de alguns países no quadro de classificação final de medalhas. Como no caso dos Estados Unidos e China, que nas últimas edições deste evento esportivo vinham disputando a liderança no quadro de medalhas (GOELLNER, 2012).

Londres tornou-se a primeira cidade do mundo a sediar três edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna por ter recebido as edições de 1908 e 1948. No âmbito esportivo, o evento deixou legado para os britânicos, pois um ano após os Jogos Olímpicos, o prefeito de Londres, Boris Johnson, afirmou que 1,4 milhão de pessoas passaram a praticar esportes pelo menos uma vez por semana após a realização das Olimpíadas (RUBIO, 2015).

De acordo com dados do Comitê Olímpico Internacional⁵, entre os dez primeiros países do quadro de medalhas, em quatro deles as mulheres tiveram o melhor desempenho; os Estados Unidos conquistaram o primeiro lugar com 104 medalhas, sendo que 58 foram conquistadas através de vitórias femininas. A China obteve o segundo lugar, sendo que das 87 medalhas ganhas, 49 foram conquistadas de atletas mulheres. Já a Rússia conquistou 44 medalhas com as mulheres e 38 com homens, e a Austrália teve 20 pódios femininos e 15 masculinos, comprovando o crescimento da participação e de conquistas das mulheres nas Olimpíadas.

Os Jogos de 2012 foram marcados por vários acontecimentos, entre eles destaca-se a pressão do COI para que países como Brunei, Qatar e Arábia

⁵ Disponível em:

http://www.olympic.org/Documents/Reports/Official%20Past%20Games%20Reports/Summer/ENG/2012-RO-S-London_official_results.pdf. Acesso em 17 abr. 2016.

Saudita, em razão de restrições do islamismo vetavam o direito de participação de mulheres em Olimpíadas, voltassem atrás, e mesmo com número pequeno, esses países retrocederam e enviaram suas atletas representantes para a competição. Por todo esse encadeamento, os Jogos de Londres foram intitulados de “Os Jogos das Mulheres”, pois pela primeira vez na história das Olimpíadas todos os países tiveram pelo menos uma mulher competindo pela sua bandeira, além da liberação da participação das atletas nas competições de boxe. Foi a primeira vez que as mulheres puderam competir em todas as modalidades dos Jogos Olímpicos.

O Quadro 1, demonstra que a inserção das mulheres no ambiente esportivo foi resultado de muita persistência e transgressões, e, em especial de superação dos papéis sociais masculino e feminino impostos pela sociedade patriarcal, conquistas gradativas, ao longo de muitos anos.

Quadro 1: Direito de participação das mulheres nos esportes olímpicos.

Olimpíadas Ano	Modalidades Esportivas	Olimpíadas Ano	Modalidades Esportivas
1900	Tênis, Golfe, Vela, Croquet e Equitação	1976	Remo, Basquete e Handebol.
1904	Tiro com Arco	1984	Tiro Esportivo e Ciclismo
1908	Patinação Artística	1988	Tênis de Mesa e Vela
1912	Natação	1992	Badminton e Judô
1924	Esgrima	1996	Futebol e Softbol
1928	Atletismo e Ginástica	2000	Levantamento de Peso, Pentatlo Moderno, Taekwondo e Triatlo
1948	Canoagem	2004	Luta Estilo Livre
1952	Hipismo	2012	Boxe
1964	Vôlei	2016	Rúgbi Seven

Fonte: COI. Disponível em: <https://www.olympic.org/women-in-sport>.
Adaptado pela autora (2016).

O Brasil, nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, teve a sua delegação composta por 123 mulheres o que representou 47,47% do total de atletas, percentual inédito na história do esporte nacional. Na classificação geral ficou em 22.º lugar, com a conquista de 17 medalhas. As mulheres participaram de 32 modalidades e obtiveram premiação no boxe, judô, pentatlo, vôlei e vôlei de praia (2 ouros e 4 bronzes, totalizando 6 medalhas); já os homens triunfaram no boxe, futebol, ginástica artística, judô, natação, vela, vôlei e vôlei de praia (2 ouros, 5 pratas e 5 bronzes, totalizando 11 medalhas) (GOELLNER, 2012).

Para Goellner (2012) “se por um lado é necessário valorizar a importância do desempenho das brasileiras no esporte olímpico e paraolímpico, por outro é premente identificar que ainda há muitas assimetrias entre mulheres e homens em relação a essa prática cultural”, assim é preciso evitar um discurso entusiasta que “desloca para as sombras uma realidade que não é tão positiva quanto referenciada”. É preciso analisar as questões relacionadas à equidade de gênero no esporte em diversos contextos, pois as condições das mulheres ainda são desiguais em várias situações quando comparadas as dos homens.

3.5 Rio 2016 – As Olimpíadas das Mulheres

Os XXXI Jogos Olímpicos da Era Moderna foram realizados no Brasil, no Rio de Janeiro, de 05 a 21 de agosto em 2016⁶ e tiveram a maior participação feminina de toda a história das Olimpíadas. Do total de 11.308 atletas inscritos, 5.100 eram mulheres, totalizando 45% dos atletas competindo em diversas modalidades esportivas. Mas, ainda assim, a *Rio 2016* não representou uma equidade completa entre os gêneros e se mostrou como um campo de hegemonia masculina, pois dos 306 eventos em 28 modalidades, 161 foram destinados aos homens, 136 para as mulheres e 9 mistos.

De forma geral, o “Time Brasil”, como foi denominada a delegação olímpica brasileira, contou com a participação de 465 atletas, sendo 209 mulheres representando também 45% dos participantes. O objetivo do “Time Brasil” era

⁶ Disponível em: <https://www.olympic.org/rio-2016>. Acesso em: 06 nov. 2017.

possibilitar que atletas de todas as modalidades se unissem para integrar o mesmo time, com o propósito de transformar o Brasil em uma potência Olímpica, com a liderança do COB na preparação de atletas e equipes, na criação de ídolos e no aumento da percepção de valor do país (RIO 2016)⁷.

A atleta brasileira do pentatlo moderno, Yane Marques, medalhista nas Olimpíadas de Londres, foi a responsável por carregar a Bandeira na abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, após vencer uma votação pública, realizada na internet, disputada com os campeões olímpicos Serginho do vôlei, e Robert Scheid da vela. A pentatleta Yane Marques (Figura 9) foi a segunda mulher da história a ser porta-bandeira do Brasil na abertura dos Jogos Olímpicos.

Figura 9. Time Brasil



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1799632-abertura-dos-jogos-no-maracana-tem-vaianas-a-temes-e-a-governos.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Vale ressaltar que na *Rio 2016* o percentual de atletas mulheres brasileiras diminuiu em comparação com os números gerais, pois em Londres representou 47%, já no Rio de Janeiro foi um total de 44% do total de atletas brasileiros

⁷ Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/time-brasil/brasil-nos-jogos/rio-2016>. Acesso em: 12 mar. 2018

inscritos. Na *Rio 2016* o destaque em relação à participação de mulheres ficou para as delegações dos Estados Unidos da América e da China, que contaram com 52,6% (292 atletas mulheres) e 61,5% (256 atletas mulheres), respectivamente.

O Quadro 2 apresenta todas as Edições dos Jogos Olímpicos e o número de atletas brasileiras que participaram em cada evento.

Quadro 2: Jogos Olímpicos e a participação das atletas brasileiras

Edição	Ano	Total de Atletas	Mulheres
Antuérpia	1920	21	0
Paris	1924	21	0
Los Angeles	1932	82	1
Berlim	1936	94	6
Londres	1948	77	7
Helsinque	1952	108	5
Melbourne	1956	48	1
Roma	1960	88	1
Tóquio	1964	68	1
Cidade do México	1968	84	3
Munique	1972	89	5
Montreal	1976	93	7
Moscou	1980	109	15
Los Angeles	1984	151	22
Seul	1988	170	35
Barcelona	1992	197	51
Atlanta	1996	225	66
Sidney	2000	205	94
Atenas	2004	247	122
Pequim	2008	277	132
Londres	2012	257	122
Rio	2016	465	209

Fonte: <https://www.cob.org.br/pt/time-brasil/brasil-nos-jogos/fatos-e-numeros-do-brasil-nos-jogos-olimpicos>. Acesso em: 05 nov. 2017. Adaptado pela autora (2018).

Ao longo de toda a história da realização dos Jogos Olímpicos, em especial do século XX, houve um crescimento no número de atletas participantes, mas é preciso destacar que os fatores culturais, sociais e econômicos são importantes nesse contexto, já que as mulheres ainda hoje buscam romper barreiras para conquistar visibilidade, reconhecimento e posições de destaque na sociedade e também no campo do esporte.

Na *Rio 2016*, o Brasil conquistou 19 medalhas, sendo que cinco foram conquistadas pelas mulheres olímpicas brasileiras, duas foram de ouro, uma de prata e duas de bronze. No geral o Brasil já conquistou 128 medalhas em toda a história do país nas Olimpíadas. O Quadro 3 apresenta todas mulheres olímpicas brasileiras medalhistas e suas conquistas, 24 medalhas ao longo de toda a história de participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Quadro 3: Medalhas das Mulheres Olímpicas Brasileiras

Jogos	Modalidade Esportiva	Ouro	Prata	Bronze
Atlanta 1996	Vôlei de praia – Jacqueline Silva e Sandra Pires Basquete Vôlei	1	1	1
Sidney 2000	Vôlei de Praia – Adriana Behar e Shelda Basquete Vôlei de Praia – Adriana Samuel e Sandra Pires Vôlei		1	1 1 1
Atenas 2004	Futebol Vôlei de Praia – Adriana Behar e Shelda		1 1	
Pequim 2008	Vôlei Futebol Judô leve - Ketleyn Quadros Taekwondo +67 kg - Natália Falavigna Vela 470 - Fernanda Oliveira e Isabel Swan	1	1	1 1
Londres 2012	Judô - Sarah Menezes Vôlei Boxe - Adriana Araújo Vôlei de praia - Juliana e Larissa Judô - Mayra Aguiar Pentatlo Moderno - Yane Marques	1 1		1 1 1 1
Rio 2016	Judô - Rafaela Silva Vela - Kahena Kunze e Martine Grael Vôlei de Praia - Ágatha Bednarczuk e Bárbara Seixas Maratona Aquática - Poliana Okimoto Judô – Mayara Aguiar	1 1	1	1 1
Total		6	6	12

Fonte: COB (2018). Adaptado pela Autora.

Analisando o quadro de medalhas, é importante destacar que as primeiras medalhas conquistadas pelas mulheres foram em esportes coletivos somente em 1996, ou seja, após 64 anos do início da participação das atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos. O Brasil conquistou em toda a sua história de participação nas Olimpíadas da Era Moderna 127 medalhas, sendo 23 conquistadas pelas mulheres olímpicas brasileiras. Na *Rio 2016* o país conquistou 19 medalhas e as mulheres 4 medalhas nessa Edição do Jogos, evidenciando que apesar das atletas terem conquistado o direito de participação, ainda é necessário um grande esforço com implementação de políticas públicas, para que as mulheres brasileiras possam ter maiores incentivos para a entrada e permanência na prática de esportes, assim como maiores conquistas e visibilidade no cenário esportivo.

Apesar dos dados do Comitê Olímpico Internacional mostrarem que a participação feminina nos Jogos Olímpicos cresceu de forma expressiva nas duas últimas décadas, o mesmo não acontece quando se analisa o posicionamento da mulher nos cargos de gestão esportiva, tanto nas federações internacionais reconhecidas pelo COI, como nos Comitês Olímpicos Nacionais. Essas organizações definem os rumos dos esportes olímpicos, desde as regras, normas, treinamentos, preparo de atletas e treinadores, até a articulação de políticas públicas para o esporte, possibilitando que ele seja uma ferramenta de inclusão e de empoderamento para as mulheres. Para tanto, é importante que se desenvolva projetos e políticas de igualdade, de oportunidades entre homens e mulheres no esporte, nos programas de incentivos específicos para mulheres desde a infância, no treinamento esportivo e na gestão dos clubes e federações, assim como na disseminação do esporte na mídia esportiva.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

O capítulo investiga a história da Análise Crítica do Discurso (ACD), que surgiu no campo da Linguística, e possui forte influência de outras escolas, tais como linguística crítica, semiótica social e sociolinguística crítica, sendo que seus principais conceitos teóricos estão baseados nos estudos de Michel Foucault, por Norman Fairclough e nas pesquisas de Teun A. Van Dijk. É apresentado o enquadre metodológico da ACD, de Chouliaraki e Fairclough (1999), utilizado para análise das capas do jornal *O Globo Rio*, em conjunto com os estudos já abordados nos capítulos anteriores referentes às relações de gênero, representações, mídia e a participação das mulheres no campo esportivo.

No capítulo buscamos compreender também como acontece a construção das notícias e quais são os critérios de noticiabilidade, pois o jornalismo é um campo fundamental para compreendermos como a realidade é construída cotidianamente, e de que forma impactam nos discursos. Considera-se que os jornalistas nas suas atividades diárias também contribuem para construção, manutenção e fomento de representações da cultura, das mulheres, das relações de gêneros.

Na sequência é apresentada a proposta de análise das fotografias, baseada nos estudos de Boris Kossoy e Roland Barthes. Boris Kossoy investigou as questões centradas na compreensão das fotografias como fontes e na viabilidade de seu uso na pesquisa e interpretação históricas, a partir de uma proposição que tem por objetivo a desmontagem da imagem para identificar seus elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) e de suas coordenadas de situação (espaço, tempo), para compreender o processo que originou a representação, através das abordagens dos conceitos de análise iconográfica e interpretação iconológica., Roland Barthes (1990) em seus estudos de Retórica da Imagem, enfatiza que a leitura da imagem é pautada na sua organização, os sentidos não ocorrem de forma arbitrária ou aleatória, mas sim na junção dos elementos.

Finalizando o capítulo são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, que se enquadra como um estudo exploratório descritivo, com o intuito de analisar o discurso da mídia impressa, referente às representações das atletas

brasileiras e estrangeiras durante a *Rio-2016*, nas capas do Jornal *O Globo* e do *Caderno Especial – Rio 2016*.

4.1 Análise Crítica do Discurso (ACD)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) tem sua história relacionada à Linguística Crítica (LC), abordagem desenvolvida na década de 1970 por um grupo de linguistas da Universidade de *East Anglia*, na Grã-Bretanha. O grupo buscava articular teorias e métodos de análise textual, de Michel Halliday (um dos fundadores da Linguística Sistêmico-funcional) com teorias sobre ideologias. A LC tinha como proposta encontrar um método de análise que não focalizasse apenas os aspectos formais da linguagem, mas sim uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, reconhecendo a conexão entre a sociedade, a linguagem e a estrutura de relações de poder, com destaque para os discursos difundidos pelas grandes mídias de suporte impresso da época. Mas para Fairclough, mesmo tendo ligação com a LC, como apontado acima, a ACD vai surgir a partir de limitações desta (FAIRCLOUGH, 2001, 2012).

Para Fairclough (2001), a ACD se apresenta como uma concepção de discurso e um corpo teórico adequado para o uso na pesquisa científica e social e nas pesquisas de mudança social, pois concebe o discurso “como uma forma de prática social” que reproduz e transforma as realidades sociais e o sujeito da linguagem. Essa é a razão da importância de uma integração de várias abordagens, de forma multidisciplinar, para complementar a análise.

O início da ACD é marcado no cenário internacional a partir de diversas publicações como *Critical and descriptive goals in discourse analysis*, no *Journal of Pragmatics* (1985) e o livro *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989), a obra *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989), do primeiro livro sobre racismo escrito por Teun Van Dijk, *Prejudice in Discourse* (1984) e também da revista *Discourse and Society*, editada por Teun van Dijk, em 1990, entre outros.

A ACD, ainda como um fato histórico, foi debatida em um simpósio realizado em Amsterdã, Holanda em janeiro de 1991, em que o grupo de estudiosos Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen

e Ruth Wodak se encontraram e tiveram a oportunidade de confrontar as abordagens distintas e diferenciadas de teorias e métodos de análise de discurso. A partir desse encontro, os pesquisadores se uniram para criar um método dinâmico para analisar a linguagem que envolvesse, de forma crítica, desde as teorias linguísticas às ciências sociais, mostrando seus pontos de contato e desdobramentos possíveis (WODAK, 2004).

Norman Fairclough, na obra *Discurso e mudança social* (2001, p. 90), propõe utilizar o termo discurso, considerando o “uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Mas, para tanto, há várias implicações:

Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (...). Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

A ACD não focaliza somente os textos, falados ou escritos, como objetos de investigação. Para uma abordagem crítica do discurso, é necessária uma teorização e descrição dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, e das estruturas e processos sociais dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos. A ACD evita estabelecer uma relação simplista entre os textos e o social, pois parte da premissa de que o discurso é estruturado pela dominação, é historicamente produzido e interpretado, ou seja, está situado no tempo e no espaço, e as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder (FAIRCLOUGH, 2001).

Para Fairclough:

A análise de discurso não pode ser equiparada à análise linguística, nem o discurso à linguagem. A análise de discurso diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais, mas à especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas (algumas vezes referidas como discursos), sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65).

Na concepção da ACD, Fairclough utilizou-se de várias pesquisas e teorias do filósofo francês Michel Foucault, que popularizou o conceito de discurso e de análise de discurso como método para as ciências sociais e as humanidades, visando buscar modelos alternativos de investigação social, além dos dois principais existentes: o estruturalismo e a hermenêutica. Foucault preocupou-se com as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento, e de que forma o conhecimento passa por transformações, associadas a uma formação discursiva. Assim as condições de possibilidade do discurso, as regras de formação que determinam os possíveis objetos, as modalidades enunciativas, sujeito, conceitos e estratégias de discurso, embasam suas pesquisas.

Para Foucault (1972, p.31-39, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 65-67) uma formação discursiva consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de modalidades enunciativas, de posições do sujeito, para a formação de estratégias. Essas regras são constituídas pela combinação de elementos discursivos e não discursivos anteriores e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social (prática discursiva). Na formação dos objetos, o ponto de maior atenção para a análise de discurso é a visão de discurso como constitutivo – contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos da vida social. Assim, o discurso não possui uma relação passiva com a realidade, pelo contrário, tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela. Para Foucault “uma formação discursiva constitui objetos de forma altamente limitada”, pois está diretamente ligada com relações interdiscursivas entre as formações discursivas e das relações entre as práticas discursivas e não discursivas que compõem tal formação discursiva.

Em relação à formação de modalidades enunciativas, segundo Fairclough (2001, p. 68), a principal ideia de Foucault “é de que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, como a origem do enunciado, mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado”. Assim, os enunciados posicionam os sujeitos, aqueles que os produzem, e também aqueles para quem são dirigidos. Porém essa articulação de modalidades enunciativas é aberta à mudança histórica e discursiva, ou seja, a

identidade social da pessoa afeta a forma como ela usa a linguagem e suas formações discursivas, mas o uso da linguagem – práticas discursivas afetam e acabam também moldando a identidade social, existindo uma relação dialética entre elas.

A formação dos conceitos envolve a quantidade de categorias, elementos e tipos que uma disciplina usa como um aparato para tratar do campo de interesse, como por exemplo: sujeito, predicado, substantivo, verbo e palavra como conceitos de gramática. Porém as formações discursivas não definem um conjunto unitário de conceitos estáveis com relações bem definidas entre si. Foucault (1972) indica que a formação de conceitos deve ser abordada dentro de uma formação discursiva, por meio do ‘campo de enunciados’, dentro do qual os conceitos “surgiram e circularam”, ou seja, há diferentes tipos de relação entre os textos, nas perspectivas intertextuais e interdiscursivas. Assim, existe uma interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição, pois a intertextualidade está presente, já que os textos sempre recorrem a outros discursos contemporâneos ou históricos e os transformam. Há também o fato de a prática discursiva ser gerada por diversas combinações de outras práticas discursivas e outros textos, o que remete ao interdiscurso de Michel Pêcheux.

A relação entre a fala e seu contexto verbal e situacional não é transparente: a forma como o contexto afeta o que é dito ou escrito, e como isso é interpretado, varia de uma formação discursiva para outra. Por exemplo, os aspectos da identidade social do (a) falante, tais como gênero social, etnia ou idade, que provavelmente afetam de modo substancial as formas e os significados numa conversação, podem ter pouco efeito numa conferência de biólogos (FOUCAULT, 1972, p. 97-98 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 72-73)

Nesse sentido, não se pode simplesmente utilizar o contexto verbal e o contexto situacional para explicar tudo o que é dito ou escrito, ou como é interpretado, pois a relação não é tão evidente. É preciso compreender a formação discursiva e a articulação das formações discursivas para compreender a relação contexto-texto-significado. Fairclough (2001, p. 64-65) utiliza-se do conceito de formação discursiva a partir da noção foucaultiana, apresentando-a como “sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais”. As regras seriam constituídas por “combinações de elementos discursivos e não discursivos

anteriores, e o processo de articulação desses elementos faz do discurso uma prática social”. Foucault utiliza em seus estudos a expressão prática discursiva, isto é, o processo de produção, distribuição e consumo de textos.

Na formação de estratégias, Foucault indica que elas são constituídas por uma combinação de restrições interdiscursivas e não discursivas, que envolvem a analogia, oposição, complementaridade e relações de delimitação mútua. Para explicar a função do discurso num campo de práticas não discursivas, cita como exemplo “a função exercida pelo discurso econômico na prática do capitalismo emergente”. Já para as regras e processos de apropriação do discurso, no sentido de que o “direito de falar” e a “habilidade para entender”, como o direito de recorrer ao “corpus de enunciados já formulados” são distribuídos de forma desigual entre os grupos sociais; e por último que “as posições de desejo em relação ao discurso”, em que o discurso se torna um local apropriado, uma representação ilusória, ou elemento de simbolização e/ou instrumento de satisfação. Assim, demonstra que as regras para a formação de estratégias estão associadas com a materialidade dos enunciados, pois há um status particular em práticas institucionais (Foucault, 1972, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 74-75).

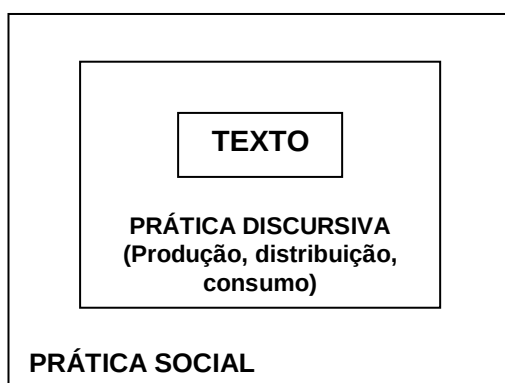
Baseado nos estudos de Foucault, Fairclough (2001) cita que as limitações da Análise do Discurso (AD) também contribuíram para o surgimento da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), método enquadrado no que o autor concebe como Teoria Social do Discurso, que levaram a Análise Crítica do Discurso (ACD), considerada como uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social. O autor destaca que a AD, ao enfatizar a perspectiva social, relegou a análise linguística, assim como a Linguística Crítica (LC), que ao dar destaque para a análise linguística, deu pouca ênfase aos conceitos de ideologia e poder. Sustenta que ambas apresentam uma visão estática das relações de poder. Já para a ACD o discurso constitui e é constituído por práticas sociais sobre as quais podem se analisar e revelar os processos de manutenção e de mudanças das relações de poder, portanto tem um interesse particular na relação entre linguagem e poder.

Na ACD, Fairclough (2001, p. 82-83) inclui as análises linguísticas textual, levando em consideração múltiplas dimensões: análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual e análise social do

evento discursivo, em termos de suas condições e efeitos sociais em vários níveis. Segundo o autor, as fraquezas do trabalho de Foucault estão relacionadas com as concepções de poder e resistências, e com questões de luta e mudança, apesar de debater possíveis transformações na totalidade da obra, “a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder”. Assim, ao utilizar a ACD, o pesquisador parte da fundamentação de que a constituição discursiva da sociedade emana de uma prática social enraizada em estruturas sociais.

Para Fairclough (2001), cada caso discursivo possui três dimensões que estão interligadas, mas analiticamente separáveis: é uma língua falada ou escrita na forma de texto; é um exemplo de discurso de práticas envolvendo a produção e interpretação de texto; e é uma peça de prática social, que levaram a elaboração do modelo de análise. Deste modo, o primeiro modelo de análise desenvolvido por Fairclough (1989), e aprimorado posteriormente foi um modelo tridimensional de Análise de discurso – englobando três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social (Figura 10).

Figura 10: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

O modelo tridimensional do discurso tem como base a linguística sistêmica-funcional de Michael A. K. Halliday, um linguista britânico que desenvolveu uma teoria gramatical conhecida como Gramática Sistêmico-Funcional ou Linguística Sistêmico-Funcional. O modelo tridimensional, leva em consideração a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais, e a

tradição interpretativa de considerar a prática social como algo produzido pelas pessoas, através dos procedimentos de senso comum partilhados. A abordagem tem uma característica especial: a ligação entre a prática sociocultural e o texto é mediada pela prática discursiva:

A forma como um texto é produzido e interpretado – ou seja, que práticas e convenções discursivas têm origem em que ordem (ou ordens) do discurso e como se articulam – dependem da natureza da prática sociocultural que o discurso integra (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); a natureza da prática discursiva da produção textual molda o texto, deixando ‘vestígios’ nas suas características superficiais; por fim, a natureza da prática discursiva da interpretação textual determina a forma como serão interpretados os laços superficiais de um texto (FAIRCLOUGH, 1998, p. 83-84).

O autor aceita também em seus estudos a análise da prática social em que se tenta compreender como os membros das comunidades sociais produzem seus mundos. Mas argumenta, que ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são influenciadas de forma inconsciente, ou seja, são moldadas por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidas.

Dessa forma, “seus procedimentos e as suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e ‘membros’)”. Por isso, a prática dos membros exerce influências e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, muitas vezes sem ter consciência, assim “os procedimentos que os membros usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre ‘pistas’ no texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 35-36).

O discurso é moldado pela estrutura social no sentido amplo em todos os níveis, pelas classes, relações institucionais, por sistemas de classificação, por normas e regras. “O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões

da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O Quadro 4, apresenta as categorias analíticas propostas por Norman Fairclough, na obra *Discurso e Mudança Social* (2001), em inglês *Discourse and Social Change* (1992), agrupadas para cada uma das dimensões da Análise de Discurso. A obra é considerada como um marco para uma proposta teórica-metodológica que servisse aos cientistas sociais e estudiosos da mídia ao analisar um determinado texto e sua relação com as mudanças socioculturais na proposta da Análise Crítica do Discurso.

Quadro 4: Categorias Analíticas

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
• Vocabulário • Gramática • Coesão • Estrutura textual	• Produção • Distribuição • Consumo • Contexto • Força • Coerência • Intertextualidade	• Ideologia Sentidos Pressupostos Metáforas • Hegemonia Orientações econômicas Políticas, culturais, ideológicas

Fonte: FAIRCLOUGH (2001)

No modelo de análise tridimensional, o texto é dividido em categorias que englobam: análise textual, o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. O estudo do vocabulário deve ter como foco as palavras individuais, - neologismos, lexicalizações, expressões, relações entre palavras e sentidos – e a gramática, na combinação das palavras em frases, com atenção aos sentidos das palavras e como os sentidos das palavras estão em lutas mais amplas, pois as palavras são forma de hegemonia – deve-se também ter como foco as metáforas com implicações políticas e ideológicas e os conflitos. A coesão está relacionada à ligação das frases, repetições das palavras, uso de sinônimos, enfim uma variedade de mecanismos de referências e substituição. Já a estrutura textual refere-se aos aspectos de planejamento de tipos de texto em larga escala, as maneiras e ordem que são combinados os elementos. A disposição e utilização desses elementos é realizada pelas escolhas subjetivas e ideológicas efetivadas

pelo produtor do signo ao interpor ideias, crenças sobre as relações sociais e as identidades evidenciadas no texto (FAIRCLOUGH, 2001).

Na análise das práticas discursivas estão presentes as atividades cognitivas de produção, distribuição e consumo do texto; e os processos entre os diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Deve ser levado em consideração que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, e que também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Há ainda as dimensões sociocognitivas específicas de produção e interpretação textual centradas na interrelação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual e o próprio texto. Analisam-se ainda as categorias de: força, coerência e intertextualidade. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados e seus componentes relacionados aos significados, ou seja, é o processo acional, a ação (dar uma ordem, questionar etc.) que o texto realiza ou o ato que quer transmitir num determinado contexto. A coerência que está interligada à propriedade das interpretações, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos. Um texto coerente está baseado no sentido que os elementos em conjunto fazem para quem está lendo ou observando determinado signo. A análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e fragmentos de outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade), que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer e/ou ecoar ironicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106-144).

A análise da prática social está relacionada aos conceitos dos discursos em relação aos aspectos ideológicos e hegemônicos. Na categoria ideologia, observam-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas, o estilo. As ideologias são significações da realidade que “são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. Para o autor a ideologia se caracteriza sob três aspectos importantes: ela possui existência material nas práticas das instituições; conduz e constitui os sujeitos; e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) como a educação e a mídia são marcos

delimitadores de ideologias, portanto contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117-119).

Na categoria hegemonia, observam-se as orientações da prática social, quanto à dominação nas orientações econômica, política, cultural e ideológica de uma sociedade. É o poder sobre a sociedade como um todo a partir da construção de alianças e constantes lutas entre as classes (superiores e inferiores). Procura-se investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos (FAIRCLOUGH, 2001).

A prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-124).

Para Teun A. Van Dijk, doutor em Linguística pela Universidade de Amsterdã (Holanda), professor da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona (Espanha), e professor fundador da revista multidisciplinar *Discourse & Communications* e da revista on-line em espanhol *Discurso & Sociedad*, considerado como um dos fundadores da Análise Crítica do Discurso, autor da obra *Discurso e Poder (2008)*, afirma que a ACD é um tipo de investigação que “estuda o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político”. Diante dessa análise, os analistas críticos de discurso adotam um posicionamento, e objetivam além de compreender, desvelar, até mesmo a opor-se à desigualdade social, pois procura explicar as estruturas dos discursos em termos das propriedades da interação social e especificamente da estrutura social (VAN DIJK, 2017, p. 113).

Para Van Dijk (2017, p. 115), os principais fundamentos da ACD foram sintetizados por Fairclough e Wodak (1997, p. 271-80), sendo eles:

- 1) A análise crítica de discurso aborda problemas sociais;
- 2) As relações de poder são discursivas;
- 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura;

- 4) O discurso realiza um trabalho ideológico;
- 5) O discurso é histórico;
- 6) A relação entre texto e sociedade é medida;
- 7) A análise do discurso é interpretativa e explanatória e
- 8) O discurso é uma forma de ação social.

Os pontos sistematizados da ACD demonstram a dialética existente entre discurso e sociedade, em que o discurso reflete as relações de poder, sendo que o discurso é não somente moldado pela estrutura social, mas também que o discurso é constitutivo da estrutura social. Nessa conjuntura, ao considerar a “linguagem como uma forma de prática social, é necessário refletir sobre três perspectivas: linguagem como parte da sociedade (não algo externo a ela); linguagem como um processo social e linguagem como um processo condicionado socialmente, e também interliga três conceitos básicos: poder, história e ideologia. Assim, três conceitos são importantes para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia. O discurso colabora para reforçar ideologias, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças, contribuindo para naturalizar identidades sociais e representações, mas também pode contribuir para transformar a sociedade (FAIRCLOUGH, 2001).

A obra *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*, foi lançada em 1999, por Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough, e propõe um repensar sobre a análise de discurso crítica, na perspectiva da modernidade tardia, com o objetivo de refletir sobre a mudança social contemporânea, de larga escala e práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social.

A proposta da estrutura analítica para a ACD modelada por Chouliaraki e Fairclough (1999 p. 60) tem como base o conceito de apreciação crítica explicatória do teórico crítico Roy Bhaskar (BHASKAR, 1986), partindo inicialmente de um problema social que tenha aspecto semiótico; em segundo, da identificação dos obstáculos para que esse problema seja resolvido, através da análise: a) da rede de práticas no qual está inserido; e b) das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão; c) da análise do discurso, através da análise interacional e interdiscursiva e análise linguística e semiótica; em terceiro, deve-se considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum

sentido é um problema ou não; em quarto identificar possíveis maneiras para superar os obstáculos; em quinta, finalizando, deve-se refletir criticamente sobre a análise, levando-se em consideração todos os elementos constitutivos.

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), essa estrutura analítica para ACD, possibilita uma abordagem mais complexa que o modelo tridimensional apresentado anteriormente, pois, nesta proposta, o discurso é visto como um momento importante da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes, e que devem ser também privilegiados na análise, tendo em vista que o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais, como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização.

A estrutura analítica proposta por Chouliaraki & Fairclough (1999, p.60), será utilizada na análise do corpus de pesquisa dessa tese, a partir dos pontos centrais:

1. Um problema (é essencial como o definimos em uma pesquisa).
2. Obstáculos na superação do problema.
 - a) Análise da conjuntura.
 - b) Análise da Prática Particular da qual o discurso é um momento:
 - (i) Práticas relevantes
 - (ii) Relação do discurso com outros momentos da prática
 - c) Análise do discurso.
3. Funcionamento do problema na prática.
4. Possíveis maneiras de resolver o problema.
5. Reflexão sobre a análise.

Para a ACD o importante é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais, refletindo sobre as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose exerce dentro dos processos de mudanças e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. Neste conceito, o movimento da concepção da “linguagem como prática social” parte para a apreensão da “linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).

Para a ACD, o importante é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais, refletindo sobre as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose exerce nos processos de mudanças e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas. Os momentos da prática social se entrecruzam, sem se reduzir um ao outro, pela internalização e pela articulação (FAIRCLOUGH, 2012).

Segundo Fairclough (2012, p. 308), a semiose atua de três maneiras: como parte da atividade social inserida em uma prática; atua nas representações, já que os atores sociais, no curso de sua atividade, produzem não só representações das práticas em que estão inseridos. “A representação é um processo de construção social das práticas – incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais”. E por último, a semiose atua no desempenho de posições particulares, assim as identidades de pessoas que operam em certas posições podem ser parcialmente determinadas pela prática em si. “As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, produzem desempenhos distintos”.

A estrutura analítica da ACD parte da concepção da vida social como constituída de práticas, e da prática social como ação habitual da sociedade institucionalizada, sendo que o conceito de práticas sociais é buscado do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996). Os autores explicam que Harvey reconhece a importância social, pois “o discurso internaliza tudo o que acontece nos outros momentos das práticas sociais, como parte da ação e na construção reflexiva da vida social”, bem como reconhece a importância do trabalho socialmente transformador do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28).

Segundo Van Dijk (2017, p. 86-89), a maior dificuldade da ACD é explicar as relações entre discurso e poder social, fundamentando como o abuso de poder é praticado, reproduzido e legitimado pelo texto e fala de grupos dominantes. Portanto, para a análise crítica das desigualdades discursivas mediadas, é preciso levar em consideração os aspectos políticos, socioculturais, e econômicos mais gerais da dominância. O autor afirma, ainda, que o poder “moderno”, nas

sociedades democráticas, é mais persuasivo e manipulador do que coercitivo ou incentivador, logo dessa forma busca “fabricar o consenso” de outros. Daí a importância da ACD, de estudar as estruturas e estratégias cognitivas envolvidas nesses processos, pois de forma geral o que está envolvido é a manipulação de modelos mentais de eventos sociais através do uso de estruturas discursivas específicas.

Para Van Dijk (2017, p. 113-116), a análise crítica do discurso não possui um enquadre teórico único, pois como uma análise crítica de problemas sociais, normalmente é multidisciplinar. Porém, de forma geral, a maioria dos tipos de ACD fará perguntas sobre “o modo como as estruturas específicas do discurso são organizadas para reproduzir a dominação social”, dentro de uma conversação, uma reportagem jornalística e outros gêneros e contextos. Assim o vocabulário de muitos estudiosos da ACD apresenta noções de como “poder, dominação, hegemonia, ideologia, classe, gênero, raça, discriminação, interesses, reprodução, instituições, estrutura social e ordem social”, entre outros elementos analíticos do discurso.

O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e desigualdade entre os grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macro nível de análise. Isso significa que a ACD tem que estabelecer teoricamente uma ponte que preencha a bem conhecida “lacuna” existente entre os enfoques micro-macro – evidentemente, uma distinção que é, por si mesma, um construto sociológico (VAN DIJK, 2017, p. 113-116).

Na interação e na experiência cotidiana, o macronível e o micronível, formam um todo unificado, e influenciam no discurso. Van Dijk (2017, p. 16), destaca que existem formas de análise e relaciona os níveis, para uma análise unificada:

1. *Membros-grupos*: os usuários da língua participam do discurso como membros de diversos grupos sociais, organizações, e os grupos podem agir “através” de seus membros.
2. *Ações-processos*: os atos sociais de atores individuais são partes constituintes das ações e dos processos sociais do grupo, como a legislação, a produção de notícias ou a reprodução

3. *Contexto estrutura social*: de maneira semelhante, as situações de interação discursiva são partes ou constituintes da estrutura social, assim os contextos locais e mais globais, possuem uma relação íntima e ambos impõem restrições ao discurso.
4. *Cognição pessoal e social*: os usuários da língua, enquanto atores sociais, possuem cognição tanto pessoal quanto social: memórias, conhecimentos e opiniões pessoais, assim como aqueles compartilhados com os membros do grupo da cultura como um todo. Os dois tipos de cognição influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, e as “representações sociais” compartilhadas governam de forma coletiva ações do grupo.

Na obra *Discurso e Poder* (2008), Van Dijk apresenta ainda uma proposta de Análise estrutural para os discursos de racismo, que será adaptado e utilizado como referência na análise das capas do Jornal *O Globo*, em conjunto com a estrutura analítica de Chouliaraki e Fairclough (1999).

Para Van Dijk (2017, p. 136) é possível utilizar-se de diversas estruturas diferenciadas na análise de discurso, já que os textos escrito/impresso e ou falado podem ser analisados em vários níveis ou através de diversas dimensões, sendo que cada elemento pode possuir uma relação direta ou indireta em uma interação discriminatória e/ou com o discurso preconceituoso. A lista de níveis e estruturas de discursos que serão utilizados para análise são:

- Estruturas não verbais: imagens, gestos depreciativos, manchetes jornalísticas, que enfatizam sentidos negativos sobre “eles”.
- Léxico: seleção de palavras que podem ser mais ou menos negativas sobre “eles” ou positivas sobre “nós”.
- Significado local (de uma oração): sendo vago ou indireto.
- Significado global do discurso (tópicos): selecionar ou enfatizar tópicos positivos e negativos.
- Dispositivos retóricos: metáfora, metonímia, hipérbole, eufemismo, ironia etc., para centralizar a atenção na informação positiva/negativa.

Dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes. Para Van Dijk (2017, p. 73), os textos de jornal desempenham um papel vital na comunicação pública e geralmente são mais

lembrados do que as notícias na televisão, e percebidos como qualitativamente superiores, o que amplia a sua influência persuasiva, e, portanto, o seu poder.

Mesmo quando o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, ele possui seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social. Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as históricas, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles, e em especial, como será dito (VAN DIJK, 2017, p. 73-74)

De forma geral, as pesquisas sobre a produção de notícias mostram que os processos de escolha do que será noticiado não são arbitrários e nem determinados por noções intuitivas ou jornalísticas, sobre o que é ou não interessante. “Os jornalísticos aprendem como retratar o poder dos outros, e ao mesmo tempo, aprendem como contribuir para o poder da sua própria organização”. Assim, quando se analisa o discursivo jornalístico, um aspecto importante é refletir sobre o processo de (re) produção do poder, é como os jornalistas adquirem as estruturas profissionais e ideológicas que guiarão sua prática diária (VAN DIJK, 2017, p. 74).

Para Van Dijk (2017), o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, pois possui seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social, já que é responsável por decidir o que deve ou não ser noticiado, baseado nos seus critérios jornalísticos. Para refletir sobre os critérios de noticiabilidade utilizado para produção das notícias, faremos uma breve abordagem sobre três conceitos das teorias do jornalismo: *gatekeeper*, *agenda-setting* e *newsmaking*.

4.2 Critérios de Noticiabilidade

De acordo com Jorge Pedro Souza, professor e pesquisador de jornalismo, a atividade jornalística está diretamente ligada com o processo de evolução das sociedades civilizadas. Para Souza (2008), o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, o jornalismo de hoje em dia, com seus valores, definição dos formatos, o conteúdo

das notícias, assim como a fixação da estrutura jornalística são fruto de um longo processo histórico, com contribuições da antiga civilização grega. Para o autor o *lead*, uma das formas mais utilizadas no jornalismo moderno, é um aperfeiçoamento da estrutura típica do relato homérico.

Em seus estudos, Souza evidenciou que a notícia é o dispositivo determinante e identificador do jornalismo e dos fenômenos pré-jornalísticos, e ainda que os critérios de noticiabilidade ao longo do tempo se mantiveram estáveis, apesar da ampliação do leque do noticiável. Por outro lado, para o autor, o discurso pré-jornalístico e jornalístico (conteúdos e formatos) possuem uma natureza sociocultural que engloba a ideologia e as circunstâncias da época em que foi produzido, mas também sofre a influência de outros fatores, como a “ação pessoal de quem o elabora e das potencialidades e limites dos dispositivos técnicos usados para configurar” (SOUZA, 2008, p. 3).

Para Nelson Traquina, professor pesquisador responsável pela introdução do jornalismo enquanto objeto de estudo e de investigação, ao longo de várias décadas e diversos estudos sobre o jornalismo, é possível identificar várias teorias do jornalismo que tentam responder porque as notícias são como são, sendo que todas elas estão interligadas e não se excluem. No início da obra *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são*, o autor utiliza uma defesa para o jornalismo como agente na construção de uma realidade, mas uma realidade seletiva construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico (TRAQUINA, 2005).

Para Traquina (2008, p. 63), noticiabilidade pode ser definida como um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Neste contexto, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia (características do fato em si) que determinam se um acontecimento, evento, ou assunto, é passível de virar uma notícia, isto é, de ser julgado como digno de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’. Já os valores de seleção, estão relacionados com os critérios que os jornalistas utilizam para selecionar na complexa lista de acontecimentos cotidianos aqueles que merecem ser transformados em conteúdo jornalístico. Os estudos de seleção de notícias partem dos conceitos da Teoria da ação pessoal ou do *Gatekeeper*, que foi aplicada ao

jornalismo inicialmente por David Manning White e cresceu nos anos 1950, tornando-se uma das tradições mais persistentes na pesquisa sobre as notícias na época.

O conceito de *gatekeeper* foi utilizado inicialmente pelo psicólogo alemão Kurt Lewin (1947) em um estudo sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais relacionado à modificação de hábitos alimentares. Lewin descobriu que existe uma “filtragem do conteúdo” através de um canal, ou seja, existem zonas (ou pessoas) que atuam como porteiros, filtrando a passagem ou bloqueando, isto é, selecionando o que deve ser passado ou não adiante. Para Lewin essa teoria pode ser aplicada em todos os campos da sociedade. Em relação ao jornalismo:

Nessa teoria, o processo de produção de informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”, se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação (TRAQUINA, 2005, p. 15)

Nos estudos foi identificado que o processo de seleção de notícias era subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”. Assim, as notícias podem ser explicadas como um produto das pessoas e de suas intenções, baseados nas suas crenças e valores. Porém em outros estudos como o do Gieber (1964), foi analisado que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico não era somente as avaliações pessoais do jornalista, mas sim o “peso da estrutura burocrática da organização”, sendo necessário compreender as “forças sociais” que influenciam a produção das notícias (TRAQUINA, 2005).

Há três grupos de agentes sociais, segundo Traquina (2005 p. 205), que influenciam nos critérios de noticiabilidade: 1) as diversas fontes, constituídas como agentes sociais, que utilizam as notícias como recurso social para as suas estratégias de comunicação; 2) os outros jornalistas, membros de uma comunidade que partilham como referência uma ideologia do campo jornalístico, e 3) a própria

sociedade, que através de uma estrutura profunda, aponta para um papel fundamental dos valores-notícia.

Uma linha de pesquisa que surgiu nos anos de 1970, referente aos efeitos dos meios de comunicação de massa na sociedade, foi a hipótese do *agenda-setting*, baseado nas pesquisas dos norte-americanos *Maxwell McCombs* e *Donald Shaw*. A *agenda-setting* retrata o poder que os *media* exercem sobre a opinião pública.

A ideia do *Agenda-Setting*, “definição da agenda”, diz que os meios de comunicação determinam os assuntos discutidos pelas pessoas. O conceito de “agenda” refere-se a um grupo definido de temas discutidos em lugar e tempo específicos. Assim, a “agenda da mídia” são os temas presentes nos meios de comunicação; “agenda pública” são temas e assuntos presentes nas conversas entre pessoas. (MARTINO, 2009, p. 203)

O conceito central da hipótese de *agenda-setting*, prevê que os temas da agenda da mídia definem a agenda pública, isto é, passarão a ser discutidos pelas pessoas uma vez pautados pela mídia. Neste contexto, a mídia seria a responsável por apresentar ao público um grupo de temas daquilo sobre o que é necessário ele saber, ter opinião, discutir, ou seja a imprensa teria a capacidade de orientar os leitores sobre quais temas eles devem pensar e/ou ignorar, baseado nas informações fornecidas ou excluídas pelos *mass media*. “Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (SHAW, 1979, apud WOLF, 2009, p. 143). A hipótese da *agenda-setting* não está baseada na persuasão da mídia, mas sim que a mídia apresenta ao público uma lista de fatos dos quais se pode refletir. A compreensão das pessoas em relação à realidade social é modificada pelos meios de comunicação que classifica no dia a dia, uma hierarquia do que é mais ou menos importante saber, pensar e discutir.

Uma outra abordagem sociológica do jornalismo que se fortaleceu na década de 1970 foi o *newsmaking*, que parte de considerações acerca das rotinas de produção de notícia. A lógica do *newsmaking* é o reconhecimento da existência de condições na seleção e construção dos acontecimentos a serem narrados para definir o produto do jornalismo. Assim, a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação das notícias são elementos

determinantes na produção informativa. Para o sociólogo Mauro Wolf (2009, p. 202), newsmaking, trata-se de uma abordagem:

Constituída pelos estudos que analisam a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro da qual se realiza a 'construção' das mensagens. Essas determinações – muito complexas – parecem decisivas quanto ao produto acabado, seja ele um noticiário ou uma série de filmes para a televisão (WOLF, 2009, p. 184).

A teoria do *Newsmaking* está baseada em três conceitos importantes; a cultura profissional dos jornalistas; a organização da rotina/trabalho dos jornalistas e a institucionalização dos processos de produção. Há uma superabundância de fatos acontecendo todos os dias, e sem uma organização do trabalho jornalístico, para que se identifique os acontecimentos significativos e interessantes, é impossível produzir notícias com a agilidade que os meios de comunicação precisam (WOLF, 2009).

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2009, p. 196)

Em linhas gerais, os critérios de noticiabilidade estão ligados aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção, ou seja, é preciso uma rotina para que se possa identificar os acontecimentos e transformá-los em notícias. Sendo que a pergunta que domina a prática jornalista é “Quais acontecimentos cotidianos são importantes?”. Assim, a notícia é um produto de um processo organizado, baseada nos eventos, planejada e elaborada para representá-los e para atrair a atenção dos espectadores.

Para Wolf (2009) os valores-notícia é um componente da noticiabilidade, que visa identificar quais acontecimentos são relevantes e exibem qualidade para serem transformados em notícias. Os valores-notícia é um critério de relevância, pois está presente durante todo o processo e são usados de duas maneiras.

São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. (...) Os valores/notícia são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja ausência ou presença relativa os indica para a inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluídos (WOLF, 2009, p. 203)

Assim, de modo geral, os veículos de comunicação já possuem um planejamento que define a periodicidade, o formato e a rotina produtiva, assim como os tipos de notícia que deverão ser veiculadas dentro de parâmetros dos valores-notícia. Para Traquina (2005) e Wolf (2009), os critérios de noticiabilidade são divididos em: seleção, produção e construção da notícia. A seleção está relacionada com os critérios que os jornalistas utilizam para selecionar dentro de uma gama de acontecimentos cotidianos aqueles que merecem ser transformados em conteúdo jornalístico. A produção e a construção envolvem a qualidade da estrutura da notícia e funciona como uma linha mestra para apresentação do material, destacando o que deve ser evidenciado ou omitido, e o que é prioridade na construção do acontecimento como notícia.

4.3 Análise e Interpretação da Fotografia

Para análise e interpretação das imagens serão utilizados como referência os estudos de Boris Kossoy, fotógrafo, pesquisador, historiador e professor da Universidade de São Paulo (USP), e autor das obras *Fotografia & História* (2001) e *Realidades e ficções na trama fotográfica* (2002). Kossoy, inicialmente, baseou sua pesquisa nos estudos de Erwin Panofsky (1892-1968), historiador alemão, pesquisador dos estudos de imagens, autor de uma proposta sistematizada de pesquisa em arte, a partir de dois termos usados nas pesquisas imagética: iconografia e iconologia.

Na obra *Fotografia & História* (2001), Kossoy afirma que a fotografia é uma forma de expressão cultural, que registra do tempo aspectos como religião, costumes, habitação, ou seja, vários acontecimentos são documentados através da

imagem. Nesse sentido, o fotógrafo participa do processo de representação, pois domina as técnicas de fotografar e determina essa forma de interação. O fotógrafo como autor da imagem, no contexto de produção, age como um filtro cultural, portanto, no estudo das imagens fotográficas deve-se levar em consideração o contexto (dimensões espaço e tempo) de produção, assim como a técnica fotográfica e o fotógrafo (KOSSOY, 2001).

Para Kossoy (2001, p. 22) as fotografias não podem ser aceitas como espelhos fiéis dos fatos, são portadoras também de ambiguidades, significados não explícitos e de omissões planejadas. O potencial informativo da fotografia pode ser alcançado a partir dos fragmentos que forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos: sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais etc., que aconteceram no tempo e no espaço, no momento do ato da tomada do registro. Assim, a fotografia tem uma *realidade própria* que pode não corresponder à realidade que envolveu o assunto, o objeto do registro, no contexto.

Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado (KOSSOY, 2001, p. 22).

Como a imagem fotográfica é fixa, congelada na sua condição documental, muitas vezes nos deparamos com imagens que grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades, porém de acordo Kossoy (2001, p. 22-23), cabe aos especialistas no estudo das imagens “Decifrar a realidade interior das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e ficções, as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida”.

Kossoy (2001), trouxe para o campo da fotografia os conceitos iniciais do Panofsky, buscando diferenciar as metodologias de análise de imagens: iconográfica e iconológica. A análise iconográfica corresponde à investigação da “realidade exterior”, ou seja, da segunda realidade do documento e/ou imagem - visa descrever e detalhar o conteúdo e seus elementos icônicos, tornando possível

a recuperação de informações importantes para reconstituição histórica. A imagem fotográfica funciona como um documento iconográfico acerca de uma dada realidade, pois fornece provas, indícios, como um testemunho que apresenta evidências de algo.

Para compreensão interna da representação fotográfica, conforme Kossoy (2002, p. 36-37), é necessário conhecer os conceitos de *primeira e segunda realidades*, de *realidade exterior* e de *realidade interior*. A *primeira realidade* trata-se do assunto em si na dimensão da vida passada, refere-se à história particular do assunto no momento do ato do registro, envolve o processo criativo do fotógrafo perante o tema, em um determinado espaço e tempo. A *realidade interior* é mais abrangente e complexa, pois toda imagem fotográfica contém uma história interna oculta, invisível fotograficamente. A *segunda realidade* é a realidade do assunto apresentado, contidos nos limites da imagem fotográfica, referência sempre presente de um passado inacessível.

Toda e qualquer fotografia que vemos, seja o artefato fotográfico original obtido na época em que foi produzido, seja a imagem dele reproduzida sobre outro suporte ou meio (fotográfico, impresso sob diferentes formas, eletrônico etc.), será sempre uma *segunda realidade* (KOSSOY, 2002, p. 37).

Para Kossoy (2002, p. 37-38), toda fotografia pode ser compreendida como uma segunda realidade, já o *assunto representado* configura o conteúdo explícito da imagem fotográfica: a *face aparente e externa* de uma micro-história do passado, cristalizada expressivamente. É esse aspecto visível à *realidade exterior* da imagem tornada documento. É esta a sua *natureza*, comum a todas as imagens fotográficas e que se constitui em sua *segunda realidade*. Para o autor a fotografia acarreta uma transposição de realidades: “é a transposição da realidade visual do *assunto selecionado*, no contexto da vida (*primeira realidade*), para a realidade da representação (imagem fotográfica: *segunda realidade*)”. Trata-se ainda de uma transposição de dimensões. A realidade da fotografia necessariamente não corresponde à verdade histórica, apenas ao registro da aparência. A realidade da fotografia está dentro das múltiplas interpretações, nas diferentes leituras que cada receptor da imagem faz em um dado momento, que suscita várias interpretações.

Segundo Kossoy (2002, p. 59), “busca-se, através da análise a *realidade exterior* do assunto registrado na representação fotográfica, sua face visível, na

segunda realidade". Para tanto, o autor, propõe um roteiro sistematizado para análise da fotografia que engloba: a referência visual do documento, a procedência, a conservação, sua identificação, as informações sobre o tema retratado, o fotógrafo e a tecnologia utilizada na elaboração da fotografia.

A interpretação iconológica corresponde à investigação da *primeira realidade*, está relacionada ao ato interpretativo que busca desvendar a trama histórica e social da imagem, assim como avaliar sua dimensão cultural e ideológica, indo, portanto, a um ponto mais profundo da imagem, além da superfície que é a base da análise iconográfica.

[...] uma reflexão centrada no conteúdo, porém, num plano além daquele que é dado ver apenas pelo verismo iconográfico. É este o estágio mais profundo da investigação, cujos limites não são cristalinamente definidos. Não raro, o pesquisador se surpreende refletindo neste plano pós-iconográfico, buscando os elos para a compreensão da vida que foi (KOSSOY, 2001, p. 95-96).

Ademais, para Kossoy (2002, p. 59), na interpretação iconológica "lembramos que o documento fotográfico é uma *representação a partir do real*, uma representação onde se tem registrado um aspecto *selecionado* daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente; portanto ideologicamente". Dessa forma, o resultado da fotografia está diretamente relacionado ao processo criativo, de um modo de ver e compreender o mundo do fotógrafo, assim "é ele, que na sua mediação, cria/constrói a representação".

Portanto, se a análise iconográfica

[...] situa-se no nível da imagem, a interpretação iconológica tem aí seu ponto de partida e estende-se além do documento visível, além da chamada evidência documental. Trata-se da recuperação de diferentes camadas de significação. A interpretação iconológica se desenvolve na esfera das ideias, das mentalidades (KOSSOY, 2002, p. 55-56).

Segundo Kossoy (2002, p. 59) não se deve estabelecer regras interpretativas, embora a fotografia seja a referência, o pesquisador situa-se além dela, nos círculos das ideias, na esfera das mentalidades. Para decifração da interpretação iconológica, apresenta duas possibilidades: 1) resgatar, na medida do possível, a história própria do assunto, no momento do registro, independente da mesma representação e 2) buscar a desmontagem das condições de produção,

refletir sobre o processo de criação que resultou na representação em estudo. Para o autor, através da interpretação iconológica, busca-se “decifrar a realidade interior da representação fotográfica, sua face oculta, seu significado, sua primeira realidade, além da verdade iconográfica”. Portanto, a interpretação iconológica visa uma minuciosa recuperação das informações codificadas (invisíveis) dentro desta imagem.

A sociedade contemporânea está muito alicerçada em aspectos visuais, ou seja, o mundo imagético é considerado em certos casos como a expressão de realidade e veracidade, o que para o autor é um pensamento equivocado, pois afirma que cada indivíduo tende a fazer uma leitura diferente da mesma imagem, de acordo com a sua bagagem cultural, criatividade e sensibilidade (KOSSOY, 2001)

Neste sentido, toda fotografia é considerada um meio de expressão, de informação e de representação, dado que é portadora de um discurso em que se presta a traduzir um instante repleto de intencionalidades. Na fotografia está presente a imagem da visão de mundo do autor (fotógrafo), por mais variado que seja o assunto, sempre pressupõe a atuação do fotógrafo. A fotografia é portadora de um discurso na medida em que se presta a traduzir um instante repleto de intencionalidades. Possui, portanto, finalidade documental, considerada meio de expressão, informação e mesmo de representações. Está contida na imagem a visão de mundo do autor, por mais variado que seja seu assunto, ou seja, pressupõe-se a atuação do fotógrafo como intermediário entre as necessidades do cliente e as representações contidas na fotografia já produzida (KOSSOY, 2001, p. 59).

Considerando os estudos de Roland Barthes em relação à Retórica da Imagem, na análise de uma imagem é possível extrair três tipos de mensagens: a *mensagem linguística* – constituída de elementos verbais, que possuem a função de ancoragem (selecionar um sentido) e/ou de revezamento (dar sentido a imagens que não apresentam sentido concreto); a *mensagem icônica (denotada)* – os elementos organizados formam a imagem em si, remetendo a algo conhecido da realidade (mensagem perceptiva, superficial) e a *mensagem simbólica (conotada)* – os sentidos resgatados a partir da observação dos elementos imagéticos, com

base em uma visão ideologicamente construída (estereótipos, signos, mensagem cultural) (BARTHES, 1990).

Para Barthes (1990, p. 28-38), “a imagem faculta imediatamente uma mensagem, cuja substância é linguística”. A linguística é a primeira das três mensagens, onde se encontra a fixação do significado da mensagem, especialmente pelo caráter polissêmico das imagens. A linguagem verbal tem a tarefa de ajudar na compreensão das imagens e pode exercer duas funções: a de *ancoragem* (ancora um significado, ou dá fixação) e a de *revezamento* (mostra coisas que não poderiam ser vistas somente com a imagem). A *ancoragem* fornece uma explicação da imagem, pode ser encontrada na publicidade e na fotografia jornalística, e possibilita restringir a polissemia da imagem. Ao analisar a mensagem linguística, buscamos extrair sentidos provocados pela imagem, pois, como bem orienta “as possibilidades de leitura de uma mesma lexia (uma imagem), é variável segundo os indivíduos”, afinal, os sentidos serão resultado de um processo predominantemente cultural e ideológico. Assim as palavras são fragmentos de um sistema mais geral, como as imagens, e a unidade da mensagem é realizada em um nível superior, isto é, o da história.

Conforme Barthes (1990, p. 38) “a imagem, em sua conotação, seria, assim, constituída por uma arquitetura de signos provindos de uma profundidade variável de léxicos; isto é, de um conjunto dos vocábulos da língua. Essa mensagem simbólica é representada por vários signos descontínuos, assim na leitura de uma mesma lexia (imagem) as possibilidades de interpretação e leitura são variáveis, conforme a experiência dos indivíduos que a fazem, ou seja, conforme o contexto sociocultural do sujeito.

4.4 Procedimentos Metodológicos

Os aspectos metodológicos que norteiam a pesquisa, estão baseados na abordagem qualitativa de caráter exploratório, com orientação descritiva, mediante a análise do discurso de mídia impressa (jornal), referente às representações das atletas brasileiras e estrangeiras durante a *Rio 2016*. A abordagem investigativa escolhida, inicialmente, levou em consideração o programa de Pós-Graduação em

Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/UNESP, para a escolha da mídia que seria analisada, e na sequência a importância e o significado do veículo de comunicação a ser pesquisado para a discussão proposta. Assim, na primeira etapa de coleta de dados, foram coletadas as capas de diversos jornais brasileiros (Estadão, Folha, O Globo Rio e O Lance), durante as Olimpíadas no Brasil. Posteriormente foi definido como *corpus* o Jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial – Rio 2016*, por pertencerem ao Grupo Globo, patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos de 2016.

Na segunda etapa, foi realizada a seleção do material (capas), para alinhar a definição do corpus com a proposta investigativa, separando para análise as capas que veicularam mulheres atletas brasileiras e estrangeiras no período determinado, sendo que no total foram: doze capas do Jornal *O Globo Rio* e seis capas do *Caderno Especial – Rio 2016*, veiculadas em agosto de 2016. Na terceira etapa, foi realizada a classificação e categorização do material empírico, através da leitura do material, inicialmente de todos os textos presentes nas capas, buscando identificar as marcas discursivas que seriam destacadas na análise na busca de respostas para o problema de pesquisa; levando em consideração o referencial teórico explorado dos estudos de gênero, representações sociais e o contexto das mulheres no esporte.

Na quarta etapa, foi realizada uma análise aprofundada, através de uma leitura detalhada e da extração das matérias das capas que apresentaram mulheres atletas, das Manchetes, lead, legendas e fotografias, que resultou na seleção das unidades para análise. Neste momento, o corpus de pesquisa foi aglomerado em formato de dois quadros (textos e imagens) com todas as informações das capas selecionadas e a identificação de algumas construções discursivas. Destaca-se que inicialmente a pesquisa não tinha como objetivo nenhum critério quantitativo, no entanto após selecionar o material, foi possível também apresentar algumas quantificações percentuais importantes para pesquisa.

Na quinta etapa foi definida a estrutura da Análise de Discurso Crítica que seria utilizada na tese. Assim a estrutura analítica foi baseada na proposta de Chouliaraki & Fairclough (1999), levando em consideração: um problema; obstáculos na superação do problema: análise da conjuntura, análise da prática particular e análise do discurso; finalizando com a reflexão sobre a análise.

Na sequência, foram definidas quais as estruturas de discursos que seriam utilizadas para análise, ou seja as categorias, considerando os estudos de Van Dijk (2017), com adaptação para a proposta da pesquisa: - estruturas não verbais (imagens, gestos depreciativos, manchetes jornalísticas, que enfatizem uma representação das mulheres olímpicas; - léxico: seleção de palavras que podem ser mais ou menos negativas / positivas, baseados nos estudos de gênero e da dominação masculina; - significado local do texto/discurso: sendo vago ou indireto; - significado global do discurso (tópicos e interdiscurso): identificando os aspectos positivos e negativos. O resultado desta etapa deve ser estruturado na apresentação e análise das capas do jornal (corpus da pesquisa) sobre os eixos de análise definidos. Por fim nesse nível de análise busca-se também reconhecer no discurso jornalístico, através dos fragmentos discursivos (texto e imagens) nos conceitos de relações de gênero no campo esportivo, os modos de operação da ideologia.

4.5 Seleção do Corpus de Análise

Para definição do corpus de análise, considerou-se inicialmente o programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/UNESP, que parte do contexto de que as pesquisas devem ser baseadas em produtos midiáticos. Inicialmente foram coletadas capas dos jornais brasileiros (Estadão, Folha de São Paulo, O Lance, O Globo). Após a primeira análise foi verificado que o jornal *O Globo Rio*, publicou um número maior de capas relacionadas aos Jogos Olímpicos, e por isso foi escolhido como veículo de comunicação para as análises.

O Grupo *O Globo* foi um dos patrocinadores oficiais dos Jogos Olímpicos de 2016⁸, através de contrato assinado com o Comitê Olímpico Internacional em 2015. O contrato permitiu que as quatro empresas do Grupo: *Globo*, *Globosat*, *Infoglobo* e *Sistema Globo de Rádio* desenvolvessem ações de marketing relacionadas ao evento Internacional. Destarte, a escolha do jornal *O Globo*

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-vai-patrocinar-olimpiadas-16525009>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ocorreu por ser considerado um jornal carioca, que representa a cidade do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016, pela sua relevância e abrangência, e ainda por ser um veículo de comunicação que se propôs a dar grande visibilidade à realização aos Jogos como patrocinador de mídia oficial das Olimpíadas. Diante desse cenário, foi de grande interesse do jornal promover a *Rio 2016*, para atrair turistas para a cidade, visando ao seu sucesso, o que possibilitava ser o jornal um espaço de visibilidade para as atletas.

O *corpus* de pesquisa total da tese abrange todas as capas do jornal impresso *O Globo – Rio* que retrataram mulheres olímpicas, e as capas do *Caderno Especial – Rio 2016*, encartados no mesmo jornal, no período de 1.º de agosto de 2016 a 31 de agosto de 2016, mês da realização da *Rio 2016*. Para as análises das Capas foram utilizadas as abordagens da Análise Crítica do Discurso, em conjunto com os conceitos teóricos dos Estudos de Gênero e Sociológicos das Mulheres no Esporte e os meios de comunicação, levando em consideração as manchetes, os leads e as legendas das fotografias jornalísticas publicadas que retrataram as mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras. Para melhor análise dos discursos jornalísticos em relação às mulheres, foi realizado também um grupo de controle com as Capas dos atletas homens, buscando identificar aspectos diferenciadores entre os textos e as formações discursivas.

4.5.1 Jornal *O Globo*

O jornal *O Globo* é um diário de notícias brasileiro, fundado em 20 de julho de 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, sediado no Rio de Janeiro. Possui circulação nacional nas formas impressa ou digital, considerado um dos jornais de maior tiragem do país. Pertence ao Grupo *O Globo*, maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e América Latina.

De acordo com dados do sítio *História do Grupo Globo*⁹, *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho com edição vespertina, caracterizando-se por ser um jornal noticioso e voltado para a prestação de serviços. O jornal teve o seu nome

⁹ Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm> . Acesso em: 20 mar. 2018.

escolhido em um concurso popular. A primeira sede foi no Largo do Carioca, centro do Rio Janeiro. Após 25 dias do primeiro número de *O Globo* chegar às bancas, Irineu Marinho morre. A posição de diretor-redator-chefe é assumida pelo jornalista Eurycles de Matos e Roberto Marinho, filho de Irineu, que ocupa o cargo de secretário por ser ainda considerado muito jovem para assumir a direção do jornal. Em 1931, com a morte de Eurycles, Roberto Marinho tornou-se presidente de *O Globo* e o transformou em dos jornais mais conceituados do país. Em 1954, a redação do jornal mudou-se para novas e modernas instalações, na rua Irineu Marinho, também no centro do Rio, e torna-se matutino. Roberto Marinho esteve à frente da direção do jornal *O Globo* até o fim de sua vida, em 2003.

Em 29 de julho de 1996 foi lançado o site *O Globo* como uma das marcas das comemorações de aniversário do jornal. A proposta do *sítio* era ter uma identidade própria, não ser uma mera cópia do jornal impresso, mesclando jornalismo e prestação de serviços ágil. Em 2006 foi lançada a edição digital do jornal, possibilitando aos leitores ler no computador, e atualmente no *tablet* ou no celular, a reprodução idêntica das páginas da edição impressa do jornal.

Segundo dados do *Infoglobo*¹⁰, novembro de 2017, o jornal possui 1.194.000 leitores, com circulação impressa de 127.278 exemplares nos dias úteis e 166.682 exemplares aos domingos. O perfil do leitor é de 50% da classe B, 28% C, 15% A e 6% D e E, e 52% do sexo masculino e 48% feminino. A faixa etária está dividida em 20% 60 anos ou mais, 15% de 50 a 59 anos, 16% de 40 a 49 anos, 19% de 30 a 39 anos, 18% de 20 a 29 anos, 12% de 10 a 19 anos. O jornal é editado pela *Infoglobo*, empresa pertencente ao Grupo *O Globo*, que atua na publicação dos jornais: *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*.

4.5.1.1 Corpus de Análise – Capas do Jornal *O Globo Rio*

No período de 1.º a 31 de agosto de 2016, *O Globo* publicou 27 capas com fotos, chamadas e manchetes principais que apresentaram atletas da *Rio-2016*. Desse total, 12 capas trouxeram mulheres olímpicas (Quadro 5), sendo que em três delas foi somente uma chamada; em cinco capas o destaque foi para as

¹⁰ Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2018.

atletas, e em três capas foram exclusivas; as demais foram divididas entre os homens e as mulheres atletas.

Quadro 5: Corpus Análise - Capas do Jornal *O Globo Rio*- Mulheres Atletas

Data	Atleta	Foto Principal	Textos
01/08/2016	Yane Marques	N	<i>Título</i> - Yane Marques será porta-bandeira.
02/08/2016	Yane Marques	N	<i>Título</i> - Arte do Foco. <i>Legenda</i> – Aço. Yane levará bandeira <i>Chamada</i> - Uma mente brilhante.
04/08/2016	Marta	S	<i>Manchete</i> - Brasil estreia com vitória na Olimpíada. <i>Lead</i> – Seleção Feminina derrota a China com tranquilidade no Engenhão, que teve filas na entrada <i>Legenda</i> - Melhor assim: Símbolo da seleção, Marta vibra com a vitória sobre a China por 3 x 0. Substituída, ouviu a torcida cantar “Marta é melhor que o Neymar”
08/08/2016	(1) Flávia Saraiva (2) Katie Ledecky	S	<i>Manchete</i> - Meninas da Ginástica vão à final. <i>Legenda</i> – Flávia Saraiva evolui na prova de solo da ginástica por equipe. <i>Manchete</i> - Como um torpedo. <i>Lead</i> – Depois da prata no 4x100m dos EUA, Katie Ledecky bate recorde olímpico de 400m livre.
09/08/2016	(1) Rafaela Silva	S	<i>Manchete</i> - Ouro que vem da cidade de Deus. <i>Lead</i> – Rafaela Silva derrota judoca da Mongólia e ganha, a 8km de sua casa, a primeira medalha dourada no Brasil. <i>Legenda</i> - Lutadora. Rafaela Silva sorri com a medalha de ouro conquistada na Arena Carioca I. No Instituto Reação, em Jacarepaguá, a campanha foi motivo de festa pela aluna mais talentosa.

12/08/2016	(1) Simone Biles (2) Mayara Aguiar	S	<i>Manchete</i> - Fenômenos americanos. <i>Lead</i> - Ginasta americana Simone Biles se aproxima da perfeição e leva seu segundo ouro no Rio, enquanto Phelps é tetra nos 200m medley. Na prova, Thiago Pereira ficou em sétimo. <i>Manchete</i> - Judô ganha bronze e ainda quer mais. <i>Legenda</i> - Referência. Mayara é a primeira brasileira a ter duas medalhas individuais.
13/08/2016	Jogadoras de futebol	S	<i>Manchete</i> - Sem medo no Mineirão. <i>Lead</i> - Depois de empatar com a Austrália em 0 a 0 por 120 minutos, o Brasil venceu nos pênaltis e enfrentará na semifinal a Suécia, que tirou os EUA.
14/08/2016	Etenesh Diro	N	<i>Manchete</i> - Cinderela Etíope.
16/08/2016	Poliana Okimoto	N	<i>Legenda</i> - Bronze em Copa – Poliana herda o bronze após punição da francesa.
19/08/2016	Kahena Kunze e Martine Grael	S	<i>Manchete</i> – Banhos de Glória. <i>Legenda</i> - Navegar é preciso. As velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael comemoram a vitória.
23/08/2016	Rafaela Silva	N	<i>Manchete</i> - Voltando para a casa da menina de ouro. <i>Legenda</i> - Festa nas ruas. Ao lado de organizadores de carreata, Rafaela Silva desfila pelas ruas e velas da Cidade de Deus, onde começou.
26/08/2016	Fabiana Murer	N	Fabiana Murer se aposenta.

Fonte: Jornal O Globo Rio, 2016. (Autora, 2018)

No mesmo período os homens atletas estiveram presentes em 16 capas, sendo que em 11 capas foram os destaques principais (ANEXO 1). No restante das capas, quatro apresentaram como foto e chamada principal o evento *Rio 2016* de forma geral, e as outras cinco retrataram assuntos de política e/ou notícias internacionais.

4.5.1.2 Corpus de Análise – Capas do *Caderno Especial Rio 2016*.

O *Caderno Especial Rio 2016* foi editado pela *Infoglobo*, empresa responsável pela edição dos jornais do conglomerado *O Globo*, no formato tabloide, colorido e encartado no jornal, no período das Olimpíadas. No mês de agosto foram veiculadas vinte e três Edições do *Caderno Especial*, sendo que em onze capas destacaram-se os atletas masculinos, e em seis capas as mulheres atletas.

O Quadro 6 apresenta o mapeamento do *Caderno Especial Rio-2016*, no período das Olimpíadas, apresentando todas as Capas que veicularam atletas olímpicas brasileiras e/ou estrangeiras como destaques.

Quadro 6: Capas do *Caderno Especial Rio 2016*

Data	Atleta	Título / Chamada
08/08/2016	Flavia Saraiva	<i>Manchete</i> - Dança da Juventude <i>Lead</i> - Flávia Saraiva e Rebeca Andrade injetam brilho na seleção de ginástica artística, que vai à final junto com os homens. <i>Legenda</i> - Flávia Saraiva disputará a final Individual geral e trave
09/08/2016	Rafaela Silva	<i>Manchete</i> - Mina de Ouro <i>Legenda</i> - Sabe cair. A brasileira reage e faz a mongol cair sobre as costas, no lance que lhe deu a vitória.
12/08/2016	Mayara Aguiar	<i>Manchete</i> - Garota Heavy Metal <i>Legenda</i> - Sorriso de campeã. Mayra Aguiar exhibe a medalha de bronze.
14/08/2016	Elaine Thompson	<i>Manchete</i> - Verde e Amarelo. <i>Lead</i> - Depois de um sábado ruim para o Time Brasil, em que a meta do COB ficou perto do improvável, torcida do Engenhão vai por afinidade, adota jamaicanas na final dos 100m rasos, vencida por Elaine Thompson. <i>Legenda</i> – Nos braços da galera. Elaine Thompson não acredita na vitória obtida ontem

		nos 100m.
16/08/2016	Sanne Wevers	<i>Manchete</i> - O ouro dá voltas <i>Lead</i> - Manter-se no topo do esporte é tarefa dura. Que o digam Biles e Zanetti <i>Legenda</i> - Muito prazer. Sanne Wevers, a holandesa que derrotou a invencível Simone Biles na trave
19/08/2016	Kahena Kunze e Martine Grael	<i>Manchete</i>- Prazer em Velas <i>Lead</i> - Kahena Kunze e Martine Grael ganham ouro na classe 49erFX, a 18ª medalha do Brasil neste esporte. <i>Legenda</i> - Meninas, cuidado.... Kahena e Martine se jogam nas águas na Baía de Guanabara após vencerem a última regata.

Fonte: Caderno Especial *Rio-2016*. (Autora, 2018).

5. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DAS CAPAS DO JORNAL

Neste capítulo apresento a análise das capas do Jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio-2016* em que procuro explorar os discursos jornalísticos sobre as representações das atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras, a partir da Análise de Crítica de Discurso. A ACD tem como proposta a análise do discurso, no entanto não somente no que se refere ao linguístico, mas sim o que se reproduz por meio dela, que envolve: as relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas práticas sociais.

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as representações das mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras, através do discurso jornalístico do jornal *O Globo – Rio*, no período de 01.º a 31 de agosto de 2016, durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro – 2016. Assim, pretende-se através da análise crítica do discurso: analisar as representações discursivas (verbal e não verbal) mediante os discursos jornalísticos da capa do Jornal (Manchetes, lead, legendas e fotografias); quantificar a presença feminina e masculina nas capas, comparando se há equidade; além de verificar quais esportes se tornaram pautas e sua relação com o contexto social, verificando se a mídia impressa contribuiu para a ressignificação de novas representações e identidades ou reafirmou papéis sociais e estereótipos, com vistas a analisar permanências e mudanças em relação aos estudos anteriores.

Baseado na proposta de estrutura analítica para ACD de Chouliaraki e Fairclough (1999), pretende-se refletir se é possível identificar mudanças nos discursos jornalísticos, que é prática social em uma estrutura institucionalizada em relação à cobertura esportiva, nos aspectos de noticiabilidade (espaços de visibilidade), aos discursos e representações das atletas olímpicas. Iniciaremos apresentando reflexões sobre o problema de pesquisas, na sequência sobre os obstáculos a serem superados, que englobam o contexto social, isto é, a análise dos aspectos conjunturais das relações de gênero no esporte e as Olimpíadas, em seguida na análise da prática particular (práticas relevantes, relações de discurso

com outros momentos da história), e por fim na análise do discurso das capas do Jornal, orientada para a estrutura discursiva das Manchetes, lead, legendas e fotografias e sua interação com a prática social.

5.1 Um Problema: A Representação das Mulheres Atletas no Discurso Jornalístico

O enquadre teórico-metodológico da ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999), tem como proposta inicial refletir sobre a mudança social contemporânea, ou seja, parte sempre da percepção de um problema, buscando compreender os processos de mudanças nos eventos discursivos e de que forma os processos de rearticulação afetam as ordens de discurso, em alguma parte da vida social.

Segundo Fairclough (2001, p.127), na interação entre homens e mulheres, há uma problematização generalizada em várias instituições e domínios. “Tais problematizações têm suas bases em contradições – neste caso, contradições entre as posições de sujeito tradicionais, em que muitos de nós fomos socializados, e novas relações de gênero”, o que já implica um problema discursivo. A análise em ACD parte da percepção de um problema, que geralmente está associado às relações de poder, naturalização de discursos, entre outros. E o campo esportivo é considerado como um espaço em que as relações de poder entre os homens sobre as mulheres foram determinantes por um longo período

As mulheres por muito tempo foram excluídas dos esportes, através de proibições e preconceitos para muitas modalidades esportivas, em especial àquelas que apresentam características consideradas “masculinas” ou “não femininas”. Nas últimas décadas, uma nova consciência tem modificado o pensamento nas relações de gênero e a divisão de papéis entre o masculino e feminino (MARQUES, CAFEO, 2017). A presença feminina no campo esportivo, tido como um espaço originalmente masculino, tem crescido amplamente, por esse motivo a importância de pesquisar os discursos da mídia jornalística, para identificar se houve uma transformação nas formações discursivas e/ou nas representações das atletas olímpicas ou se a cobertura jornalística manteve o

discurso hegemônico, baseado nas estruturas de poder dos homens sobre as mulheres.

Pesquisas realizadas no início do século XXI, sobre mídia esportiva e gênero, demonstraram que existe uma desigualdade na maneira como a mídia aborda o esporte masculino e o feminino, tal e qual os espaços de visibilidade, pois há menor exposição das mulheres atletas pela mídia, assim como em alguns casos de exploração de sua sexualidade (SOUZA; KNIJINIK, 2007; KNIJINIK, 2010; DEVIDE, 2005; DEVIDE et al., 2008; GOELLNER, 2005, 2012, ROMERO, 2004; SIMÕES, 2004).

De acordo com estudos da *Cambridge University Press* realizados por Sarah Grieves (2016) e divulgadas no dia 06 de agosto de 2016, ao examinar como a linguagem utilizada pode indicar a atitudes de gênero em relação ao esporte, verificou-se que o discurso em torno das mulheres no esporte focaliza normalmente a aparência, a roupa e a vida pessoal, destacando uma maior ênfase na estética sobre o esporte. A pesquisa analisou mais de 160 milhões de palavras de jornais, blogs e postagens em redes sociais - entre outras fontes - relativas aos esportes olímpicos, e constatou que apesar do avanço das mulheres no campo esportivo e do crescimento em número de participação das mulheres nos jogos olímpicos, ainda há uma diferenciação no padrão de uso de verbos para retratar homens e mulheres nos esportes. Para os atletas homens frequentemente aparecem os verbos “superar”, “vencer”, “dominar” e “batalhar”. Já para as atletas mulheres são usados os verbos que estão relacionados com “competir”, “participar” e se “esforçar”.

Sarah Grives (2016) destacou ainda que existe uma tendência da mídia de infantilizar as atletas. O termo “meninas” é mais usado para reportar-se às atletas do que “meninos” aos atletas. Além disso, as mulheres são duas vezes mais chamadas de “senhoras” que os homens de “cavalheiros”, que geralmente são chamados de “homens”. Ademais, no ambiente esportivo a mídia tende ainda a considerar o esporte masculino como o padrão, como ao se referir ao “futebol feminino”, enquanto o futebol masculino é chamado apenas de futebol, deixando evidente que o androcentrismo está naturalizado nas práticas esportivas.

Estudos realizados demonstraram essa realidade encontrada por atletas que se destacam no campo esportivo, entre eles as pesquisas de Juliana Souza e

Jorge Dorfman Knijnik (2007) que discutiram como as mulheres são descritas na mídia esportiva brasileira, em comparação com o que retrataram dos homens esportistas. Para a análise, quantificaram a cobertura do jornal a *Folha de São Paulo* em relação à cobertura de competições esportivas de ambos os sexos e analisaram o número de reportagens, o tamanho, o número de palavras e a frequência com que se utilizam de comentários relacionados ao gênero. Os resultados apontaram quantitativamente que a cobertura esportiva tende a ser mais favorável aos homens, e a visibilidade da mulher atleta no jornal é inferior, correspondendo somente a um terço das informações sobre os homens atletas. Além disso, as matérias não destacam suas habilidades esportivas, no entanto, abordam em geral os aspectos estéticos relacionados com as questões de beleza da atleta.

Emerson Saint'Clair e Fabiano Pries Deive (2011), em seus estudos, investigaram as representações da mídia esportiva impressa sobre as mulheres atletas no esporte durante os XXIX Jogos Olímpicos Modernos de Pequim (2008), baseados nas matérias do *Caderno de Esportes do Jornal O Globo e Lance*. Os resultados confirmaram que em termos quantitativos permaneceu a desigualdade na visibilidade das mulheres atletas, caracterizando uma hierarquia de gênero. Já em relação às imagens das atletas houve uma maior visibilidade em situações que focalizam o seu *atletismo*, ou seja, o momento da prática esportiva, indicando mudanças na dominância masculina na mídia esportiva impressa.

O trabalho de Carolina Bortoleto Firmino e Mauro Souza Ventura (2013) analisou a cobertura das Olimpíadas de Londres 2012, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* por meio de notícias sobre a estreia e a eliminação da seleção brasileira de futebol feminino na competição. As Olimpíadas de Londres 2012 foi a primeira na história dos jogos em que as mulheres competiram em todas as modalidades. Na pesquisa de análise de conteúdo verificou-se que os assuntos não se relacionavam com a performance das jogadoras dentro de campo, posto que obtiveram mais destaque as notícias. A mídia escolheu dar relevância a fatores externos em detrimento à performance da mulher-atleta, que foi fragilizada com o uso de termos como *sinais de fraqueza*, *melancolicamente*, *derrotada* ou *decepcionante* – que apareceram tanto nas notícias de estreia como na eliminação da seleção brasileira de futebol feminino da competição.

Baseados nesses estudos que analisaram a cobertura esportiva e as relações de gênero, o problema da pesquisa está relacionado com as representações das atletas no discurso jornalístico durante a *Rio 2016*. As capas do jornal *O Globo Rio* que compõem o corpus de análise demarcam um fato histórico que é a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016, em um momento em que o feminismo cresceu no país na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pelo fim da visão androcêntrica e da cultura machista, temas estes cada vez mais debatidos na sociedade e consequentemente também no campo esportivo.

5.2 Obstáculos a Serem Superados

O segundo passo para ACD é a identificação de obstáculos para que o problema seja superado, ou seja, é o momento da identificação de elementos da prática social que sustentam o problema. Para tanto são indicados três tipos de análise que conjuntamente podem especificar as barreiras para enfrentar o problema da pesquisa: análise da conjuntura, análise da prática da qual o discurso é um momento e a análise do discurso (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999).

Baseado nessa proposta, para análise das representações das mulheres olímpicas nas capas do Jornal, apresento breves informações sobre a conjuntura em que os discursos foram produzidos, já que a realização das Olimpíadas no Brasil, é considerado um momento histórico.

5.2.1 Aspectos Conjunturais - Jogos Olímpicos – *Rio 2016*

Para sediar os Jogos Olímpicos de Verão, o Brasil percorreu um longo caminho, com duas tentativas rejeitadas na primeira fase, uma nas Olimpíadas de 2004 e a segunda para os Jogos de 2012. O lançamento da candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos 2016 aconteceu com o envio de cartas de intenção ao Comitê Olímpico Internacional em 2007, ano em que o país

sediou os Jogos Pan-americanos, importante evento multiesportivo, pré-requisito para a classificação de cidade aspirante aos Jogos.

O Rio de Janeiro foi confirmado como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016¹¹ em 02 de outubro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, na 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional após vencer a votação realizada pelos Membros do COI, com 66 votos para o Rio de Janeiro contra 32 votos a cidade de Madrid. Dessa forma, o Brasil conquistou o direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, tornando-se a primeira cidade da América do Sul a receber uma edição olímpica.

Durante os seis anos que antecederam a realização da *Rio 2016*, muito se discutiu sobre o legado dos Jogos Olímpicos para o país, relacionados à infraestrutura, mobilidade urbana, segurança pública, sustentabilidade e do empoderamento das mulheres e meninas através do esporte. Visando acompanhar a evolução da trajetória da mulher, o Comitê Olímpico Internacional, em 2014, aprovou a Agenda Olímpica 2020, comprometendo-se a trabalhar com as Federações Internacionais para alcançar 50% de participação feminina nos Jogos Olímpicos e estimular a participação e o envolvimento das mulheres no esporte, criando mais oportunidades de participação nos Jogos, e incentivando a inclusão de equipes de gêneros mistos. A proposta é fomentar a promoção das mulheres nos esportes, buscando a igualdade de gênero no esporte, fortalecendo o apoio às atletas e assumindo parcerias estratégicas (IOC, 2018).

O Estatuto Olímpico do COI¹² define que um dos papéis da entidade é “estimular e apoiar a promoção das mulheres em todos os níveis e estruturas esportivas, com vistas a aplicar o princípio da igualdade entre homens e mulheres”. Desde 1995 criou a comissão Mulher e Esporte para aconselhar o comitê executivo e o presidente do COI sobre o tema. Porém, mesmo com as ações realizadas e a crescente participação feminina nos Jogos Olímpicos nas últimas edições, a mulher ainda enfrenta diversos desafios e obstáculos – muitos deles impostos pelo próprio COI, como o número de eventos e modalidades destinados à participação da mulher, menores que os dos homens e a conquista dos espaços de liderança

¹¹ Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,cob-oficializa-candidatura-do-rio-2016-com-carta-de-garantia,49279> . Acesso em: 22 nov. 2017.

¹² Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf. Acesso em 10 dez. 2018.

dentro do próprio comitê. A inserção das mulheres na estrutura decisória do COI ainda é um desafio a superar, pois apesar de determinar que pelo menos 20% dos cargos nos Comitês Olímpicos fossem ocupados por mulheres até 2005, mais de quinze anos depois o comitê não cumpriu nem 25% da meta traçada. São fatos como esses que ainda demonstram que no campo esportivo, as relações de poder entre os homens e as mulheres são desiguais.

Em novembro de 2015, o Comitê Olímpico Brasileiro lançou uma campanha nacional denominada “Um Time – Uma Nação”, convocando a torcida a vibrar e incentivar os atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos *Rio 2016*. A campanha foi composta por dez peças publicitárias e um filme, contemplando várias modalidades como atletismo, ginástica artística, esgrima, basquete, vôlei, vôlei de praia e natação, exaltando a inspiração dos atletas com o apoio dedicado pelo torcedor.

As atletas brasileiras foram apresentadas em destaque na campanha apenas no vôlei de praia e no salto com vara – nas demais modalidades, inclusive em duas com confronto físico (basquete e esgrima), predominaram os atletas homens. A Figura 11 apresenta Fabiana Murer, do salto com vara, modalidade inserida desde os primeiros Jogos Olímpicos de Atenas em 1896 para os homens e em Sydney 2000 para as mulheres.

Figura 11: Campanha Time Brasil – Salto com vara



Fonte: <<http://www.eusoutimebrasil.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2018

A campanha criada pela Agência Artplan, teve o objetivo de demonstrar o protagonismo da torcida nos Jogos, reforçando que com o apoio da torcida, os atletas poderiam ir mais longe, ser mais fortes e buscar os melhores resultados durante as competições. Para veiculação das peças foram utilizadas diversas plataformas de comunicação desde as redes sociais a mídias impressas e canais de TV fechada, todas realizadas por meio de parcerias com apoiadores do Time Brasil (PROPMARK, 2015).

A Figura 12 apresenta a atleta Larissa França, considerada uma das maiores jogadoras do vôlei de praia do Brasil, campeã mundial em 2011 e medalhista Olímpica em 2012, com o bronze. Segundo Marques; Cafeo (2017), os discursos “Eu Subo” e “Ela Salta” fizeram uma alusão aos desafios da superação, que remetia às conquistas que marcam a trajetória da mulher na sociedade e nos esportes. Porém, os esportes retratados nas duas publicidades são aqueles que possuem uma beleza plástica e valorizam a exposição de partes do corpo da mulher e a sua beleza física.

Figura 12: Campanha Time Brasil – Vôlei



Fonte: <<http://www.eusoutimebrasil.com.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2018

Ressalta-se que a publicidade do COB reforçou os esportes que já possuíam apelo midiático e não criou oportunidades de divulgação para as modalidades de alto contato físico, como o rúgbi, o futebol e os esportes de luta, por exemplo, nos quais no Brasil a prática foi proibida para as mulheres por vários anos e ainda hoje carecem de visibilidade e de incentivos. Cabe ao Comitê Olímpico Brasileiro, às Confederações Nacionais e ao jornalismo esportivo a valorização das atletas mulheres em todas as modalidades esportivas, pela história de superação das dificuldades enfrentadas para a prática esportiva, pelo empenho e comprometimento com os treinamentos e desempenho técnico. É preciso que sejam veiculadas mais matérias e formas de publicidade que fomentem as modalidades sem preconceitos e estereótipos. (MARQUES, CAFEO, 2017).

Em relação aos problemas de gênero, em 2015, o Comitê Olímpico Internacional e a ONU Mulheres formalizaram uma parceria no *Projeto Uma Vitória leva à Outra*, utilizando o esporte como ferramenta para promoção de liderança, conhecimentos de economia e autoestima de meninas e jovens mulheres. O programa teve como objetivo trabalhar com 50 escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, com um currículo de 10 meses, voltado para meninas com idade entre 9 e 12 anos, utilizando o esporte como um diferencial (ONUBR, 2018)¹³.

A ONU Mulheres visualiza o esporte como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento e o empoderamento de meninas, adolescentes e jovens mulheres:

A puberdade e a adolescência são momentos críticos, pois os estereótipos de gênero e a linha que divide o que é considerado adequado às meninas e aos meninos ficam muito mais evidentes. Em geral, nessa fase, as meninas são submetidas a um controle social muito maior sobre seus corpos e a uma perda de espaço público. Na puberdade, a autoestima das meninas tende a cair duas vezes mais do que a dos meninos, e 49% das meninas abandonam a prática esportiva, porcentagem seis vezes maior em comparação com os meninos (ONUBR, 2016).

O esporte é uma prática social, deve ser praticado por homens e mulheres, porém as meninas na adolescência ainda enfrentam enormes barreiras, ficando evidente que não possuem o incentivo e as mesmas oportunidades que os

¹³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/comite-olimpico-internacional-e-onu-mulheres-firmam-parceria-sobre-meninas-e-esporte2/>. Acesso em 22 mar. 2018.

meninos. Por essa razão, a adolescência é um período da vida que demanda ações concretas que garantam às meninas o direito de praticar esporte, ocupar os espaços que lhes são de direito e desenvolver seu pleno potencial.

Para as Olimpíadas do Rio, o Comitê Olímpico Internacional divulgou em janeiro de 2016 um relatório com diretrizes permitindo a participação de atletas transexuais em competições esportivas, superando vários anos de decisões preconceituosas. Conforme a Agência Brasil (2016)¹⁴, o COI entende que “é preciso garantir que os atletas transexuais não sejam excluídos da oportunidade de participar de competições esportivas, e que desde 2003, reconhece a importância da autonomia da identidade de gênero na sociedade”.

A realização dos projetos da ONU e do COI, assim como as novas diretrizes, buscam amenizar a longa trajetória de exclusão das mulheres e dos atletas transsexuais nos esportes. É fato que durante muitos anos as mulheres foram proibidas da prática de diversas modalidades esportivas, porém a *Rio 2016* contou com a maior participação feminina da história da Olimpíadas, totalizando 45% dos atletas competindo em diversos esportes. De acordo com a Revista Carta Capital (2016)¹⁵, a *Rio 2016* foi considerada as “Olimpíadas das Mulheres e da Diversidade”, pois contou com o maior número de mulheres e de atletas assumidamente lésbicas e gays da história, com o dobro do número da edição de Londres em 2012.

Uma perspectiva que deve ser levada em consideração nos aspectos conjunturais, vinculada aos discursos jornalísticos em relação às atletas, está relacionada ao momento de crescimento do feminismo no século XXI. As novas tecnologias de comunicação digital possibilitaram um aumento do interesse pelo feminismo, permitindo ampliar os debates sobre os espaços hegemônicos, como é o campo esportivo, e oportunizou às mulheres um espaço para denúncias em relação ao machismo existente na sociedade. O debate sobre as formas de opressão e do machismo naturalizado na sociedade, assim como diversas campanhas de conscientização, contribuíram para elevar o número de denúncias

¹⁴ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/coi-transexuais-podem-competir-no-rio-sem-necessidade-de-cirurgia>. Acesso em: 10 mar. 2019.

¹⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/rio-2016-a-olimpiada-das-mulheres>. Acesso em: 08 nov. 2016.

de violência contra as mulheres e também para a criação da Lei do Feminicídio; pontos importantes quando se discute as questões de igualdade de gênero.

Como um dos legados das Olimpíadas Rio-2016, espera-se a valorização do esporte no Brasil, em especial das modalidades praticadas por mulheres, com o crescimento das ligas e campeonatos, o desenvolvimento de times femininos profissionais e de novos públicos nos estádios com a inclusão maior de mulheres na prática e na gestão dos clubes, e de famílias na plateia (MARQUES, CAPEO, 2017).

Apesar de ainda existir um longo caminho a ser percorrido, é fato que as mulheres têm conquistado cada vez mais o protagonismo na sociedade e no ambiente esportivo, aspecto importante quando se analisa o discurso das mídias. Outro ponto importante que devemos considerar é que a mídia tem sido amplamente apontada como uma das maiores instituições propagadoras do machismo. No campo esportivo, a hegemonia masculina na gestão do esporte e da imprensa se constitui em outro espaço de reserva masculina que ocasiona a pouca visibilidade às competições e conquistas femininas.

Na sequência são apresentadas reflexões sobre a análise da prática particular da imprensa nesse contexto social, procurando relacionar o discurso jornalístico com as relações de poder e as ideologias.

5.2.2 Análise da Prática Particular

O discurso é caracterizado como um momento das práticas sociais que internalizam outros momentos, assim tanto os influencia como é influenciado por eles, em uma relação dialética. Na análise da prática particular deve-se levar em consideração práticas relevantes e as relações de discurso com outros momentos da prática (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

O discurso analisado faz parte da prática social midiática de jornalismo impresso. No corpus de análise temos as capas do jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016*, que envolve os discursos jornalísticos com suporte das Manchetes, lead, legendas, textos e fotografias. Para analisar capas de um Jornal é importante identificar de que forma o Jornalismo está presente na sociedade,

quais são os critérios de noticiabilidade que estão relacionados com a elaboração das notícias e o seu contexto socio-histórico.

Para Souza (2008, p. 5) “o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem”, ou seja, o jornalismo é “uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias”. Assim, o jornalismo de hoje em dia, com seus valores, definição de formatos, os conteúdos das notícias, assim como a fixação da estrutura jornalística são fruto de um longo processo histórico.

No corpus analisado percebe-se que os atores sociais são tratados conforme o contexto histórico-cultural da sociedade e também do campo esportivo, em que o homem atleta ainda possui um maior espaço de visibilidade e que suas conquistas tendem a receber um tratamento diferenciado da mídia, e muitas vezes é utilizada para ofuscar as conquistas das mulheres atletas, através de uma sub-representação velada. No entanto, sabe-se que no corpus analisado, o discurso jornalístico também recebe influências do contexto social atual, em que as mulheres têm buscado ultrapassar barreiras e superar os seus limites. Este fato acaba influenciando dialeticamente a construção do discurso jornalístico, que parte de uma análise reflexiva da prática social e formula uma proposta que busca minimizar as distinções entre os atores sociais.

A ACD busca identificar no discurso as relações de dominação e as questões ideológicas, que são como um momento das práticas sociais. Para compreendermos a condição da cobertura esportiva das mulheres atletas, precisamos entender a ideologia determinante masculina, dado que é em cima dessa ideologia que os discursos e as formas de pensar têm sido construídos e articulados ao longo de muitos anos.

Segundo John B. Thompson (1995), sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, autor da obra *Ideologia e cultura moderna*, estudar as questões ideológicas “é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O modo de operação da ideologia são as estratégias de manutenção das relações de dominação. Para compreender a relação de dominação do campo esportivo é preciso entender as ideologias que dão sustentação para a relação de poder dos homens sobre as mulheres.

Ao contrário dos homens, a mulher desportista ocupa uma posição peculiar no mundo dos esportes, pois ainda não possui um ambiente firmemente estruturado para desenvolver todas as suas potencialidades. Nos noticiários esportivos, as provas e o jogos femininos aparecem quase que sempre para preencher lacunas na programação, com informações com falta de conteúdo (SIMÕES, CORTEZ, CONCEIÇÃO, 2004). A mídia esportiva é um espaço de reserva dos homens. As escolhas, a filtragem, a mediação do evento, são baseadas em valores invisíveis de grupos sociais dominantes, que naturalizam as ideologias brancas e de dominância masculina (DEVIDE, 2005).

Ao falar de dominação estamos retratando as relações de poder estabelecidas “*sistematicamente assimétricas*, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes” (THOMPSON, 1995, p. 80). Assim a mídia, também, como grupo dominante, impõe sobre os telespectadores a ideologia da superioridade masculina no esporte, ao limitar os espaços de visibilidades para as mulheres atletas.

Mas, segundo Thompson (1995, p. 80), é importante identificar os modos de operação geral da ideologia e as maneiras como eles estão interligados, com estratégias de construção simbólica, que envolvem cinco modos de operar:

(1) *legitimação* - que confere a manutenção e estabelecimento das relações de dominação devido à credibilidade delas como justas e legítimas;

(2) *dissimulação* - que sustenta as relações de dominação pelo fato de serem ocultadas, negadas e ou obscurecidas, e por isso desviam a atenção ou passam por cima de relações e processos existentes;

(3) *unificação* - quando as relações são estabelecidas e sustentadas através de uma construção simbólica, de uma forma de unidade, interligando os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e das divisões que os separam;

(4) *fragmentação* - as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas, segmentando os indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes;

(5) reificação - as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória e histórica, como se fosse permanente, natural e atemporal.

Baseado nos conceitos de relações de gênero no campo esportivo e no discurso jornalístico analisado, verificam-se os modos de operação da ideologia:

1. Legitimação: a superioridade do homem atleta é legitimada, é transmitida a ideia de universalização quanto às conquistas dos homens e recebem maior cobertura da mídia.
2. Dissimulação: a mídia veicula as conquistas das mulheres atletas, porém de forma sub-representada ao fazer comparações com as dos homens, como uma forma de ofuscar o problema da visibilidade.
3. Unificação: quando as mulheres e os homens são cobrados por suas performances de formas iguais, sem levar em consideração o contexto social, histórico que as atletas tiveram que superar para adentrar no ambiente esportivo.
4. Fragmentação: no Brasil, a mulher conseguiu conquistar o direito de participação como atleta, porém em outros espaços que envolvem o campo esportivo como: treinadoras, gestoras esportivas, narradoras, comentaristas esportivas etc., ainda existe uma estrutura de exclusão.
5. Reificação: as representações hegemônicas de beleza e feminilidade, naturalizadas pela mídia, assujeitam as mulheres atletas, em especial nas modalidades que apresentam características de luta, combate, agressividade, valores culturalmente atribuídos à masculinidade.

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica, formada por domínios fundamentais, socialmente compartilhados e relacionados aos interesses de um grupo, sendo adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso (VAN DIJK, 2017, p. 43).

5.2.3 Análise do Discurso

5.2.3.1 Análise das Capas do Jornal *O Globo Rio*

A capa de um jornal é reconhecidamente o espaço de maior destaque de que o veículo dispõe, com discursos e recursos visuais serve de “vitrine” para as informações que serão veiculadas em seu interior. É um instrumento utilizado para conquistar os leitores logo na página inicial, pois possibilita a este um primeiro contato com as notícias, instigando-o e convidando-o a ler a publicação por inteiro. Na capa do jornal, a manchete em conjunto com a foto principal é a notícia de maior visibilidade, dessa forma a escolha da notícia que vai figurar na capa depende do que a publicação considera mais relevante no contexto, a notícia de maior importância em relação às outras (FERREIRA JUNIOR, 2003).

Considerando a capa como um espaço nobre dos jornais, ela também revela muito sobre o jornal como um todo, pois pode informar sobre os objetivos e a maneira como cada veículo se posiciona política, cultural e socialmente. A capa reflete as escolhas realizadas pelos editores acerca das informações e/ou notícias consideradas mais importantes no dia, levando em consideração o contexto.

A análise das capas levou em consideração todo o mês de agosto e inicialmente foi realizada uma verificação, a fim de mensurar em quantas capas as mulheres olímpicas estiveram presentes.

No período de 01º a 31 de agosto de 2016, o jornal *O Globo* reuniu 27 capas publicadas com fotos, chamadas e manchetes principais, que apresentaram atletas da *Rio 2016*. Desse total, 12 capas apresentaram mulheres olímpicas (n=12 / 44,4%), sendo (n=4 / 15%) capas exclusivas das atletas olímpicas. Já os homens estiveram presentes em (n= 16/ 59%) capas, sendo (n=11 / 40,7%) capas exclusivas para os homens. Em (n=5) cinco capas os homens estiveram junto com as mulheres

O Quadro 7 apresenta as 12 Capas do jornal *O Globo* que retratam mulheres atletas, sendo que em cinco capas aparecem na foto principal em destaque.

Quadro 7: Capas do Jornal O Globo Rio





Fonte: Autora (2018)

Os dados quantitativos analisados demonstram que houve desigualdades em relação à cobertura esportiva das conquistas das mulheres ao continuar dando mais espaços de visibilidade para os homens, apesar do aumento significativo de participação de atletas femininas na *Rio 2016*. O jornal continuou limitando o espaço de visibilidade das mulheres esportistas, confirmando a permanência de uma hierarquia de gênero na cobertura dada ao esporte masculino, fato já

identificado em estudos anteriores apresentados que reforça a dominação masculina no campo esportivo, e dificulta as oportunidades de incentivos e de patrocinadores para as atletas, em razão da baixa exposição da mídia.

Para a análise das imagens das mulheres atletas publicadas nas capas conforme Quadro 7, realizamos um levantamento quantitativo e um mapeamento do percentual de imagens nas quais as mulheres atletas aparecem nas seguintes categorias: fora do contexto esportivo, em performance no esporte, ou em comemoração ou tristeza.

As Capas do Jornal *O Globo Rio* apresentaram um total de 12 imagens em diversos tamanhos das atletas mulheres, sendo que: (n=1 / 8%) estão fora do contexto esportivo, assim (n=11 / 92%) das imagens estão dentro do contexto esportivo; em (n=4 / 36%) as atletas aparecem em performance no esporte, ou seja, em ação durante a prática da modalidade, em (n=7 / 64%) as atletas aparecem em momentos de comemoração que envolvem: gol durante a partida, comemoração com a medalha olímpica e pódio, e/ou comemoração pela vitória.

Realizamos o levantamento das capas dos homens atletas, para que pudéssemos compreender de que forma se configura essa prática da valorização da mídia impressa pelas fotografias em momentos de comemoração das mulheres atletas. No geral, as capas com homens atletas trouxeram um total de 23 imagens em diversos tamanhos, sendo que: (n=1 / 0,4%) estava fora do contexto esportivo, assim (n=22 / 95,6%) das imagens estão dentro do contexto esportivo, em (n=12 / 52%) os homens atletas estão em ação no esporte, (n=9 / 39%) em momentos de comemoração e em (n=1 / 0,4%) momento de tristeza/derrota.

Percebe-se que a mídia impressa teve preferência por veicular imagens das mulheres atletas em momentos de comemoração que envolvem: gol durante a partida, comemoração com a vitória, com a medalha olímpica ou pódio. As imagens demonstram diferentes momentos, mas têm como fator principal a emoção da comemoração pela conquista, que remete ao estereótipo de que a mulher é mais emotiva. No caso dos homens houve uma quantidade maior de imagens e uma dominância de situações em que os atletas estão em ação no esporte, que corrobora a ideia que o papel masculino carrega com as conotações de corajoso, forte e musculoso, valores atribuídos ao esporte.

De acordo com Devide (2005), para explicar a desigualdade entre homens e mulheres no esporte, é preciso voltar as diferenças de gêneros. Há muito tempo os homens têm ocupado na sociedade posições de poder e tomadas de decisão sobre os rumos da humanidade. Consequentemente, a mesma força histórica entre sexo e gênero que impede muitas vezes ao homem expressar suas emoções e admitir fraquezas fez com que as mulheres permanecessem em posições culturalmente como destinadas a elas.

Os resultados da análise inicial nos remetem às reflexões sobre os espaços de visibilidade das mulheres olímpicas, que está relacionado a outras inúmeras dificuldades e que limitam sua participação em virtude de preconceitos e das representações sobre seu papel na sociedade. Conforme Bueno (2018), o jornalismo e o esporte são duas instituições historicamente masculinizadas, binárias e heteronormativas e reconhecidas por contribuir para a manutenção de representações sobre o que é ser feminino e masculino e manter as diferenças de gênero. Por outro lado, os meios de comunicação escolhem os assuntos que desejam abordar de acordo com os critérios de noticiabilidade que julgam ser mais importantes, deixando de fora da pauta assuntos considerados de não interesse. Assim apesar de os meios de comunicação serem considerados importantes instituições com dimensões sociais, pois apresentam diversas realidades, deve-se considerar que essas realidades não são retratadas em sua totalidade, mas são construídas. O jornalismo provoca efeitos de realidade, já que com seus discursos constroem, estruturam e produzem significações ao dar visibilidade para um fato ou ao desprezá-lo.

As capas analisadas demonstram que ainda há uma dominância masculina em termos de visibilidade na cobertura esportiva pela mídia impressa, na medida em que (59%) das capas retrataram os homens atletas. Em relação à importância dos esportes no contexto geral, fica mais evidente que os espaços de visibilidades das mulheres atletas é muito menor, em comparação com os dos homens, pois (40%) das capas foram exclusivas de atletas homens em detrimento das mulheres atletas que tiveram (15%). Esses resultados corroboram outros estudos realizados no Brasil relacionados à visibilidade das mulheres no Jogos Olímpicos e no esporte, que também identificaram uma disparidade entre as imagens de homens e

mulheres na mídia (KNIJNIK, SOUZA, 2004; ROMERO, 2004 GOELLNER, 2005; SOUZA, KNIJNIK, 2007).

Em outras pesquisas, Deive et. al. (2008), além de identificarem uma diferença quantitativa em relação aos espaços de visibilidade na mídia, apontaram mudanças nos sentidos das imagens das mulheres atletas, uma vez que além da dimensão da feminilidade, foram exploradas a capacidade atlética das mulheres, com fotografias em ação no esporte e em modalidades de reserva masculina. No caso das Capas do Jornal *O Globo Rio* analisadas, essa mudança não se confirmou, já que o sentido das imagens das mulheres atletas que prevaleceu foi do momento da comemoração.

Considerando que a proposta da tese é analisar as representações discursivas e sociais (verbal e não verbal) das mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras mediante o discurso jornalístico da capa do jornal (Manchetes, lead, legendas e fotografias), para tanto é necessário retornarmos para a estrutura e para a interação contidas no texto. Iniciamos apresentando a descrição dos textos das capas, para podermos analisar as estruturas do discurso individual e a rede de ordens de discursos contidas no discurso das capas do corpus da pesquisa, que influenciam as representações e na sequência são

A capa do primeiro dia do mês de agosto de 2016 do jornal *O Globo Rio* trouxe como imagem principal a Praia de Copacabana com destaque para as instalações da arena Olímpica do vôlei de praia com a legenda; *Vestida a caráter. A arena de vôlei de praia, em frente à Avenida Princesa Isabel, em Copacabana, já ostenta a decoração para os Jogos Olímpicos na reta final para cerimônia de abertura, que teve ensaio ontem, no Maracanã* (Figura 13).

A manchete da capa apresenta uma fotografia com vários atletas, dirigentes e dançarinos na vila Olímpica, com a chamada; *Rio e SP dominam Time Brasil*, com a legenda; *Dominado. Na Vila Olímpica, atletas, dirigentes e dançarinos participam de evento de boas-vindas que hasteou a bandeira nacional*. Ao lado esquerdo dessa fotografia, uma chamada de texto intitulada; *Yane Marques será porta-bandeira*, com texto: *Bronze em 2012, a pentatleta venceu o velejador Robert Scheidt e Serginho, do vôlei, e vai liderar delegação brasileira na abertura* (Figura13).

Figura 13: Capa jornal *O Globo Rio* – 01/08/2016



As imagens em uma capa de jornal criam um ponto visual para chamar a atenção e despertar o interesse do leitor pela informação. A edição utilizou-se de uma chamada de texto para informar que a atleta Yane Marques iria liderar a delegação brasileira como porta-bandeira do Brasil, na Abertura dos Jogos Olímpicos *Rio 2016*, destacando a medalha de bronze conquistada pela atleta em Londres, em 2012, e o fato de ter vencido o velejador Robert Scheidt e Serginho do vôlei, não deixando claro que foi uma votação realizada pela internet.

Para Fairclough (2001), a ACD entende o discurso como uma forma em que as pessoas agem sobre os outros e sobre o mundo, sendo articulado com outros elementos do social. O discurso impulsiona práticas que interferem na formação da sociedade e, por consequência, influenciam nos discursos que

circulam. Assim, para analisar os elementos contidos no texto, é preciso entender que o discurso vai além do que está explícito e distribuído em uma capa de jornal.

Analisando a referida capa, identifica-se que o jornal apresenta a atleta Yane Marques com um discurso que retrata suas conquistas, com palavras como: “Bronze em 2012”, “venceu” e “vai liderar”, os quais demonstram como as mulheres atletas estão cada vez mais se destacando no ambiente esportivo. O discurso jornalístico evidencia as qualidades da atleta e suas vitórias, porém, por outro lado, a chamada se apresenta como um espaço limitado de visibilidade, em comparação com os outros temas de notícias que foram apresentados na capa do jornal.

O jornalismo não somente informa, mas também cria discursos e invisibilidades que corroboram a exclusão parcial das mulheres em campos esportivos, “por isso, é importante (re)criar espaços femininos, a fim de que as representações femininas nesse campo aconteçam de forma a ter uma participação mais efetiva nesse jogo de poder” (BUENO, 2018, p. 50).

Entende-se que os espaços de visibilidade e poder estão relacionados com os critérios de noticiabilidade, já que faz parte da rotina jornalística identificar os acontecimentos e transformá-los em notícias, se questionando: quais acontecimentos cotidianos são importantes? Assim, a notícia é produto de um processo organizado, baseada nos eventos, planejada e elaborada para representá-los e para atrair a atenção dos espectadores (WOLF, 2009). Portanto, os valores da notícia são um critério importante, que no caso da capa ficou demonstrado pelo fato da bandeira do Brasil ser carregada por uma mulher atleta, na abertura dos jogos *Rio-2016*, o que para o Jornal *O Globo* parecia não ser um acontecimento relevante.

A capa do jornal *O Globo Rio* veiculada no dia 02 de agosto de 2016 exhibe como fotografia em destaque, no topo do jornal, um atleta em salto ornamental com a lead; *Perfeição: Atleta de Saltos ornamentais mergulha no Parque Aquático Maria Lenk. Só o campo de golfe ainda não recebeu esportistas para treinos*. Abaixo da imagem principal, há uma fotografia do Tenista Rafael Nadal, em uma jogada durante o treino, com a legenda; *Dúvida. Depois da prática, Nadal deixou o treino com gelo na mão*. No lado direito dessa imagem, uma fotografia da pentatleta Yane Marques, com o título: *A arte do Foco* e legenda; *Aço: Yane levará bandeira e com texto chamada: Uma Mente Brilhante* (Figura 14).

Figura 14: Capa jornal *O Globo Rio* – 02/08/2016



A fotografia é de autoria de David Goldman, da agência de notícias Associated Press, e mostra a atleta em close-up, superior estática, apresenta o rosto da atleta que está sorrindo, com agasalho amarelo, cordão roxo no pescoço, com o fundo desfocado. Pesquisas realizadas identificaram que a imagem da atleta faz parte dos registros fotográficos do momento da entrega da medalha olímpica em Londres 2012, pois na imagem é possível ver o cordão roxo da medalha em cima do agasalho amarelo. A notícia da capa informa novamente que a atleta Yane Marques levaria a Bandeira, e trouxe para a atleta adjetivos como: “aço”, o “foco” e a “mente brilhante”, para destacar a esportista que compete no pentatlo moderno, modalidade que é uma união de cinco esportes: esgrima, natação, hipismo, atletismo e tiro esportivo.

De acordo com o dicionário Infopédia¹⁶, a palavra “aço” é um substantivo comum masculino com significado de uma liga de ferro com carbono que endurece ao ser introduzida em água fria quando ainda está em brasa. Já a palavra “foco” define-se como ponto onde convergem as direções e mente brilhante como a função intelectual que brilha, que se destaca.

O processo de inserção da mulher no esporte no Brasil está diretamente relacionado com as representações sociais sobre os papéis masculino-feminino, naturalizados na sociedade, baseados nos estereótipos de “homem forte” e “mulher sexo frágil”. As mulheres que praticassem esporte de força poderiam ter uma mudança no corpo, tornando-o “masculinizado”, prejudicando a maternidade e a sua feminilidade (DEVIDE, 2005).

O discurso jornalístico ao utilizar os adjetivos: “aço”, o “foco” e a “mente brilhante”, enfatizou as qualidades da atleta e contrariou o estereótipo de “mulher frágil”, pois utilizou-se de representações que por muito tempo foram atribuídas aos homens atletas “homem forte”. É importante ressaltar que essas representações sempre foram amplamente utilizadas para reforçar a desigualdade entre gênero no campo esportivo. Para Romero (2004), mesmo no século XXI em que as mulheres conquistaram o direito de participação plena nos esportes, há denúncias de que atletas masculinos e femininos recebem tratamentos diferenciados pela mídia desde o final da década de 1980, que produz e reproduz de forma natural dois gêneros opostos; os homens e as mulheres, acarretando uma polaridade na forma de destacar suas habilidades físicas e atléticas. Porém nessa capa, o jornal ao incorporar os valores naturalizados como masculino para a atleta Yane Marques, expressa que está buscando uma mudança no discurso jornalístico, apresentando novas formas de representação da mulher na sociedade.

Mas, apesar disso, o espaço destinado à visibilidade da mulher atleta ainda foi secundário em relação às outras imagens e notícias presentes na capa do jornal. Para Young (1988, apud DEVIDE, 2005, p. 52) “a exclusão sutil das mulheres no esporte simboliza uma marginalização da participação feminina na humanidade, tornando explícita sua equação com a masculinidade”. O esporte foi visto, por muito tempo, como um campo de construção da masculinidade, o que

¹⁶ Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/a%C3%A7o>>. Acesso em 10 jul. 2018.

provocou o julgamento das mulheres atletas como profanadoras desse espaço sagrado, fazendo com que muitas de suas conquistas não sejam valorizadas e destacadas como grandes feitos, apesar de toda trajetória de luta para avanço na inclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos.

Na análise inicial das capas do jornal *O Globo* dos dias 01º e 02 de agosto de 2016, nota-se que a mídia impressa analisada está apresentando um novo discurso jornalístico, com informações que retratam as conquistas da atleta com adjetivos de dominância masculina para representá-la, ainda que os espaços de visibilidade para a atleta sejam reduzidos em comparação com outras notícias e fotografias das capas. Dessa forma, nos remete aos estudos que tencionam à exclusão das mulheres atletas através da invisibilidade, ainda presente na cobertura midiática. A atleta Yane Marques venceu uma votação popular realizada na internet para ser a porta-bandeira do Brasil na Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, tornando-se assim a segunda mulher atleta a conduzir a bandeira do Brasil na abertura dos Jogos Olímpicos, mas ainda assim a informação recebeu visibilidade restrita nas capas do jornal *O Globo Rio*, que trouxe a informação.

As imagens veiculadas pela mídia nas quais as mulheres tendem a ser sub-representadas ou têm suas experiências minimizadas, ainda são consideradas um mecanismo de exclusão das mulheres no campo esportivo, pois gera como consequência uma reserva masculina no esporte (DEVIDE, 2005). O país participa das Olimpíadas desde 1920, o que representa 21 edições incluindo a *Rio 2016*, e até agora somente duas mulheres tiveram o “direito” e/ou a “oportunidade” de carregar a Bandeira do Brasil durante a abertura do evento, evidenciando que, no campo esportivo, a dominância masculina está muito além da participação, está também entrelaçada em diversas instâncias e ainda muito presente.

Para Van Dijk (2017, p. 121) “se controlar o discurso é uma das principais formas de poder, controlar as mentes das pessoas é a outra forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia”. Para a ACD o “controle da mente” está relacionado a várias questões que vão além da aquisição de crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação, que envolvem as condições do contexto e as condições discursivas. Em um determinado contexto, certas formas

de discurso exercem mais influência sobre a mente das pessoas do que outros fatores.

Nas capas do Jornal o fato foi noticiado com estrutura discursiva, como se a conquista fosse uma situação comum, trivial, sem maiores significados, já na mídia impressa os fatos importantes sempre estão em destaque, seja em imagens e/ou em manchetes. Para Pfister (1997, apud DEVIDE, 2005), o esporte é dominado pelos homens não somente em quantidade, mas porque eles determinam o que é esporte, quais esportes as mulheres podem praticar e estabelecem os padrões, além disso recebem maior atenção da ciência do esporte e da imprensa em geral.

A Análise Crítica do Discurso tem como ponto de atenção o modo como as estruturas do discurso influenciam as representações mentais. No nível global do discurso, os tópicos podem ter influência na forma como as pessoas veem a informação mais importante da escrita e da fala, como por ser exemplo na manchete do Jornal, que pode influenciar a maneira como um evento é definido em termos de um modelo mental (VAN DIJK, 2017, p. 121).

Nesta análise, busca-se compreender as estruturas dos textos, mas em especial, a análise de práticas sociais concebidas em sua articulação, isto é, de que forma a prática discursiva das capas do jornal nos remete às representações sociais das atletas olímpicas. Para tanto, iniciaremos por registrar atributos do estilo próprio de comunicação do jornal *O Globo Rio* nessas duas capas como uma prática discursiva baseada na (in)visibilidade da atleta Yane Marques. Ressalta-se que a falta de espaços de visibilidade para as mulheres atletas vem de longa data, mas o jornalismo possui um papel importante nas questões de gênero, pois, o jornal consiste em uma instituição com dimensão social capaz de transmitir informações, e que pode contribuir para (re)criar espaços femininos de visibilidade para as mulheres atletas, bem como ressignificar as representações sociais.

A Capa do jornal do *O Globo Rio* do dia 04 de agosto de 2016 trouxe a manchete; *Brasil estreia com vitória na Olimpíada*, e no lead; *Seleção feminina derrota a China com tranquilidade no Engenhão, que teve filas na entrada*. A fotografia principal da capa é autoria do fotógrafo Antonio Scorza e mostra a jogadora de futebol Marta, camisa 10 da seleção brasileira, em meio primeiro plano, durante a comemoração de um gol (Figura15).

Figura 15: Capa jornal *O Globo Rio* – 04/08/2016



A legenda da capa; *Melhor assim: Símbolo da seleção, Marta vibra com a vitória sobre a China por 3 x 0. Substituída, ouviu a torcida cantar “Marta é melhor que o Neymar”*. A representação social disseminada através do discurso jornalístico da manchete *Brasil estreia com vitória* e na imagem da futebolista Marta (Marta Vieira da Silva) comemorando, com a boca aberta em um grito de gol, com os olhos fechados, com a mão direita no peito, remete à força e superação da mulher atleta, à formação discursiva de uma mulher guerreira, que superou obstáculos para adentrar o campo esportivo. O lead utiliza o verbo “derrota” e o adjetivo “tranquilidade”, para demonstrar a superioridade da seleção comandada por Marta, que não teve dificuldades para a vitória.

Considera-se que o futebol, por muito tempo, foi uma prática esportiva proibida para as mulheres devido ao discurso científico e crenças que colocavam a mulher como “sexo frágil”, assim somente nos XXVI Jogos Olímpicos Centenários em Atlanta – EUA (1996) foi permitida a participação das mulheres. O futebol sempre foi concebido como um esporte de velocidade, agilidade e força, aspectos que reforçavam a masculinidade.

No Brasil, o futebol é considerado um elemento de identidade nacional, e está naturalizada a ideia de que “somos o país do futebol”. O jornal, ao utilizar na manchete “Brasil”, incorpora também no discurso jornalístico os elementos da identidade nacional que foram desenvolvidos a partir da seleção brasileira masculina de futebol. Para o antropólogo Roberto DaMatta (1982), o futebol é um veículo capaz de uma série de dramatizações da sociedade brasileira, com capacidade de chamar atenção, revelar, representar e descobrir relações, valores e ideologias num dado sistema.

A legenda da foto em que se descreve os gritos da torcida: *Marta é melhor que o Neymar* (Figura 15) é um contrassenso à hegemonia do campo esportivo, que sempre destacou a modalidade como prática para os homens, e naturalizou o jargão “futebol é coisa para macho”, portanto um esporte não adequado para as mulheres. No Brasil, de uma forma geral, há pouco espaço para o esporte feminino na mídia, há quase uma monocultura esportiva, em que o futebol masculino é grande destaque das transmissões televisivas. Na maioria das vezes apenas os canais por assinatura oferecem outras opções além do futebol, como esportes

radicais, tênis, vôlei, basquete etc. Já nos portais de notícias e na mídia impressa, é muito comum vermos atletas representadas como “musas” do esporte, destacando-se sua beleza e sensualidade. Além disso, em muitas matérias referentes aos esportes praticados por mulheres, o conteúdo acaba focado para as questões estéticas, de beleza e vaidade, não se valorizando o esforço e o treinamento realizado pelas atletas para o seu desempenho na modalidade (MARQUES, CAFEO, 2017).

A prática do futebol por mulheres é marcada por uma história de transgressões e invisibilidades. Mesmo com muitas dificuldades, as mulheres conquistaram seu espaço no esporte, mas ainda lutam para driblar o preconceito, a falta de estruturas, patrocinadores e de campeonatos de futebol feminino. Vale destacar que Marta é conhecida como a rainha do futebol, é a jogadora brasileira mais conhecida no Brasil, que atua como atacante, e joga atualmente pelo Orlando Pride, dos Estados Unidos, e já foi eleita pela FIFA seis vezes como a melhor futebolista do mundo por cinco anos consecutivos, entre 2006 e 2010.

Portanto, a legenda da foto destaca o momento de superação da atleta Marta, mas também de todas as mulheres para adentrar ao campo esportivo. Porém a prática discursiva possui uma ligação com o contexto da derrota do Brasil na Copa do Mundo de Futebol 2014. A torcida brasileira ainda estava desolada pela última Copa realizada no Brasil, em que a Alemanha venceu os anfitriões por 7 x 1 no Estádio do Mineirão, considerada como a maior derrota da seleção de futebol pentacampeã do mundo. Assim, a fala da torcida busca criar uma rivalidade entre os craques das seleções de futebol masculina (Neymar) e feminina (Marta), como uma forma de questionar a superioridade masculina no futebol, que enfrentava dificuldades.

Para as mulheres o futebol foi liberado somente nas Olimpíadas de Atlanta (1996) e desde então a seleção feminina de futebol participou de todas as edições do Torneio de Futebol dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo Feminina. Entre as conquistas da seleção feminina de futebol, até o momento, estão: três medalhas de ouro conquistadas nos Jogos Pan-Americanos de 2003, 2007 e 2015; duas medalhas de prata nos Jogos Olímpicos de 2004 e 2008, e um vice-campeonato na Copa do Mundo de Futebol Feminino (2007). Por outro lado, a seleção masculina de futebol é pentacampeã em conquistas de Copas do Mundo, 1958, 1962, 1970,

1994, 2002. Mas na *Rio 2016*, foi a primeira vez que o Brasil com o time masculino de futebol subiu ao lugar mais alto do pódio com a medalha de ouro. Entretanto, ressalta-se que apesar de ser considerado a “pátria de chuteiras”, o Brasil oferece contextos muito diferentes para homens e mulheres do futebol. Para as mulheres, mesmo com todas as conquistas, ainda há escassez de campeonatos, pouco espaço na mídia, ausência de equipes nos principais clubes do país, baixo incentivo para a prática de futebol pelas meninas nos espaços de lazer e pouco investimento em premiações e patrocínios para as mulheres do futebol, fatores estes que indicam as barreiras que as mulheres atletas superam para se destacarem.

No Brasil de uma forma geral há pouco espaço para o esporte feminino na mídia. Há quase uma monocultura esportiva, onde o futebol masculino é grande destaque das transmissões televisivas. Apenas os canais por assinatura oferecem outras opções além do futebol, como esportes radicais, tênis, vôlei, basquete etc. Já nos portais de notícias e na mídia impressa, é muito comum vermos atletas representadas como “musas” do esporte, destacando-se sua beleza e sensualidade. Além disso, em muitas matérias referentes aos esportes praticados por mulheres, o conteúdo acaba focado para as questões estéticas, de beleza e vaidade, não se valorizando o esforço e o treinamento realizado pelas atletas para o seu desempenho na modalidade.

Por último, no discurso jornalístico da capa evidencia-se a visão androcêntrica no campo do esporte, no texto chamada: *Seleção feminina derrota a China...*, conforme realçado pela pesquisadora Sarah Grieses, da *Universidade de Cambridge*, em que a mídia normalmente considera o esporte masculino como padrão. De forma geral, no caso do jornalismo esportivo, o futebol masculino é chamado apenas de futebol, já o futebol praticado por mulheres é chamado de futebol feminino, reafirmando a visão androcêntrica. Para Bourdieu (2014, p. 22) “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Para o autor, a ratificação da dominação masculina se sobressai pelo fato de que ela dispensa justificativa.

Ao longo da história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos é notório que o esporte por muito tempo excluiu as mulheres e se construiu como um espaço de poder dos homens. Porém as mulheres desafiaram com sucesso instituições,

lutando contra ideologias culturais pseudocientíficas e religiosas, ultrapassaram o abismo entre as expectativas da sociedade em relação à sua feminilidade e os requisitos da excelência atlética e conquistaram o direito de participação de forma efetiva em todas as modalidades das Olimpíadas. Contudo, percebe-se que o esporte é ainda uma arena tradicional, ocupada e dominada pelos homens. Quando se analisa as questões relacionadas à organização e direção do campo esportivo, os discursos e espaço que os dirigentes políticos e esportivos fazem questão de preservar com certa exclusividade, pode-se afirmar a verdadeira masculinidade (KNIJNIK, 2010).

No dia 08 de agosto, o Jornal trouxe como destaque uma fotografia de Julio Cortez, da agência de notícias Associated Press, da ginasta brasileira Flávia Saraiva, com a manchete; *Meninas da Ginástica vão à final* e a legenda; *Leveza: Flávia Saraiva evolui na prova de solo da ginástica por equipes*. A capa apresentou também uma fotografia da atleta americana Katie Ledecky nadando, com o título: *Como um Torpedo e lead; Depois da prata no 4 x 100m, dos EUA, Katie Ledecky bate recorde olímpico de 400m livre* (Figura 16).

A imagem em destaque da capa é da ginástica artística, modalidade que por muito tempo foi tipificada como adequada para mulheres pela “graça”, “beleza” e “leveza”, que são características desse esporte. A fotografia de Flávia Saraiva mostra a atleta de corpo inteiro no momento de um exercício no solo em pose estática, o que remete à uma beleza plástica do corpo e da beleza da juventude e pode reforçar a visão estereotipada do corpo feminino e a supervalorização da beleza e do corpo. As cobranças por um corpo de acordo com o padrão de beleza instituído são comuns no cotidiano das atletas. Para Lucia Santaella (2004, p. 129), o aprimoramento técnico da fotografia desde o início do século XIX até os dias atuais, trouxe para as imagens, em sua maioria para as imagens das mulheres, uma perfeição. Os corpos são apresentados com uma aparência plastificada, os corpos de tão perfeitos parecem serem cobertos de verniz, um corpo sem poros, sem suor, nem excreção, funcionando como um revestimento com brilho, “exibindo a imortal juventude da simulação”. Desta forma, os padrões de beleza naturalizados pelas mídias através das imagens do corpo, de um modelo ideal são reafirmados na capa do jornal.

A mídia constitui-se num dos principais meios de difusão e capitalização do culto ao corpo como tendência de comportamento. Para Deive (2005, p. 71) atletas bem-sucedidas, quando expostas na mídia, muitas vezes tendem a ser retratadas em posições estáticas e/ou sexualmente sugestivas, que ignoram suas habilidades atléticas, reduzindo-as a objetos de desejo do olhar masculino.

O Jornal apresenta a manchete: *Meninas vão à final da ginástica*. Retratam as atletas como “meninas”, uma prática da mídia esportiva apontada por vários estudiosos do tema “gêneros nos esportes” que remete à infantilização das mulheres. A infantilização das mulheres também é um processo que está baseado nas relações de poder, pois fragiliza a mulher e enaltece a dominação, onde os homens são considerados superiores, na condição de poder dominar e cuidar das mulheres. No texto de chamada: *As ginastas do Brasil repetiram o feito dos homens no dia anterior e também conquistaram um lugar entre as oito finalistas na prova por equipe*. Nota-se que a conquista da vaga das ginastas é comparada ao feito dos homens, comparação muito recorrente no jornalismo esportivo quando se trata de apresentar as vitórias das atletas, discurso que leva a uma sub-representação, ou causa a impressão de que as conquistas das mulheres não são tão importantes quando comparadas com a dos homens.

Na ACD, conforme Van Dijk (2017, p. 12), o discurso não é analisado somente pela vertente verbal do objeto, “mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”. O poder discursivo dos grupos dominantes acaba por influenciar a maneira como um acontecimento é definido em termos de modelo mental. Na capa, o discurso jornalístico utiliza os termos “repetiram” e “também conquistaram”, para informar a conquista das ginastas, porém a fala remete ao feito dos homens atletas, como se eles fossem o sujeito principal, criando um sentido de comparação, evidenciado nas relações de poder e de gênero existentes no contexto esportivo. Deve-se levar em consideração que enquanto os homens já estavam conquistando medalhas nos esportes, as mulheres ainda estavam buscando solidificar um caminho.

Em suas pesquisas, Romero (2004) apontou que outra maneira de marginalização da mulher no esporte ocorre ao comparar-se o esporte feminino com o masculino, apontando desempenhos e resultados de atletas homens de

maneira a exaltar a performance destes, ou seja, mesmo se a reportagem é a respeito da modalidade feminina, torna-se evidente também a modalidade masculina, como uma forma de ocasionar uma sub-representação das conquistas das atletas. Pelo fato de no cenário do esporte de alto rendimento o desempenho masculino ter se tornado a norma, ao fazerem comparações dos resultados femininos, direciona-se a interpretações como a definição de mulheres como esportistas de segunda classe.

Para Théberge (1994, apud DEVIDE, 2005), o esporte como um campo de construção da masculinidade pode ser visto também como uma das formas de reforço cultural, que pode fortalecer a desigualdade de gênero e a dominância masculina. Como alternativa, é necessária uma proposta de reformulação de princípios e valores relativos à participação feminina no esporte, buscando uma via de transformação e não de opressão das relações de gêneros, incorporando e conferindo sentidos às experiências de mulheres, mediante seu corpo-sujeito.

Na capa do dia 08 de agosto de 2016 (Figura 16), há também uma fotografia de David J. Phillip, da agência de notícias Associated Press, da atleta Katie Ledecky nadadora americana, com o título: *Como um Torpedo* e lead; *Depois da prata no 4 x 100m, dos EUA, Katie Ledecky bate recorde olímpico de 400m livre*. No discurso a atleta é comparada a *um torpedo*, em uma imagem em que está competindo, demonstrando sua desenvoltura ao nadar. De acordo com o Dicionário On-line de Português¹⁷, torpedo é um substantivo masculino, que significa “engenho automotor submarino, carregado de explosivo, usado contra alvos marítimos”. Assim o adjetivo *torpedo* pode ser compreendido como uma “força destrutiva”, desta forma o jornal atribui a atleta uma qualidade que é a síntese dos valores masculinos projetados ao esporte.

A natação é uma modalidade esportiva que foi permitida às mulheres a partir da 4ª edição dos Jogos Olímpicos, porém naquele momento havia a crença de que a natação dispensava força e não comprometia a feminilidade da mulher. Com as mudanças corporais das nadadoras da Alemanha Oriental a partir do século XX, o corpo musculoso tornou-se fora do padrão feminino e discriminado pela sociedade. Portanto, hoje a natação é vista como uma modalidade intensa,

¹⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/torpedo/>. Acesso em: 20 out. 2018.

que modifica o corpo das atletas e que leva as mulheres à masculinização (DEVIDE, 2004).

O preconceito de que o alcance da potencialidade atlética feminina seria sinônimo de perda da feminilidade foi amplamente divulgado pela mídia, e ajudou a naturalizar uma visão distorcida da mulher em diferentes espaços, por isso o uso de expressões como “mulher macho”, “não feminina”, “lésbica/sapatão” servem como percepções sociais para justificar a presença feminina no esporte de alto rendimento e nas manifestações da sexualidade que são marginalizadas (SIMÕES, 2003, p. 10).

Hoje, com os esportes de alto rendimento, na natação é comum que a atleta tenha os ombros largos e os braços fortes para a performance no nadar de maneira mais rápida. Durante a *Rio 2016*, a nadadora americana Katie Ledecky foi chamada de “versão feminina de Michael Phelps” numa matéria do *Daily Mail*, o jornal britânico mais popular depois do *The Sun*, devido às suas conquistas: quatro medalhas de ouro, uma de prata e dois recordes mundiais.

A capa do dia 08 de agosto de 2016 (Figura 16), apresenta duas imagens e práticas discursivas que remetem a dois pontos fundamentais quando se estuda as relações de gêneros no esporte. Um esporte de leveza (ginástica rítmica) que reforça a feminilidade da mulher e outro que demonstra o potencial de superação em uma modalidade de força (natação). Como destaque, a capa apresenta a modalidade Ginástica Rítmica, que está associada às características das mulheres como feminilidade, pois sua prática e/ou o estilo reforçam os estereótipos femininos da beleza, graciosidade e sensualidade. Há vários estudos que formularam a teoria de que a sociedade aceita melhor as mulheres que praticam esportes considerados femininos, pois não encontram contradições nos meios sociais. Por outro lado, a capa traz também uma fotografia da nadadora americana Katie Ledecky, em uma prova de 400 metros livre da natação, um esporte de alta performance, que consequentemente exige velocidade, força e desenvoltura, e modifica o corpo da mulher, resultante do novo padrão de treinamento do esporte de alto desempenho.

Para Devidé (2005, p. 26), em estudos de papéis sexuais relacionados à teoria dos conflitos de papéis sociais, as mulheres foram situadas como “vítimas”, com apenas três escolhas em relação ao campo esportivo: permanecer no esporte, viver com o conflito ou ser vista como pouca feminina. Ao analisar o discurso da

capa é preciso pensar nas questões culturais e como ainda hoje no Brasil muitas práticas esportivas são utilizadas para legitimar e reforçar estereótipos femininos, sem compreender os conflitos pessoais das mulheres atletas.

É fato que ser uma mulher ou ser um homem é diferente de ser feminino ou masculino, pois os comportamentos admitidos como femininos e/ou masculinos são uma construção social, através da interação entre os sexos. Frases do tipo “joguem como cavalheiros, mas comportem-se como damas” demonstram o fato de as mulheres no ambiente esportivo terem de assumir comportamentos socialmente atribuídos aos homens, como: competitividade, agressividade, combatividade, busca de vitória (DEVIDE, 2005, p. 33).

No dia 09 de agosto de 2016 o jornal *O Globo Rio* mostrou como manchete principal de capa uma fotografia do fotógrafo Pedro Kirilos, da judoca brasileira Rafaela Silva, medalhista Olímpica na *Rio 2016*, em plano detalhe, com corte na altura da testa, olhando para frente, segurando a medalha de ouro como se fosse um tapa olho (direito), com um largo sorriso, em comemoração ao título. A manchete: *Ouro que vem da cidade de Deus* e lead; *Rafaela Silva derrota judoca da Mongólia e ganha, a 8km de sua casa, a primeira medalha dourada no Brasil*. Na legenda; *Lutadora. Rafaela Silva sorri com a medalha de ouro conquistada na Arena Carioca I. No Instituto Reação, em Jacarepaguá, a campanha foi motivo de festa pela aluna mais talentosa*. O jornal publicou como manchete na capa a conquista da medalha de ouro da judoca Rafaela Silva, primeira medalha dourada do Brasil nas *Olimpíadas Rio 2016* (Figura 17).

O discurso jornalístico destacou as habilidades da judoca brasileira, assim como o processo de superação, com os verbos “derrota” e “ganha”, utilizado no imperativo afirmativo, e ainda como uma “lutadora” que remete à modalidade do esporte praticado, mas também à formação discursiva de superação, uma representação de mulher guerreira. Rafaela Silva nasceu na Cidade de Deus, periferia do Rio de Janeiro, teve o esporte como uma oportunidade para se desenvolver e estudar através do Instituto Recreio, projeto social desenvolvido pelo ex-judoca Flávio Canto. Nas Olimpíadas de Londres 2012, Rafaela foi vítima de racismo após ter sido desclassificada pela húngara Hedvig Karakas, em um golpe considerado ilegal, sendo alvo de torcedores brasileiros, por meio do *Twitter*, de ofensas racistas e de comentários que contestavam sua capacidade como atleta.

Figura 17: Capa jornal O Globo Rio – 09/08/2016

O GLOBO

TIXA-FEIA, 3 DE AGOSTO DE 2015. ANO 131. Nº 21.230. *João Marinho (1870-1925) — (1944-2003) Roberto Marinho* RIO DE JANEIRO globo.com.br

RIO 2016

Ouro que vem da Cidade de Deus

Rafaela Silva derrota judoca da Mongólia e ganha, a 8km de sua casa, a primeira medalha dourada no Brasil

O judô descecentou no terceiro dia de competições na Arena Carioca 3 e premiou uma lutadora em todos os sentidos. A carioca Rafaela Silva, de 24 anos, criada na Cidade de Deus e treinada no Instituto Reação, em Jacarepaguá, chegou à final da categoria até 57kg e venceu Soniya Dugueva, da Mongólia, por nogueira, denominação para o golpe quase perfeito na modalidade. Foi a primeira medalha de ouro do Brasil na Olimpíada do Rio. Conhecida por especialistas a muito talentosa judoca nacional, Rafaela superou o trauma de Londres-2012, de onde saiu sem lugar no pódio, e lecionou a origem e os riscos da subdesenvolvida em meio à violência, que o judô a ajudou a evitar. Hoje, Victor Penabaz e Mariana Silva sobem ao tatame.

FLÁVIO CANTO
Rafaela prova como o esporte pode transformar uma vida.

Uma torcida insuperável
Do vólei do praia às quadras do futsal de mesa, torcida brasileira mostra paixão e encara jogadores estrangeiros, mesmo com muito barulho nos assentos.

Lutadora, Rafaela Silva vence e ganha a medalha de ouro no judô na Arena Carioca 3. No Instituto Reação, em Jacarepaguá, a carioca lutadora de luta, pelo ouro mais talentosa



Dupla do Brasil elimina Djokovic
Os tenistas mineiros Marcelo Melo e Bruno Soares eliminaram o sérvio Novak Djokovic do torneio olímpico de duplas. Anteriormente, ele tinha sido derrotado no individual. Com isso, o mineiro 1 do mundo se continuará no Olímpico se participar das duplas mistas, o que ainda não está certo. Os brasileiros levaram a melhor por 2 sets a 0, parciais de 6/0 e 6/1, após 73 minutos de partida. **CAIORENO ESPERANÇA**

Sai Neymar, entra Marta
Depois de a torcida gritar "Marta, Marta" durante o vitorioso jogo de Neymar contra o Uruguai, torcedores também torceram de coração.

PROGRAMA SE: DIA DE NATAÇÃO E DO FUTEBOL, FÉRMINGO, VEJA NA AGENDA

MIRIAM LEITÃO
Viajando ao Centro do Rio mostra novas belezas. **MIRIAM LEITÃO**

GENTE BOA
Fátima Saraiva, o novo xodó que voltará a competir hoje.

TIRE DE CURIO
DAIANE DOS SANTOS
Os ginastas não trouxeram medalha, mas fizeram história.

CRÔNICAS DO DIA
NELSON MOTA
Graças à Olimpíada, sai a política e entra o esporte.

ZÉLIA DUNCAN
Fico revoltada de ver Neymar desistido e sem alegria.

Processo contra Cunha avança na Câmara
O processo de cassação do deputado Eduardo Cunha (PMDB) foi lido ontem na Câmara. A data da votação em plenário será divulgada até amanhã. **MIRIAM LEITÃO**

PF intima dona Marisa e Lulinha para depor
A PF em Curitiba intimou a mulher do ex-presidente Lula, Marisa Letícia, e o filho mais velho, Fábio Letícia, para depor sobre o sítio de Aricaia. **MIRIAM LEITÃO**

Governo pretende exigir seguro para obras públicas

Mudança na Lei de Licitações prevê apólice para garantir entrega de projetos

DEBATE A proposta para alterar a Lei de Licitações que está sendo negociada pelo governo com o Congresso prevê a exigência de as obras públicas terem um seguro para garantir a entrega dos projetos. A seguradora ficará responsável por fiscalizar o cumprimento dos contratos e assumir os compromissos caso a obra pare, informa DAVINO FARIAS. O governo quer ainda unificar em uma só norma o Regime Diferenciado de Contratações, que abarca os processos e é utilizado em algumas obras, e as práticas hoje exclusivas da Petrobras. O projeto deve ir à votação no Senado na semana que vem. **MIRIAM LEITÃO**

PT ainda tenta adiar derrota
O relatório pelo impeachment de Dilma Rousseff aprovado hoje no plenário do Senado, mas o PT ainda tenta adiar. **MIRIAM LEITÃO**

Pressionado, Meirelles recua
Após críticas do mercado, governo volta atrás e inclui estudos no projeto que prevê lei para despesa pública. **MIRIAM LEITÃO**

SOCIEDADE
DE OUTRO PLANETA
Gêmeo mais esperado do ano, "No man's sky" chega hoje ao mercado. **PÁGINA 20**

SEGUNDO CABERNO
POESIA MELÓDICA
Antonio Odeiro ganha disco tributo de Arthur Nogueira.

2ª Edição • Preço médio cobrado no Estado do Rio de Janeiro • R\$ 4,00 • Grátis com o serviço Segundo Caderno

A grande manchete da capa deu visibilidade para a conquista da judoca brasileira, que ganhou a primeira medalha de ouro do Brasil, nas Olimpíadas *Rio 2016*. O fato inédito foi também noticiado em tom de dramatização pelas dificuldades enfrentadas pela atleta Rafaela Silva, nascida na Cidade de Deus, bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, que foi considerado por muito tempo como uma das regiões mais perigosas da cidade e pela desclassificação da judoca nas Olimpíadas de Londres em 2012.

A grande manchete da capa, deu visibilidade para a conquista da judoca brasileira, que ganhou a primeira medalha de ouro do Brasil, nas Olimpíadas *Rio 2016*. O fato inédito foi também noticiado em tom de dramatização pelas dificuldades enfrentadas pela atleta Rafaela Silva, nascida na Cidade de Deus, bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, que foi considerado por muito tempo como uma das regiões mais perigosas da cidade e pela desclassificação da judoca nas Olimpíadas de Londres em 2012. Mas a matéria na capa: *O judô desencantou no terceiro dia de competições na Arena Carioca 1 e premiou uma lutadora em todos os sentidos...* demonstra que havia uma esperança de medalhas na modalidade, tendo em vista que o judô é o esporte individual que já conquistou várias medalhas olímpicas para o Brasil. O discurso representa a atleta como “lutadora em todos os sentidos”, ou seja, como uma lutadora de boxe, mas também como uma atleta que batalhou para alcançar seu objetivo. A conquista representa também a luta das mulheres para a prática dos esportes, bem como dessa modalidade olímpica, já que para os homens o judô estreou na edição dos jogos de Tóquio (1968) e, para mulheres apenas nas Olimpíadas de Barcelona (1992), 24 anos depois.

Para Simões (2003), o modelo de mulher frágil é coisa do passado, visto que hoje há uma tendência feminina de ultrapassar seus próprios limites físicos, colocando-se em perfeita igualdade de condições em relação à população de atletas masculinos. O esporte se mostra um campo de possibilidades para as mulheres demonstrarem, num contexto de valores aceitos pelo mundo masculino, que possuem sim condições de competirem em níveis de igualdade.

Destaca-se que a capa do dia 09 de agosto oportunizou à atleta Rafaela Silva um espaço de visibilidade nacional e de destaque pela conquista da medalha de ouro. A imagem em *close-up* apresenta o rosto da lutadora, feliz, sorrindo,

comemorando com a medalha, como um tapa-olho. Mas esse contexto pode ser considerado como exceção, pois há vários fatores que precisam ser analisados em conjunto com o discurso: o fato de as Olimpíadas serem no país de origem da atleta e o fato do Brasil, até aquele momento, não ter ganhado nenhuma medalha de ouro. Enfim, contexto histórico-social que contribuiu para um espaço de visibilidade de valorização da conquista de Rafaela Silva, mas que ainda não é realidade para a maioria das atletas mulheres no Brasil.

A capa trouxe também, abaixo da manchete, a fotografia de Ana Branco (Figura 18), uma torcedora, segurando uma camisa 10 da seleção brasileira de futebol com o nome do jogador “Neymar Jr.” riscado, e escrito com caneta o nome da jogadora Marta.

Figura 18. Sai Neymar, entra Marta - Jornal *O Globo Rio* – 09/08/2016



Na legenda da foto; *Sai Neymar, entra Marta*, e texto chamada *Depois de a torcida gritar Marta, Marta, diante do vexame do time de Neymar contra o Iraque, torcedores também trocaram de camisa*. Nesse contexto, a seleção brasileira de futebol feminino estava se destacando na competição, e a seleção masculina ainda enfrentava dificuldades para encontrar o seu jogo e empatou com o Iraque no Estádio Mané Garrincha. No segundo tempo, a cada erro, vaias e protestos. Quando a falha foi de Neymar, gritos de “Marta” tomaram conta do estádio.

Entretanto, até os Jogos Olímpicos *Rio 2016* não havia no Brasil camisas da seleção de futebol com os nomes das jogadoras sendo comercializadas para torcedores. O fato foi amplamente comentado nas redes sociais no Brasil durante as Olimpíadas e muitas pessoas, em protesto às desigualdades de tratamento das jogadoras, começaram a usar a expressão “jogue como uma mulher”, mostrando que apesar das atletas de futebol no Brasil serem desvalorizadas, com salários menores, falta de patrocínios e de incentivos, ainda assim, dentro de campo as mulheres jogam um excelente futebol.

Para Knijnik (2010, p. 60), no futebol o valor androcêntrico está enraizado na sociedade, pois sempre foi visto como arena masculina ou de valores simbólicos masculinos. Espaço que vários dirigentes políticos e esportivos fazem questão de preservar com exclusividade, pois nele é possível se afirmar a “verdadeira” masculinidade. Apesar da capa trazer uma fotografia que representava no momento uma revolução, com vários debates acontecendo nas redes sociais em relação à igualdade de direitos das mulheres no esporte e no futebol, ainda assim não assumiu um discurso que pudesse questionar os papéis e as dificuldades das mulheres atletas e/ou debater as desigualdades no campo futebolístico.

No dia 12 de agosto de 2016 a capa do jornal trouxe como destaque uma fotografia de Dmitri Lovetsky, da agência de notícias Associated Press, da atleta Simone Biles, ginasta americana, de corpo inteiro, em um exercício no ar, com o fundo preto, com a logomarca “arco” das Olimpíadas, e a legenda principal *Fenômenos Esportivos*. Na linha fina; *Ginasta americana Simone Biles se aproxima da perfeição e leva seu segundo ouro no Rio, enquanto Phelps é tetra nos 200m medley. Na prova, Thiago Pereira ficou em sétimo* (Figura 19).

A ginasta americana Simone Biles é retratada na capa em uma fotografia destaque, no momento de ação no esporte em um exercício aéreo, fato que demonstra que a mídia possibilitou um espaço de visibilidade para a atleta olímpica, destaque na *Rio 2016*. O jornal atribuiu também termos como “fenômeno” e “perfeição” para indicar sua performance, mas ainda assim, no discurso jornalístico na legenda, é possível identificar novamente a prática jornalística de comparar as conquistas das mulheres com as dos homens: *Simone Biles... leva segundo ouro no Rio, enquanto Phelps é tetra nos 200m medley*.

Figura 19: Capa jornal O Globo Rio – 12/08/2016

O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2016 R\$4,00 - 16 PÁGINAS

João Marinho (1870-1925) — (1994-2015) Roberto Marinho

BRUNO JACINTO oglobo.com.br

RIO2016

Fenômenos americanos

Ginasta americana Simone Biles se aproxima da perfeição e leva seu segundo ouro no Rio, enquanto Phelps é ídolo na 200m medley. Na prova, Thiago Pereira ficou em último.

RETOMADA

Petrobras tem lucro após três prejuízos

Resultado do trimestre, porém, ficou abaixo do esperado

Ganho foi de R\$ 370 milhões. Estatal reconhece novas perdas no Comperj, de R\$ 1 bi, e investirá menos que o previsto

Com a alta do preço do petróleo e aumento de produção, a Petrobras obteve um lucro de R\$ 370 milhões de abril a junho, o primeiro resultado positivo após três trimestres de prejuízo. O resultado, porém, ficou abaixo do previsto por analistas, que esperavam um ganho de até R\$ 2 bilhões da estatal. A empresa reconheceu nova perda contábil, desta vez de R\$ 1,1 bilhão, com o Comperj. A refinaria de Buzina já tinha sido revista para baixo em R\$ 27,1 bilhões. A petrolífera admitiu também que não vai cumprir sua meta de investimentos para este ano, de US\$ 20 bilhões. **PÁGINA 2**

MIRIAM LEITÃO

Contas públicas fixaram um forte rombo em julho. **PÁGINA 34**

Atletismo começa no Engenhão

As provas do atletismo começam às 19h30m de hoje no Engenhão, dando a largada também para uma maratona de protagonismo na Olimpíada. É quando a autação sai de cena e a perseguição das finais muda: os EUA permanecem onipresentes nas corridas, mas Europa e Japão diminuem suas presenças, enquanto a África e a América Central ganham os boletins. O jamaicano Usain Bolt estreia amanhã. **CADERNO ESPECIAL**

Judô ganha bronze e ainda quer mais

No penúltimo dia das disputas do judô, Mayra Aguiar, da Marinha, conquistou a terceira medalha do Brasil na Olimpíada, um bronze na categoria até 70kg, ao derrotar a cubana Yalennis Castillo. Hoje é a vez dos pesos-pesados Maria Socilen e Rafael Silva, o Baby. **CADERNO ESPECIAL**

PROGRAMA-SE: VÔLEI, BOXE, TÊNIS E O FIM DA NATAÇÃO TAMBÉM NA AGENDA

Moro manda Bumlai de volta para a cadeia

O juiz Sérgio Moro ordenou que o peixeiro José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, volte à cadeia após cinco meses em prisão domiciliar para tratamento de saúde. Para Moro, a situação se agravou após Bumlai ser denunciado à Justiça por participar do plano de fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerqueira. Ele terá de se apresentar no dia 23. **MORO 4**

PF prende mais dois por suspeita de terrorismo

Apreendidos 12 mil ingressos com cambistas

Trânsito muda a partir de hoje para provas de rua

Moedas de R\$ 1 são negociadas por até R\$ 150

Após as fortes altas dos preços do feijão e do leite, o consumidor pagará por carnes mais caras nos próximos meses. Segundo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, peccuários vão segurar o aumento no custo do rebanho. **PÁGINA 30**

CRÔNICA DO DIA CORA RÔNAI

Numa dessas casas da Olimpíada, eu cometi um astralofobia. **CADERNO ESPECIAL**

TIME DE OURO MAURÍCIO MAGGI

Tenho confiança de que nossos atletas vão melhorar suas marcas. **CADERNO ESPECIAL**

MORTÊNCIA

A eliminação não é culpa só das rivais. **CADERNO ESPECIAL**

OBRAS OLÍMPICAS

Economia de R\$ 11 milhões

Na construção da maioria das obras públicas, as arenas olímpicas gastaram R\$ 11 milhões a menos que o previsto. No total, as instalações custaram R\$ 7 bilhões.

DOBRIT HARAZIM

O fascínio por ver dois astros em etapas diferentes. **CADERNO ESPECIAL**

NELSON MOTTA

Olimpíada faz do esporte um espetáculo multimídia. **PÁGINA 10**

NERVAL PEREIRA

Ataque à Força Nacional mostra situação da guerra no Rio. **PÁGINA 6**

FERNANDO CALAZANS

Na praia de Alton e Bruno, "superação" não é lugar comum. **CADERNO ESPECIAL**

ANCELMO GORE

Como na Copa, vendas de aparelhos de TV dispararam. **PÁGINA 14**

ZÉLIA DUNCAN

Nossos atletas têm seus piores rivais nas redes sociais. **SEGUNDO CADERNO**

Ministro diz que homem trabalha mais

Após o comentário pessimista sobre o SUS, o ministro da Saúde, Eduardo Barros, afirmou que os homens trabalham menos da saúde porque trabalham mais do que as mulheres. **PÁGINA 12**

Santa Teresa: obra de novo bonde parou

A obra do Bonde de Santa Teresa parou porque o estado está sem dinheiro. O custo do projeto já teve alta de 113%, passando de R\$ 54,6 milhões para R\$ 125 milhões. **PÁGINA 13**

SOCIEDADE

Ex-presidente do senado Miguel Nicolai recupera função motora do parâmetro. **PÁGINA 30**

SEGUNDO CADERNO

QUARTETO SOLAR

Grupo de músicos reúne hoje casais no Casimiro Velho com programação cultural.

3ª Edição • Preço de venda no Estado do Rio de Janeiro • R\$ 4,00 • Disponível com esta edição Segundo Caderno Rio Show

Michael Phelps, nadador americano, é o atleta com o maior número de medalhas de ouro olímpicas (oito) em uma única edição, em Pequim 2008. Na *Rio 2016*, o nadador conquistou cinco medalhas de ouro e uma de prata e encerrou sua carreira totalizando 23 medalhas de ouro olímpicas. Simone Biles também fez história na Olimpíadas *Rio 2016* conquistando quatro medalhas de ouro (equipes, salto, solo e individual geral) e uma de bronze (trave olímpica).

Segundo Van Dijk (2017, p. 123), o discurso escrito é em sua maior parte planejado e mais bem controlado, o que traz implicações para o exercício do poder, pois há possibilidade de ser responsabilizado por ele. Por essas características, nos textos existe a possibilidade de o poder ser exercido e formulado de maneira mais indireta, velada.

O discurso jornalístico ao utilizar o termo “enquanto”, entre a conquista da segunda medalha de ouro pela ginasta Simone Bile e o tetra do nadador Michel Phelps, produz, ainda que de forma sutil, uma sub-representação da atleta, indicando mecanismos de leitura que podem realizar uma comparação entre os atletas. Uma maneira de marginalização das mulheres atletas ocorre ao comparar-se o esporte feminino com o masculino, apontando desempenhos e resultados de atletas homens de maneira a exaltar a performance destes (CAFEO; BUENO; MARQUES, 2016).

Vale destacar que a atleta após ganhar o segundo ouro fez uma ressalva para a imprensa que insistia em fazer comparações com os atletas masculinos, que repercutiu e foi amplamente divulgada nas redes sociais e pela mídia: *Não sou a próxima Usain Bolt ou Michael Phelps. Sou a primeira Simone Biles*. Diante da história dos papéis das mulheres na sociedade que dificultaram a sua entrada no esporte por ser um espaço de hegemonia masculina, comparar as conquistas das mulheres atletas com os atletas masculinos pressupõe que ambos sempre tiveram condições de igualdade e naturaliza uma condição de inferioridade para as atletas, que reflete a dissimulação, um dos modos de operação da ideologia que sustenta as relações de dominação.

As imagens culturais divulgadas pela mídia esportiva em relação às mulheres atletas são inferiores em quantidade e qualidade, além de em muitos momentos denegrir e/ou trivializar a experiência esportiva das mulheres (DEVIDE, 2005). A mídia, enquanto um espaço de formação de opinião e de construção de

representações sociais, tem uma função importante no incentivo e desenvolvimento do esporte feminino. Assim, se no passado a luta das mulheres foi pela conquista do direito de participação no campo esportivo, atualmente passa por outros elementos que englobam as relações de poder do esporte, a busca de visibilidade, os discursos hegemônicos internalizados e também a sutil desvalorização das conquistas das atletas perante os homens.

Buscando compreender se esse mecanismo de discurso, que compara as conquistas das mulheres de forma sutil também estava presente nas capas dos homens atletas, foi realizada uma leitura de todos os textos das capas, manchetes e leads, que estão disponibilizadas no Anexo desse trabalho. Em nenhuma das capas analisadas que são exclusivas dos homens foi identificada na construção discursiva alguma referência ou comparação com as atletas mulheres, o que corrobora o consenso de que a mídia tem sub-representado a performance das mulheres no esporte. Para Devide (2005), a marginalização é uma estratégia comum da cobertura esportiva da mídia para exclusão das mulheres, pois ao abordar o esporte feminino tende a cobrir a performance das atletas quando comparados aos homens, assim como ao usar os padrões masculinos para avaliar e interpretar o seu desempenho.

A capa do jornal do dia 12 de agosto (Figura 19), veiculou uma fotografia do fotógrafo Marcelo Carnaval, em meio primeiro plano, da judoca Mayara Aguiar, no pódio com a medalha de bronze no pescoço, com o braço direito levantando para cima, em um momento de comemoração pela conquista, com a manchete; *Judô ganha bronze e ainda quer mais*, na legenda; *Referência. Mayara é a primeira brasileira a ter duas medalhas individuais*. A notícia refere-se à medalha de bronze conquistada pela judoca na *Rio 2016* e em Londres 2012, destacando a atleta com adjetivos como “referência” e a “primeira brasileira” a ter duas medalhas individuais, que remete ao discurso de vencedora, campeã, de superação pelo feito inédito, portanto de uma guerreira. Para Alonso (2003 p. 38), o esporte favoreceu uma mudança de papel social da mulher ao explorar os limites de força e resistência e ao redimensionar características psicológicas como competitividade, trabalho em grupo, esforço individual e conjunto e planejamento para o alcance de metas e objetivos.

Na capa do jornal *O Globo Rio* do dia 13 de agosto uma fotografia de *Mariano Bazo*, da Reuters, agência de notícias britânica, estampou em destaque as jogadoras da seleção brasileira de futebol, com a chamada; *Sem Medo do Mineirão* e texto: *Depois de empatar com a Austrália em 0 a 0 por 120 minutos, o Brasil venceu nos pênaltis e enfrentará na semifinal a Suécia, que tirou os EUA*. A imagem retrata as jogadoras brasileiras comemorando e gritando, com semblante de foco, força e determinação, após a goleira Bárbara defender a cobrança na disputa de pênaltis, fechando o placar em 7 a 6 para o Brasil e classificando a seleção para as semifinais das Olimpíadas de 2016 (*Figura 20*).

O jornal apresenta a chamada: *Sem Medo do Mineirão* para demonstrar que as jogadoras brasileiras não se amedrontaram diante do Estádio Mineirão, que foi palco de uma das maiores derrotas da seleção masculina de futebol contra a Alemanha, na semifinal da Copa do Mundo de 2014.

A capa (*Figura 20*) apresenta ainda a vitória da seleção brasileira com o verbo “venceu” que remete ao triunfo, assim, é possível identificar a construção discursiva da representação que as atletas foram guerreiras, pois não tiveram medo, venceram e irão “enfrentar” o próximo desafio, que seria a Suécia. O discurso jornalístico, através da intertextualidade, busca criar uma aproximação entre o futebol, praticado pelos homens e pelas mulheres, que neste caso foi retratado de forma positiva, afinal retratou que as jogadoras tiveram coragem, mesmo jogando em um espaço em que os homens, tidos como os mais fortes, foram derrotados. Mas é preciso lembrar que no Brasil o futebol de mulheres sempre foi carregado de preconceitos, já que existia uma preocupação constante entre a aproximação do futebol com a masculinização do corpo feminino e a representação social naturalizada de uma feminilidade que pressupõe uma relação entre mulher, feminilidade e beleza (GOELLNER, 2017).

Figura 20: Capa jornal O Globo Rio – 13/08/2016

O GLOBO

SENAZ, 13 DE AGOSTO DE 2016 / R\$10,00 - 1º B30222 *Diário Marinho* (1876-1923) — (2004-2005) *Roberto Marinho* **IN DE APERO** oglobo.com.br

RIO 2016



SEM MEDO DO MINEIRÃO

Depois de empatar com a Alemanha em 1 a 1 por 120 minutos, o Brasil venceu, nos pênaltis e enfrentará na semifinal a Suécia, que ficou em 11.º. **CADERNO ESPECIAL**

Brasil garante mais duas medalhas

O judô nacional encerrou sua participação na Olimpíada com um bronze de Rafael Silva, o baby, que venceu após ser derrotado pelo francês Teddy Riner, que se sagrou bicampeão olímpico e está forte: na última edição de 2012, no peso, Robertson, da categoria leve até 60kg, chegou às semifinais, o que lhe garante o bronze. O pugilista batiano vai lutar amanhã contra o cubano Edmar Alvarez pelo sexto e decisivo de ouro. **CADERNO ESPECIAL**



Gigantes, Rafael Silva luta o francês Teddy Riner se sobra, mas não conquistou pontuação.

Atletismo começa com quebra tripla de recorde nos 10.000m

Tensão entre Israel e árabes não dá trégua e surge no tatame pela 3ª vez

'Aqui tá cheio de sereia', diz Noca da Portela, vizinho do Engenheiro

ZUENIR VENTURA
Brasil recita com sucesso esportes que importou.
PÁGINA 15

PATRICIA KOGUT
Capitulos de novelas estão cada vez mais curtos por causa dos jogos.
SEGUNDO CADERNO

SÉRGIO MAGALHÃES
Mostra de que a sinergia é possível à legião dos Jatos.
PÁGINA 15

TIME DE DURO FLÁVIO OLIVEIRA
Medalha de Rony é uma recompensa.
CADERNO ESPECIAL

CRÔNICA DO DIA FLÁVIO OLIVEIRA
Na transmissão, um Rio novo e desigual.
CADERNO ESPECIAL

A CONTA DA RECESSÃO

Risco de calote gera prejuízo no BNDES

Perda de R\$ 2,2 bi no semestre é a primeira desde 2003

Banco sofre com rescaldo da Lava-Jato e empresas em recuperação judicial, e eleva reserva para inadimplência em 824%

Pela primeira vez em 13 anos, o BNDES teve prejuízo de R\$ 2,2 bilhões no semestre. O resultado foi influenciado pela recuperação judicial de grandes empresas, como a OI, e pela piora no encoberto de companhias envolvidas na Lava-Jato, como Odebrecht e OAS, que são clientes do BNDES. O banco elevou em 824% sua reserva para o risco de calote, que chegara a R\$ 4,436 bilhões. Para analistas, a nova gestão do banco opta por ficar mais claro nos resultados. **PÁGINA 20**

Lucro da Caixa recua 30%

A Caixa Econômica lucrou R\$ 2,4 bilhões no primeiro semestre, uma queda de 30%. O resultado só não foi pior porque o banco subiu juros e tarifas cobradas de clientes. **PÁGINA 20**

MIRIAM LÉITÃO
Votação de ajuste fiscal levará mais tempo de que prevê o mercado. **PÁGINA 20**

É um no Supremo!



Ministra Carmen "cala boca já morreu" Lúcia

OS DOIS LADOS DA VILA

O boteco de Bin Laden e as banheiras dos tanques

O parafuso José Felipe de Araújo, o Bin Laden, é o dono do péssimo boteco a Vila dos Afetos, onde organizações, técnicos e competidores dos Jogos confrontam-se. Enquanto isso, o avô, o condutor de um dos melhores hotéis para idosos, também é dono de um dos melhores hotéis para idosos. A delegação americana, liderada por um dos melhores hotéis para idosos, também é dono de um dos melhores hotéis para idosos. **CADERNO ESPECIAL**



Bin Laden. O dono do péssimo boteco a Vila dos Afetos, onde organizações, técnicos e competidores dos Jogos confrontam-se.

90 ANOS DE FIDEL

Um ícone que perde seu brilho

Uma das figuras mais controversas da segunda metade do século XX, o líder da Revolução Cubana e ex-presidente Fidel Castro, completou 90 anos hoje. Alimado do dia a dia do poder desde 2006, Fidel ainda "trouza" uma

"dimensão quase sobrenatural" diz Jon Lee Anderson, biógrafo de Che Guevara. Mas em seu próprio país, dizem analistas, já deixa de ser referência para 80% dos cubanos nascidos após a revolução. **PÁGINAS 22 e 24**

FREI BETTO
Mesmo com falhas, revulso milhões Cubas, e Fidel pra sua obra. **PÁGINA 22**

YOMI SANCHEZ
Deixamos Fidel no passado, condenando o ao século XX. **PÁGINA 22**

ADRIANA CARRANCA
Os jovens cubanos querem tomar as rédeas de seu tempo. **PÁGINA 24**

SEGUNDO CADERNO
ELIZABETH STROUT

Autora americana explora conflitos de classe e familiares em novo romance.

CONEXÃO MODA E ARTE



A artista japonesa Maki Mori: pois para o artista com o olhar exclusivamente branco.

3ª Edição • Projeto de expansão do Estado do Rio de Janeiro • R\$ 4,00 • Circula em esta edição Segundo Caderno e Ela

pressprod Imagem em reprodução por Pressprod
Fotografia: Maki Mori, 1. 2. Maki Mori
Fotografia: Maki Mori, 1. 2. Maki Mori

No dia 14 de agosto de 2016 o jornal trouxe na capa como manchete principal a fotografia dos jogadores de futebol da seleção de Neymar Jr. e Luan, destacando a vitória do Brasil sobre a Colômbia e a classificação para a semifinal. Abaixo da imagem principal, no centro da página, uma fotografia de *Lucy Nicholson/Reuters*, da atleta etíope Etenesh Diro e a chamada com o título: *Cinderela Etíope*, e texto: *A etíope Etenesh Diro protagonizou uma cena inusitada: por conta de um acidente, correu parte da eliminatória dos 3.000m com obstáculos sem uma das sapatilhas. Ficou com o 24º tempo, mas foi classificada para a final por decisão dos organizadores.* O fato levou a atleta a ser representada como uma “Cinderela”. A fotografia da capa apresenta a atleta Etenesh Diro em plano aberto, em ação no esporte, no momento que está saltando um obstáculo; o corpo está no ar, sendo possível ver os dois pés, um com sapatilha e o outro não. O fundo da imagem está desfocado. (Figura 21).

Cinderela é um dos contos de fadas mais populares do mundo, de autoria do francês Charles Perrault, publicado na obra *Contos da Mamãe Gansa*, em 1697. Na obra, Cinderela que tem um forte apelo junto às meninas, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres são definidos: os homens são seres racionais, inteligentes e ativos, já as mulheres são apresentadas como emotivas, belas e passivas. Cinderela representa claramente o estereótipo feminino da mulher doce, trabalhadora, recatada e bela. Cinderela apresenta na sua essência a visão patriarcal sobre as mulheres, que são fragilizadas e necessitam da ajuda de homens (heróis/príncipes) para salvá-las. Na maioria dos contos de fadas é possível identificar a ideologia patriarcal, que reforçam estereótipos não somente da submissão feminina, mas também do padrão de beleza ideal.

Estudos apontam que a linguagem utilizada para se reportar às mulheres em textos sobre esportes geralmente é mais infantilizada, o que demonstra uma hierarquização do gênero na cobertura esportiva. Os homens são tratados como heróis, ídolos, líderes, já com as mulheres, normalmente, ressaltam o gênero feminino ou as infantilizam. Assim, não basta aumentar o número de reportagens, é preciso mudar a forma como elas são tratadas nas notícias (KNIJNIK; SOUZA, 2007).

Figura 21: Capa jornal O Globo Rio- 14/08/2016.

DOMINGO

O GLOBO

DOMINGO, 14 DE AGOSTO DE 2016 - R\$ 5,00 - 160 PÁGINAS

Irisara Marinho (1876-1925) — (1904-2005) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO | oglobo.com.br

RIO2016



Brasil vence Colômbia e vai à semifinal

Em partida marcada por lances violentos e sete cartões amarelos, a seleção brasileira derrotou a Colômbia na Arena Corinthians por 2 a 0, gols de Neymar e Luiz, e se classificou para a semifinal do torneio olímpico de futebol, que será na quarta-feira (17). O próximo adversário da equipe brasileira, por Rogério Micalé, é Honduras, que eliminou a Coreia do Sul. Alemanha e Nigéria se enfrentaram na outra semifinal.

Olimpíada pegou, faltam medalhas

A Cidade Olímpica encanta curiosos e turistas, mas o Time Brasil se distancia da meta de ficar no top 10 no total de medalhas. O país depende de uma improvável combinação de triunfos nos esportes coletivos (o futsal masculino perdeu ontem para a Argentina) ou do surgimento de um herói. O candidato da vez é o canoísta Isaque Queiroz.

SANEAMENTO

União quer privatizar tratamento de esgoto

BNDES vai discutir modelos para o setor com estados, diz Moreira

Situação da Cedeae será analisada em reunião amanhã. Para secretário do programa de parcerias, regulação deve ser mais clara

O secretário executivo do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência, Moreira Franco, afirmou que o BNDES vai procurar os governos estaduais para definir modelos de privatização para as empresas de saneamento. Segundo Moreira, o funcionamento do esgoto tratado no país é precário e falta clareza sobre qual é a autoridade reguladora do setor. O BNDES vai reunir amanhã com o governo do Rio para tratar da situação da Cedeae. **PÁGINA 36**



Cinderela etíope

A etíope Dinku prolongou sua cena no atletismo: por conta de um acidente, correu parte da eliminatória dos 3.000m com obstáculos sem uma das sapatinhas (ficou com o 24º tempo, mas foi classificada para a final por decisão dos organizadores). **CADERNO ESPECIAL**

LAURO JARDIM
EDUARDO CUNHA AMEAÇA TEMER

Deputado afastado emitiu emissário ao presidente interino para dizer que se sente abandonado e que "isso não vai ficar assim". **PÁGINA 2**

Bolt duela com Gatlin nos 100m

Recordista, o jamaicano Usain Bolt se prepara e chega à final dos 100m, hoje, com o quarto tempo das semifinais, lideradas pelo americano Justin Gatlin.

Com 23º ouro, Phelps se despede

CADERNO ESPECIAL

Ganhando dinheiro com o Pokémon Go

PÁGINA 32

Terceira idade consome na rede

Pela conta com 5,2 milhões de idosos conectados, eles já movimentam R\$ 1,6 bilhões em compras on-line. **PÁGINA 31**

Pais solteiros na fila de adoção

Pelo menos cinco mil solteiros pretendem adotar uma criança, e os homens optam por crianças mais velhas. **PÁGINA 40**

ATOR A MIL

Madalena Brito volta à televisão e será atriz e palhaço no cinema.

REVISTA O GLOBO

TERRA DE TITÃS

Fotógrafo francês muda paisagens do Rio com painéis gigantes.

MEU CARO MIM

A VIDA NO QUARTO DE EMPREGADA

BOA CHANCE

LIÇÕES PATERNAS PARA O TRABALHO

3ª Edição • Preço de exemplo: R\$ 1,00 • R\$ 5,00 • Os suplementos Mais Bem e Das Crianças circulam apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na Grande Vitória, na Região Serrana e na Região dos Lagos (entre Ilha de Itaipua e Rio de Janeiro)

press reader

A mídia, ao utilizar essa representação discursiva, não apresenta informações relevantes e infantiliza a atleta. Sabe-se que a construção discursiva da capa do jornal está relacionada com o fato da atleta perder a sapatilha, assim como no conto de fadas, quando a Cinderela perde o sapatinho de cristal. Porém, o estereótipo dos papéis sociais presentes no conto, reafirmam valores culturais enraizados na sociedade, que não contribuem para valorizar a trajetória das atletas no campo esportivo e estimular as mulheres na prática de atividades físicas. O mito da fragilidade e delicadeza feminina influenciou na participação das mulheres em modalidades esportivas de alto impacto e maior desgaste. O caso do atletismo em Olimpíadas é um exemplo, pois desde 1900, com a primeira autorização à participação das mulheres na segunda edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, várias provas do atletismo foram vetadas para as atletas pelo Comitê Olímpico Internacional. Considerava-se que os saltos e as corridas de meio fundo e fundo acarretariam danos aos órgãos reprodutores, comprometendo sua “nobre” função de ser mãe (MIRAGAYA, 2002).

A capa do dia 16 de agosto traz como manchete uma fotografia em destaque do ginasta brasileiro Arthur Zanetti, em um dos movimentos de sua série, que o levou a conquistar a medalha de prata na *Rio 2016*. A capa trouxe, também, abaixo uma fotografia de *David Goldman - Associated Press*, da atleta Poliana Okimoto, de plano aberto, no momento que está subindo no pódio, ainda não tinha recebido a medalha, com a legenda; *Bronze em Copa – Poliana herda o bronze após punição da francesa* (Figura 22).

Durante a prova da maratona aquática na *Rio 2016*, Poliana Okimoto nadou no pelotão da frente durante praticamente todo o percurso, somente no final não resistiu ao ataque das rivais. A nadadora conquistou a medalha de bronze após a desqualificação da concorrente francesa Aurelie Muller pela arbitragem, por ter impedido a passagem de uma rival no final da prova. Com a medalha de Bronze, Poliana entrou para a história da natação brasileira, se tornando a primeira mulher brasileira medalhista em esportes aquáticos na história dos Jogos Olímpicos. Na natação, as mulheres competem nas Olimpíadas desde 1912, no caso do Brasil o início da participação feminina foi com a nadadora Maria Lenk, nas Olimpíadas de Los Angeles (1932), portanto demorou 84 anos para a conquista da primeira medalha

olímpica em provas aquáticas. A Maratona Aquática foi incluída nos Jogos Olímpicos em 2008.

Figura 22: Capa jornal *O Globo Rio* – 16/08/2016.

O GLOBO

TUQUARA, 12 DE AGOSTO DE 2016 490.000 - 17.000.000 Irineu Marinho (1876-1925) — (1954-2011) Roberto Marinho BR/12.141.112 oglobo.com.br

RIO 2016
Prata da casa, Zanetti volta ao pódio

Atleta fica em segundo e faz planos para 2020; Poliana Okimoto é bronze na maratona aquática



Tônico. Arthur Zanetti encosta um dos braços no chão e levanta o corpo, como se fosse um gato. É o movimento que o atleta brasileiro, campeão olímpico em 2012, fez para conquistar a prata na final da barra fixa. O resultado, o primeiro medalha de prata para o Brasil em uma das modalidades de ginástica artística, foi comemorado por Zanetti, que já é bicampeão olímpico na barra fixa. Em 2012, ele conquistou a prata na final da barra fixa, com o mesmo resultado. Em 2016, ele conquistou a prata na final da barra fixa, com o mesmo resultado. Em 2016, ele conquistou a prata na final da barra fixa, com o mesmo resultado.

ESGOTO NO RIO
Privatizar saneamento pode render R\$ 1,5 bilhão

BNDES sugere dividir estado em 4 áreas para concessão
Modelo garantiria receita ao Rio e não elevaria custos a moradores, defende governo federal. Banco oferecerá crédito a juros menores

O BNDES apresentou ao governo do Rio uma proposta para privatizar o saneamento que pode gerar R\$ 1,5 bilhão em receitas ao estado. A proposta prevê a divisão do estado em quatro áreas para concessão. O modelo garantiria receita ao Rio e não elevaria custos a moradores, defende o governo federal. O BNDES oferecerá créditos a juros menores para as concessionárias.

Recuperação de débitos fiscais não avança

Mais curta, campanha eleitoral começa hoje

A campanha eleitoral começa hoje oficialmente em todo o país. Com duração máxima de 45 dias, a primeira eleição, a eleição para a prefeitura de São Paulo, começa hoje. A campanha eleitoral começa hoje oficialmente em todo o país. Com duração máxima de 45 dias, a primeira eleição, a eleição para a prefeitura de São Paulo, começa hoje.

Paralimpiada vende só 12% dos ingressos

Isaquias Queiroz tenta hoje primeiro ouro da canoagem

Brasil tem três duplas na semifinal do vôlei de praia

Queda de câmera aérea do COI deixa sete feridos

MP quer fim de inquérito sobre Pedro Paulo

Trump propõe teste ideológico para imigrante

PROGRAMA-SE-FINAL DO BOXE COM ROSSON CORRÊA E HANDEH

QUINTA DO DIA ZELIA DUNCAN
Futebol feminino tem suas regras próprias.

TIME DO DIA SHELDA
Alisson e Bruno foram os destaques.

GENTE BOA
Sem comentários. O caso Jurema faz festa democrática.

ANCELMO GOMES
Usain Bolt não ganhou a medalha de ouro.

MARCUS FAUSTINI
Emocionante ver a gente de fora tipo.

PRIMEIROS AMERICANOS
Novo estado rejeita proposta para a sobre os primeiros habitantes dos Estados Unidos.

SEGUNDO CADERNO CRÔNICAS RARAS
Cronica sobre a vida de Rubem Braga sobre música, política e literatura.

Poliana Okimoto teve uma carreira vencedora na maratona aquática com 14 anos de dedicação aos treinos em águas abertas, com ótimos resultados internacionais, conquistando em 2013, o ouro nos 10 km, a prata nos 5 km e o bronze por equipes no Mundial em Barcelona, na Espanha. A nadadora foi também campeã Mundial do Circuito de Maratonas Aquáticas de 2009, vencendo nove de 11 etapas. A atleta participou das Olimpíadas em Pequim 2008, quando a Maratona Aquática foi incluída nos Jogos, ficando com o oitavo lugar e em Londres 2012.

O discurso jornalístico ao utilizar o termo “herdou”, no que se refere à conquista da medalha de bronze de Poliana Okimoto, não valorizou a sua conquista, uma vez que o termo utilizado não demonstra o sacrifício, desafios e/ou as dificuldades que a atleta enfrentou durante a competição e em toda sua carreira. Nessa circunstância, o sentido é que a atleta simplesmente “herdou” a vitória sem nenhum esforço, que pode ser considerado como uma forma de discriminação velada, que leva à construção discursiva da sub-representação, remetendo à invisibilidade.

No dia 19 de agosto o jornal exibiu na capa duas fotografias, tendo como destaque a comemoração das velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael, com a legenda; *Navegar é preciso. As velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael comemoram a vitória na classe 49erFX. Foi o quarto ouro do Brasil nos Jogos Rio 2016.* A fotografia de Guito Moreto, de plano aberto, revela as velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael sentadas no veleiro virado na Baía de Guanabara, comemorando de braços erguidos, sorrindo, gritando a vitória na regata da classe 49erFX, que garantiu a medalha de ouro nas Olimpíadas, única medalha da modalidade da *Rio 2016*. A capa realçou a vitória das velejadoras, informando que a conquista seria o “quarto ouro do Brasil”, demonstrando a importância das mulheres na competição, contribuindo com as medalhas para o país (Figura 23).

A capa trouxe ainda uma chamada intitulada; *Banhos de Glória*, e o texto: *O Brasil pescou duas medalhas em águas cariocas ontem. O ouro saiu com Martine Grael e Kahena Kunze na vela, depois de uma regata final emocionante na Baía de Guanabara. E o canoísta Isaquias Queiroz ganhou segunda medalha, um bronze, na prova de 200m, na Lagoa.*

Figura 23: Capa jornal O Globo – 19/08/2016.

O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2016 - ANO XLIII - Nº 83326

Érica Marinho (1876 1925) - (2004-2005) Roberto Marinho

WWW.GLOBO.COM.BR

RIO2016

MENTIRA
Comitê olímpico americano reconhece erro de atletas e pede desculpas ao Rio

Comunicado é distribuído após divulgação das imagens que desmontam versão de nadadores sobre assalto em posto de gasolina

O comitê olímpico dos EUA reconheceu que os quatro nadadores mentaram ao afirmar que foram assaltados quando voltavam de uma festa na madrugada de sábado para domingo. Até agora, a entidade admitia a autenticidade das imagens divulgadas pela polícia, em que os nadadores posturam atos de vandalismo em posto de gasolina na flórida, sem aborrecidos por segurança e liberados após pagamento pelos prejuízos. O comitê condena ainda o comportamento dos atletas e pede desculpas "aos cidadãos do Rio e ao povo do Brasil pelo incidente". Apenas um dos envolvidos permanece no Brasil. **CADERNO ESPECIAL**

NAVIGAR É PRECISO. As velejistas Gabriela Kuhn e Martine Grael comemoram a vitória na classe 49erFX. Foto: quatro anos do Brasil nos Jogos 49/2016

BANHOS DE GLÓRIA

O Brasil perdeu duas medalhas nas águas cristalinas caribenhas. O ouro saiu com Martine Grael e Gabriela Kuhn na vela, depois de uma regata final emocionante na Ilha de Guanabara. E o ouro de bronze foi ganho por sua segunda medalha, um bronze, na prova de 200m, na Lagoa. **CADERNO ESPECIAL**

Ena casa dos EUA...

Bolt é tri também nos 200m e tenta o nono ouro hoje

Acordo garante verba da paralimpíada

DORRIT HARAZIM
Jogos do Rio marcam a vida das mulheres. **CADERNO ESPECIAL**

NELSON MOTTA
Foi às águas com as meninas do vôlei e do futsal. **PÁGINA 21**

TIME DE OURO LARS GRAEL
Técnica e forte, velejista brasileira precisa de destaque. **CADERNO ESPECIAL**

CRÔNICA DO DIA CORA RÔNAI
Assustando aqui ao preciso de destaque. **CADERNO ESPECIAL**

ANCELMO GOIS
Nadadores dos EUA são pegos no Rio-2016. **PÁGINA 21**

FERNANDO CALAZANS
Treinador de 2014 não pode ir ao Rio-2016. **CADERNO ESPECIAL**

GENTE BOA
Mejias, do Parque da Floresta, vai jogar em time profissional. **CADERNO ESPECIAL**

PEDRO DORIA
Olimpíada vira plataforma para lançamento da indústria digital. **PÁGINA 21**

ZÉLIA DUNCAN
O dia em que esportes com um atleta olímpico no Atene. **SÍNDROME CADERNO**

'Jornais são certificadores da realidade'

Novo presidente da ANJ, Marcelo Rech diz que o papel dos jornais é "certificar a realidade". **PÁGINA 10**

Dólar volta a subir e se afasta dos R\$ 3,10

Após atingir R\$ 3,13 no início do mês, o dólar fechou a R\$ 3,23 ontem. Temor sobre o ajuste fiscal e juros nos EUA pressionam cotação. **PÁGINA 22**

Geração sacrificada

A foto de Osmar Dias, 5 anos, refilado de escumbros, virou a imagem da guerra síria. **PÁGINA 27**

PSDB quer conter projeto político de Meirelles

PÁGINA 3

'A lei é sóbria'

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso, chamou a Lei da Ficha Limpa de "séria", após crítica de Gilmar Mendes. **PÁGINA 7**

ILIMAR FRANCO
O 1º anúncio de Temer será Confissão Reformas. **PÁGINA 2**

SEGUNDO CADERNO
"E o comitê", sucesso nos palcos dos anos 1990, ganha versão com nova lista de atores e diálogos.

RIO SHOW
Um passeio pela América Latina, com o encontro de diferentes culturas na Olimpíada.

2ª Edição • Preço: com circulação no Estado de Rio de Janeiro - R\$ 4,00 • O valor com esta edição é apenas para o Rio de Janeiro

Foto: [Imagens]

press ready

No texto chamada, novamente há uma exaltação da conquista da medalha de ouro por Martine Grael e Kahena Kunze, e logo em seguida o relato da segunda medalha do canoísta Isaquias Queiroz

A chamada da capa *Banhos de Glória* está relacionada com o fato de as atletas terem se jogado ao mar (banho) para comemorarem a medalha de ouro, e pelo fato da Marina da Glória servir como base para a disputa da Vela das Olimpíadas *Rio 2016*, mas, “glória” é um substantivo feminino com sentido de conquista, vitória, que valoriza a fato inédito das velejadoras brasileiras. Conforme Van Dijk (2017), os discursos não são só formas de práticas interacionais ou sociais, mas também expressam e transmitem sentidos e podem assim influenciar nossas crenças. A construção da chamada valoriza o êxito das velejadoras

No discurso jornalístico foram utilizados termos como “pescou”, como uma metáfora em relação à modalidade esportiva que acontece no mar; o “ouro saiu” para indicar a conquista das velejadoras, já que o Brasil estava com dificuldades para conquistar medalhas, pois muitas modalidades que foram tidas como favoritas não tiveram um bom desempenho; “regata emocionante” para indicar a performance das atletas. A vela é considerada um esporte associado a competições velozes, perigosas e emocionantes.

A disputa pela medalha foi apertada até a última regata, a concorrência estava forte, pois Martine Grael e Kahena Kunze chegaram nesta última etapa empatadas na pontuação com as duplas da Espanha e da Dinamarca - as três com 46 pontos - e ainda um ponto apenas à frente da dupla da Nova Zelândia. Mas na regata final conseguiram conquistar a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos *Rio 2016* na classe estreante no programa olímpico: a 49erFX.

Na construção discursiva da capa do jornal *O Globo Rio*, há uma consagração da conquista das atletas, que conquistaram uma vitória numa disputada acirrada, na raia do Pão de Açúcar, e garantiram a medalha de ouro por uma diferença de apenas dois segundos, somando 48 pontos, portanto com muita emoção, demonstrando a superação das atletas.

Vale ressaltar que com a conquista o Brasil chegou a sexta Olimpíada seguida com medalha na vela, portanto a conquista da Martine Grael e Kahena

Kunze, também contribuí para que a modalidade continuasse a sua trajetória de vitórias nos Jogos Olímpicos.

A Cerimônia de Encerramento das Olimpíadas *Rio 2016* aconteceu na noite do domingo 21 de agosto de 2016, no estádio do Maracanã. Foram 17 dias de competições e o Brasil conquistou 19 medalhas, sendo que 5 foram conquistadas pelas mulheres, sendo duas de ouro (judô e vela), uma de prata (vôlei de areia) e duas medalhas de bronze (judô e maratona aquática). Como o evento foi realizado no país, as análises das capas se mantiveram até o final do mês de agosto, para identificar se mesmo após o fim da *Rio 2016* haveria algum tipo de visibilidade e de valorização das conquistas das mulheres atletas olímpicas.

A capa do jornal *O Globo* do dia 23 de agosto reproduz como fotografia principal o aeroporto do Rio de Janeiro repleto de passageiros, e a segunda imagem da capa é a judoca Rafaela Silva, cercada por muitas pessoas, e com supostos seguranças em uma viela da Cidade de Deus, com a legenda; *Festa nas ruas. Ao lado de organizadores de carreata, Rafaela Silva desfila pelas ruas e vielas da Cidade de Deus, onde começou.* Há ainda um texto chamada em negrito intitulado; *Volta para casa da menina de ouro* e texto: *Campeã olímpica de judô, Rafaela Silva participou de carreata pelas ruas da Cidade de Deus e se disse feliz por servir de exemplo às crianças do lugar* (Figura 24).

O discurso jornalístico da capa dramatiza a volta da judoca Rafaela Silva para a Cidade de Deus, ao mesmo tempo em que exalta o exemplo da campeã olímpica para as crianças do lugar. A primeira formação discursiva “Campeã Olímpica” de judô remete novamente à “guerreira” que é recebida com festa no local onde começou sua história como atleta e se mostra como uma inspiração para todos, em especial para as crianças, demonstrando que o esporte é um mecanismo de superação. Por outro lado, a judoca é também apresentada como “menina de ouro”, em uma construção discursiva que fragiliza a judoca. A fotografia da capa corrobora esse sentido, já que apresenta a judoca em meio plano, sorrindo, com a medalha no pescoço, mas encolhida, de forma tímida, ao ser envolta pelos organizadores da carreata, supostamente dois homens e uma mulher, o que remete a um sentido de proteção, de cuidado, contrariando a imagem da atleta vencedora que conquistou o ouro olímpico.

Figura 24: Capa jornal *O Globo* Rio – 23/08/2016.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2016 - 19:30 - R\$ 1,00 - (1501 2003) Roberto Marinho R\$ 1,00 - oglobo.com.br

RIO 2016

Passou no teste. Passageiros que deixaram o Rio em um embarque de 30 minutos no Aeroporto Internacional, recém-reformado, o terminal, que ficou superlotado com o fim dos Jogos, ficando na semelhança de problemas.

Boulevard Olímpico ganhará 26 quiosques

Área no Porto, que atraiu público de até 1 milhão de pessoas, será eternizada.

Um dia após o fim dos Jogos, que receberam elogios da imprensa internacional, a prefeitura anunciou que o Boulevard Olímpico será eternizado e ganhará 26 quiosques. No sequência, o legado para a cidade serão três mil câmeras, dois helicópteros e um novo Centro de Inteligência na PF. Ontem, as 85 mil pessoas que passaram pelo Galeão, reformado, embarcaram para longos, mas rápidos. **CAEDINO ESPECIAL**

Festa nas ruas. Ao lado de organizadores da cerimônia, Rafaela Silva exulta pela sua e pelas da Cidade de Deus, onde nasceu.

Volta para casa da menina de ouro

Campeã olímpica de judô, Rafaela Silva participou de reunião pelas ruas da Cidade de Deus e se disse feliz por servir de exemplo às crianças do lugar. **CAEDINO ESPECIAL**

Paralimpíada tem alta na venda de bilhetes

Meta final dos Jogos avançou a busca ainda liberada pelo evento paralímpico que superou os outros os 300 mil (17% ingressos vendidos). **CAEDINO ESPECIAL**

Nadador americano Ryan Lochte já perdeu quatro patrocinários

Tite convoca 7 campeões dos Jogos para eliminatórias

Rumo a Tóquio

Para quem está com saudades, hora de preparar: viagens para os Jogos de 2020 pode custar: R\$ 30 mil por pessoa. **CAEDINO ESPECIAL**

DORRIT HARAZEM
Foi a última Olimpíada neste modelo. Mas deu certo, parte. **CAEDINO ESPECIAL**

MIRIAM LEITÃO
Trabalhos continuam para reforçar o legado e o sucesso dos Jogos. **PARA 16**

CARLOS ANDREAZZA
Vibração de Thiago Braz não se presta à exploração política. **MEGUE 16**

MUDANÇA À VISTA

Estado do Rio decide privatizar saneamento

Governo estadual pediu ao BNDES a inclusão no programa de concessões

O Estado do Rio enviou carta ao RN DES solicitando sua inclusão nas prioridades do setor de saneamento. Informou o secretário executivo do Progra-

ma de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal, Moreira Franco. O modelo proposto pelo BNDES prevê a divisão do Ito em quatro áreas de con-

cessão. Os próximos estados a participarem das privatizações em saneamento devem ser Bahia e Espírito Santo, acrescenta Moreira. **PÁGINA 16**

E para a semana



ORIENTADOR
GENETON MORAES NETO



Un jornalista que reverencia a História. **SEGUNDA**

TOOTS THIELEMANS

Compostare e esporre
da suite, spesso casare

SEGUNDO CADERNO

STAGNANDO/CONTINUO
Peter Raper lança duas HQs e vem ao Brasil para a Comic Con Experience.

2ª Edição • Pequena coleção para o Estado do Rio de Janeiro • R\$ 4,00 • Grátis com esta edição Segunda Edição

Nesse sentido, entende-se que os discursos sobre a fragilidade feminina, a beleza e a graciosidade, baseados em pressupostos biológicos e na anatomia de seus corpos que se fizeram presentes historicamente, ainda persistem na atualidade, mas agora de maneira sutil, quase velada. O judô é considerado uma arte marcial que tem por objetivo desenvolver técnicas de defesa pessoal, fortalecer o corpo, o físico e a mente de forma integrada. Ao apresentar uma lutadora de judô, medalha de ouro, como menina, é como se o jornal apesar de noticiar o fato, encobrisse o seu protagonismo de mulher atleta.

Mas a chamada apresenta “*Campeã olímpica de judô, Rafaela Silva participou de carreata pelas ruas da Cidade de Deus e se disse feliz por servir de exemplo às crianças do lugar*”. Cidade de Deus, considerada uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, local em que atleta morou quando criança e que influenciou na sua personalidade, devido as brigas e agressividade das ruas e contribui para torná-la uma lutadora e vencedora. A fala da judoca referindo-se a ser um exemplo para as crianças do lugar demonstra a força do esporte no contexto social.

Sabe-se que o esporte corrobora a construção de uma estrutura heroica, com valores como a luta, o confronto, o domínio, a ascensão e a vitória, sendo capaz de influenciar crianças, devido a sua trajetória da periferia ao pódio olímpico. Uma mulher negra, vinda de uma favela, ao tornar-se campeã olímpica é considerada uma heroína e pode inspirar muitas gerações de crianças a sonharem com uma mudança de vida através do esporte.

Considera-se que o discurso da capa apresenta uma problematização, pois ao mesmo tempo que apresenta a judoca como ‘menina’ e uma ‘imagem’ que a fragiliza, por outro lado o jornalismo esportivo também contribui para criar ídolos e a figura de uma heroína, quando a apresenta como a ‘campeã olímpica de judô’, que provou através do esporte, que pode superar as dificuldades e servir de exemplo para muitas crianças brasileiras que sonham com uma oportunidade na vida.

O jornal *O Globo Rio* do dia 26 de agosto trouxe um texto chamada no rodapé da capa; *Fabiana Murer se aposenta* (Figura 25). Fabiana Murer é bicampeã mundial do Salto com Vara, e logo após o término da *Rio 2016*, em que foi desclassificada na fase das eliminatórias, anunciou sua aposentadoria.



A carreira da atleta Fabiana Murer é vencedora, pois é bicampeã mundial, pan-americana, recordista brasileira e sul-americana do salto com vara e pode ser uma inspiração para as futuras gerações de atletas. O salto com vara, é uma modalidade inserida desde os primeiros Jogos Olímpicos de Atenas em 1896 para os homens e em Sydney 2000 para as mulheres. Mas quando a atleta Fabiana Murer iniciou sua carreira em 1997, o salto com vara não era uma modalidade esportiva conhecida no Brasil. A atleta competiu durante 19 anos em uma prova sem representatividade de brasileiros em grandes competições, mas em outubro de 2011, Fabiana Murer tornou-se a primeira atleta do país a sagrar-se campeã mundial, escrevendo seu nome na história do atletismo no Brasil.

Na capa do Jornal *O Globo Rio*, outras notícias no rodapé da página receberam imagem, mas a aposentadoria da atleta Fabiana Murer foi informada em um pequeno texto chamada, o que reforça a construção discursiva da invisibilidade. Os veículos de comunicação são responsáveis por atribuírem tratamento diferenciado nas coberturas esportivas entre os homens e as mulheres atletas, atuando como um elemento forte para a manutenção da invisibilidade feminina (ROMERO, 2004).

A realidade vivenciada pelas mulheres esportistas envolve as questões de gênero, pois não possuem as mesmas oportunidades que os homens, faltam incentivos para as atletas, valorização de suas conquistas e o interesse da mídia esportiva em noticiar as modalidades, a carreira, contribuem para que a mulher atleta ocupe um lugar de coadjuvante no cenário esportivo brasileiro.

Destaca-se que na campanha lançada em 2015 pelo COB “Um Time – Uma Nação”, que convocava a torcida para incentivar os atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos *Rio 2016*, Fabiana Murer, do salto com vara foi apresentada como destaque, pois era uma das esperanças de medalhas nos Jogos Olímpicos para o Brasil, mas em 2016 apresentou problemas com uma hérnia de disco na reta final de preparação para os Jogos, e durante a competição nas provas eliminatórias do salto com vara na *Rio 2016* não conseguiu acertar as tentativas e reafirmou a sua decisão de encerrar a carreira. A atleta conquistou várias medalhas em mundiais e quebrou vários recordes, contribuindo com o crescimento do salto com vara no Brasil, mas de alguma forma, suas vitórias tornaram-se invisíveis e esquecidas em nossa sociedade diante de sua aposentadoria.

5.2.3.2 Análise das Capas do Caderno Especial *Rio 2016*

O *Caderno Especial Rio 2016* foi encartado no jornal *O Globo Rio*, com algumas edições publicadas no mês de julho, em forma de contagem regressiva para o início dos jogos, trazendo reportagens a respeito das modalidades olímpicas, arenas, vila olímpica, infraestrutura e legado para a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o corpus de análise está baseado no mês de agosto, o mês

das Olimpíadas, tendo o dia primeiro como a primeira edição e o dia vinte e três de agosto de 2016 como a última, totalizando 23 *Cadernos Especiais Rio 2016*, na versão em português.

Mediante as análises das capas do *Caderno Especial Rio 2016* busca-se compreender as construções discursivas e representações através dos textos e imagens. Os Cadernos Especiais, de forma geral, trabalham com uma capa-cartaz que pode ser considerada como uma “peça de arte”, dependendo de variáveis aleatórias como a circunstância do dia, a ocorrência de um fato-síntese, a existência da imagem forte, a inserção de uma única imagem preponderante, e a legenda indicando a extensão da matéria (FERREIRA JUNIOR, 2003).

O *Caderno Especial Rio 2016* teve o formato tabloide e as edições tiveram quantidade de páginas diferenciadas, sendo a menor com doze e a maior com vinte e quatro páginas. A maioria das capas seguiram o mesmo formato editorial, o logotipo *Rio 2016* no topo superior da página, uma foto em destaque (capa/cartaz), uma única reportagem chamada e o rodapé com as logomarcas dos patrocinadores.

Do total de 23 capas do *Caderno Especial Rio 2016* no corpus desta pesquisa, (n=6 / 26%) apresentaram mulheres olímpicas; (n=11 / 48%) trouxeram os homens atletas e (n=6/26%) divulgaram imagens relacionadas à abertura e encerramento dos jogos e da torcida, sendo a capa cartaz uma expressão imagética que impacta o leitor. Inicialmente foi realizado um mapeamento do percentual de imagens nas quais as mulheres atletas foram retratadas nas categorias: fora do contexto esportivo, em performance no esporte ou em comemoração ou tristeza, as mesmas utilizadas anteriormente para a análise das capas do jornal *O Globo*.

Nas capas que apresentaram mulheres olímpicas (n=3 / 50%), as atletas foram retratadas em ação no esporte e (n=3 / 50%) nos momentos de comemoração pelas conquistas. No caso dos homens (n=5/ 45%) consistiam em imagens que mostravam o desempenho em ação no esporte e (n=5 / 45%) em momentos de comemoração e (n=1 / 10%) em outras situações inseridas no contexto esportivo.

Os esportes apresentados nas capas, conforme Quadro 08, foram a ginástica artística, o judô, atletismo e a vela, tendo como destaques as atletas

olímpicas brasileiras: Flávia Saraiva, Rafaela Silva, Mayra Aguiar, Kahena Kunze e Martine Graef, e as estrangeiras: Elaine Thompson e Sanne Wevers.

Quadro 8: Corpus de Análise – Capas do *Caderno Especial Rio 2016*.



Fonte: Autora (2018)

A primeira edição do *Caderno Especial Rio 2016* que trouxe uma atleta olímpica na capa foi veiculada no dia 08 de agosto, e apresenta a ginasta Flávia

Saraiva em uma fotografia do fotojornalista Guito Moreto. A imagem de plano aberto, com enquadramento de corpo inteiro em um movimento de dança artística, mostra o corpo da atleta em ação no esporte, suspenso no ar, e a graciosidade da ginasta, com a manchete: *Dança da Juventude*, e texto chamada: *Flávia Saraiva e Rebeca Andrade injetam brilho na seleção de ginástica artística, que vai à final junto com os homens*, e legenda: *Evolução. Flávia Saraiva disputará final individual geral e na trave* (Figura 26).

A ginástica artística é uma modalidade presente nas Olimpíadas desde os Jogos de Atenas (1986), porém somente em 1928, nas olímpiadas de Amsterdã, as mulheres puderam iniciar sua participação. Hoje, a ginástica artística reúne homens e mulheres com separações e restrições no que tange aos aparelhos, na busca da perfeição dos movimentos, tendo como características: a força, leveza e o equilíbrio. Na ginástica artística as provas masculinas se caracterizam por manobras de força nas rotinas acrobáticas dos ginastas com os aparelhos: argolas, cavalo com alças, barra fixa e barras paralelas. Já nas provas femininas os aparelhos utilizados são: paralelas assimétricas e a trave de equilíbrio, que exigem habilidades de equilíbrio e leveza. Na ginástica artística há ainda o aparelho solo, presente nas duas modalidades (masculina e feminina), só que com um fator de diferenciação; na prova feminina é utilizado um fundo musical, assim na avaliação leva-se em consideração a precisão dos movimentos, o ritmo e a graça nos exercícios. Nas provas masculinas não há música.

A manchete: *A Dança da Juventude* reforça justamente um diferencial existente entre as modalidades masculina e feminina, “a dança”, mas também corrobora os valores da sociedade em que a juventude e beleza são cultuadas. A ginástica artística tende a transformar o corpo das mulheres, que precisam de força nas pernas, portanto há um desenvolvimento nas coxas para terem mais equilíbrio em traves, e braços fortes, importantes nos aparelhos em que há suspensão e sustentação do corpo. É importante pensarmos que a construção e negociação das diferentes identidades passam hoje, necessariamente pelo corpo, mas, ainda assim, o corpo da atleta está incorporado aos padrões estéticos hegemônicos estabelecidos e naturalizados.

Figura 26: Capa do Caderno Especial Rio 2016 – 08/08/2016.



A nova geração da ginástica feminina mostrou a que veio, ontem, na Arena Olímpica Rio, e levou o Brasil, com um quinto lugar, para a final por equipes, o espaço mais nobre da modalidade. As estreantes Flávia Saraiva e Rebeca Andrade, que também vão disputar as provas individuais, mostraram maturidade e assumiram sem medo os papéis de protagonistas ocupados até Londres-2012 por Duane dos Santos, hoje aposentado, e Daniele Hypólito, ainda na seleção.

Rebeca, que chegou a liderar a classificação geral antes de as americanas se apresentarem, passou bem por todos os aparelhos e vai em busca de uma medalha no individual geral. Já Flávia, como é carinhosamente chamada pe-

las companheiras, vai disputar a decisão no individual geral e na trave. A apresentação sobre a trave, aliás, arrancou muitos aplausos do público e a nota 15,183 dos juízes. É a candidatura mais sólida do Brasil pela medalha.

— Eu não quero colocar muita expectativa (em torno da chance de pódio), porque estou tentando fazer o meu melhor. Se Deus quiser, e eu conseguir uma medalha, vai ser uma alegria muito grande — disse Flávia.

Rebeca poderia ainda buscar a classificação para a etapa decisiva do salto, já que alcançou uma nota alta em sua primeira tentativa (15,56). A comissão técnica, no entanto, preferiu prosseguir a ginasta de um segundo movimento

— que valerá para a disputa do aparelho —, em função de uma cirurgia no joelho, feita há um ano. O índice, portanto, foi válido apenas para a disputa geral e para ajudar a equipe.

Meus treinadores sempre acreditaram que, um dia, em uma Olimpíada, eu poderia ir para a final do individual geral. Agora me dá vontade de sempre querer mais — afirmou Rebeca.

Dunkle, em sua quinta e última Olimpíada, corrigiu, caiu no chão, e se despediu da possibilidade de uma final no solo. Pediu desculpas à torcida — “uma forma de carinho com o público”, explicou depois —, foi aplaudida e saiu da área de competição com a sensação de dever cumprido.

— É a finalização de um ciclo. Agente veio ha-

talhando muito para esse momento. Agora é aguardar o próximo grupo e vir com tudo para a final por equipes. Lá tenho certeza que a gente vem bem forte — disse, algumas horas antes de a vaga da equipe ser confirmada.

Pela ordem, EUA, China, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Brasil, Japão e Holanda passaram para a decisão. Hoje, a partir das 10h, a seleção masculina disputa a final por equipes, na primeira vez em que o conjunto completo se classificou para uma edição dos Jogos Olímpicos. A seleção vai alçar a toação pelas argolas, especialidade de Arthur Zanetti, Diego Hypólito, Sérgio Sasaki, Arthur Nory e Francisco Barreto completam o conjunto. **PÁGINA 3**



Para Romero (2004), o esporte reproduz relacionamentos patriarcais, enfatizando uma suposta superioridade masculina. Para a autora, os veículos de comunicação também são responsáveis, uma vez que tendem a enfatizar as diferenças fisiológicas entre os sexos de forma naturalizada, quando destacam a graciosidade da mulher atleta e a forma muscular do homem. O *Caderno Especial Rio 2016*, ao destacar na capa a juventude e a graciosidade da atleta, apresenta na construção discursiva atributos relacionados à aparência, ao corpo e não à performance da atleta, e por outro lado demonstra que ainda existe o reforço da mídia para modalidades esportivas propagadas como “adequadas” às mulheres em relação à identidade de gênero, problematização e à construção da feminilidade.

Para Goellner (2007b), a produção de identidade de gênero perpassa pela construção de corpos masculinos e femininos e nas marcas que neles se inscrevem. O corpo é provisório, é mutável, suscetível a inúmeras intervenções de acordo com o “desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que criam sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz, as marcas que o identificam”. Nesse sentido, o corpo se constrói a partir de seus elementos biológicos e da sua inserção na cultura, e tem no esporte um espaço de produção de corpos generificados, mais especificamente, o corpo feminino.

O esporte tornou-se um espaço em que os corpos femininos são generificados e espetacularizados, dado que na cultura contemporânea estão cada vez mais expostos pela exibição de performances aprimoradas, pela construção de corpos comumente identificados como perfeitos, ou ainda pela associação da sua prática com a aquisição de saúde e de beleza. Assim, o campo esportivo também se mostra como espaço de afirmação de um corpo minuciosamente construído e desejado, devido às representações positivas que a ele se conectam quando são ressaltadas a beleza, potência, plasticidade, produtividade e exuberância (GOELLNER, 2007b).

No campo esportivo, há várias formas de discriminação das mulheres, e se acentua em modalidades que reforçam a feminilidade por meio de gestos e dos uniformes, desenhados para darem destaques a beleza das atletas, como na ginástica, vôlei, entre outros. Conforme Marques; Cafeo (2017), ainda hoje a mulher atleta carrega os estereótipos relacionados aos esportes apontados como

“masculinos”, evidenciando a dominação masculina nos espaços esportivos, onde a aparência e a imagem corporal das mulheres são passíveis de julgamentos e comportamentos machistas e sexistas da mídia e da sociedade em geral.

Para Simões, Cortez, Conceição (2004, p. 152), os homens ainda possuem uma dificuldade de enxergarem as mulheres como esportistas; “ou a vê como rival, quando ostenta músculos parecidos com os seus, ou como fêmea, quando exhibe – nos esportes que não ocultam seu poder de sedução – seu potencial de erotismo em cada movimento”. Neste contexto, algumas modalidades esportivas, pelas suas características de movimentos e dos uniformes também reafirmam as questões de gênero relacionadas a feminilidade.

As mulheres do esporte também vivenciam ainda hoje muitas dificuldades em relação a sua identidade e representação social, já que há um senso comum institucionalizado do papel da mulher e de sua valorização na maioria das vezes, não como atleta ou pelo seu desempenho, mas como “musa” do esporte, dando destaque para sua beleza. É fato que algumas modalidades como a ginástica a graciosidade e beleza também são critérios utilizados nas competições (MARQUES, CAFEO, 2017).

Segunda a Ph.D. em Sociologia Lisa Wade, do *Occidental College* - EUA, em artigo publicado no site *Sociological Images* “a sexualização de meninas e a infantilização de mulheres adultas são dois lados da mesma moeda. De um lado, a cultura infantiliza e objetifica as mulheres, e de outro sexualiza as crianças”, portanto são duas maneiras de representar a juventude, a inexperiência e a inocência, características sensuais nas mulheres, mas não nos homens (WADE, 2018). A construção discursiva da capa do *Caderno Especial Rio 2016* reforça a diferença de poder entre homens e mulheres, em que vulnerabilidade, fraqueza e dependência e seus opostos são traços de gênero desejáveis nas mulheres, porém não nos homens. Desta forma, o jornal, no seu discurso, corrobora para que representações já naturalizadas das mulheres continuem no imaginário coletivo.

Seguindo essa linha de argumentos, Goellner (2012) problematiza que para as mulheres não basta serem boas atletas através do desempenho esportivo, é necessário terem beleza e serem “atletas boas” para conquistar visibilidade midiática. Existe também um assédio moral e sexual, erotizando o modo como se referem às atletas e subvalorizando o esporte como sua ocupação profissional. Há

ainda um senso comum de que a sociedade aceita melhor as mulheres que praticam esportes supostamente femininos, isto é, aqueles que não encontram contradições nos meios sociais, e incluídos em um padrão esteticamente aceitável.

A beleza física, quando se trata de atletas mulheres, ainda é retratada na mídia como um dos seus maiores atributos, muitas vezes em detrimento de seu desempenho esportivo, da qualidade técnica, das vitórias e das conquistas das esportistas, reforçando a violência simbólica a que as mulheres estão sujeitas. Sob outra perspectiva, as modalidades de alto contato praticadas por mulheres não possuem espaço na mídia e enfrentam dificuldades na busca de patrocínios e de recursos, pois estes esportes reforçam atributos no corpo das atletas, considerados como masculinos. (MARQUES, CAFEO, 2017).

Na capa do *Caderno Especial Rio 2016*, o texto faz, ainda, referência às ginastas Flávia Saraiva e Rebeca Andrade, que na época da *Rio 2016* tinham 16 e 17 anos respectivamente, eram duas adolescentes e utilizam o termo “*injetam brilho*” na seleção de ginástica artística, para mostrar que as atletas estavam se destacando na competição, mas no discurso reconhece-se o culto à juventude, modelado segundo os padrões estéticos femininos dominantes que a sociedade impõe há séculos.

O texto da capa faz referência à seleção de ginástica artística que iria disputar a final, utilizando novamente uma notícia em conjunto para informar “que vai à final junto com os homens”. Existe uma prática dos veículos de comunicação de banalizar as conquistas das mulheres e/ou minimizar o seu protagonismo, reafirmando as conquistas dos esportes masculinos sobre os femininos, o que conduz a uma sub-representação das mulheres atletas. Por outro lado, da atleta do corpo em movimento, a modalidade esportiva, o tipo de uniforme, ou seja, os elementos que foram realçadas pela capa remetem a um ideal de corpo que valoriza a beleza e a juventude, ou seja um corpo sem destituir-lhe a feminilidade, levando à uma sexualização da ginasta.

A capa do dia 09 de agosto, do *Caderno Especial Rio 2016*, exibe uma fotografia de Danilo Verpa, da *Folha Press/NOPP*, da judoca Rafaela Silva em um golpe *wazari* contra a judoca da Mongólia Sumiya Dorjsuren, líder do ranking mundial. A imagem em plano aberto apresenta as duas atletas no momento do golpe, sendo que a judoca Rafaela Silva está em movimento no ar e é possível ver

o rosto da atleta, que expressa força. A legenda; *Saber cair. A brasileira reage e faz a mongol cair sobre as costas no lance que lhe deu a vitória* (Figura 27).

Na construção discursiva, a metáfora “Saber cair” está relacionada com o fato da judoca Rafaela Silva, em Londres 2012, ter sido desclassificada na final e receber várias ofensas nas redes sociais. Logo após Londres 2012, a judoca pensou em desistir da carreira de atleta, mas teve força para continuar e após quatro anos se superar na Olimpíada *Rio 2016*, conquistando a medalha de ouro.

A capa trouxe ainda um texto chamada com o título; *Mina de Ouro*. Com o texto: *Graças a um par de mãos fortes, a Cidade Maravilhosa aplaudiu a Cidade de Deus. Vinda de comunidade, Rafaela Silva superou o trauma de Londres 2012, para chegar ao alto do pódio. Após a luta final, a atleta disse: Hoje eu não fui vergonha para minha família. Foi um orgulho. E para o Brasil inteiro.* Os elementos textuais que se destacaram “vitória e superação” da atleta Rafaela Silva, bem como a fala da própria atleta quando reafirmou que sua conquista era um orgulho para a sua família e para o Brasil inteiro. O interdiscurso está presente nessa capa, pois o trauma da desclassificação em Londres-2012, em que a atleta foi crucificada por um golpe irregular na final, e recebeu muitas críticas na internet foi controlado. A capa apresenta ainda vários verbos como “aplaudiu”, “superou”, “chegar” e adjetivos “alto do pódio”, “luta final” para a construção discursiva de representar a judoca como uma guerreira (Figura 27).

A fala da atleta “Hoje eu não fui vergonha para minha família. Foi um orgulho. E para o Brasil inteiro”, demonstra o sentimento de superação da judoca. Em 2012 quando a judoca foi desclassificada nos Jogos Olímpicos de Londres, na fase prévia depois de aplicar um golpe irregular, Rafaela Silva foi vítima de vários insultos racistas e ofensas nas redes sociais por brasileiros, que contestavam sua capacidade como atleta, que quase a levaram a um estado de depressão e a quase desistir do esporte. A prática esportiva de atletas profissionais, estão atreladas a fatores como dinheiro, reputação, derrotas e sucesso, envolvendo também a pressão psicológica que exige um controle emocional e momentos de superação. Assim, a construção discursiva do texto da Capa do Caderno Especial remete a uma guerreira do tatame e da vida, que conseguiu superar as adversidades e após quatro anos do incidente tornou-se Campeã Olímpica no judô na *Rio 2016* e motivo de orgulho para os brasileiros.

Figura 27: Capa do *Caderno Especial Rio 2016* – 09/08/2016.



MINA DE OURO

Graças a um par de mãos fortes, a Cidade Maravilhosa aplaudiu a Cidade de Deus. Vinda da comunidade, Rafaela Silva superou o trauma de Londres-2012 para chegar ao alto do pódio. Após a luta final, a judoca disse: "Hoje eu não fui vergonha para a minha família". Foi um orgulho. E para o Brasil inteiro. **PÁGINA 3**



A manchete da capa: *Mina de Ouro*, faz menção à performance vitoriosa da atleta na conquista da medalha de ouro, sendo que *Mina* pode reporta-se à uma gíria utilizada na comunidade para se referir à “menina”, já que a atleta na sua infância morou na Cidade de Deus, mas também ao local de garimpo do ouro, metal nobre, símbolo de riqueza e poder.

O judô é um esporte que por muito tempo foi uma reserva masculina devido à construção da representação social de que a mulher deveria ser feminina, isto é: bela, graciosa, passiva, entre outros. A modalidade era difundida para as mulheres como uma prática que leva a uma aparência de “masculinização”, em especial por tratar-se de uma luta que exige treinamento de alta performance, moldando os corpos através de músculos. Assim, o judô é um esporte que questiona a feminilidade e leva as atletas a perturbações em relação à própria aparência.

Por certo, seus corpos tencionam olhares acostumados ao mesmo, pois desestabilizam e colocam em xeque representações que identificam serem virtuosas as atitudes belas e femininas de um corpo de mulher em ação. Para além dos imaginados danos físicos que esses esportes considerados como violentos podem causar às mulheres (e que também causam aos homens) outro perigo se avizinha: o temor à “masculinização” (GOELLNER, 2007a, p. 7).

Para a autora, a sociedade ao apoiar-se na heterossexualidade e na maternidade como norma, tanto quanto na representação da “mulher masculinizada”, faz da identidade das mulheres algo fixo, impenetrável, que traz em si formas rígidas de ser e de vivenciar suas experiências, associando a sexualidade à reprodução. É fato que esses modelos são cada vez mais questionados, no entanto é importante que ao debater a atuação de mulheres em esportes de força, seja também questionado como as questões de gêneros e as representações das mulheres, que ao assumirem um modelo como dominante, questionam a representação hegemônica da feminilidade.

A capa do *Caderno Especial Rio 2016*, ao apresentar no texto “*Graças a um par de mãos fortes*” atribuí à judoca uma das características evidenciadas como masculinas (força), condizente com os estereótipos produzidos na sociedade e com os valores preconizados pelo esporte. A construção discursiva de empoderamento de Rafaela Silva na prática do judô é também um posicionamento contra a

dominação masculina e sexista da sociedade, que questiona o mito da fragilidade feminina. Para Miragaya (2018), a mulher olímpica é um modelo ideal para consolidar igualdade de direitos, e incentivar as mulheres no seu novo papel na sociedade. Cabe às mulheres, nas áreas dos esportes hoje, fazerem suas escolhas, se querem escolher e seguir o exemplo do herói masculino ou desenvolver seu próprio construto feminino como heroínas

Para a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), o judô é o esporte individual com o maior número de medalhas olímpicas para o Brasil. No total são 22 medalhas, sendo 4 ouros, três pratas e 15 bronzes. As medalhas de ouro foram conquistadas por Aurélio Miguel nos Jogos de Seul em 1988; Rogério Sampaio nas Olimpíadas em Barcelona em 1992; Sarah Menezes nos Jogos Olímpicos em Londres 2012, e Rafaela Silva nas Olimpíadas *Rio 2016*. Entretanto, segundo matéria no site de *O Globo Esporte* (2018)¹⁸, o judô masculino brasileiro passa pela pior fase em 35 anos. Na última Olimpíada *Rio 2016*, Rafaela Silva conquistou medalha de ouro, Mayra Aguiar e Rafael Silva medalhas de bronze.

Em tempos de efervescência do feminismo, é muito importante para as mulheres atletas terem as suas conquistas valorizadas, em especial pelo reconhecimento através da mídia. A mídia faz mais do que criar imagens paralelas de homens e mulheres atletas, ela também cria e enfatiza as relações de gêneros no esporte, assim como pode contribuir para reafirmar estereótipos e/ou ressignificar novos papéis sociais. Da mesma forma que “o esporte construiu e superenfatizou a hierarquia e as diferenças entre os sexos, a mídia construiu visualizações entre homens e mulheres com base em definições tradicionais de feminilidade e masculinidade” (ROMERO, 2004, p. 224).

Para Alonso (2003), os esportes oportunizam às mulheres um espaço para adquirirem respeitabilidade e reconhecimento social, destruindo falsos estereótipos femininos associados à fraqueza física e psicológica. Corroborando esse pensamento, o judô feminino do Brasil vem se destacando nas Olimpíadas, e a capa do *Caderno Especial Rio 2016* promove a representação da judoca Rafaela Silva como guerreira, valorizando sua conquista.

¹⁸ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/brasil-em-toquio/noticia/pior-fase-em-35-anos-o-judo-masculino-brasileiro-em-xeque.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2018

A Capa do *Caderno Especial Rio 2016* do dia 12 de agosto (Figura 28), apresenta a atleta brasileira Mayra Aguiar em uma fotografia de plano superior com fundo desfocado, do fotógrafo Marko Djurica, da Reuters. Na imagem a judoca está com o uniforme do Brasil (abrigo), sorrindo, segurando a medalha de bronze com a mão direita e levantando-a perto do rosto, com a legenda; *Sorriso de Campeã. Mayra Aguiar exhibe a medalha de bronze.*

A matéria abaixo da imagem em destaque de Mayra Aguiar apresenta todo o contexto que a atleta enfrentou para a conquista da medalha de bronze no judô na categoria de 78 quilos, quinze minutos após perder na semifinal para a francesa Audrey Tcheumeo, por punições, e descreve passo a passo o golpe utilizado pela judoca para a vitória contra a cubana Yalennis Castillo. As atletas Sahah Menezes, Rafaela Silva e Mayra Aguiar são retratadas na reportagem como uma geração de sucesso para o judô feminino no Brasil, que passa por uma ótima fase com conquistas no mundial do judô e nos jogos olímpicos.

A capa do *Caderno Especial Rio 2016*, apresenta como elemento textual principal, a manchete: *Garota heavy metal. Com o bronze, Mayra Aguiar se torna primeira brasileira a ter dois pódios individuais e se firma como referência na geração.* A construção discursiva “*Garota heavy metal*” remete ao “metal”, liga metálica amarelada, que representa o “bronze” da medalha, e destaca o feito inédito da atleta de ser a primeira brasileira a ter dois pódios individuais nas Olimpíadas. Por outro lado, “*heavy metal*” é um gênero do rock, que surgiu na virada dos anos 1970, no Reino Unido e Estados Unidos, utilizando um som com guitarras distorcidas e batidas pesadas. Assim, “*heavy metal*” é também utilizado como uma gíria em um sentido mais amplo como “força”, que é uma característica importante do judô.

A judoca Mayara Aguiar fez sua estreia pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos do Rio 2007 com apenas 15 anos, conquistando a medalha de prata após perder a final para a ex-judoca, Ronda Rousey. Nas Olimpíadas de 2012, Mayara Aguiar foi medalha de bronze, e logo após os Jogos passou por uma cirurgia no ombro direito e por um longo período de recuperação, voltando a competir somente em 2013, ano em que conquistou a Medalha de Ouro no Mundial de Judô.

Figura 28: Capa do Caderno Especial Rio 2016 – 12/08/2016.

O GLOBO

RIO 2016

Garota heavy metal

Com o bronze, Mayra Aguiar se torna primeira brasileira a ter dois pódios individuais e se firma como referência na geração

Berlim de campeão. Mayra Aguiar sobe o pódio com a medalha de bronze

MPH MEDALHA
Mayra Aguiar
Bronze categoria até 78 quilos

Mayra obtém um yuko no início da luta: "Ela aplica sua técnica, golpe forte, depois, adversidade até a bronca", afirma Tadeu Carvalho, atleto e professora de lutas da rede Bodytech.

1 Mayra inicia a luta contra a cubana Yalennis, buscando uma variação de pegada, segurando no gola por trás

2 Ela aplica em Yalennis um golpe de braço, faz o choke. Abaixa a perna, encosta para ajustar a projeção

3 A brasileira projeta a cubana, que cai lateralmente no solo. Mayra consegue um yuko com duas segundos de luta

4 Mayra tenta uma imobilização na sequência da queda. A cubana encosta as pernas para se defender

Meia-guarda

Lateral das costas

Pequim 2008. Sarah também foi ao megaevento chinês, e assim como Mayra, perdeu na primeira luta. Em Londres 2012, a gaúcha chegou como favorita, a líder do ranking de sua categoria. Sem holofotes ou maiores expectativas, Sarah teve tranquilidade para conquistar o primeiro ouro de uma judoca brasileira. Três dias depois, Mayra conquistou seu primeiro bronze.

A relação entre Rafaela e Mayra é ainda mais estreita. Rafaela só decidiu levar o judô a sério depois que viu uma menina quase de sua idade se lutar na seleção. A gaúcha é sua ídola. Portanto, não é exagero dizer que o ouro de Rafaela não existia sem a porto-alegrense, que está na seleção adulta desde 2007.

AMERICANA GANHA SEGUNDO OURO E SE APOSENTA
Se Rafaela e Sarah se aposentaram no ombro de Mayra para chegar ao ouro, é justo lembrar de Kikelynn Queiroz, de 28 anos, pincheira brasileira a subir em um pódio olímpico de judô com o bronze em Pequim-2008, que também foi uma importante referência para esta geração nascida no início dos anos 1990.

Outrem, Mayra merecia mais. Na semifinal, perdeu por punições para a francesa Audrey Tcheurehon, que se recusou a atacar, e passou a luta toda se defendendo. Ao ver que a tão sonhada final olímpica lhe fugiria novamente (em Londres 2012, ela também caiu na semifinal), a porto-alegrense desistiu no tatame. Mas como uma referência, com um papel de apoiar em seus ombros uma geração, a judoca deu mais uma lição ao se recompor e, menos de 15 minutos após a derrota, conquistou com propriedade seu segundo bronze.

— Quando perdi, eu sai abalada. Mas eu botei na cabeça que eu não podia desistir ali, pois eu sei o quanto é bom ser medalhista olímpica — disse Mayra, com sorriso de campeão.

Na final, a francesa não resistiu à americana Kayla Harrison, que chegou ao bicampeonato olímpico da categoria até 78kg. A outra medalha de bronze ficou com a eslovena Anamari Velenšek, que levou a melhor sobre a alemã Luise Malzahn. Após o título, a americana anunciou sua aposentadoria no judô.

— Estou feliz, estou aposentada. Bismphê olímpica. Não importa o que aconteça, meu legado no judô está completo. Estou feliz com minha carreira, é hora de continuar buscando meu legado fora do tatame — disse ela, despidando sobre um futuro no MMA. — Quero focar na minha fundação Fearless ("Destemido", em inglês).

Não é segredo que sofreu abusos do seu primeiro treinador, e a fundação criada é pequena. Mas a Fearless não é para mim, é para ajudar as pessoas que precisam seguir em frente na vida.

A PRIMEIRA CONQUISTA TÉCNICA NO TATAME
Entre os homens, o brasileiro Rafael Buzacarini (86kg) venceu, sempre, com muita propriedade, sua primeira luta, contra o ucraniano Pablo Aghahamian, mas não resistiu ao desafio seguinte, contra o japonês Ryumoku Hagi, que é o atual campeão do Mundial e do Grand Slam de Tóquio. O japonês terminou o terceiro olímpico com a medalha de bronze, junto com o francês Cyrille Mouri. O campeão foi o ucraniano Lukasz Szpak, que derrotou na final Elmar Gasimov, do Azerbaijão.

— Eu estou muito orgulhoso de ter ganho a primeira medalha para o meu país no judô, e ela é de ouro — comemorou Szpak.

Hoje, o judô se despede dos jogos com as disputas das categorias mais pesadas (+100kg, no masculino, e +78kg, no feminino). O Brasil será representado por Rafael Silva, que foi medalhista de bronze em Londres 2012 e é um dos principais nomes desta seleção brasileira, e Maria Silva. ■

VICTOR COSTA
victorcosta@globo.com.br

O judô feminino no Brasil pode ser dividido entre antes e depois da geração de Sarah Menezes (26 anos), Rafaela Silva (24) e Mayra Aguiar (25), todas nascidas no início dos anos 1990. Juntas, elas somam quatro medalhas olímpicas. Dois desses pódios foram conquistados nos Jogos Olímpicos do Rio. O primeiro foi o ouro de Rafaela, na última segunda-feira, o segundo veio ontem, com o bronze de Mayra. Com estas duas conquistas no tatame, o Time Brasil chega à sua terceira medalha no megavento.

Também medalhista de bronze em Londres 2012, o terceiro-sargento da Marinha se tornou a única brasileira a conquistar duas medalhas olímpicas em provas individuais. Título que também pode ser alcançado por Yane Marques no pentêlo moderno, que começará a ser disputado na próxima quinta-feira.

Apesar de nunca ter alcançado o topo do Olimpismo como Sarah e Rafaela, é justo dizer que Mayra é a protagonista dessas grandes vitórias de judocas. Foi ela que conquistou, com 16 anos, uma medalha de prata no Pan de Ilan, em 2007, e criou grandes expectativas de um bom resultado em

RIO OLÍMPICO
O GLOBO

Bradesco

Embratel

prezunic
CARPUBAL

CVC
sempreComVC

GE

Printed and distributed by: Proimpress
Produção e distribuição: PROIMPRESS
0001-0-00-000100-00000000-0000

Atualmente, a judoca é apontada pela mídia esportiva como a melhor atleta na história do judô brasileiro, pois é a brasileira com o maior número de medalhas em campeonatos mundiais e até o início de 2019 já tinha conquistado 41 medalhas internacionais.

A capa do *Caderno Especial Rio 2016* (Figura 28) demonstra o progresso das mulheres olímpicas, como no caso de Mayra Aguiar, tornando-se a *primeira brasileira a ter dois pódios individuais* em um esporte considerado por muito tempo como não conveniente às mulheres, por envolver combate físico e força, e que possibilita às atletas contrariarem as noções dominantes de feminilidade e fragilidade, em busca de novas representações. Ao mesmo tempo, apresenta a judoca como “*Garota heavy metal*”, incorporado à representação de “força” e do “poder” da mulher no campo esportivo, que contraria a relação de poder masculino, um discurso recorrente em muitas reportagens envolvendo mulheres atletas, que tendem a denominá-las de “menina”, “garota” e/ou “jovem mulher”, colocando-as em uma posição infantilizada, remetendo à fragilidade da mulher.

A legenda da capa *Sorriso de Campeã. Mayra Aguiar exhibe a medalha de bronze*, apresenta uma construção discursiva de valorizar a conquista da atleta que possui uma carreira no esporte de muito sucesso. A foto demonstra a serenidade de *Mayra Aguiar* ao levantar a medalha em uma modalidade olímpica que foi liberada para as atletas somente em 1992, devido ao conservadorismo e a uma tradição de que os esportes de alto contato não eram indicados para as mulheres.

Para Van Dijk (2017, p. 84), o poder persuasivo pode ser direto ou indireto, exibindo justificativas, argumentos, promessas e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de os receptores formarem as representações mentais desejadas. Dessa forma, evidencia-se que no esporte as relações de poder dominantes estão em processo constante de construção, ressignificação, legitimação e reprodução, e as mulheres atletas estão sujeitadas a esse contexto. Assim as formações discursivas da mídia, ao mesmo tempo que ainda possuem uma ligação com os fatores culturais e ideológicos do patriarcado, buscam uma forma de ressignificar os discursos, apresentando as mulheres atletas como protagonistas.

A capa do *Caderno Especial Rio 2016*, do dia 14 de agosto, exhibe uma fotografia da velocista jamaicana Elaine Thompson, do fotógrafo Dylan Martinez, da

Reuters, de fundo branco e de corpo inteiro, com uma expressão sorridente e de surpresa simultaneamente, após a linha de chegada na final dos 100m rasos femininos, na conquista da medalha de ouro na *Rio 2016*. Na legenda o texto; *Nos braços da galera. Elaine Thompson não acredita na vitória obtida ontem nos 100m* (Figura 29).

A capa apresenta fundo branco, que destaca a imagem da atleta Elaine Thompson em movimento de corrida, com os braços abertos, quando comemorava a vitória, o que corrobora a legenda “Nos braços da galera”. A atleta utiliza um uniforme preto e amarelo, mas com destaque para o amarelo. Os elementos textuais da capa destacam-se na manchete *Verde Amarelo*. No Brasil as cores verde e amarelo estão no imaginário coletivo, como indicador de nacionalismo, como uma identidade brasileira, por serem as cores da bandeira utilizadas nos uniformes dos atletas do país. Ao lado da figura da atleta, o texto: *Depois de um sábado ruim para o Time Brasil, em que a meta do COB ficou perto do impossível, torcida do Engenhão vai por afinidade e adota as jamaicanas na final dos 100m rasos, vencida por Elaine Thompson. O texto* denota o desejo da torcida brasileira de torcer e vibrar pelas conquistas nas Olimpíadas no Brasil, e por falta de atletas brasileiros, acabaram torcendo para as jamaicanas.

A matéria jornalística abaixo da capa inicia exatamente com esse contexto, retratando que na final dos 100m, por falta de representantes brasileiros, a torcida do Brasil “adotou” as jamaicanas na final. Vale ressaltar que o comportamento de torcedores do Brasil foi alvo de diversas críticas na imprensa e em redes sociais no exterior por desrespeitarem atletas de outras nacionalidades durante a competição, com gritos e vaias. Na sequência, a reportagem relata que o *Time Brasil* teve um desempenho magro durante a semana, que provavelmente o país não alcançaria a meta de terminar os Jogos Olímpicos entre os dez primeiros e que o movimento da torcida do Brasil torcer para atletas de outras nacionalidades deveria se repetir.

A imagem da jamaicana Elaine Thompson na capa do *Caderno Especial Rio 2016* se enquadra em estereótipos de beleza física, corpo atlético, pernas e braços bem definidos e torneados, portanto está incluída numa normalidade discursiva da cobertura do evento.

Figura 29: Capa do Caderno Especial Rio 2016 – 14/08/2016.

O GLOBO

RIO 2016

Elaine Thompson vence a final dos 100m rasos



Nos braços da vitória, Elaine Thompson abraça a vitória na última etapa dos 100m rasos

VERDE E AMARELO

Depois de um sábado ruim para o Time Brasil, em que a meta do COB ficou perto do improvável, torcida do Engenhão vai por afinidade e adota jamaicanas na final dos 100m rasos, vencida por Elaine Thompson

Muito mais que um
www.globo.com.br

A final feminina dos 100m rasos contou, à noite, no Engenhão, com muita torcida. Seja pela fama, seja pela associação com Usain Bolt, seja pela virgindade da Jamaica, o vencedor é que em segundos conquistou o título. Assim, Elaine Thompson venceu a final dos 100m rasos, com o tempo de 11s89, superando a americana Tia Helleberg. Esse movimento da torcida deverá se repetir hoje de novo, com o superstar Bolt. Mas não deixa de ser uma reação ao fim da primeira semana olímpica, em que muitas medalhas escaparam e algumas esportes ou esportistas coletivos ficaram na torcida, como a disputa de basquete masculino para a Argentina e a eliminação de Pedro Pablo Kuczynski para os russos. Também Lázaro no voleibol de praia. Na noite, o vencedor Robert Schepke não pode levar brônze.

O Time Brasil vai precisar dos outros atletas para alcançar a meta de medalhas no Rio. O Brasil tem a vantagem de ter o melhor atleta do mundo em cada esporte, mas o problema é que o país não tem medalha em nenhum esporte coletivo. Após uma semana de decepções, os esportistas coletivos em que o país tem mais peso no cenário internacional serão determinantes para que o alvo esperado pela

Comissão Olímpica do Brasil (COB) seja atingido. A meta só leva em conta o total de medalhas. Desde das três medalhas conquistadas até agora, a vitória do Brasil — o ouro de Rafaela Silva e a bronze de Rafaela Silva. Apesar da predominância, o desempenho ficou aquém do esperado.

No entanto, que se diga, os resultados também foram abaixo do previsto. O Brasil tem medalha em 100m rasos, 50m livre, e o evento de 4x100m misto, sendo, entre, Brasil, França, Reino Unido e Rússia. No Rio, o Brasil tem medalha em 100m rasos, 50m livre, e o evento de 4x100m misto, sendo, entre, Brasil, França, Reino Unido e Rússia. No Rio, o Brasil tem medalha em 100m rasos, 50m livre, e o evento de 4x100m misto, sendo, entre, Brasil, França, Reino Unido e Rússia.

As atletas agora estão concentradas em três semanas: a preparação técnica, com o teste de

medidas, o teste individual — há boas chances para Elaine Thompson na conquista (ela está no pódio 10 e a força da Jamaica — caso do final masculino, porém, campeão mundial, em favor de um novo recorde. Pode haver surpresas, ainda hoje, Elaine Thompson pode ganhar com final no Brasil, mas já tem no mínimo, o bronze.

Nas últimas cinco Olimpíadas, os países que ocupam o 10º lugar no quadro de medalhas — incluindo pelo menos — disputaram entre si e conquistaram. Uma hora entre os melhores e chegar ao topo, Elaine Silva — não por ela, a partir de hoje. Pela tradição em esportes coletivos, as medalhas latino-americanas foram mais na segunda semana. É hora de engatar a quarta, que tem as jamaicanas. ■

RIO OLÍMPICO
O GLOBO

Bradesco

Embratel

PREZILO

CVC
sempreComVC

GE

www.globo.com.br

A construção discursiva dos elementos textuais da capa não destaca sua vitória em relação à sua performance e qualidade atlética, pelo contrário, na legenda o texto é que a própria *Elaine Thompson* não acreditava em sua vitória: “*Elaine Thompson não acredita na vitória....* Neste mesmo sentido, a matéria jornalística da capa também apresenta o mesmo discurso, não traz informações importantes como o tempo da atleta durante a corrida, enfim, fica restrito a informar as dificuldades que o Brasil vinha enfrentando para conquistar medalhas e que, por falta de representantes do país sede nas finais, a torcida brasileira estava torcendo para atletas estrangeiros.

Baseados nesses elementos, acredita-se que a construção discursiva da capa do *Caderno Especial Rio 2016* (Figura 29) leva a uma sub-representação da jamaicana Elaine Thompson. A sub-representação das atletas também é apontada como uma prática da mídia esportiva, que possibilita poucos espaços de visibilidade para as mulheres, e por outro lado, quando há cobertura, na maioria das vezes notícia aspectos periféricos em detrimento de aspectos técnicos relacionados às suas performances, trivializando as experiências das mulheres atletas.

Apesar de todo o esforço das atletas na quebra sucessiva de recordes nas pistas, estádios, piscinas e tablados, é fato que as mulheres ainda não conseguiram se equiparar ao homem na valorização de seu desempenho esportivo (ROMERO, 2004). Os 100 metros, é considerada a prova mais nobre do atletismo, e sabe-se que havia a possibilidade do tricampeonato inédito da jamaicana Shelly Ann Fraser-Pryce, mas Elaine Thompson conquistou a medalha de ouro com a marca de 10s71 — próximo do melhor tempo de sua vida, que é de 10s70, porém ainda assim o discurso da capa teve como foco salientar que a torcida brasileira, por falta de opção, torceu para a velocista.

A capa do *Caderno Especial Rio 2016* do dia 16 de agosto trouxe uma fotografia da ginasta *Sanne Wevers*, de plano aberto, do fotógrafo Marko Djurica da Reuters, em um movimento de sua série. O fundo é preto com destaque somente de uma faixa em verde com a logomarca da *Rio 2016* em branco, com a legenda: *Muito prazer. Sanne Wevers, a holandesa que derrotou a invencível Simone Biles na trave.*

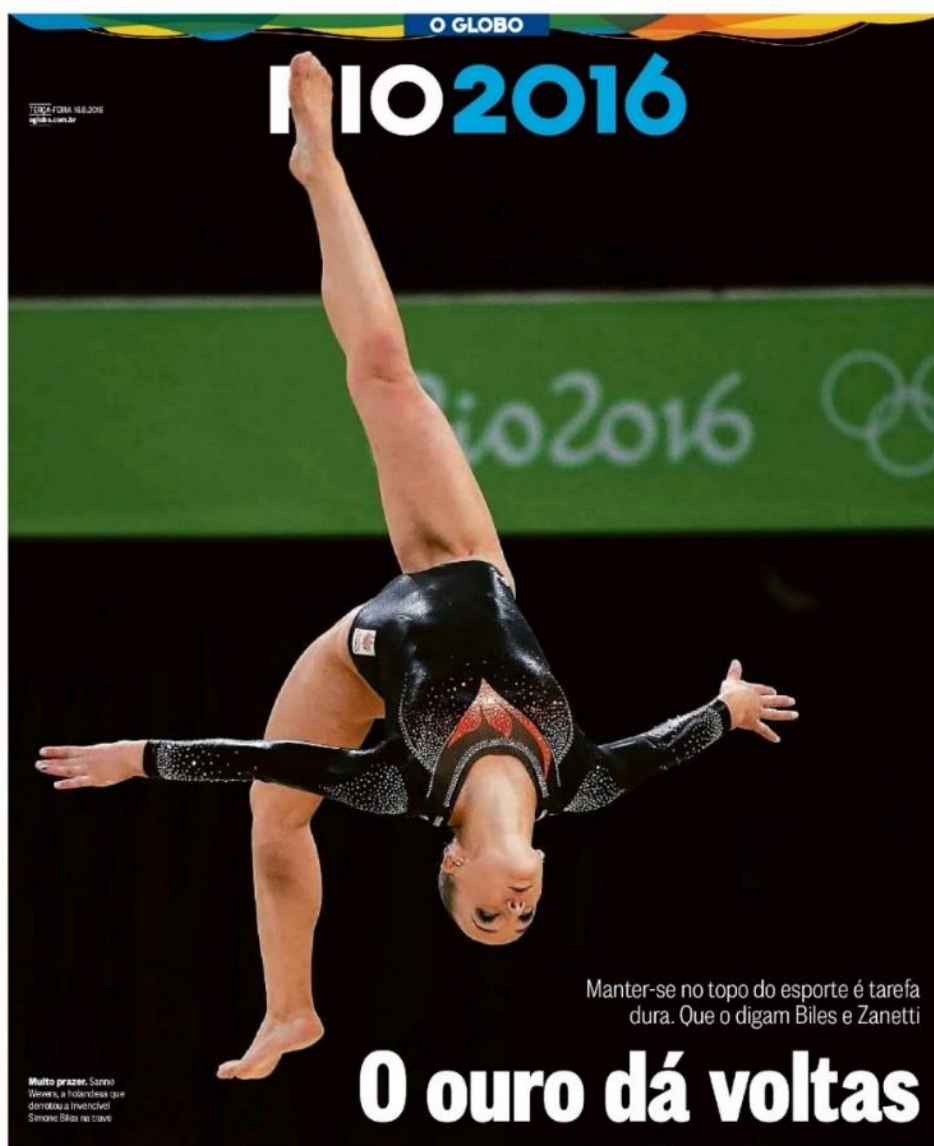
A capa trouxe ainda a chamada; *O ouro dá voltas*, com o texto chamada: *Manter-se no topo do esporte é tarefa dura. Que o digam Biles e Zanetti* (Figura 30).

A manchete em destaque *O ouro dá voltas*, possui uma ligação com a imagem da atleta Sanne Wevers, que é apresenta de ponta cabeça, no giro 360, durante sua série de exercícios na trave. Mas faz referência à ginasta Simone Biles, que era apontada como uma das favoritas ao ouro na trave, porém teve um pequeno desequilíbrio que possibilitou a Sanne Wevers a conquista da medalha de ouro. Assim, a capa retrata a vitória da atleta Sanne Wevers, no entanto ainda assim evidencia a derrota de Simone Biles com a legenda *Sanne Wevers, a holandesa que derrotou a invencível Simone Biles*, criando uma rivalidade entre as ginastas.

A capa mostra a figura da ginasta holandesa Sanne Wevers (vice-campeã mundial em 2016) em um movimento de giro de 360 graus da sua série na trave de equilíbrio, de uniforme (collant de lycra preto) em que evidencia a beleza plástica do corpo da atleta em movimento. A trave de equilíbrio é um dos aparelhos da ginástica artística feminina considerado como o equipamento mais difícil das mulheres que têm uma rotina de 90 segundos, incluindo um giro de 360 graus e pelo menos dois voos, e devem percorrer toda a extensão da trave executando os elementos obrigatórios, além de terem precisão nos movimentos. As ginastas são também avaliadas pelo ritmo e graça nos exercícios, devem competir com collant, e cabelos longos devem ser presos.

O texto da chamada reforçou as dificuldades de se manter no topo nos esportes de alto rendimento: *Manter-se no topo do esporte é tarefa dura. Que o digam Biles e Zanetti*. Nesse discurso a capa incorporou o ginasta brasileiro Arthur Zanetti, apontado como um dos favoritos nas Argolas, mas na final foi derrotado pelo grego Eleftherios Petrounias, ficando com a medalha de prata. A matéria jornalística da capa traz informações sobre as finais da ginástica artística feminina na trave e da final da prova de argolas masculino, relatando os problemas que os ginastas Simone Biles e Arthur Zanetti enfrentaram durante as provas.

Figura 30: Capa do Caderno Especial Rio 2016 – 18/08/2016.



CAROLINA OLIVEIRA CASTRO E MARCO GILIO
esporteglobo.com.br

A holandesa Sanne Wevers chegou à Arena Olímpica, ontem, em busca da medalha de prata. Arthur Zanetti tentava repetir o primeiro lugar de Londres, há quatro anos. Simone Biles, maior ginasta da atualidade, só entra no tablado após o ouro. No esporte de alto rendimento, estar no topo é uma questão de detalhes. Simone, apontada como imbatível no aparelho, escorregou na trave e acrescentou um bronze à coleção que já conta com três ouros nesta Olimpíada — por equipes, salto e individual geral. Sanne aproveitou a brecha e ficou com o lugar mais alto do pódio, posto nunca alcançado antes por atletas da ginástica de seu país. Assim também foi com Zanetti, que defendia o título olímpico das argolas contra o grego Eleftherios Petrounias — os dois realizaram a mesma série. O brasileiro ficou com a prata. Um escor-

regio, movimentos precisos e pequenas diferenças na execução definiram os lugares de cada um deles no pódio. Detalhes valiosos.

Quando a Simone balançou (na trave), eu vi que tinha chances e arrisquei tudo. Tive uma nota muito alta (15,466) e achei que dava. Só tinha que esperar terminar — afirmou Sanne.

O erro de Simone — a estrela americana holandesa, tirou um dos pés da trave e chegou a encostar as mãos no aparelho — despetou em Sanne o sentimento de que poderia ir além. Ela se apresentou em seguida e mostrou simplicidade a série, para garantir uma nota de execução mais alta. Não precisaria articular tanto, já que a favorita tinha ficado com nota baixa para quem almeja um ouro olímpico. Uma decisão tomada naquele instante, a metros da trave onde ela se apresentou e a minutos do momento mais importante da sua carreira de ginasta. No Mundial de Glasgow, na Escócia, em 2015, Sanne ficou com a prata na trave. Simone, com o ouro.

— Normalmente, eu boto um grau de difi-

culdade de 7.000 (a nota de partida na final foi 6.600). Quando eu vi a nota da Simone, pensei: "talvez deva mudar e deixar a série um pouco mais fácil". Sabia que tinha os riscos de fazer uma série que não era a que eu planejava, mas era uma série segura — contou a holandesa.

Simone não caiu, mas a imperfeição tirou a quarta medalha de ouro — que poderá vir hoje, no salto.

— Num primeiro momento, eu pensei: "tossa, Simone, e agora?". Mas aí eu respirei e continuei a fazer a minha série. E o resto foi ok — avaliou a ginasta americana, rigorosa no próprio julgamento. — Honestamente, eu não pensei que fosse receber medalha depois disso. Fiquei surpresa quando fiquei em terceiro lugar. Porque eu tinha feito 14.700, mas isso acabou não sendo tão ruim assim para a trave.

Treinada pelo pai — a irmã, Lieve Wevers, também faz parte da equipe —, Sanne sabia, conversando com os jornalistas, que o dia dos pais foi comemorado no domingo no Brasil. Ainda muito

emocionada com a vitória, deixou escapar uma lágrima dos olhos que já estavam molhados. Abençoou o pai e contou o que estava acontecendo.

— Foi dia dos pais aqui ontem (antontem). Isso não é o seu presente. Algumas pessoas acham que treinar com a família pode ser complicado, mas não é. Minha irmã me disse as palavras certas antes de eu entrar. Meu pai me conhece mais do que ninguém. Sabe até onde posso ir e como. Acho que dei um bom presente, né? — disse Sanne.

O mais experiente dos três — 26 anos, contra 24 de Sanne, e 19 de Simone, Zanetti sabe que não há ouro que dure para sempre. A única companhia indispensável na vida do atleta é o treinamento duro.

— Manter o resultado é muito mais difícil. Vi o quanto trabalhei. Trabalhei muito mais duro agora do que para 2012. Vi o quanto foi difícil estar aqui representando o meu país e trazer esse resultado maravilhoso — afirmou Zanetti.

A prata na trave ficou com a americana Lauren Hernandez. Flavia Saraiva ficou em quinta. ■



prezi reader
Problemas de visualização? Clique aqui para baixar o leitor.

A ginástica artística é a representação de um estereótipo feminino naturalizado, com um imaginário de leveza, suavidade, corpo esbelto, beleza e delicadeza, atributos que se enquadram nas expectativas que hegemonicamente, durante muitos anos, foram colocadas sobre o *ethos* feminino. Na sociedade, as práticas esportivas corporais incentivadas às mulheres são aquelas que buscam, senão potencializar, pelo menos, evidenciar uma feminilidade hegemônica que, somada à beleza e à graciosidade, também lhe confira gestos e comportamentos delicados e passivos (GOELLNER, 2003).

Conforme Adelman (2003), o esporte é um importante espaço de conflitos relativos à definição da corporalidade feminina. Pois, se por um lado permite a prática esportiva para as mulheres com ideia de igualdade de gênero, por outro também valoriza um tipo de controle do corpo, pois outorga ao corpo das atletas um novo modelo de feminilidade. O corpo deve ser saudável, atlético, ativo, firme, mas não com músculos demais. Destaca-se que todo esse simbolismo e representações incutidas nos esportes, em especial da ginástica artística, traz marcas de gêneros também para os homens atletas, que enfrentam preconceitos para sua prática.

As mulheres atletas enfrentam um impasse de como superar o abismo entre as expectativas culturais de sua feminilidade e os requisitos da excelência atlética. É fato que, em alguns momentos, as atletas são representadas como femininas e vaidosas, mas por outro lado, em algumas modalidades esportivas, as mulheres são tipificadas como “masculinizadas”. Por isso é preciso repensar o padrão feminino como um espaço de contestação, para que a noção de feminilidade vá além dos aspectos estéticos do corpo feminino (DEVIDE, 2005).

A capa do *Caderno Especial Rio 2016*, com a ginasta Sanne Wevers, reforça os esportes valorizados como os “adequados” para as mulheres, isto é, aqueles que se mostram como uma extensão do estereótipo feminino, pois mesmo com os fortes treinamentos que exigem resistência à dor, superação de limites, além do risco de lesões, esses fatores encontram-se encobertos pela beleza, a suavidade e graciosidade inscritas no corpo e na gestualidade das ginastas.

Conforme Simões (2003), ainda hoje vivemos em uma sociedade que valoriza nos garotos características de competitividade e agressividade, enquanto as meninas são elogiadas pela feminilidade, fragilidade e charme. Ressalta-se que

das seis capas do *Caderno Especial Rio 2016* que apresentaram mulheres olímpicas, duas trouxeram em destaque a ginástica artística, o que demonstra que a mídia ainda tem uma preferência na cobertura de determinadas práticas corporais e esportivas consideradas femininas, que favorecem nas imagens fotográficas a retórica da beleza e da estética funcional, e ocultam o processo de treinamento, a força, a persistência e o desempenho da mulher atleta.

A última capa do *Caderno Especial Rio 2016* que trouxe mulheres olímpicas foi veiculada no dia 19 de agosto de 2016, com uma fotografia da dupla de velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael. A capa apresenta fotografia do fotojornalista Guito Moreto, com as velejadoras dentro do mar, comemorando a conquista da medalha de ouro. A manchete: *Prazer em velas*, e lead: *Kahena Kunze e Martine Grael ganham ouro na classe 49erFX, a 18º medalha do Brasil neste esporte* (Figura 31).

A manchete da Capa “*Prazer em velas*” remete à sensação ou emoção agradável, fazendo também um trocadilho pela conquista da medalha de ouro na modalidade esportiva “Vela” pelas atletas, mas também faz alusão por ser a primeira medalha olímpica das velejadoras, no sentido de um cumprimento. A imagem mostra as duas velejadoras comemorando ao mar, sendo possível ver somente a cabeça. O lead: *Kahena Kunze e Martine Grael ganham ouro na classe 49erFX, a 18º medalha do Brasil neste esporte*. O discurso jornalístico utilizou “ganham ouro”, para retratar a vitória das velejadoras, no final o texto destacou que era a “18º medalha do Brasil neste esporte”.

A vela é uma das modalidades mais antigas dos Jogos Olímpicos, desde 1900, porém as mulheres só conquistaram o direito de participação em 1988, portanto é uma história recente. No Brasil, a vela é o esporte que acumula o maior número de medalhas de ouro. A capa do *Caderno Especial Rio 2016* apresenta a vitória e a medalha de ouro, mas não traz informações sobre a performance das velejadoras. Por outro lado, informa que a modalidade esportiva já conquistou várias medalhas para o Brasil, minimizando o feito das velejadoras, com a conquista desta medalha de ouro olímpico, que foi a primeira conquistada por mulheres na vela. Assim, entende-se que a construção discursiva novamente produz uma sub-representação ao trivializar a conquista das velejadoras.

Figura 31: Capa do *Caderno Especial Rio 2016* – 19/08/2016.



Para Van Dijk (2017, p. 43) “o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica”. A estrutura ideológica é formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, podendo ser adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso.

A legenda da fotografia apresenta o texto; *Meninas cuidado... Kahena e Martine se jogam nas águas da Baía de Guanabara após vencerem a última regata*. Os elementos textuais “*se jogam no mar*” estão relacionados com o “cuidado” que está associado à poluição da água da Baía de Guanabara. A despoluição de 80% da Baía de Guanabara era uma das metas de legado dos Jogos Olímpicos no Brasil, porém não foi cumprida, assim a chance de os atletas da vela contraírem doenças tornou-se um assunto abordado pela imprensa. A legenda também apresenta as atletas como “Meninas”, assim como já identificado em outras capas, associada à palavra “cuidado”, remetendo à fragilidade.

5.3 Reflexões sobre a Análise das capas do Jornal *O Globo Rio* e do Caderno *Especial Rio 2016*

Durante a Análise do Discurso das doze das capas do jornal *O Globo Rio* que apresentaram as atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras durante a *Rio 2016* foi possível identificar no discurso jornalístico representações que caracterizaram as mulheres atletas como “Guerreiras” e ou “Meninas”, no entanto também se verificou nas análises das construções discursivas vários modos de operação da dominação masculina no campo esportivo e da hierarquia de gênero que estão relacionadas aos aspectos sociais, culturais e históricos e que acabam reproduzindo a visão androcêntrica, valorizando as conquistas dos homens e desvalorizando das mulheres.

Em primeiro lugar, destaca-se o tratamento desigual em quantidade de espaço destinado à cobertura esportiva, já que as capas analisadas durante as Olimpíadas privilegiaram a cobertura de atletas e de eventos masculinos, em detrimento das mulheres, contribuindo para que a mulher atleta ocupe um lugar de

coadjuvante no cenário esportivo, servindo ainda para legitimar a superioridade masculina e invisibilidade feminina no campo esportivo.

Para o sociólogo Jay Coakley (2007, p. 246) a “participação no esporte entre garotas e mulheres não vai seguir crescendo automaticamente, de forma natural”, pois na maioria das culturas há uma tendência de que os esportes masculinos e atletas tenham prioridades, pois o “mundo esportivo geralmente é dominado, identificado e centrado no masculino”. Assim, a mídia esportiva também é apontada como um espaço de reserva masculina, uma vez que disponibiliza pouco espaço para o esporte feminino, tratando-o como de menor importância o que compromete a inserção e a visibilidade das atletas.

Em segundo lugar está a construção discursiva de algumas capas, que ao apresentarem as conquistas das atletas comparando-as com os feitos dos homens, leva à uma sub-representação das mulheres. Ao comparar as conquistas dos atletas não se leva em consideração o contexto histórico-social das trajetórias diferentes vivenciadas entre os homens e as mulheres. Nesse sentido, quase de que forma natural, a mídia tenta ofuscar o problema da visibilidade da mulher atleta, possibilitando o espaço na capa do jornal, mas, por outro lado a insere de forma sub-representada, marginalizada, ao minimizar a importância das suas conquistas. Assim, apesar da maior participação das mulheres no esporte, persiste ainda a sub-representação em relação à sua performance do mesmo modo em cargos de liderança, gestão e decisão no campo esportivo.

Em terceiro lugar está a linguagem para se referir às mulheres que em algumas capas, em especial nos textos, utiliza “meninas”, considerada uma representação que infantiliza as atletas e remete ao “mito da *fragilidade*” feminina. *O mito do sexo frágil* foi determinante para reprodução de condutas sexistas que discriminam a participação feminina em certos âmbitos sociais e foi amplamente utilizado no passado como argumento para exclusão da mulher do campo esportivo.

Em quarto lugar está a construção discursiva das imagens das capas analisadas que na maioria foram de fotografos masculinos e veiculadas em diferentes formatos, tamanhos e localização na página/capa do Jornal, mas apresentaram, em sua maioria, as atletas nos momentos de comemoração: gol durante a partida, vitória, pódio e com a medalha olímpica, que remetem sentido de

superação e de conquistas. Nesse sentido, o jornal *O Globo* trouxe uma mudança para a cobertura esportiva, ao apresentar as atletas como vencedoras demonstram a todas as mulheres que é possível romper as barreiras, superar os preconceitos e se constituírem como atletas. O elemento emocional inscrito no discurso e nas representações das mulheres olímpicas procura gerar um senso de pertencimento, convidando o leitor a compartilhar as conquistas das atletas e a sentir esperança pelo desempenho e legado dos jogos olímpicos, em relação às desigualdades das questões de gênero no campo esportivo e na sociedade.

Partindo da lógica dos critérios de noticiabilidade, em que o jornalista analisa a origem do fato por diversos ângulos, buscando classificar e atribuir valores e reconhecendo que os valores da notícia são um componente importante, e que identificam quais acontecimentos são relevantes e exibem qualidade para serem transformados em notícias, era esperado esse tipo de construção discursiva da cobertura jornalística. O contexto do Brasil ser a sede dos Jogos Olímpicos permitiu à cobertura esportiva certa ênfase emocional ao noticiar os feitos das atletas olímpicas brasileiras.

O Quadro 9 apresenta um resumo das capas analisadas por meio de fotos, títulos ou chamadas, destacando a atleta e a construção discursiva identificada de acordo com os estudos teóricos e com as análises realizadas em relação ao contexto e ao discurso.

Quadro 9: Capas do Jornal – Representações Sociais / Construção Discursiva

Atleta	Foto	Título / Chamada	Representações Construções Discursivas
Yane Marques	N	Yane Marques será porta-bandeira.	Invisibilidade feminina
Yane Marques	S	Arte do Foco. Uma mente brilhante.	Invisibilidade feminina
Marta	S	Brasil estreia com vitória na Olimpíada.	Guerreira Visão androcêntrica
Flávia Saraiva Katie Ledecky	S S	Meninas da Ginástica vão à final. Como um torpedo.	Infantilização Sub-representação
Rafaela Silva	S	Ouro que vem da cidade de Deus.	Guerreira

Simone Biles Mayara Aguiar	S S	Fenômenos americanos. Judô ganha bronze e ainda quer mais.	Sub-representação Guerreiras
Jogadoras de futebol	S	Sem medo no Mineirão.	Guerreiras
Etenesh Diro	S	Cinderela Etíope.	Infantilização
Poliana Okimoto	S	Bronze em Copa – Poliana herda o bronze após punição da francesa.	Invisibilidade feminina
Kahena Kunze e Martine Grael	S	Navegar é preciso. As velejadoras Kahena Kunze e Martine Grael comemoram a vitória.	Guerreiras
Rafaela Silva	S	Voltando para a casa da menina de ouro.	Guerreira e Infantilização
Fabiana Murer	N	Fabiana Murer se aposenta.	Invisibilidade

Fonte: Jornal *O Globo Rio*, 2016. (Adaptado pela autora, 2018)

Nas capas do *Caderno Especial Rio 2016*, o jornal *O Globo* trouxe em seis edições mulheres olímpicas brasileiras e estrangeiras, nas modalidades esportivas: ginástica artística, judô, atletismo e vela. Nas imagens das capas as mulheres atletas que foram retratadas de corpo inteiro possuem um perfil, estão com uniformes que possibilitam visualizar o corpo, as pernas torneadas, mas ainda assim dentro de um padrão de beleza estabelecido pela sociedade. As atletas foram apresentadas em momentos de comemoração no esporte e durante a performance esportiva de forma equitativa.

Conforme analisado nas capas do jornal *O Globo*, as capas do *Caderno Especial Rio 2016* também privilegiaram os atletas homens em relação aos espaços de visibilidade, tendo em vista que tiveram praticamente o dobro de capas quando comparado com as mulheres, legitimando a superioridade masculina e a invisibilidade das mulheres. As narrativas das capas apresentaram diversos elementos verbais e não verbais, reforçando em alguns momentos o estereótipo feminino da beleza, graça e juventude. A mídia, ao utilizar substantivos infantis

como “meninas, garotas” para se referir às atletas olímpicas, aponta para uma noção de feminilidade normativa, em que a mulher para ter a “verdadeira feminilidade” deve ser meiga, gentil, frágil e delicada. Assim, o discurso jornalístico, mesmo que de forma não proposital, ao infantilizar as mulheres atletas reforça a superioridade dos homens no campo esportivo, enaltecendo as visões dominantes entre homens e mulheres na sociedade.

Nas construções discursivas, foi possível identificar ainda que em algumas capas as mulheres foram representadas como guerreiras, lutadoras (Rafaela e Mayra), e em outras, as atletas tiveram suas performances retratadas com um discurso que leva à sub-representação, trivializando suas conquistas, que pode ser analisado como modos de operação da dominação masculina, ou seja, formações do inconsciente relacionado às questões de gênero. O esporte é um reflexo do mundo social, ao mesmo tempo em que é constitutivo desse mundo. Assim, o campo esportivo é um lugar em que mundos sociais, ou seja, as representações podem ser produzidas, reproduzidas e alteradas. Mas para que as representações das mulheres atletas sejam alteradas e/ou ressignificadas é preciso mudanças em relação às questões do poder de dominância masculino instituído.

O Quadro 10 apresenta um resumo das seis capas do *Caderno Especial Rio 2016* analisadas, com a identificação das atletas e das possíveis construções discursivas.

Quadro 10: Capas do *Caderno Especial Rio 2016* – Representações Sociais

Data	Atleta	Representação Construção Discursiva
08/08/2016	Flavia Saraiva	Sexualização Sub-representação
09/08/2016	Rafaela Silva	Guerreira
12/08/2016	Mayara Aguiar	Guerreira
14/08/2016	Elena Thompson	Sub-representação
18/08/2016	Sanne Wevers	Sexualização
19/08/2016	Kahena Kunze e Martine Grael	Sub-representação

Fonte: Autora (2018)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, as mulheres alcançaram conquistas importantes na busca de seus espaços e direitos, quando analisamos historicamente a trajetória que tiveram que percorrer, subjugadas pela cultura patriarcal, para se inserirem na sociedade. Entretanto, ainda hoje, os movimentos feministas lutam para que as mulheres deixem de ser vítimas de diversas formas de opressão social, para conduzir a sociedade a estruturas mais justas, reivindicações que vêm se destacando e ganhando forças na busca da igualdade de gênero. Assim, cada vez mais, as mulheres têm questionado os papéis tradicionais, os estereótipos de gênero e as representações sociais naturalizadas na sociedade e disseminadas pela mídia.

A cobertura midiática é determinada pelos critérios de noticiabilidade que têm se mantido estáveis ao longo do tempo, conforme estudos das teorias de jornalismo como: Valores-notícia; *Gatekeeper*; *Agenda-Setting* e *Newsmaking*. Assim, a mídia, através de seus enquadramentos noticiosos, não cria diretamente as representações sociais, pois estas já existem na sociedade, ou seja, o discurso jornalístico possui uma natureza sociocultural, fruto de diversos processos comunicacionais que envolvem relações de poder, ideologias e dominação, e também as circunstâncias, o contexto no momento em que foi produzido. A mídia não produz as representações sociais, que estão diretamente relacionadas com a prática cotidiana, com as crenças e com o senso comum, mas corrobora para disseminar, naturalizar, reafirmar e/ou ressignificar estereótipos e identidades, direcionando o fluxo dos discursos e das representações num sentido ou noutro.

Considerando que o esporte é um importante instrumento de visibilidade para as mulheres, e que pode garantir igualdade de aprendizagem e desenvolvimento humano a meninos e meninas, assim como um espaço de questionamento das relações de gênero, a tese discutiu sobre as representações das mulheres olímpicas na mídia. Hoje, no campo esportivo, as mulheres atletas conquistaram o direito de participação plena nos Jogos Olímpicos, mas ainda não atingiram a igualdade em diversas instâncias como nos salários, premiações, patrocínios, campeonatos, gestão esportiva e também nos espaços de visibilidade

nos meios midiáticos, demonstrando que no campo esportivo as relações de poder entre os homens e as mulheres ainda são desiguais. Portanto, ainda há outras barreiras que as mulheres atletas precisam superar, que estão interligadas com a figura masculina no campo esportivo e relacionadas ideologicamente pela superioridade (física, intelectual e moral) dos homens, representando a tradição e o poder.

Dessa forma, este trabalho foi construído a partir de uma análise crítica do discurso das representações sociais das mulheres atletas brasileiras e estrangeiras, nas capas do jornal *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016*, no período de 01.º a 31 de agosto de 2016, buscando identificar se houve mudanças ou permanências em relação a estudos anteriores. Desde o início foi identificado que havia um problema relacionado às representações sociais das atletas de forma geral, veiculadas pela mídia, nos discursos e na falta de espaços de visibilidades para as mulheres atletas.

Na sequência, levando em consideração a estrutura analítica da ACD, foi realizada uma Análise dos Aspectos Conjunturais do discurso, contemplando o contexto que envolveu os Jogos Olímpicos *Rio 2016* e sua realização no Brasil. As mulheres enfrentaram muitas barreiras para a prática de diversos esportes, e apesar das conquistas já realizadas, buscam ainda oportunidades no campo esportivo, que proporcionem igualdade entre os seres humanos, independente de gênero. Na Análise de Prática foram abordadas questões relacionadas ao jornalismo e as ideologias dominantes, já que a mulher desportista não possui um ambiente estruturado para desenvolver todas as suas potencialidades. Na cobertura esportiva, os campeonatos, provas e jogos femininos são tratados sempre de forma secundária, como uma forma de preencher lacunas na programação. Para a análise do discurso foram identificadas as capas que trouxeram as mulheres atletas categorizadas em relação às imagens, tendo os referenciais: fora do contexto esportivo, em performance no esporte, ou em comemoração ou tristeza. Dando sequência foi realizada a descrição de todos os textos das capas (manchetes, lead, textos), analisadas as construções discursivas das capas e, por fim, foram aprofundadas algumas reflexões em relação às análises.

Conforme apontado no trabalho, o determinismo biológico que legitimou os papéis de gêneros diferentes para homens e mulheres foi praticado amplamente no campo esportivo para distinção dos espaços em relação às práticas esportivas adequadas para homens e mulheres. Apoiando-se em características e atributos reconhecidos como valores do esporte e exclusivos dos homens como: agressividade, virilidade, força, potência e vigor, o campo esportivo sempre pôs em prática uma dominação masculina, que ainda dificulta para que as atletas tenham espaços de visibilidade na cobertura midiática.

Em relação aos questionamentos dessa tese, referentes se a cobertura esportiva durante as Olimpíadas *Rio 2016* contribuiu para dar visibilidade às mulheres atletas equiparando aos homens atletas, a pesquisa identificou que mesmo com o crescimento de participação das mulheres, ficando quase que de forma equitativa (46%) com os homens, os espaços de visibilidade continuaram diferenciados, assim como em outras edições dos jogos. O jornal *O Globo Rio* veiculou 27 capas com atletas da *Rio 2016*, sendo que 12 capas apresentaram mulheres olímpicas ($n=12 / 44,4\%$). Já os homens estiverem presentes em 16 capas ($n= 16/ 59\%$). O *Caderno Especial Rio 2016* trouxe 17 capas com atletas, sendo que 6 apresentaram mulheres olímpicas ($n=6 / 26\%$); e 11 capas trouxeram os homens atletas ($n=11 / 48\%$), atestando uma das hipóteses de que as atletas ainda ocupam pequenos espaços de visibilidade. Portanto, apesar da *Rio 2016* ter sido realizada em um momento de crescimento dos movimentos feministas na luta por diversas causas, com destaque pelo fim da cultura machista, ainda assim os homens atletas se beneficiaram da cobertura esportiva, em uma quantidade de capas e de imagens significativamente superior comparado com as mulheres atletas, legitimando a superioridade masculina na cobertura esportiva.

Os discursos jornalísticos utilizados para retratar as vitórias das atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras não foram unificados, sendo encontrados vários modos de operação da dominação masculina no campo esportivo. Algumas capas apresentaram uma construção discursiva, remetendo a uma sub-representação das atletas, ao comparar suas conquistas com as dos homens, minimizando a importância dos feitos, sem levar em consideração todo o histórico social vivenciado pelas mulheres para adentrar no ambiente esportivo. Em outros momentos, as atletas foram chamadas de “meninas” e/ou “garotas”, o que no

aspecto sociocultural do campo esportivo é compreendido como uma forma de representação que visa infantilizar as atletas, buscando associá-las ao *ethos* feminino e à fragilidade.

O contexto atesta a hipótese da tese de que as representações das mulheres atletas ainda estão baseadas em uma visão androcêntrica, já que envolvem as práticas de construção de significados e implicam as relações de poder no campo esportivo. A cultura androcêntrica reafirma o porquê de a mulher ter demorado para adentrar no campo esportivo e porque determinadas modalidades esportivas, em especial de alto contato, foram proibidas por um longo período. A representação das mulheres no esporte está associada à ocupação dos espaços em termos de poder entre o homem/masculino e a mulher/feminina. Assim, a inclusão das mulheres nos esportes foi pautada por lutas e persistência, para romper com os estereótipos femininos estabelecidos, tais como obediência, passividade, ternura e emotividade. Porém, considerando-se que os Jogos Olímpicos tiveram origem na Grécia e por isso estão associados aos mitos gregos, a cobertura midiática utilizou-se, em alguns discursos, desse poder de construir a imagem das mulheres atletas como lutadoras e heroínas. É fato que o processo de espetacularização do esporte contribui para a construção da imagem dos heróis esportivos no discurso jornalístico e está relacionado com o aspecto agonístico de competição e luta, presente no universo do esporte.

Considerando que os meios de comunicação desempenham um importante papel ao analisar as relações de gênero e as representações, pode-se afirmar que as construções discursivas que a mídia selecionada preconizou sobre as atletas olímpicas brasileiras e estrangeiras, durante os Jogos Olímpicos *Rio 2016*, nas capas do *Jornal O Globo* e do *Caderno Especial Rio 2016*, foram diversificadas, entre: guerreiras e meninas. As mídias não criam diretamente as representações sociais, porém podem contribuir para destruir ou ressignificar novas representações. Algumas capas trouxeram a representação de uma mulher guerreira e vitoriosa, destacando: a força, a luta e a superação das atletas e que seria uma nova representação social dessas mulheres. Por outro lado, em alguns momentos, as atletas são abordadas como meninas, infantilizadas e fragilizadas, ou utilizados mecanismos de invisibilidade, quando a cobertura não valoriza os feitos e as conquistas das atletas, com fotos e chamadas sem destaque, ou sub-

representadas, mesmo que não propositadamente, quando de alguma forma comparam no discurso jornalístico os feitos das mulheres aos dos homens.

Vale ressaltar que nas capas do *O Globo Rio* e do *Caderno Especial Rio 2016* analisadas, verificou-se que o jornal procurou registrar as notícias e conquistas das atletas olímpicas, evitando um discurso machista e sexista, registrados em outros veículos de comunicação na cobertura da *Rio 2016*. Praticamente todas as imagens das mulheres atletas foram apresentadas relacionadas ao contexto esportivo, sendo em alguns momentos de comemoração pela vitória ou medalha, e em outros durante a performance na competição. As modalidades em destaque nas capas foram diversificadas: pentatlo, judô, futebol, natação, ginástica artística, atletismo e vela. Mas ainda assim, nas imagens das capas as mulheres atletas que foram retratadas de corpo inteiro possuem um padrão de beleza estabelecido na sociedade e propagados pela mídia, através de imagens que reforçam a busca de um corpo ideal relacionado com a aparência, quase que impossível de ser atingido.

A ginástica foi a modalidade que recebeu o maior número de capas, tendo maior visibilidade. Vale ressaltar, que a ginástica artística é um esporte que surgiu inicialmente para a prática masculina e foi liberado para as mulheres nas Olimpíadas de 1928 e, com o passar dos anos, atraiu um número maior de atletas femininas, possivelmente pelas características da modalidade que exige beleza, flexibilidade e harmonia, e hoje ainda se mostra como uma extensão do estereótipo feminino. A prática da ginástica, assim como as modalidades de alto rendimento, exige um grande esforço físico, com horas de treinamento, pois envolve uma série de movimentos que requerem força, flexibilidade, equilíbrio e coordenação. As imagens da ginástica veiculadas pela mídia promovem um padrão de beleza corporal feminina e naturalizam características associadas a marcos de gênero.

É notório que a persistência feminina para a prática de esportes abriu caminhos para a ascensão das mulheres em modalidades culturalmente consideradas como masculinas, no entanto é necessário romper com a representação social normatizada de ser mulher no campo esportivo nos dias atuais, pela pluralidade de participação e de conquistas das atletas. Apesar ter conquistado o direito de praticar esportes, a mulher ainda não possui as mesmas oportunidades que os homens no campo esportivo. Considera-se que há uma

“inserção excluída” das atletas, e que as questões de gênero ainda estão muito presentes, pois mesmo com a permissão da prática das modalidades, as mulheres estão excluídas da engrenagem do esporte, devido ao machismo que ainda existe no campo esportivo. A trajetória do preconceito das mulheres no esporte inicia-se nas relações familiares e nas escolas, em que os meninos são sempre incentivados a práticas de esportes e as meninas a outras atividades, criando como que uma barreira, e um senso comum de desvalorização do esporte praticado por mulheres. Mesmo com a crescente concentração das mulheres nos eventos esportivos, as condições do esporte feminino no Brasil ainda são precárias em diversas modalidades, assim como as remunerações são menores em comparação com a dos homens; em relação ao acesso aos cargos de gestão esportiva, os homens prevalecem quase que na totalidade, a cobertura pela mídia dos eventos esportivos das mulheres é limitada. São fatores como estes que dificultam a ascensão da visibilidade das mulheres e contribuem para a manutenção da reserva masculina, e para que a conquista do espaço feminino no esporte, possa ainda ser considerada de alcance parcial.

A inserção das mulheres brasileiras no campo esportivo cumpriu-se de forma lenta, progressiva e com discursos moderados de contestação em relação às instituições esportivas, diferente da inserção das mulheres em outras esferas nas quais houve vários debates e discursos vislumbrando uma adequação do espaço para características femininas. Por isso, as mulheres no campo esportivo ainda se encontram pouco visíveis, assumindo e incorporando atributos masculinos, já que ainda não houve uma reivindicação por adaptações do esporte, uma vez que foram as mulheres que buscaram se adequar ao esporte que se inseria em um contexto masculino, demonstrando que ainda há resistência à mudança da cultura da hegemonia masculina.

Nesse sentido, uma forma de contribuição para o rompimento da invisibilidade das mulheres no esporte seria através de: ações nas escolas, incentivando as meninas para todas as modalidades esportivas, rompendo com o estereótipo de gênero de que diversas práticas possuem em relação direta com o conjunto de papéis e funções impostas à mulher; da valorização pela mídia e do jornalismo esportivo dos eventos e campeonatos femininos, assim como a ampliação da participação de mulheres em programas esportivos. As vitórias

femininas precisam ser louvadas e destacadas, mas o ato heroico que leva à vitória, treinamento, dedicação, desempenho, potência e o vigor feminino também devem pautar a mídia, e não apenas suas emoções, seu corpo e sexualidade.

Por fim, encerramos recuperando um questionamento com o qual nos defrontamos durante o percurso de elaboração desta tese, mas que ainda não será possível ter uma resposta: as conquistas das mulheres atletas possibilitaram representações midiáticas novas e mais adequadas, que valorizem a mulher como atleta, ou seja, que ressaltem seu desempenho, trajetória e premiações? A partir dos resultados encontrados, acredita-se que é inegável o avanço das mulheres no campo esportivo em relação a prática de diversas modalidades, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que a hegemonia masculina na cobertura esportiva seja quebrada e a mulher deixe de ser apenas coadjuvante nos esportes, e a partir daí um novo cenário seja implementado para mulheres atletas com maiores espaços de visibilidade e de representações, e com oportunidades para que possam debater as relações de poder nas estruturas esportivas como dirigente, gestoras e treinadoras.

O esporte como um elemento da cultura é considerado como um dos meios para que as mulheres desenvolvam a autonomia, autoconfiança e independência, com oportunidades para que se tornem mais seguras e confiantes em relação ao seu corpo, feminilidade e habilidades. Para tanto, é importante que a estrutura de funcionamento do esporte seja ampliada e se desenvolva uma real igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no campo esportivo, com políticas públicas, programas de incentivos específicos para as mulheres nas escolas, no treinamento esportivo e na administração dos clubes e federações, assim como na disseminação do esporte na mídia esportiva.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **Mulheres Atletas: ressignificações da corporalidade feminina**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 11, v. 2, p. 445 – 465, julho-dezembro 2003.

ALONSO, Luiza Klein. **Mulher, corpo e mitos no esporte**. In: SIMÕES, A.C. (Org.). A mulher e esporte: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003. p.35-47.

ALONSO, Luiza Klein. **Esporte, imagem corporal e exploração da mídia**. In: Fórum de debates sobre Mulher & Esporte: Mitos e Verdades, 3., São Paulo, 2004. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004, p. 93-97.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Mídia impressa e educação de corpos femininos**. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 109-123.

BARBANTI, Valdir J. **Dicionário de Educação Física e do Esporte**. 1. ed. São Paulo: Ed. Manole Ltda., 1994.

BARTHES, Roland. **O que é o esporte?** Le sport et les hommes. Revista serrote. Instituto Moreira Sales. São Paulo, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª Edição. Difusão Europeia do Livro. São Paulo: 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner, 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BUENO, Noemi Corrêa. **A invisibilidade das mulheres em programas esportivos de TV**: estudo de casos no Brasil e em Portugal. Tese. FAAC/UNESP, 2018.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo, Summus, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Tradução de José Garcez Palha. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAFEO, Marta Regina Garcia; BUENO, Noemi Correa; MARQUES, José Carlos. **Invisíveis, mesmo quando vencedoras: as razões pelas quais o esporte não reconhece as mulheres atletas tal qual ocorre com os homens.** Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0715-1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso das mídias.** Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 4a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity:** Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COAKLEY, Jay. **Sports in Society:** Issues and Controversies. 9. ed. New York: McGraw-Hill. 2007.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Sonho e conquista:** a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do Século XX. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004, p. 115-117.

DAMATTA, Roberto. **Universo do futebol. Esporte e sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DEVIDE, Fabiano Pries. **História das mulheres nos jogos olímpicos modernos.** In: DA COSTA, L. P; TURINI, M. *Coletânea de textos em estudos olímpicos.* Rio de Janeiro (RJ): Gama Filho, 2002, v. 1.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte:** história das mulheres nos jogos olímpicos. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

DEVIDE, Fabiano Ries; SAINT'CLAIR, Emerson. **Representações da mídia esportiva impressa sobre a visibilidade de mulheres atletas:** entre permanências e mudanças (2011). Disponível em: [file:///D:/_USERS/Marta/Downloads/3082-12606-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/_USERS/Marta/Downloads/3082-12606-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 10 set. 2018.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder.** HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Org.). 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, Norbert. & DUNNING, Eric. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília, DF: UnB, 2001.

_____. **Discurso, mudança e hegemonia.** In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso.* Lisboa: Caminho, 1998, p. 77- 103.

_____. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica.** Traduzido por MELO, Iran Ferreira de Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460> . Acesso em: 14 fev. 2019.

FARR, Robert M. **Representações Sociais:** a Teoria e a sua História. In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). Textos em Representações Sociais. 5. ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1999, p.31-59.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismos em Duelo.** Cadernos Pagu, 17/18. 2001/02. p. 9-79.

FERREIRA JUNIOR, José. **Capas de Jornal:** a primeira imagem e o espaço gráfico-visual. Editora Sena: São Paulo, 2003.

FISCHER, Rosa. Maria. Bueno. **Adolescência em discurso:** mídia e produção de subjetividade. Porto Alegre, 1996. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Política e Ética: uma entrevista.** In: Ética, Sexualidade e Política, por Michel FOUCAULT, 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FIRMINO, C B; VENTURA, M de S. **Sou atleta, sou mulher: a representação da seleção brasileira de futebol feminino na cobertura dos Jogos Olímpicos em Londres (2012).** In: INTERCOM – XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Bauru: Intercom, 2013. v. 1, p. 1 - 30.

FREITAS, Sidinéia Gomes. **Mulher: fonte e instrumento de poder.** In: SIMÕES, Antonio C. (Org.). Mulher e esporte: mito e verdades. São Paulo: Manole, 2003. p. 49-68.

GOELLNER, Silvana. Vilodre. **Bela, Feminina e Maternal:** imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí, 2003.

_____. **Mulheres e futebol no Brasil:** entre sombras e visibilidades. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v.19, n. 2, p.143-51, abr./jun. 2005.

_____. **O esporte e a cultura fitness como espaços de generificação dos corpos.** In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, Recife: Colégio Brasileiro de Ciências dos Esporte, 2007a.

_____. **História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica.** In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, Recife: Colégio Brasileiro de Ciências dos Esporte, 2007b.

_____. **O corpo como locus de identidade de sexual e de gênero.** In: XAVIER FILHA, C.(org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande - MS; Editora UFMS, 2009.

_____. **Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios.** Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Ano II, número 4, Brasília 2012.

_____. **Na “Pátria das chuteiras” as mulheres não têm vez.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis, UFSC. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Silvana_Vilodre_Goellner_21.pdf>. Acesso 6 mar. 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre; DERÓS, C. **As mulheres na gestão do esporte brasileiro:** um estudo pioneiro. Revista Movimento, vol. 15, n. 2, p. 235-242, 2008.

GRIEVES, Sarah Grieves. **Aesthetics over athletics when it comes to women in sport.** Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/research/news/aesthetics-over-athletics-when-it-comes-to-women-in-sport>>. Acesso em 10. Out. 2016.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens:** o jogo como elemento da cultura. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HUNT, Lynn. **Revolução francesa e vida privada.** In: ARIES, Philippe: DUBY, Georges (Org.). História da vida privada. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IOC. Comitê Olímpico Internacional. Disponível em: <https://www.olympic.org/women-in-sport/background/key-dates> >. Acesso em: 10 dez. 2017.

IOC. Olympic Agenda 2020. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Olympic-Agenda-2020/Olympic-Agenda-2020-127th-IOC-Session-Presentation.pdf#_ga=2.118286415.732877228.1526825973-1449415310.1523877104>. Acesso em: 25 mar. 2018.

IPEA. Retrato das desigualdades de Gênero e Raça. Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> >. Acesso: 20 mar. 2018.

JODELET, Denise. **Les Représentations Sociales: un domaine en Expansion.** In: Jodelet, Denise (Ed.) Les Représentations Sociales. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, Denise. **Representações sociais:** um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros**: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1995.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**: A mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KNIJINIK, Jorge D (Org.). **Gênero e esporte**: masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

KOLNES, L-J. Heterosexuality as an organizing principle in women's sport. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v.30, n.1, p.61-77, 1995.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Permanência e Revolução do Feminino, Maria Lucia Machado (trad.), São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças**. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. (Org.). *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIRAGAYA, A. **A mulher olímpica**: tradição versus inovação na busca pela inclusão. Fórum Olímpico. Rio de Janeiro, p.3, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da comunicação**. Ciro Marcondes Filho (Org.). 2º edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES, José Carlos, CAFEO, Marta Regina Garcia. **Jogos Olímpicos do Rio 2016 e Esportes de Alto Contato na Imprensa Brasileira**: a Invisibilidade da Força da Mulher em Troca de sua Beleza Física. Revista Latino Americana de Jornalismo Ancora. João Pessoa – Brasil, Ano 4 Vol.4 N.1 2017. p. 28 a 51.

MARQUES, José Carlos; CAFEO, Marta Regina Garcia. **Mulheres Fazem isso? Análise das Estratégias de Gestão do Rugby feminino no Brasil**. Revista Pódium. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/91>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MASSI, Alexandre. **Os 100 anos do Comitê Olímpico do Brasil** / Alexandre Massi. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

MEYER, Dagmar. **Gênero e Educação**: teoria e política. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27

MESSNER, Michael A. ***Taking the Field: Women, Men, and Sport***. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

MORENO, Rachel. **A Imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOURÃO, Ludmila. **Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas**: da segregação à democratização. Movimento, Porto Alegre, ano 7, nº 13, p. 5-18, 2000.

_____. **Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas**. In: SIMÕES, Antonio C. (Org.). *Mulher e esporte: mito e verdades*. São Paulo: Manole, 2003. p. 123-154.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. **As narrativas sobre o futebol feminino**: o discurso da mídia impressa em campo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.26, p.73-86, 2005.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo HL; TUBINO Manoel JG. **A inserção histórica da mulher no esporte**. Revista Brasileira Ciência e Movimento. 2008.

ONUBR. **Esporte para o Desenvolvimento e a Paz**. Informativo da ONU Brasil, 2016. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/onu/esporte_para_o_developmento_onu.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

ONU MULHERES. Sobre a ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 2010. p. 16.

PROPMARK. COB convoca torcida pelo time Brasil. Disponível em: <http://propmark.com.br/anunciantes/cob-convoca-torcida-pelo-time-brasil>. Acesso em: 10 mar. 2015

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

RASEM. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. **De espectadoras a protagonistas**. A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS. V. 5 n. 11, 1999.

RUBIO, Katia. **As mulheres e o esporte Olímpico Brasileiro**. São Paula. Casa do Psicólogo, 2011.

_____. **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: Sesi – SP. Editora, 2015.

ROMERO, E. **A hierarquia de gênero no jornalismo esportivo**. In: III Fórum de debates sobre mulher & Esporte > Mitos & Verdades < Fórum Internacional - 16 a 18 de setembro de 2004.

SÁ, Celso Pereira. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. SPINK, Mary Jane P. (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e Comunicação: Sintomas da Cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & realidade. Porto Alegre, v.20, n.2, 1995.

SIMÕES, Antonio Carlos (org.). **Mulher & Esporte: mitos e verdades**. Editora Manolé Ltda. São Paulo, 2003.

SIMÕES, Antonio Carlos; CORTEZ, J. A. A; CONCEIÇÃO, Paulo Félix Marcelino. **Mulher e esporte de competição e de rendimento: as várias fases do social, do biológico e do psicológico**. Em: Antonio Carlos Simões; Jorge Dorfman Knijnik. (Org.). O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte. São Paulo.: Aleph. 2004.

SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNIK, Jorge Dorfman. **A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan/mar. 2007a.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019

STUDART, Heloneida. **Mulher, a quem pertence seu corpo?** uma reflexão sobre a sexualidade feminina. 2ª Edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 1990.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Volume I: Porque as notícias são como são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WADE, Lisa. **Power, Mickey Mouse, and the Infantilization of Women**. Disponível em: <https://thesocietypages.org/socimages/2013/08/08/power-mickey-mouse-and-the-infantilization-of-women/>. Acesso em 10 maio 2018.

WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD** – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Revista Linguagem em (Dis)curso. 2004. v.4, n. Especial, pp. 223-243.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

ANEXO 1

Capas do Jornal O Globo_Homens Atletas



O GLOBO

IMPACHMENT NA REIA FINAL

Julgamento vai durar sete dias

Dilma irá ao Senado para se defender e, segundo Cardoso, responderá a perguntas

Calendário desafiador para o Brasil: o julgamento de Dilma Rousseff começa nesta terça-feira (12) e vai durar sete dias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a defesa da ex-presidente terá o direito de fazer perguntas ao juiz relator, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski. Segundo ele, a defesa também terá o direito de fazer perguntas ao juiz relator, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski.

RIO 2016

Usain Bolt completa o tri do tri

Usain Bolt completou o tri do tri, conquistando a medalha de ouro no 100 metros, no 200 metros e no 400 metros. Ele é o primeiro atleta a conquistar o tri do tri em uma única Olimpíada.

PF retira nadadores americanos de avião

A Polícia Federal (PF) retirou dois nadadores americanos de um avião que estava voando para o Brasil. Os atletas foram acusados de tráfico de drogas e foram detidos no aeroporto de Brasília.

Seleção enfrentará a Alemanha pelo ouro

A seleção brasileira de futebol enfrentará a Alemanha pelo ouro na final da Copa do Mundo. O jogo será disputado no estádio de Brasília, no domingo (12).

Malta desregula o mercado de trabalho

O governo de Malta desregulou o mercado de trabalho, permitindo que as empresas contratem trabalhadores estrangeiros sem a necessidade de uma licença.

Salvador discute o plano de desenvolvimento

A Prefeitura de Salvador discute o plano de desenvolvimento da cidade, que prevê a construção de novas infraestruturas e a melhoria dos serviços públicos.

Exercício militar no Rio de Janeiro

O Exército Brasileiro realizou um exercício militar no Rio de Janeiro, com a participação de milhares de soldados e equipamentos.

Quinto lugar de destaque para o Brasil

O Brasil conquistou o quinto lugar de destaque no ranking de desenvolvimento humano, superando a Alemanha e o Reino Unido.

Exercício militar no Rio de Janeiro

O Exército Brasileiro realizou um exercício militar no Rio de Janeiro, com a participação de milhares de soldados e equipamentos.

O GLOBO

INVESTIGAÇÃO CONTINUA

PF indicia Lula por tríplices

Para Lava-Jato, ex-presidente e mulher foram beneficiados por R\$ 2,4 milhões

A Polícia Federal (PF) indiciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa, Mariza, por tríplices. O indiciamento ocorreu no âmbito da Operação Lava-Jato, que investiga o esquema de corrupção no Petrobras.

Impeachment tem mais um dia de baixarias

O processo de impeachment de Dilma Rousseff continua com mais um dia de baixarias. Os deputados e senadores continuam a discutir o processo e a defesa da ex-presidente.

Bolívia caça assassinos de vice-ministro

A Polícia Boliviana está caçando dois assassinos de um vice-ministro. Os suspeitos foram identificados e estão sendo buscados em várias regiões do país.

Corte libera burguês na França

O Corte de Justiça de Paris decidiu liberar um burguês acusado de tráfico de drogas. O juiz considerou que o acusado não representa mais uma ameaça à sociedade.

Escola no Rio sofre roubos em série

Uma escola no Rio de Janeiro sofreu roubos em série, com a perda de milhares de reais em dinheiro e objetos. A polícia está investigando os casos e buscando os responsáveis.

Mais drogas e sexo sem camisinha

Um estudo realizado no Rio de Janeiro mostrou que há um aumento no consumo de drogas e no uso de sexo sem camisinha. Os pesquisadores alertam para os riscos à saúde pública.

A profecia de Isaias

Um artigo sobre a profecia de Isaias, que prevê a vinda do Messias. O texto discute a importância da profecia para a religião judaica e cristã.

A serena Lea T. modelo inspiradora

Um artigo sobre a modelo Lea T., conhecida por sua serenidade e estilo. Ela é considerada uma inspiração para muitas mulheres e é muito admirada no mundo da moda.

A chance do APO.

Um anúncio para o APO, um produto que promete melhorar a saúde e o bem-estar. O produto é vendido por uma empresa chamada APO e é muito popular entre os consumidores.

O GLOBO

DOMINGO

ENFIM, O RAI DO OURO

O primeiro lugar em patins olímpicos do Brasil foi conquistado por Gabriel, com mais um destaque para o ouro

O Brasil conquistou o primeiro lugar em patins olímpicos, com Gabriel conquistando a medalha de ouro. O atleta foi muito elogiado por sua performance e foi considerado um dos melhores do mundo.

Com três medalhas, jogador faz história no Olimpíada

Um jogador de futebol fez história ao conquistar três medalhas em uma única Olimpíada. Ele é considerado um dos melhores jogadores do mundo e sua performance foi muito elogiada.

Brasil conquista o primeiro lugar em patins olímpicos

O Brasil conquistou o primeiro lugar em patins olímpicos, com Gabriel conquistando a medalha de ouro. O atleta foi muito elogiado por sua performance e foi considerado um dos melhores do mundo.

Brasil conquista o primeiro lugar em patins olímpicos

O Brasil conquistou o primeiro lugar em patins olímpicos, com Gabriel conquistando a medalha de ouro. O atleta foi muito elogiado por sua performance e foi considerado um dos melhores do mundo.

ANEXO 2

Capas do Caderno Especial Rio 2016_Homens Atletas





Fonte: Autora (2018)